

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 15, Número 1, 2012

Arte de Capa: Arte em Aquarela, Regina Carmona

Diagramação da Capa: Publiara

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniara

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 15, Número 1, 2012

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 15, Número 1, 2012

PUBLICAÇÃO DAS EQUIPES DAS PESQUISAS

Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades

Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP – Araraquara

Luís Antônio Barone

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e da UFG

Oswaldo Aly Júnior

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

EQUIPE DE BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores

Ariane Cristina Brughara

Daniel Tadeu do Amaral

Daniele Torres Aro

Henrique Carmona Duval

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Silvana Palma

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Maria Aparecida Moraes Silva, Maria Edy Chonchol, Oriowaldo Queda, Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 15, Número 1, 2012

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.

Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.15, n.1, 2012. 378p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation11
Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa INCRA/UNIARA <i>Methodological notes and research trajectory – INCRA/UNIARA</i> Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante15
Um retrato das regiões da pesquisa <i>Research and regions: an overview of the research project</i> Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante Luís Antonio Barone Henrique Carmona Duval Thauana Paiva de Souza Gomes Daniel Tadeu do Amaral César Giordano Gêmero Ana Flávia Flores Silvani Silva Osvaldo Aly Júnior45
Sistemas produtivos em perspectiva comparada nos assentamentos das regiões central e leste <i>Productive systems in a comparative perspective on the settlements of central and eastern regions</i> Henrique Carmona Duval César Giordano Gêmero Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante Oriowaldo Queda Oscar Frederico Accyoli Landmann89

Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema

Considerations about the production in the settlements of Pontal do Paranapanema

Luís Antonio Barone

Anderson Antonio da Silva

Ana Lúcia Teixeira

Laís Túbero Izidoro

Daniel Henrique Silveira de Souza135

Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado

Public policies between efficiencies, errors and omissions: a portrait in two regions of State

Thauana Paiva de Souza Gomes

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante157

Infraestrutura instalada e políticas públicas nos assentamentos do Pontal do Paranapanema: o que os dados mostram

Infrastructure installed and public policy in the settlements of Pontal do Paranapanema: what the data shows

Luís Antonio Barone

Anderson Antonio da Silva

Ana Lúcia Teixeira187

Mulheres assentadas na região central do Estado de São Paulo: trabalho, cooperação e expressões de protagonismos

Settled women in the central part of São Paulo: labor force, cooperative and protagonist role

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Henrique Carmona Duval

Thauana Paiva de Souza Gomes209

Mulheres assentadas do Pontal: papéis em transformação na luta pelo desenvolvimento da reforma agrária

Women's settled in Pontal: changing roles in the struggle for development of land reform

Luís Antonio Barone

Anderson Antonio da Silva

Laís Túbero Izidoro

Ana Lúcia Teixeira265

Entre flores e espinhos: a situação da juventude em duas regiões do Estado de São Paulo

Entre flores e espinhos: a situação da juventude em duas regiões do Estado de São Paulo

Silvani Silva

Ana Flávia Flores

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante287

La emergencia del territorio campesino en Andradina/SP

The Emergency of a Rural Territory in Andradina/SP

Claudia Pilar Lizárraga Aranibar

Carlos Alfredo Vacaflores Rivero

Oswaldo Aly Junior

Elienai Gonçalves311

Síntese das regiões: retomando questões do presente/futuro dos assentamentos

A summary of the regions: recalling issues of the present and the future of the settlements

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Luís Antonio Barone

Henrique Carmona Duval

Thauana Paiva de Souza Gomes

Daniel Tadeu do Amaral

César Giordano Gêmero

Ana Flávia Flores

Silvani Silva

Oswaldo Aly Júnior339

APRESENTAÇÃO

Este número de Retratos é o primeiro dossiê da pesquisa que realizamos com o INCRA/SP através de um contrato voltado ao diagnóstico dos assentamentos.

Aceitamos o desafio por termos uma experiência continuada de investigação de mais de 25 anos junto aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Conhecíamos, portanto, os desafios de se analisar a relação assentamentos e desenvolvimento de uma perspectiva mais ampliada, assumindo o desafio de investigar todo o Estado de São Paulo. Nosso estudo nos últimos anos, ainda que buscassem integrar regiões distintas (Pontal do Paranapanema e Araraquara) tinham a marca mais distintiva de estudos de casos.

De início, a empreitada era muito mais ampla no sentido de incorporar outros territórios e regiões. Passo a passo, outros desafios foram se apresentando. Além de construir o primeiro estudo integrado de assentamentos localizados em quatro grandes regiões do Estado de São Paulo e um retrato qualitativo das comunidades quilombolas, tínhamos o compromisso de buscar dimensionar tempos, medidas de eficiência e de eficácia das políticas públicas. E muitos outros desafios foram nos fazendo mergulhar profundamente na ousadia do contrato firmado entre a UNIARA e o INCRA.

O mergulho, nada periférico, nos permitiu efetivamente realizar uma pesquisa de envergadura, de caráter interdisciplinar. Os diagnósticos regionais trabalhados cuidadosamente pela equipe da Profa. Helena Carvalho De Lorenzo não se detiveram em números e medidas. Além do riquíssimo trabalho metodológico de combinar significativas dimensões analíticas para se chegar a diagnosticar perfis, a equipe chegou a uma síntese das interações entre agentes públicos locais, comunidades assentadas e quilombolas.

Resultados negativos sobre a política de assentamentos frequentemente apresentados como de responsabilidade da pouca vontade ou do perfil dos assentados puderam ser desmontados com a análise cuidadosa das relações entre os agentes públicos internos aos municípios e às comunidades assentadas, notadamente no que diz respeito aos tipos de apoios oferecidos para a dinamização das atividades internas aos assentamentos.

A equipe de pesquisa foi valorosa nas idas e vindas, associando qualidades indispensáveis a um bom pesquisador: honestidade, persistência, sensibilidade para saber ouvir e compreender silêncios, respostas atravessadas, desabafos, críticas aos órgãos políticos, expectativas de que a pesquisa pudesse ajudar no

futuro dos assentamentos.

Resultados sobre os assentamentos das regiões selecionadas, dados gerais do Estado de São Paulo, das comunidades quilombolas talvez não sejam conclusivos quanto à proposição de parâmetros de eficácia e eficiência das políticas públicas, mas, sem dúvidas, oferecem à reflexão dados riquíssimos sobre o modo de vida, sobre o melhor direcionamento das políticas públicas, levando-se em conta especificidades regionais e locais. Mostram igualmente a necessidade de ser repensada a assistência técnica, sobre a importância das relações de gênero na agenda política e as perspectivas de construção de uma relação mais continuada e solidária entre assentados, agentes técnicos, setores municipais e outros que com eles interagem.

Esses dados ganharam tons e cores, com os registros fotográficos dos assentamentos e quilombos de todo o Estado.

Além disso, por acreditarmos que a produção do conhecimento não pode, sobre nenhuma hipótese, isolar-se esterilmente em uma torre de marfim, enfrentamos o desafio da capacitação, no qual, mais uma vez, evidenciou-se que não há verdades ditadas por agentes externos, mas se faz necessário e imprescindível o respeito à construção conjunta dos saberes. É inquestionável a importância da continuidade destas capacitações para serem, efetivamente, plantadas sementes e colhidos frutos de outro modelo de desenvolvimento rural.

É com esta compreensão que apresentamos os resultados desta pesquisa, os quais, sob linguagens e formatos diferentes, refletem a multiplicidade de dimensões viabilizadas pelo contrato entre INCRA e UNIARA que, apesar dos bloqueios, foi de um valor inestimável, transformando-se em uma revigorada lição de vida.

Neste primeiro dossiê, o artigo inicial expressa a trajetória metodológica da equipe do NUPEDOR e as principais marcas da pesquisa longitudinal desenvolvida ao longo de vinte e cinco anos, nos quais dilemas e perspectivas têm nos estimulado a continuar, no que se transformou em parte integrante de nossos projetos de vida. São discutidas a partir da análise das principais categorias e estratégias de pesquisa, num esforço de explicitar a densidade analítica desta trajetória. Numa outra direção, são apresentados sucintamente neste dossiê opções metodológicas de se trabalhar com a relação entre microrregiões, prefeituras e perspectivas de desenvolvimento para os assentamentos, opção adotada na pesquisa INCRA-UNIARA.

A seguir, depois de contextualizadas as regiões, os capítulos se voltam à discussão dos sistemas produtivos Central, Leste e Pontal do Paranapanema, à análise das relações de gênero a partir da investigação dos lugares atribuídos às

mulheres assentadas e das expressões de protagonismo detectadas em atuações individuais ou em grupos organizados. O dossiê contempla ainda em dois capítulos, uma discussão sobre o papel das políticas públicas na trajetória dos assentamentos, analisando suas ações e indefinições que vão da inércia a expressões concretas, dinamizadoras do seu desenvolvimento.

Apresenta um capítulo voltado à juventude, guardião do futuro dos assentamentos, para uns, responsável pela indefinição que paira sobre os rumos dessas experiências, para outros. São igualmente apontados os dilemas enfrentados pela juventude diante de um comprovado esvaziamento de políticas públicas a ela especificamente dirigidas. Completando a análise regional incluí-se, neste dossiê, uma discussão sobre a emergência do território camponês em Andradina, os gargalos das políticas públicas e a participação problemática das associações da construção da unidade entre os assentamentos.

Esperamos, pois, que este primeiro dossiê contribua para o debate sobre os rumos do desenvolvimento dos assentamentos rurais, suscitando novas reflexões e reafirmando o compromisso que temos com a defesa da reforma agrária. Ao CNPq, ao INCRA/SP e UNIARA, parceiros desta jornada, nossos agradecimentos.

Os editores

NOTAS METODOLÓGICAS E OS CAMINHOS DA PESQUISA INCRA/UNIARA

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Resumo: O artigo faz um balanço dos eixos teórico-metodológicos estruturadores da trajetória de pesquisa do Nupedor face às experiências de reforma agrária no estado de São Paulo, discutindo conjunturas, a relação com os órgãos gestores, enfatizando as diferenciações e a realidade multidimensional de tais processos. Contestando os modelos teóricos unívocos, o artigo evidencia a pluralidade de abordagens analíticas, o que sugere um caminho de interdisciplinaridade, privilegiando estratégias de pesquisas qualitativas que aliadas às metodologias quantitativas permitem maior aprofundamento na análise dos caminhos de desenvolvimento para os assentamentos rurais. Os passos metodológicos da pesquisa UNIARA-INCRA são igualmente explicitados.

Palavras-chave: Pesquisa Multidisciplinar; Reforma Agrária; Assentamentos Rurais.

Abstract: The article evaluates the theoretical and methodological axes which are the basis of the Nupedor research trajectory in view of the experiences of land reform in the State of São Paulo, discussing hypotheses, the relationship between management agencies, emphasizing differentiations and the multidimensional reality of such processes. Questioning the unique characteristics of theoretical models, this study corroborates the pluralistic analytical approaches, which suggests a path for interdisciplinary study, focusing on practical strategies for combining

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

qualitative and quantitative methods allowing for a broader analysis of the development trajectories in rural settlements.

Keywords: *Multidisciplinary research; Agrarian reform; Rural settlements.*

Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa

A discussão dos caminhos metodológicos da pesquisa proposta no convênio com o INCRA nos pôs, mais uma vez, diante de uma trajetória de pesquisa longitudinal que tem mais de 25 anos voltada a assentamentos rurais, prioritariamente do Estado de São Paulo.

Principalmente, porque muito dos problemas enfrentados nos remetem a situações vividas nos anos oitenta, especificamente no período imediatamente posterior ao lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, quando o INCRA/SP convidou pesquisadores das universidades paulistas para discutir dilemas e caminhos possíveis para implementação dos assentamentos.

Vinte e seis anos após, firmamos um convênio com o INCRA/SP para discutir entraves e perspectivas diagnosticadas no desenvolvimento dos assentamentos em São Paulo. Podemos, pois, afirmar que os caminhos trilhados pelo grupo de pesquisas voltado ao estudo dos assentamentos rurais – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), vêm se constituindo em uma inesgotável aventura sociológica, aberta a abordagens interdisciplinares, na qual o INCRA tem presença de ator protagonista, cumprindo, em algumas situações, o papel de divisor de águas nesta trajetória de pesquisa que comporta continuidades e descontinuidades.

Antes de discutirmos a metodologia posta em ação no contrato com o INCRA/SP, optamos por passar em revista alguns dilemas metodológicos² e os apresentamos sucintamente, pois eles não saíram de cena nas investigações mais recentes sobre assentamentos, cujos resultados são discutidos neste número do Retratos de Assentamentos.

²Relatados, parcialmente, em Ferrante, V. L. S. B. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. Retratos de Assentamentos, ano V, n° 7. Nupedor/1999.

A inserção da gênese das pesquisas na conjuntura da Nova República

A preparação e o lançamento do Plano Nacional da Reforma Agrária, aprovado em outubro de 1985 não navegou por mares tranquilos. A relação entre suas propostas iniciais e o que foi efetivamente apresentado expressou o peso das contradições que permeiam a correlação de forças no Estado Brasileiro.

Em resposta a estes primeiros desafios que colocavam em xeque os velhos esquemas interpretativos que pensavam as lutas pela terra como obstáculo à modernização agrícola, ao desenrolar livre do capitalismo, formou-se, após a discussão com o INCRA, um grupo multidisciplinar e multicampi da UNESP voltado a estudos de assentamentos de trabalhadores rurais.

De início, uma afirmação que vai se refletir no processo metodológico: enquanto os órgãos técnicos tratavam os assentamentos – o que tem se modificado ao longo do tempo de experiência – como reificações, a partir de construções sociais idealizadas, os estudiosos começam a chamar atenção para especificidades e diferenciações. Esta opção acarretou o descarte das interpretações realistas que ainda insistiam em pensar os fenômenos sociais como coisas prontas, sujeitas a serem diagnosticadas por receituários vindos de um único domínio do conhecimento. Certamente, tornou-se e ainda se mostra inviável investigar assentamentos, evitando-se situações paradoxais.

Tínhamos e temos clara compreensão de que os assentamentos, processos sociais complexos deveriam ser investigados em sua multidimensionalidade, além do seu imediatismo político. Como trabalhar com uma realidade que não pode somente ser conhecida em suas objetividades, mas exige o desvendar de experiências como um processo vivido e interiorizado diferentemente pelos sujeitos que participam do mesmo? A multidimensionalidade foi, portanto, escolhida já naquele momento como expressão da diferenciação, tanto pelo fato de ser a realidade passível de investigação sob diferentes enfoques, quanto pelos elementos constituídos do processo de assentamentos, que nos remetiam necessariamente à avaliação crítica da sua leitura pelo prisma da univocidade.

O primeiro enfrentamento da multidisciplinaridade

O fato dos assentamentos conduzirem ao debate uma pluralidade de questões, a diversidade de enfoques teórico-metodológicos e a realidade dinâmica deste nosso objeto de estudo têm-nos revelado a necessidade de não trabalharmos analiticamente com as distintas áreas de conhecimento como se fossem compartimentos estanques e espacialmente demarcados.

A multidimensionalidade é, igualmente, expressão da multidisciplinaridade,

presente intencionalmente em nossa escolha metodológica. Desse ângulo, a nossa recusa em analisar os assentamentos a partir de um único enfoque implica em um compromisso de propor à reflexão um conjunto de ideias que retratem a complexidade, a diversidade, a multidisciplinaridade e a manutenção de um diálogo crítico com os estudos que procuram discutir assentamentos a partir unicamente de indicadores socioeconômicos.

O problema é que os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão exige necessariamente a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo. Leia-se tal observação com a ressalva de que, do nosso ponto de vista, a escolha de enfoques múltiplos pode enriquecer, sem esgotar, a realidade investigada. Ainda mais, tomando-a como um dado já instituído, enfrenta-se mais um problema: o de a-historicizá-la, desvinculando-a de um processo cujo estudo exige um referencial analítico que tenha como parâmetros, a constituição de categorias e não a construção de instrumentos de medidas.

Torna-se, portanto, impossível analisar assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco. As experiências, não uniformes, exigiram que buscássemos enfrentar analiticamente a compreensão desse fazer-se diferenciado, sem naturalizar unidades de análise, sem cair em procedimentos classificatórios ou em raciocínios empenhados em catalogar relações sociais constitutivas de um processo.

A realidade dos assentamentos exige cuidadosa vigilância para não se passar da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito (GIANOTTI, 1976, p163), como se essa passagem pudesse dar-se mecanicamente, sem uma atenção ao processo pleno de contradições dos assentamentos.

A controversa opção pelo pluralismo teórico

A rota de colisão existente entre a análise de assentamentos e um modelo teórico unívoco nos levou a discutir o pluralismo teórico como opção metodológica para investigação desse espaço social produzido que tem desafiado previsibilidades teóricas. Visto por esse prisma, a análise dos assentamentos parece prestar-se a um "movimento teórico marcado pela multiplicidade de pontos de vista interpretados, pela combinação de instrumentos conceituais distintos e pela construção de noções" (SANTOS, 1991, p.44) que poderiam se adaptar melhor à interpretação dessa realidade multidimensional.

Em nossa avaliação, a utilização de estratégias alternativas várias impõe-se como necessidade de caráter analítico. A realidade analisada, em constante

movimento, não pode ser compreendida por uma síntese lógica que poderia implicar em uma mera justaposição de seus predicados. Remetemo-nos à maneira ousada e enriquecedora de Florestan Fernandes enfrentar a aventura sociológica, conforme D'Incao (1989, p.49): "a construção da obra não tem tanto a ver com uma visão tópica, local, de níveis de abstração do texto, mas tem mais a ver com a visão de processo, com uma visão da sequência e do encadeamento dos procedimentos que buscam dar conta dos fenômenos". Sem o regate da visão de processo, a proposta analítica de investigar assentamentos seria mais um exercício teórico a embotar a imaginação e o espírito vivo da aventura sociológica.

A proposta de discutir assentamentos de trabalhadores rurais implica vê-los em movimento, como parte de uma história de distintos tempos sociais, vivida por múltiplos sujeitos sociais que têm as fronteiras de seu mundo demarcadas por pressões, atritos e lutas. Não teria sentido analisá-los em si mesmos, como expressão de uma política perversa ou benéfica. Sua realidade multidimensional exige o enfrentamento de como trabalhar a questão das diversas modalidades de domínio analítico desses fenômenos.

Efetivamente, existe um descompasso entre os conceitos disponíveis, definidos de modo rígido e a perspectiva de sua aplicação à investigação da realidade dos assentamentos. Por isso, priorizamos o princípio de que os mesmos constituem processos sociais agrários complexos, o que tem imposto a necessidade de recorrer a uma ampla gama de noções - as chamadas estratégias interdisciplinares de análise - o que não nos isenta de incertezas, mas nos põe diante da necessidade de conviver com a construção de verdades relativas.

Na construção da pesquisa, nos obstáculos, nos avanços, a realização do diagnóstico proposto pelo INCRA cumpriu, a nosso ver, a chamada etapa horizontal da investigação, a qual propunha-se contemplar dados sobre a constituição dos assentamentos, sobre o seu acompanhamento evolutivo, sobre o levantamento socioeconômico dos trabalhadores assentados, sobre a caracterização do processo de trabalho e da produção/reprodução nos assentamentos, sobre a descrição das relações sociais, das formas de associação e, especialmente, sobre os entraves e efetividades das políticas públicas. Porém, a pesquisa não foi conduzida de forma a ter como resultado um retrato absoluto de processos instituídos.

No caso dos assentamentos tomados como objeto de estudo, estamos diante de um processo histórico cujas características exprimem, de forma exemplar, a necessidade da reavaliação das categorias teóricas, desafio cujo enfrentamento exigiu muitos sinais de alerta. Se a realidade dos assentamentos exige cuidadosa

vigilância e se constata a impossibilidade de concebê-la ou discuti-la a partir de uma previa construção de grandes arcabouços conceituais, é preciso igualmente não perder de vista questões práticas, dificuldades concretas, ocorrência de fenômenos imprevisíveis, dimensões que a simples leitura de dados pode não revelar.

Leia-se tal observação com a ressalva de que o diagnóstico de assentamentos rurais não pode ser desvinculado de outras estratégias analíticas. A rápida transformação que caracteriza os assentamentos, assim como a importância e a mobilidade da população nele implicado, dificultam a manutenção de informações atualizadas sobre os desdobramentos e modificações registrados nesta realidade. Daí a necessidade de formulação de estratégias de pesquisa capazes de captar as transformações e a dinâmica destes núcleos em constituição, o movimento de sua população, a rotação das famílias que se incluem e se excluem continuamente nos assentamentos, as formas de ocupação e de exploração das terras, dentre outros. Estratégias de pesquisa capazes, enfim, de detectar o jogo de seus agentes sociais também em fase de transformação e de captar a dinâmica desses processos, o que não se consegue fazer em macrorregiões no período de um ano.

Parece-nos inevitável a referência a um outro complicador: a escolha da região como instrumento de agregação de dados deveria ser problematizada. A avaliação tem, em nosso caso, o caráter de uma autocrítica, considerando-se que no censo que coordenamos sobre o Estado de São Paulo³, o critério regional foi utilizado como elemento de agregação dos dados. Deste prisma, registramos nossa discordância sobre teses que incidem sobre a ideia de identidade regional. Entendendo região como expressão heterogênea de espaços sociais vividos e construídos, consideramos insatisfatória a adoção de um recorte regional na agregação dos dados. Entretanto, na pesquisa com o INCRA, com todas as ressalvas, voltamos a usar o critério regional definido a partir da proximidade com os escritórios regionais do INCRA, buscando preservar o princípio de que as regiões são espaços heterogêneos e expressam especificidades até mesmo em relação à atuação do INCRA.

Nesse reencontro com pesquisas embasadas em estratégias quali-quantitativas, parece-nos pertinente a referência final da apresentação do censo

³FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

(FERRANTE, BERGAMASCO, 1995):

Diríamos que os números não revelam a matéria prima dos assentamentos: a diferenciação de projetos e expectativas, o fazer e refazer cotidiano, a desconstrução - reconstrução de estratégias, os rearranjos que passam pela reapropriação do coletivo, pela redefinição de estratégias familiares. Tal constatação nos leva a reafirmar que delineiam-se perspectivas de construção de trajetórias sociais possíveis para os sujeitos que se fazem presentes no campo de lutas dos assentamentos, enquanto virtualidades não definidas por categorias naturalizadas, situação nada animadora para quem acredita que pode resolver problemas desse espaço social produzido a nível do discurso ou da teoria.

As categorias analíticas utilizadas

Passamos a falar em assentamentos como expressão de uma política estatal com muitos sinais de advertência. Uma política estatal que não representa apenas uma resposta imediata aos trabalhadores rurais, nem uma resposta às exigências do capital, mas sim a unidade contraditória dessas necessidades e exigências.

A diferenciação é um elemento constitutivo do objeto. Os assentamentos não podem ser tratados unicamente como uma questão do Estado, mas inseridos em um processo de lutas, no qual práticas diferenciadas, a evidenciar um espaço social multidimensional, sugerem uma situação dificilmente generalizável.

Passamos, no curso da pesquisa *Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo*⁴, a enfrentar o estilhaçamento de determinadas categorias teóricas e a necessidade de revisitar a questão agrária. O mergulho nos paradoxos impôs-se. No caso dos assentamentos, a complexidade, expressão da realidade tensa, plena de contradições, exige a adoção de uma postura relacional, relativa e múltipla. A indissociável relação sujeito/objeto, a relatividade dos meios do conhecimento e a multiplicidade da realidade nutrem as problematizações da investigação e o desafio de acompanhar a historicização do objeto do conhecimento.

Por sua vez, os assentados, definidos pela contradição de nem ser o que

⁴Primeiro projeto financiado pelo CNPq, Finep, Funadesp, coordenado por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sonia Maria P. P. Bergamasco, experiência pioneira do trabalho coletivo multidisciplinar e multicampi da UNESP.

eram antes, nem ser o que talvez desejassem, nos levam a apontar, igualmente, a necessidade de não se trabalhar com categorias analíticas fechadas e consagradas. Em face da opção de acompanhar o fazer-se dos assentados, impõe-se, igualmente, a necessidade de incorporamos a noção de trajetória. As origens e histórias de vida dos assentados são comprovadamente diferenciadas. Trajetória que não pode ser dissociada da análise da memória, da experiência vivenciada, como formas de compreensão do processo.

Negamos a noção de identidade absolutizada, mas referendamos algumas análises que discutem na construção da identidade, o apelo às relações, aos contrastes, ao não estabelecimento de dicotomias entre subjetividades e objetividades. A identidade não se constrói por uma soma de identificações, mas os mecanismos de identificação são fundamentais porque refletem a identidade em processo.

A complexidade do objeto tem exigido respostas provisórias à rede de relações e problemas dos assentamentos. Nossa pesquisa tem se pautado pela flexibilidade dos conceitos e incorporado a ideia-chave de construção nas categorias analíticas utilizadas, vivenciando o conhecimento como um processo multidimensional marcado pela diversidade.

Na análise das diferenciações significativas, passamos a discutir a construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com a agricultura regional e com o poder local. Os elementos constitutivos desse novo modo de vida vêm sendo objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais, políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando o vai e vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação.

Concentramo-nos na pesquisa sobre assentamentos, em analisar sua matéria prima: a diferenciação de projetos e expectativas, a contramão das idealizações do Estado, o fazer e refazer o cotidiano, a desconstrução – reconstrução de estratégias, os conflitos internos, os rearranjos que passam pela reapropriação de códigos nesse novo modo de vida. A partir das pesquisas voltadas à dinâmica interna dos assentamentos, passou a fazer falta um olhar externo, entendido como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais.

Como enfrentar o desafio de não naturalizar indicadores, mas pensá-los no interior de um recorte conceitual historicizado, no qual região e impacto são

discutidos como construções sociais densas e mutáveis? Os elementos constitutivos dos assentamentos têm se apresentado de forma extremamente diversificada, tanto em função de fatores externos (como a base natural/ambiental e a economia regional) quando de fatores intrínsecos aos mesmos (a concepção de mundo dos trabalhadores, sua trajetória, sua experiência político-organizativo). Além disso, o movimento de famílias no interior dos assentamentos – exclusões, abandono, ampliações dos assentamentos – garante uma dinâmica difícil de ser captada por metodologias quantitativas estáticas. No entanto, passamos a incorporar, por outra porta de entrada, o dimensionamento da qualidade de vida dos assentamentos rurais.

Nossa investigação tem procurado combinar estratégias diferenciadas de produção/reprodução utilizadas pelos assentados com a busca de analisar, em uma perspectiva comparada, expressões desse viver na questão da saúde, da educação, do estudo nutricional do padrão alimentar, do acompanhamento do orçamento doméstico e da questão ambiental.

Indicadores de modo de vida têm, nos diagnósticos a serem apresentados, o sentido de partir das condições concretas e experiências dos assentados e permitir parâmetros analíticos comparativos. Não pensamos em indicadores insulados na esfera da produção ou da reprodução social. Preocupamo-nos em discutir estratégias de produção diferenciadas que têm tido retorno significativo para o modo de vida dos assentamentos. Indicadores não são compreendidos como uma mera descrição estatística de padrões de vida, nem se explicam unicamente pelas representações que dão sentido ao viver dos assentados. Não podemos construir indicadores por uma operação reducionista, ora vinculando-os a processos externos a que os trabalhadores estão submetidos, ora atribuindo-os unicamente ao ponto de vista dos assentados. Pensamos no caráter relacional, histórico da construção desse modo de vida, o qual não se explica por nenhuma casualidade exterior. Indicadores podem ser expressão de estratégias de vida, produtivas e reprodutivas, podem dar conta das alternativas encontradas no circuito de saúde, da educação, do padrão alimentar, do trabalho complementar, da diversificação de atividades levadas adiante por mulheres e homens, da reelaboração do meio ambiente, da reconstrução de projetos familiares para permanecer na terra, daí a importância também do uso de técnicas alternativas de coleta de dados e do balanço dos "mosaicos" construídos na paisagem regional a partir da ação dos assentados.

Tal escolha tem nos levado a sair a campo e, como aconselha Bourdieu (1989), por em "ação" nossas teorias. Em nossa trajetória, temos procurado nos debruçar

sobre as situações paradoxais presentes nos núcleos de assentamentos, desenvolvendo projetos e subprojetos de pesquisa os quais buscam integrar, no campo do possível, enfoques analíticos diversos e até opostos, no sentido de obter-se uma visão, a mais completa possível, do movimento do real, o qual expressa a significativa diversificação e dinamicidade dos assentamentos.

Longas reuniões de trabalho com a equipe, seminários organizados visando o aprofundamento das questões teóricas, uma intensa e extensa atividade de discussão com a comunidade científica nacional e internacional dos resultados de nossas pesquisas, além de excelentes indicadores obtidos na orientação de dissertações de mestrado e teses de doutoramento têm alimentado a nossa decisão de dar continuidade às investigações sobre a realidade dos assentamentos. Não só pelo instigante desafio teórico, mas pela perspectiva de apresentar e discutir resultados das pesquisas na comunidade acadêmica e com assentados, órgãos técnicos e agentes dos poderes públicos. Vejamos pois, algumas marcas principais deste percurso.

A realização do censo de assentamentos como experiência multidisciplinar

Dada nossa escolha metodológica, a decisão de construir um censo não foi uma tarefa fácil. Não tínhamos a pretensão de contemplar os dilemas no e através do censo. Mas, sem dúvidas, fazer um censo seria até uma forma de encontrar outros mecanismos de diálogo crítico com os órgãos do Estado, os quais continuavam a patinar em suas complexas metodologias pautadas por irrealizações.

Procuramos respeitar, na construção do censo, a escolha de enfoques múltiplos, sem pretender esgotar a realidade investigada. Na construção da pesquisa, nos obstáculos, nos avanços, a realização do censo cumpriu, a nosso ver, uma etapa da investigação, a qual propunha-se a contemplar dados sobre a constituição dos assentamentos, sobre o seu acompanhamento evolutivo, sobre o levantamento sócio-econômico dos trabalhadores assentados, sobre os primeiros créditos e embates. A pesquisa não foi conduzida de forma a ter no censo um retrato absoluto de processos instituídos. Se assim fosse, correríamos um sério risco: o de a-historicizar a realidade dos assentamentos.

O censo nos deu um primeiro retrato desses processos sociais complexos, cujas situações paradoxais exigem um acompanhamento continuado da rede de relações desse novo espaço produzido que tem alimentado a construção de verdades relativas e aproximadas. Leia-se tal observação com a ressalva de que o censo de assentamentos rurais não pode ser desvinculado de outras estratégias

analíticas. A rápida transformação que caracteriza os assentamentos, assim como a importância e a mobilidade da população nele implicada, dificultam as informações atualizadas sobre os desdobramentos e modificações registrados nesta realidade. Daí a necessidade de formulação de estratégias de pesquisa capazes de captar as transformações e a dinâmica destes núcleos em constituição, as formas de ocupação e de exploração das terras, as alternativas buscadas para nela permanecer, movimento nada linear.

Impôs-se, sem dúvida, um olhar atento a esse movimento complexo, o qual tem exigido, como já reiterado, registros não captáveis somente por indicadores, mas um aprofundamento para compreender o fazer-se dessas experiências.

A perspectiva dos modos de vida como temática na pesquisa

A partir deste primeiro retrato dos processos sociais complexos que a constituição dos assentamentos representa, cuja trama tem exigido o acompanhamento continuado da rede e relações deste novo espaço produzido, nos aprofundamos, num segundo projeto: Assentamentos Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades, desenvolvido em parceria com as Profas. Dras. Dulce C. A. Whitaker e Teresinha D'Aquino. Neste projeto, concebemos três eixos analíticos integrados: história e memória articulados pelo mito da terra-mãe; espaço e tempo de lutas e de construção da sociabilidade; trajetórias de vida e estratégias para viabilizar a conquista da terra e permanência no território.

À volta do nosso eixo teórico, um campo de contradições. Por um lado, um espaço conquistado que deve ainda ser "*domesticado*" mas já esboça para muitos, o futuro almejado. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e *habitus* (BOURDIEU, 1989) que socializam os corpos para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que "*se fazem*" enquanto constroem os assentamentos enriquecem de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte. As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. Só uma teoria científica "*posta em ação*" na pesquisa empírica continuada pode dar conta desse movimento tenso e contraditório.

O eixo do projeto estava na análise das diferenciações significativas do ponto de vista da construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até

as relações com a agricultura regional e com o poder local. A discussão dos elementos constitutivos desse novo modo de vida continua sendo objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando o vaivém de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação.

Discutimos elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado. Entendendo o assentamento como um espaço de relações sociais no qual as características individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurtem em novas bases, vê-se no dia-a-dia dos assentamentos – e o observado vem sendo objeto de análise continuada – diferentes formas organizativas criadas e recriadas em um movimento no qual o espaço de iguais, com frequência, se desestrutura no viver dos assentamentos. O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes, objetivando criar redes de dependências e (des) organização interna.

Tal projeto nos levou a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica regional. Até então, nossas pesquisas tinham se voltado à diferenciação constitutiva dos assentamentos, dos conflitos internos, dos rearranjos que passam pela reapropriação de códigos nesse novo modo de vida. Um olhar externo, entendido como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais passou a ser objeto de nossas preocupações analíticas. Ao mesmo tempo, aprofundávamos nossa visão das relações internas, intermediadas pela natureza, observando as conexões dos agentes envolvidos com a questão do meio ambiente e os modelos de inserção que resultavam da situação (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000).

A inserção dos assentamentos no entorno regional

Como dimensionar a relação entre assentamentos rurais e agricultura regional? Partimos do princípio de ser equivocada a insistência de se impor, aos assentados, atributos típicos de outra lógica para se avaliar a influência dos projetos de assentamentos na dinâmica regional. As dificuldades passam pelo próprio movimento dos assentados e pela impossibilidade de se trabalhar a categoria tempo linearmente, em um processo no qual fluxos variáveis dos produtos colhidos, das condições de consumo ou investimento podem ser

subestimados ou superestimados.

Como enfrentar o desafio de não naturalizar indicadores, mas pensá-los no interior de um recorte conceitual historicizado, no qual a região e o impacto são discutidos como construções sociais densas e mutáveis? Como pensar em indicadores de padrões de vida, de níveis de consumo, sem incorporar a dimensão tempo e trajetória dos assentados? Indicadores não podem vir carregados de atributos de serem, em si mesmos, expressões de sucesso ou de fracasso. Igualmente, não pactuamos com o recorte que vê os "*impactos*" como elementos externos, desvinculados das relações constitutivas dos assentamentos, gestadas por sua própria dinâmica interna.

Face a tais dilemas e ao desafio de conciliar dimensões qualitativas e quantitativas na complexa metodologia necessária ao acompanhamento dos assentamentos rurais, foi desenvolvido o projeto **Inserção dos Assentamentos De Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e integração ao meio ambiente**⁵. Como consequência deste projeto – cujo saldo de aprofundamento metodológico no acompanhamento dos assentamentos é inegável (WHITAKER, 2002; FERRANTE, 2004) – impõe-se a nós mais um desafio: o de aprofundar a rede de relações dos assentamentos com o poder local, não encarado em suas externalidades, mas como expressão de arranjos, de tensões, de gestação de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas vindas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de novas formas de poder, talvez de uma "*nova cultura política*".

A trama de tensões na inserção dos assentamentos nos espaços regionais

A ideia de uma trama de tensões como instrumento analítico de compreensão da realidade busca a superação da noção de "*impacto*", tão utilizada em pesquisas sobre a temática da inserção social dos Projetos de Assentamentos Rurais em distintos contextos regionais. Através dessa construção analítica, os assentamentos são compreendidos como constitutivos de uma realidade complexa, ao passo que expressam tensões reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital

⁵Auxílio-Integrado CNPq, 1999-2003, sob coordenação conjunta das Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista.

Assim, falar em trama de tensões implica em ressaltar os pontos críticos, os nós górdios das relações construídas por distintos atores, sendo destacados no projeto **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**⁶, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. Os pontos de tensão privilegiados nesse projeto estão enfeixados nos campos econômico e político, nos quais os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes – o que não deve ser tomado como idealização, nem como padrão homogêneo – com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos é gerador dessa trama de tensões, opondo agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Tal movimento não se apresenta como caminho de mão única e exige a análise das singularidades das **ações de resistência, acomodação ou conflito** que se sucedem no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno, seja ele o meio natural, a realidade político-institucional ou os contextos culturais e econômicos. A noção de trama de tensões, que sustenta teoricamente este projeto, nos parece profundamente imbricada ao conceito de modos de vida, perspectiva que encerra as nossas preocupações teóricas desde há muito. Trata-se, neste aspecto de uma retomada em relação ao percurso realizado pelos pesquisadores reunidos neste projeto, na medida em que tal noção dá conta de diferentes dimensões da ação social dos sujeitos estudados. Ela enfatiza as dimensões teóricas (aspirações, projetos, representações) e práticas (estratégias, habitus) da ação do grupo social dos assentados, sempre numa relação de força com outros agentes. E leva em conta ainda suas relações com a natureza.

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade (seja essa entendida como sustentabilidade social e

⁶Coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante, com a participação dos Professores Doutores Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Luis Antonio Barone, CNPq, 2004-2007.

econômica) num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu (BOURDIEU, 1989).

Assentamentos e desenvolvimentos em uma abordagem relacional

Após vinte e oito anos completos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a problemática do desenvolvimento dessa gama de assentamentos rurais implantados desde então é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências redundam em total fracasso econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de "favela rural" para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente. Tais avaliações, não isentas, ignoram, inclusive, um resultado positivo que se pode aferir em diferentes microrregiões do país, nas quais os assentamentos são, efetivamente, dinamizadores econômicos (MEDEIROS, LEITE, 2002).

Optamos, em nossas investigações, por não restringir essa avaliação apenas à dimensão econômica. Aliás, ao afirmarmos que desenvolvimento não é só crescimento e modernização econômica, estamos procurando estabelecer uma perspectiva que assuma a complexidade, tanto do conceito, quanto da realidade dos assentamentos rurais. Não pensamos os assentamentos nem como expressão inequívoca de desenvolvimento, nem como sua peremptória negação. Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

Consideramos que essas experiências de assentamentos representam inovações na gestão territorial e constituem, em sua multidimensionalidade, uma trama de tensões sociais – relações construídas por distintos atores em diferentes

âmbitos da vida social – reveladora das contradições e possibilidades desse tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sociopolítico. Tal movimento exige a análise das singularidades das ações dos assentados (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2003), gerando impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade das famílias na terra.

Assim, nossa perspectiva permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativos ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfeixar. Privilegiamos, aqui, a noção de gestão do território, que pode ser decomposta, analiticamente, em três dimensões que julgamos importantes: a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta, em uma perspectiva, para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores (SEN, 2000, p.18).

Tal concepção, que utilizaremos como pano de fundo para avaliar esse determinado enfoque da relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais, nos parece apropriada por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agentes que estão envolvidos nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados. Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias. Liberdade de escolha, de ação e de opinião: liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas, práticas e representações sociais acerca da liberdade.

Essa perspectiva não é de todo inovadora. É reconhecido que o conceito de desenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) precisa incorporar novas

dimensões da realidade, para além do mero crescimento econômico, ou mesmo deste em relação à preservação ambiental. Assim é que, sem abandonar essa questão, a noção de desenvolvimento que informa nossa perspectiva inclui aspectos como a conquista da cidadania, a inclusão social e a capacidade de gestão familiar desses territórios reformados, preocupações que o conceito de desenvolvimento sustentável pode enfeixar⁷.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela, sempre do ponto de vista dos assentados, sujeitos que experimentam empiricamente o que é a "reforma agrária", *"processo social, vivo e ativo, de reformulação de mentalidades e de relações sociais a partir de uma inflexão na experiência de vida do beneficiário"* (MARTINS, 2003, p.46).

Trata-se, portanto, de assumir uma abordagem relacional entre assentamentos rurais e desenvolvimento, acrescentando-se a perspectiva de sua compreensão como contrapartida ao modelo de agronegócio que parece dominar as leituras e olhares sobre a agricultura brasileira (especialmente a paulista). Ao acenar com respostas diferenciadas frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado, do Estado dos arranjos e rearranjos dos grupos de poder, as experiências de assentamentos rurais nos permitem pensar nas diferenciações que se apresentam nas trajetórias dos sujeitos que participam diferentemente dos mesmos. Como indicadores possíveis dessa diversidade, orientados por Sen (2000), buscamos avaliar processos de redução de pobreza, de aumento das oportunidades sociais e econômicas, de participação política (que pode ser entendida como um processo de "empoderamento") e de inclusão social.

⁷Como um "conceito em construção", as discussões em torno do desenvolvimento sustentável têm incluído novas dimensões a sua compreensão. No Brasil, um exemplo dessa discussão – e ampliação do conceito – está no relatório da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS), Agenda 21 brasileira. Brasília: MMA/PNUD, 2002 (2 volumes).

Detalhamento das técnicas de investigação

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural tem uma trajetória especialmente marcada por uma reflexão metodológica extremamente frutífera. Destacamos a seguir algumas dessas estratégias de pesquisa.

A observação participante, técnica derivada da Antropologia, bem como a montagem de diários de campo (WHITAKER, 2002) compõem instrumentos preciosos de coleta de dados e análise de situação concretas, de desenvolvimento bastante aperfeiçoados a partir da larga experiência de pesquisa em equipe. O diário de campo vem sendo uma metodologia priorizada para coleta de informações empíricas, pois ele tende a não retirar a subjetividade das conversas, por vezes atrapalhada quando se usa o gravador.

Os registros em diário de campo têm, por sua vez, permitido uma observação do dia-a-dia das famílias assentadas, captados em conversas entre diversos espaços dos lotes. Possibilitam também, no momento em que conversas são travadas nas caminhadas pelos lotes, a leitura do espaço, o que tem nos permitido descrever as práticas e manejos familiares, especificamente aquelas empregadas no autoconsumo ou nos arranjos produtivos. Essa abordagem etnográfica garante a recuperação de um material empírico extremamente útil para se analisar os processos e os contextos vivenciados pelos assentados.

Histórias de vida – técnica já utilizada no projeto **Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida num campo de possibilidades e diversidades** – junto aos assentados, gravadas e posteriormente transcritas, para analisar a trajetória e a mudança que o assentamento fez na vida desta população. Desta mesma maneira, refazer a trajetória das experiências de reforma agrária, dos projetos de assentamentos investigados, através das falas dos assentados, priorizando antigas e atuais lideranças internas que possam traçar a história do assentamento. Realização de entrevistas semi-diretivas e coleta de depoimentos com agentes dos órgãos gestores e com membros das prefeituras locais, bem como outros agentes que se fazem necessários – inclusive assentados – na explicitação dos confrontos e tensões, dos objetivos e estratégias de cada conjunto de agentes que a pesquisa visa acompanhar.

O levantamento de dados através de questionários também é uma técnica que continua sendo utilizada, a fim de se garantir um conjunto de dados que dê conta dos aspectos quantitativos e gerais do modo de vida e dos indicadores de desenvolvimento discutidos nos eixos temáticos dos projetos. A elaboração de questionários foi um recurso aprimorado pelo Nupedor desde o projeto **Análise**

e Avaliação dos projetos de Assentamentos e reforma agrária do Estado de São Paulo. Eles têm sido utilizados como técnica complementar desde então – mesmo que a ênfase metodológica mais desenvolvida pelo Nupedor seja na pesquisa qualitativa.

Complementando essas técnicas, são levantados dados secundários, tanto aqueles disponíveis em banco de dados oficiais, quanto através do tratamento das informações contidas nas atas dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, nas peças orçamentárias municipais e demais documentos oficiais de âmbito municipal. Com isso, procuramos obter uma visão do comportamento administrativo dos agentes políticos, assim como a materialização (ou não) das propostas e projetos dos distintos fóruns políticos nos quais a problemática dos assentamentos é discutida.

Por fim, cabe destacar que o grupo já realizou diversos registros fotográficos, utilizados como metodologia desde o projeto **Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida num campo de possibilidades e diversidades.** Os registros fotográficos têm um caráter de técnica complementar, a fim de se documentar aspectos físicos dos modos de vida (re)construídos nos assentamentos. Algumas experiências com a captação de vídeos também já tinham sido realizadas, embora ainda sem a execução de um registro finalizado como um documentário – o que foi possível no projeto com o INCRA.

Construção da pesquisa INCRA/UNIARA: caminhos metodológicos

A proposta de construção de uma pesquisa multidisciplinar que avaliasse as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo iniciou-se com a formação de uma equipe composta por docentes da UNIARA, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos. A formação desta equipe não preocupou-se apenas com as áreas de concentração da pesquisa, mas também com as experiências acumuladas dos pesquisadores que contribuiriam, de diferentes formas, para a identificação dos gargalos das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

A pesquisa foi realizada a partir de duas perspectivas diferentes: uma foi o diagnóstico dos assentamentos, cujo objetivo central foi realizar pesquisa de campo para a investigação de aspectos relativos ao modo de vida e ao desenvolvimento das famílias assentadas, conforme o referencial supracitado; outra foi o diagnóstico das regiões, com o qual procurou-se identificar as vocações

e potencialidades produtivas das regiões nas quais os assentamentos estão inseridos. Em ambos os casos, representou para nós um grande desafio, o de realizar uma pesquisa tão grande em apenas um ano. Além do que, o contrato com o INCRA nos permitiu ainda atuar em outras duas frentes de trabalho: Ensino, Informação. Em relação ao ensino, foram desenvolvidas atividades de capacitação de agricultores (as) assentados (as) e quilombolas (em temas como produção animal e vegetal, viveiro de mudas, horticultura orgânica, biodigestão e biodigestores, saúde e gênero, dentre outros) e atividades de assessoria ao INCRA em temas específicos (sistemas produtivos, comercialização, gênero e dimensão ambiental). Em Informação, foram elaborados vídeos-documentários sobre aspectos do modo de vida nos assentamentos e sobre as políticas públicas em execução.

A equipe de pesquisa foi definida de acordo com as áreas de concentração para elaboração dos diagnósticos regionais, coordenada pela Prof. Helena De Lorenzo, e outra responsável pela pesquisa de campo, coordenada pela Prof. Vera Lúcia Botta Silveira Ferrante. A coordenação do convênio foi feita em parceria por Osvaldo Aly Junior e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.

A equipe de diagnóstico regional foi assim constituída: Helena De Lorenzo, Sérgio Fonseca, Ricardo Bonotto, Daiane Cardozo, Fábio Grigoletto, Denílson Teixeira, Maria Lúcia Ribeiro, Marcus Castro.

Igualmente, a equipe de diagnóstico dos assentamentos foi formada pela equipe do Nupedor composta por Vera Lúcia Botta Ferrante, Luiz Manoel de Almeida, Henrique Carmona Duval, Thauana Paiva de Souza Gomes, Daniel Tadeu do Amaral, Daniele Torres Aro, Ana Flávia Flores, Silvani Silva; com entrada de Antonio Wagner Pereira Lopes, César Giordano Gêmero e a estagiária de graduação Lais Inaiara Claro. A este grupo foram agregados dois núcleos de pesquisa de campo, sendo um no Pontal do Paranapanema sob coordenação de Luis Antonio Barone, Anderson Antonio da Silva e mais três estudantes de graduação Ana Lúcia Teixeira, Luiz Eduardo Camilo de Souza e Flávio Apareci Pontes; para a região de Andradina sob coordenação de Pilar Lizárraga a equipe contou com Carlos Aparecido Vacaflares Riveiro, Alexandre Bueno de Souza, Wellington Carvalho do Nascimento e Elienai Constatino Gonçalves.

A partir da formação destas equipes, foram sendo determinados os passos comuns da pesquisa e as bases de dados a ser utilizada de modo a abranger as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Definiu-se a importância de um trabalho direto com os beneficiários dos programas e executores, bem como um levantamento de dados secundários sobre assentamentos no estado do Estado

de São Paulo, tanto em bases de dados consolidados como IBGE, RAIS e CEAD, bem como na significativa produção bibliográfica sobre esse tema, a qual abrange diferentes estudos de caso e análises de tendências socioeconômicas e políticas. O quadro a seguir é produto de reuniões de trabalho entre as equipes para definição dos indicadores e variáveis que foram investigadas, bem como a fonte das informações.

Indicadores	Variáveis	Atores	Primários	Secundário	Técnica
ORIGEM	Desapropriação (1)	Incrá, Movimento Sociais, Assentados	Visita aos lotes de Assentados, Entrevista com coordenadores regionais do Incra e com membros dos Movimentos Sociais	Solicitação de dados na sede do Incra/SP e Sindicatos	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Solo (2)				
DADOS ESPACIAIS FÍSICOS	Distância municípios	Prefeituras, Incra, Itesp		Solicitação de dados na sede do Incra/SP, Itesp e nas prefeituras	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Area total				
	APP/RL				
	Área média lote				
INFRAESTRUTURA	Escolas / nível de escolaridade	Incrá, Itesp, Prefeituras, Assentados	Coordenadores de Campo do Incra e do Itesp, Assentados	Solicitação de dados na sede do Incra/SP, Itesp e nas prefeituras	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Postos de saúde				
	Estradas				
	Transporte				
	Coleta de lixo				
	Iluminação pública e telefonia				
INDICADORES SOCIAIS	SIPRA (3)	Incrá, MDA, IBGE	_____	Levantamento de dados pela Internet e solicitação de dados ao Incra	Pesquisa Documental
	CENSO 2006 (4)				
	Cadastro Acampamento (amostral) (5)				



PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E RENDA	Principais produções comerciais (6)	Incra, Itesp, assentados, IBGE	Assentados, Coordenadores de campo e técnicos do Incra e do Itesp	Solicitação de dados ao Incra e do Itesp, levantamento de dados pela Internet	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Principais produções para o autoconsumo				
	Origem da renda (produção, assalariamento, aposentadoria/benefícios)				
	Divisão de trabalho nos lotes (7)				
	Cooperativismo e associativismo				
	Infraestrutura Produtiva CONAB				
POLÍTICAS PÚBLICAS (7)	Pronaf A e C / outros	Incra, MDA, AEGRE, CONAB,	Coordenadores e Técnicos do Incra, Nivaldo (CONAB), assentados, Secretários Municipais, Funcionários do Banco do Brasil	Levantamento de dados pela Internet sites da CONAB, MDA, Incra, AEGRE	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Pronafs				
	Custeio de produção / crédito inicial	Banco do Brasil, Secretaria			
	Apoio mulher	Assentados			
	Luz para todos	Municipais,			
	Moradia	Assentados			
	Acesso à água e saneamento	Municipais,			
	Estradas	Assentados			
	Renegociação de dívidas	Assentados			
	Assistência técnica				
	PAA / PNAE				
	Bolsa família				
Agroindústria					

Quadro 1– Indicadores e variáveis para coleta de dados em geral.

- (1) Quem teve iniciativa da luta pela terra, quando, quanto tempo que durou, solução.
- (2) Histórico de uso da fazenda (quem administrava, cultivo predominante, período de uso anterior ao assentamento, estado de conservação e produtividade estimada).
- (3) CIPRA – Titularidade, documentação.
- (4) Escolaridade, saúde, nutrição, renda.
- (5) Trabalho familiar, saída/retorno de filhos, arranjos familiares.
- (6) Forma de escoamento (contratos, informal, casual), porcentagem da renda total por produção.
- (7) Divisão sexual e etária do trabalho.
- (8) Papel de políticas públicas: crédito, habitação, assistência técnica, luz, documentação, titularização, estrada etc.

Fonte: Equipe de pesquisa de campo, 2011.

Definida esta primeira etapa de pesquisa, o grupo se reuniu para definir os critérios de escolha dos assentamentos que constituiriam a pesquisa. Ao avaliar a situação dos 110 assentamentos federais existentes, suas idades de formação, número de famílias e área do lote, concluiu-se que a seleção dos assentamentos deveria seguir um critério que contemplasse assentamentos novos e antigos, PDS e PAs, número de famílias e diferenciação de lotes quanto ao tamanho, justamente para que a heterogeneidade de situações pudesse ser contemplada.

O grupo optou em fazer uma amostragem dos 110 PAs federais e incluir nesta amostragem alguns assentamentos estaduais em regiões de maior atuação do ITESP, em especial na região do Pontal do Paranapanema.

Foram selecionadas 43 unidades federais que contemplassem os critérios iniciais correspondendo a 39% do total de assentamentos federais e das 9.479 famílias destes projetos. Foram contempladas o equivalente a 55,41% ou seja, 5252 das famílias assentadas nestas unidades administrativas selecionadas no Estado de São Paulo. É importante destacar que se fizermos uma análise do total de famílias residentes em PAs ou PDS do Estado, verificaremos que esta porcentagem cai para cerca de 30% já que o número total de famílias em assentamentos federais e estaduais sobe para 15.703. O quadro abaixo destaca estes dados:

Número de Assentamentos do INCRA	Número de assentamentos pesquisados
110	43
Total de Famílias	Total de famílias da amostragem
9.479	5.252

Quadro 2 – Amostragem dos PAs e PDS da pesquisa.

Fonte: Equipe de pesquisa de campo, 2011.

No que tange às unidades selecionadas da amostragem, foram mantidas quatro grandes regiões estabelecidas pelo INCRA/SP, que estão abaixo elencadas:

- 1) Central (Araraquara, Ribeirão Preto e Bauru).
- 2) Leste (Eixo Anhanguera, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira).
- 3) Oeste A (Pontal do Paranapanema).

4) Oeste B (Região de Andradina e Promissão).

A terminologia usada nesta pesquisa teve como intuito incluir em uma macrorregião, microrregiões que pudessem conter características aproximadas. Justamente pelo princípio de macrorregiões estabelecido neste contrato apresentar como parâmetro as unidades administrativas do INCRA (escritórios regionais), que por sua vez, foram instituídos por critérios de proximidade geográfica e concentração de assentamentos para atuação das equipes técnicas e não necessariamente em critérios tradicionais de regionalização do Estado.

Assim, as regiões tiveram um peso diferenciado na amostragem, conforme o número de famílias das unidades administrativas. A região Central compôs 23,8%, a Leste 8,6%, a Oeste A 25% e, finalmente, a Oeste B 42,6%.

É importante ainda destacar a última região não contemplada nesta amostragem. Trata-se dos Quilombos que foram estabelecidos como uma das regiões administrativas do INCRA. Ao analisar os dados existentes sobre o número de famílias, percebeu-se a fragilidade e inexistência de informações para integrar a amostragem total. Das comunidades quilombolas do Estado verificou-se que apenas alguns possuíam dados disponíveis sobre o número total de famílias que, a serem somadas, tornava-se superior às regiões Oeste A e B. Então, pela falta destes dados de número de famílias residentes nestas áreas do Estado não poderíamos tratá-los como uma das cinco regiões administrativas como nos PAs e PDS⁸.

Além do questionário, a equipe também realizou apontamentos das impressões dos assentamentos em diários de campo e registros fotográficos. Tal metodologia levou em consideração as diferentes orientações trazidas pelo grupo de pesquisa que sugeriu o registro etnográfico como um elemento importantíssimo para trazer informações e concepções importantes para complementação dos dados frios captados nos questionários. Este trabalho etnográfico, de amplo domínio do Nupedor alia a técnica do caderno de campo à busca de uma visão ampla e abarcadora, que por sua vez se aproxima da visão poliocular proposta inicialmente pela pesquisa.

⁸Neste caso, passamos a pesquisar os quilombos não como uma das regiões administrativas do INCRA, mas com outras categorias de análise. O que significou um avanço para as pesquisas voltadas para estas unidades de terras, já que foram analisadas de forma mais qualitativa, levando em consideração suas especificidades, conforme apresentado no segundo volume deste dossiê.

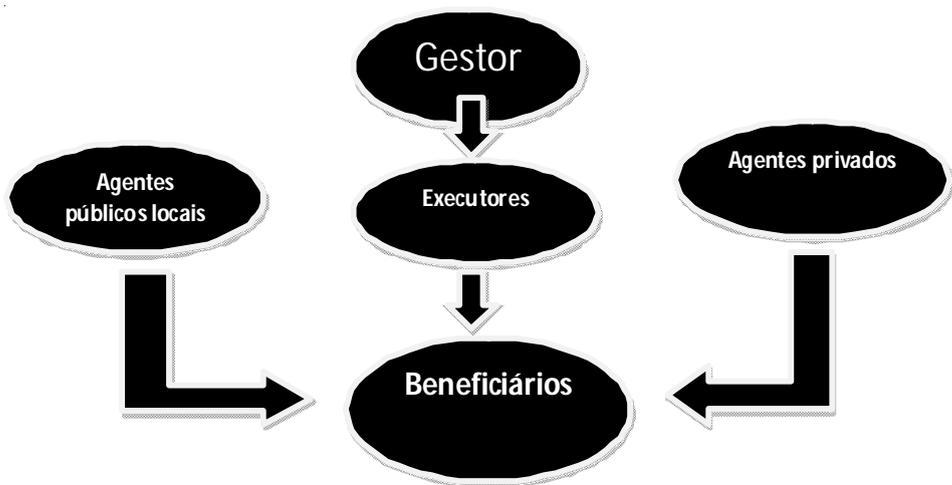
Esta proposta composta pela diversidade de olhares sobre os assentamentos pode oferecer uma visão de vários aspectos importantes, justamente pela formação em diferentes áreas dos pesquisadores. Este olhar, mesmo que repleto de subjetividades nos oferece um conjunto de informações privilegiadas que poderiam esclarecer ou mesmo contestar, as informações dos dados estruturados. Neste sentido, o trabalho multidisciplinar foi escolhido por fornecer um equilíbrio destes enfoques individuais, que por ventura podem tendenciar aspectos da concepção individual do pesquisador.

Além disso, a "foto" geral do assentamento e das particularidades existentes nele a partir do olhar do grupo, subsidiado pelo caderno de campo individual, ofereceu elementos de análise mais profunda para algumas questões superficialmente apontadas no questionário. Esta frente de trabalho, chamamos de pesquisa qualitativa, por trabalhar diferentes dimensões da vida nos assentamentos e o desenvolvimento, como a trajetória das famílias assentadas, produção e renda, a organização, vida social e cidadania, questões ambientais, políticas públicas (entendidas de forma mais ampla), dentre outros aspectos mais gerais da constituição e desenvolvimento dos assentamentos.

Além deste trabalho diretamente com os assentados, foram estruturados roteiros de entrevistas com lideranças significativas da luta pela terra, com coordenadores de escritório e técnicos do INCRA, secretários de agricultura (dentre outros gestores públicos com maior atuação nos assentamentos).

Em outra frente de trabalho foram realizadas ainda análises em banco de dados secundários oferecidos pelo INCRA ou outras instituições para levantamento de informações gerais das regiões, de forma a confrontá-las com as informações locais.

Neste sentido, a pesquisa pôde criar uma rede de informações sobre os principais agentes envolvidos na trama dos assentamentos, que nos ofereceram desde os dados estruturais das políticas públicas até seus resultados efetivos nos assentamentos. Podemos observar a rede de informações coletadas na figura a seguir:



**Figura1 – Rede de informações estruturadas na pesquisa.
Fonte: Equipe de pesquisa de campo, 2011.**

Construção de um banco de dados a partir de um questionário quanti-qualitativo

O trabalho de construção do questionário quanti-qualitativo iniciou-se com discussões coletivas com o objetivo de levar os questionamentos necessários para se chegar a uma análise consistente sobre as políticas públicas e as perspectivas de desenvolvimento nos assentamentos. O resultado do trabalho de campo e da aplicação dos questionários está expresso no banco de dados utilizado nos artigos temáticos que compõem o presente dossiê.

A partir desta estrutura geral de trabalho o questionário foi estruturado em 5 eixos compatibilizando questões quanti-qualitativas organizadas:

1. Cidadania
2. Produção
3. Renda
4. Políticas Públicas
5. Ambiental

Nestes eixos tentamos abarcar os seguinte temas/questionamentos a serem pesquisados:

1) Cidadania

✓ Os aspectos que abrangem a cidadania foram divididos nas questões relativas à vida social, no que tange à formação de grupos, associações e

parentesco;

- ✓ No acesso aos direitos, ligado à avaliação de como os assentados se relacionam com os direitos e se conseguem ter acesso a eles.

- ✓ Na análise do espaço, da moradia, o material predominante, qualidade, tipo de esgoto, número de cômodos, proximidade dos recursos e utilização de créditos, bem como a infraestrutura de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, comunicação, água, luz, dentre outros.

2) Produção

- ✓ Nesta etapa foram avaliadas as produções comerciais e o escoamento da produção;

- ✓ Produção destinada ao autoconsumo, com o objetivo de avaliar a diversidade e a qualidade dos alimentos, bem como outras questões ligadas à segurança alimentar das famílias assentadas;

- ✓ As possibilidades e gargalos da produção e comercialização com a finalidade de verificar a relação dos assentamentos com o desenvolvimento local e regional;

3) Renda

- ✓ A composição e divisão do trabalho e da renda dentro dos assentamentos, para verificar a manutenção da força de trabalho nos lotes, com a finalidade de levantar aspectos que ajudem a explicar a saída de jovens e o envelhecimento da população assentada.

- ✓ Composição da divisão social do trabalho, tipos de trabalho, trajetória e tipos de trabalhos agrícola e não agrícola e benefícios ou tipos de aposentadoria que compõem a renda.

4) Políticas Públicas

- ✓ Neste eixo pretendeu-se avaliar principalmente as políticas do INCRA, direcionadas para assentamentos e quilombos. Outras políticas indispensáveis para o desenvolvimento dos assentamentos foram analisadas, como para o financiamento e comercialização da produção, a assistência técnica, infraestrutura, dentre outras. Procuramos ainda verificar o tempo de execução das políticas públicas, a recepção e a efetividade que vem apresentando.

- ✓ Ambiental

- ✓ Neste eixo foram abordadas questões relativas à qualidade, distribuição e acesso à água;

- ✓ Formas de uso, qualidade e problemas do solo;

- ✓ Áreas de APP e RL, irregularidades, formas de conservação e propostas de exploração sustentável.

Todos estes eixos foram levantados para contemplar vários aspectos que subsidiem a análise de como os assentamentos estão inseridos no desenvolvimento regional e como, as políticas públicas, especialmente do INCRA/SP, podem alterar com ganhos qualitativos o processo de desenvolvimento dos assentamentos. Um dos objetivos principais foi analisar temporalmente a execução das políticas públicas e sua relação com o desenvolvimento local e regional.

Levando em conta os dilemas enfrentados nesta longa trajetória é que apresentamos este dossiê voltado aos eixos temáticos e regionais, partindo do princípio de que tais reflexões são pautadas pelos bloqueios e desafios que se apresentam no desenvolvimento dos assentamentos.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

SANTOS, J.V.T. dos. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1991, p.13-51.

D'INCAO, M. A. **O Saber Militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Edunesp e Paz e Terra, 1989.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: Expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, 2004.

GIANOTTI, J.A. Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.17, Editora Brasileira de Ciências, jul./set., 1976.

MARTINS, J.S. **O Sujeito Oculto**. Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.P. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

UM RETRATO DAS REGIÕES DA PESQUISA

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Luís Antonio Barone²

Henrique Carmona Duval³

Thauana Paiva de Souza Gomes⁴

Daniel Tadeu do Amaral⁵

César Giordano Gêmero⁶

Ana Flávia Flores⁷

Silvani Silva⁸

Oswaldo Aly Junior⁹

Resumo: O artigo cumpre a função de contextualizar as regiões da pesquisa INCRA/UNIARA, priorizando a constituição dos assentamentos, a luta pela terra e a direção política dos movimentos sociais nela envolvidos, a origem social e a trajetória das famílias assentadas. Tal caracterização fundamenta as análises dos eixos selecionados e apresentados nos artigos temáticos que compõe este dossiê do Retratos de Assentamentos.

Palavras-chave: Regiões da pesquisa; Luta pela terra; Origem e trajetória das famílias.

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

²Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

³Sociólogo, doutorando em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. Pesquisador do Nupedor.

⁴Pedagoga, mestre em Educação Escolar, Unesp-Araraquara, Pesquisadora do Nupedor.

⁵Economista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁶Zootecnista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁷Pedagoga, mestranda em Educação, UFSCar, pesquisadora do Nupedor.

⁸Pedagoga, mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Uniara, pesquisadora do Nupedor.

⁹Engenheiro Agrônomo, mestre em Ciências Ambientais, USP/Procam.

Abstract: *This paper offers an approach to contextualization of the INCRA/UNIARA research regions, prioritizing the establishment of settlements; the struggle for land and public policy to deal with the social movement issues; and, the social background and life trajectory of the settled families. The analysis of selected axis was used as a tool for the characterization described in this dossier, which constitutes this volume of the Retratos de Assentamentos.*

Keywords: *Research regions; The struggle for land; Family history and family life trajectories.*

Elementos histórico-geográficos significativos da região do Pontal e o processo dos assentamentos

A realidade regional do Pontal do Paranapanema – extremo oeste paulista (Figura 1)¹⁰ – apresenta, sem dúvida, grandes desafios para um desenvolvimento sustentável e substantivo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (Leite, 1998). É sabido que, do ponto de vista do processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema, existe uma forte relação entre o intenso processo de degradação dos biomas locais e genocídio indígena. Ou seja, os povos e comunidades indígenas fizeram parte da história do processo de ocupação da região, embora atualmente não estejam mais presentes na área.

¹⁰Da Figura 1 constam as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo que se localizam na porção Oeste (9.^a e 10.^a R.A.s), com destaque para a parte da 10.^a RA conhecida como Pontal do Paranapanema.

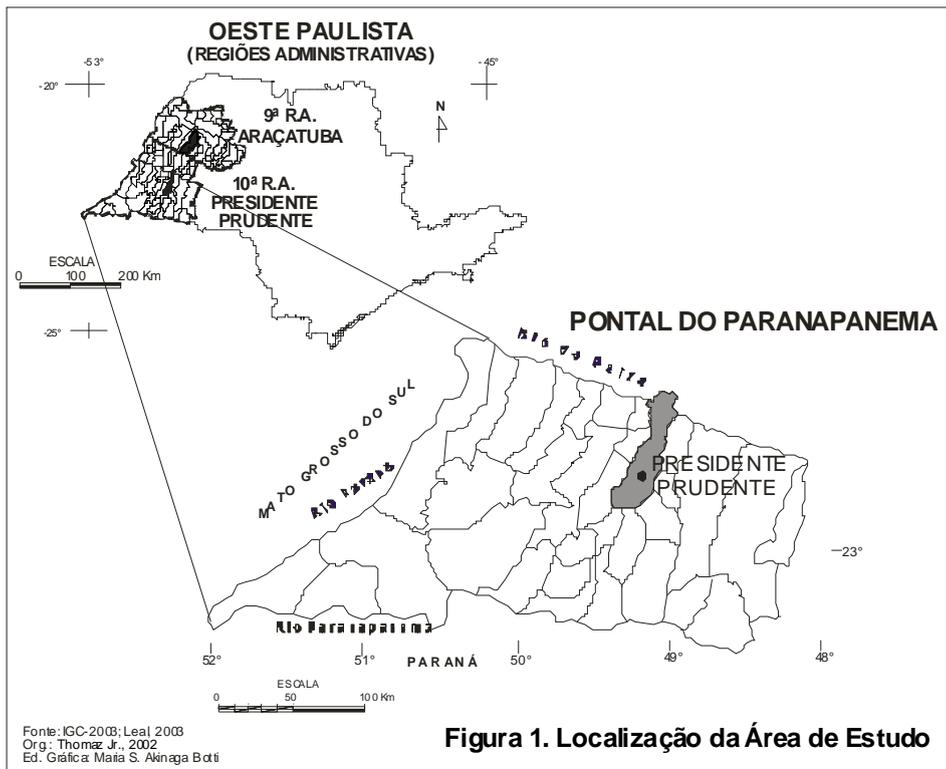


Figura 1. Localização da Área de Estudo

Figura 1 – O Território do Pontal no Contexto do Estado de São Paulo.

Fonte: Thomaz Jr., 2007.

De acordo com Leite (1998), até o início do século XIX, a região era desconhecida e desabitada pela civilização Brasileira. Eram habitantes da região apenas índios das tribos Xavantes, Caingangos e Caiuás. Os poucos brancos que haviam tido contato com a região foram os bandeirantes, como Antônio Raposo Tavares (que hoje dá nome a principal rodovia da região). Esses bandeirantes chegaram à área que hoje é conhecida como Pontal do Paranapanema em missões de aprisionamento de índios para trabalho escravo e não tinham qualquer intenção de fixarem-se na região.

Ainda segundo este, que é o mais original estudioso do Pontal, a história de grilagem de terras do Pontal do Paranapanema tem seu início em 1856, quando Antônio José Gouvêa, teria chegado à franja pioneira oeste e assentado, junto aos registros paroquiais, uma imensa gleba de terras, denominada de Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (Leite, 1998) – como pode ser visualizado na Figura 2.

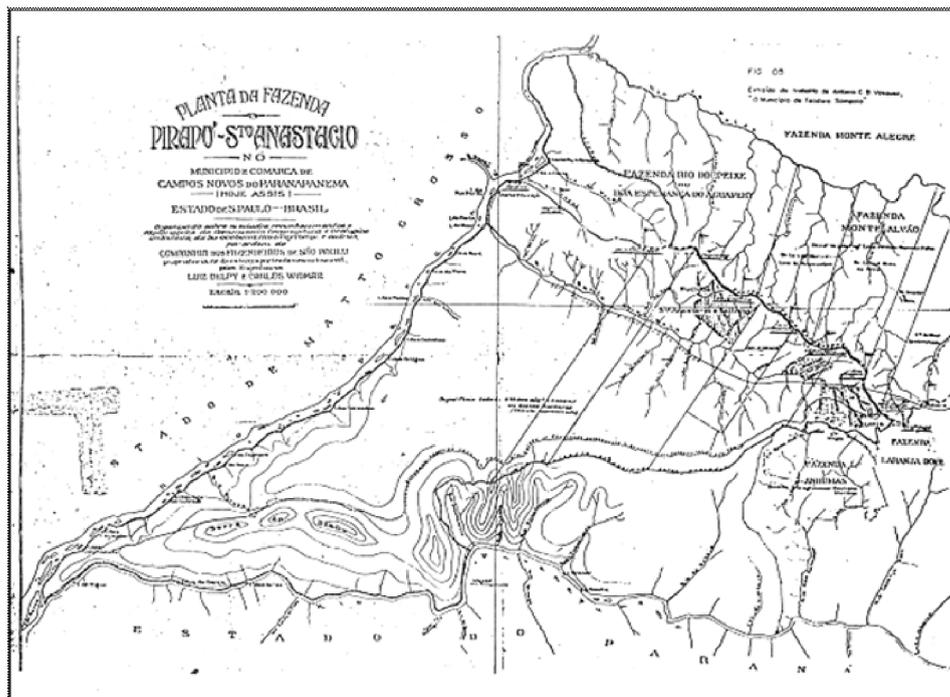


Figura 2 – Planta da Fazenda (Grilo) Pirapó-Santo Anastácio
Fonte: Leite, 1998, p.40.

Desde o início do Século XX sabe-se da falsidade dos documentos ligados à essa gleba. Apesar disso, sua ocupação se intensificou nos anos 1920, sob os impulsos da economia cafeeira e da necessidade de incorporação de novas terras (urbanas e rurais) a um mercado fundiário em expansão. Nos anos 1940, o governo estadual, tentando retomar o controle dessas terras, instituiu ali uma imensa reserva florestal – a grande reserva do Pontal (Leite, 1998). No entanto, novas grilagens foram feitas e a vasta área do Pontal foi definitivamente ocupada, restando, da política conservacionista dos anos 1940, apenas o Parque Estadual do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio (Figura 3).

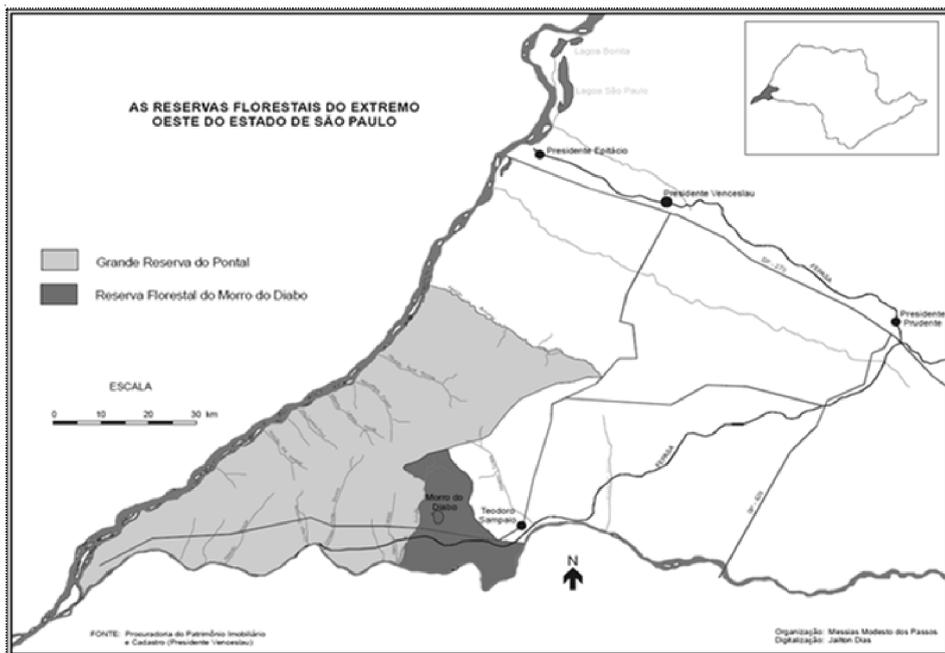


Figura 3 – Exemplo de Devastação no Território do Pontal

Fonte: adaptado de Passos (2004, p. 178).

Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação desse território, seu desenvolvimento econômico sempre esteve diretamente ligado aos empreendimentos agropecuários ali instalados. Primeiro, o café, depois o algodão e – a partir dos anos 1970 – com a exploração da pecuária extensiva de corte, culminando, mais recentemente com a introdução e generalização da cultura canavieira.

Ressalvando algumas intervenções oficiais – sobretudo através de reassentamentos de população atingida pelo impacto de barragens – somente a partir dos anos 1990 é que essa região irá ser palco da mais abrangente iniciativa de assentamento rural do Estado, caracterizando-se, a partir de então, pelos conflitos fundiários e pela forte intervenção do governo estadual na promoção de assentamentos de trabalhadores rurais (FERNANDES, 1996). Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sociopolítico do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado

de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas da reforma agrária.

Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (PSDB, 1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) se constituiu como agência fundamental nesse processo. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são mais de 110 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 6,2 mil famílias assentadas, segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2010). Conforme Figura 4, essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica sócio-política extremamente rica e complexa em suas interfaces com os processos e projetos de desenvolvimento. A questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais que produzem esse território.

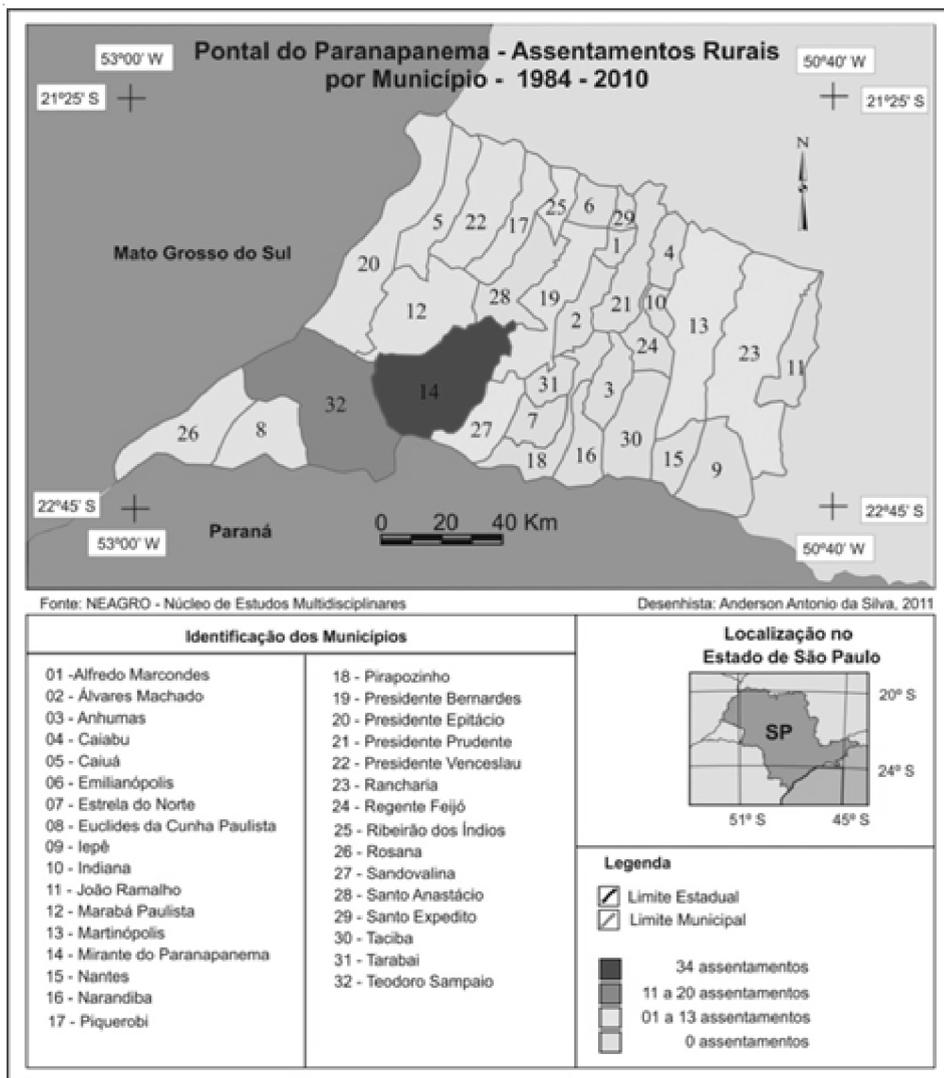


Figura 4 – Mapa dos Municípios do Pontal do Paranapanema com destaque para os Assentamentos Rurais.

Fonte: DATALUTA, 2010.

Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada "terra do nelore mocho" convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária (novas ações discriminatórias estão em andamento na Justiça, o que aponta para novas intervenções do Estado e novos assentamentos). Reproduz-se, assim,

uma dificuldade de décadas em superar uma visível estagnação econômica produzida por processos de acumulação concentradores (da propriedade e da renda) e rentistas *vis a vis* a dinâmicas de crescimento com investimentos produtivos mais diversificados, geração de empregos e distribuição de renda. Destaca-se, também, que a partir do início dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) constituirá um de seus núcleos mais dinâmicos exatamente nesta região. A reconhecida irregularidade fundiária e o contexto geral de concentração das terras alavancou a territorialização desta organização no Pontal do Paranapanema¹¹.

Neste sentido, projetos de desenvolvimento regional que ignorem a massiva presença de produtores assentados estão fadados claramente ao fracasso, além de revelarem características extremamente conservadoras, ao menos com relação às conhecidas iniquidades sociais que marcam a estrutura social e econômica do país. Com uma importância demográfica e social inegável, as milhares de famílias assentadas (Tabela 1) estavam à margem dessas alternativas de "desenvolvimento".

Tabela 1 – Assentamentos Rurais, Segundo Número de Famílias (2010).

MUNICÍPIO	Número	
	Famílias assentadas	Área (ha.)
Caiuá	445	10.732
Euclides da Cunha Paulista	471	9.615
Iepê	50	68
João Ramalho	40	54
Marabá Paulista	260	6.479
Martinópolis	124	2.744
Mirante do Paranapanema	1.625	34.984
Piquerobi	84	2.594
Presidente Bernardes	266	7.189
Presidente Epitácio	342	7.533
Presidente Venceslau	454	10.564
Rancharia	178	4.264
Ribeirão dos índios	40	852
Rosana	815	19.432
Sandovalina	198	4.017
Teodoro Sampaio	856	22.681
TOTAL	6.248	143.802

Fonte: DATALUTA, 2010.

¹¹Cf. Fernandes, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996.

Ao longo desses anos, os trabalhadores rurais beneficiários dos Projetos de Assentamentos, acabam por construir sua inserção econômica no entorno de forma significativa para as economias locais¹², mas muitas vezes deficitária para os assentados, sobretudo a partir do incremento da exploração da pecuária leiteira. Dada a importância da população assentada para os municípios mais atingidos pela ação reformista do Estado, o destino dos Projetos de Assentamentos representa um dilema e um desafio para as políticas públicas.

Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica e social do território, sem dúvida, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista (BARONE & FERRANTE, 2011). Para os projetos de assentamentos implantados no Pontal do Paranapanema, a ação do MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Programa Territórios Rurais, possibilitou, mais do que o reconhecimento dessa população como prioritária para uma política de desenvolvimento regional, espaços de participação e negociação institucionalizados, garantindo aos assentados e produtores familiares tradicionais condições de se legitimarem através do diálogo com os Poderes Públicos – numa relação diferente do tradicional e subserviente clientelismo – e aprimorarem suas demandas, qualificando seus projetos e lideranças num debate acerca de um desenvolvimento substantivo.

Um dos segmentos expropriados, talvez o primeiro, que se mobilizou na luta pela terra foi o dos arrendatários. A evolução da questão agrária na região sempre opôs supostos proprietários-fazendeiros e trabalhadores rurais arrendatários, dedicados especialmente à cotonicultura nos anos 1950-60. No entanto, sua situação na terra sempre foi instável, dada a própria natureza da relação de produção. A partir dos anos 1960, intensifica-se a implantação da pecuária de corte, *pari passu* à sistemática expulsão dos arrendatários das terras então destinadas à criação de gado.

Nos anos 1970 e 1980, têm-se notícias de casos de lutas pela permanência

¹²Cf. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva". **Assentamento fundiário: uma política de geração de emprego e renda no Pontal do Paranapanema – Relatório sintético das ações e resultados da política agrária e fundiária do Estado de São Paulo no Pontal do Paranapanema.** São Paulo, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, agosto de 2005.

na terra, encetadas por arrendatários. Algumas dessas lutas chegaram à década de 1990, com acampamentos e ocupações na forma de posse, o que levou a que parte desses trabalhadores fossem beneficiados pela política de assentamentos realizada no período recente¹³.

O fim do ciclo algodoeiro, condicionado por transformações na divisão territorial do trabalho situadas na escala nacional e internacional, que se desenrola durante os anos 1970 e 80, gerou ao mesmo tempo um contingente de bóias-frias desempregados, anos mais tarde mobilizados por um pedaço de chão nesta conflagrada região e o abandono definitivo (nas cidades) de um incipiente parque industrial de processamento de sementes, óleos e fibras, com claros reflexos sobre o aumento do desemprego e a intensificação da migração regional.

O terceiro mais importante contingente de sem-terras é o formado pelos ex-barrageiros. Nos anos 1980, tanto a conclusão de novas Hidrelétricas no rio Paranapanema quanto a drástica diminuição no ritmo das obras das barragens da Usina Hidrelétrica "Sérgio Mota", em Rosana (Figura 5), gerou um grande contingente de desempregados junto aos operários não-qualificados que, a partir dos anos 1960, se deslocaram para a região em busca de trabalho nos canteiros de obras nas margens dos rios Paraná e Paranapanema.

¹³Registra-se, também, que alguns dos atuais movimentos de luta pela terra na região têm como base o segmento dos arrendatários que se dedicam à pecuária – caso da Associação "Brasileiros Unidos Querendo Terra" (ABUQT), com forte atuação nos municípios de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

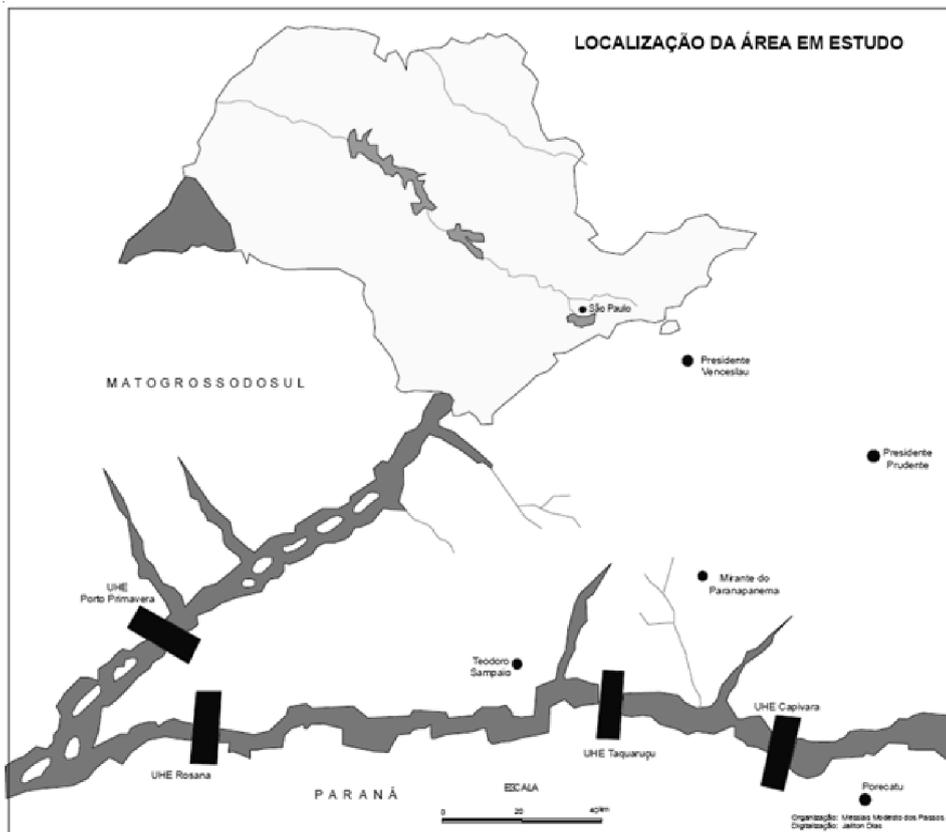


Figura 5 – Uhe Instaladas no Território.
Fonte: adaptado de Passos (2004, p.178).

A mais evidente mobilização desse contingente levou à instalação do assentamento Gleba XV de Novembro, na primeira metade dos anos 1980 (Fernandes, 1996; Antonio, 1990), maior área de assentamento no Pontal do Paranapanema, localizada entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista (vizinhos ao município de Teodoro Sampaio).

A degradação ambiental, provocada pelo desordenado e predatório processo de ocupação, pela atividade pecuária extensiva e, mais recentemente pelas barragens, pelo assoreamento dos córregos e um processo severo de perda dos solos (erosões e voçorocas) tem mobilizado diferentes instituições no território.

O debate sobre problemáticas ambientais é fomentado na região por entidades como a Unidade de Gerenciamentos de Recursos Hídricos – UGRHI 22,

vinculado ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema; Programa de Microbacias Hidrográficas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo – CATI e o Ministério Público. Organizações Não-Governamentais, como a APOENA e o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, presentes na região há mais de 20 anos, são atores importantes nessa discussão, bem como o campus da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente. Recentemente também temos notícias de ações desenvolvidas pela Faculdade de Tecnologia – Fatec, igualmente localizada no município de Presidente Prudente¹⁴, onde tem oferecido cursos de extensão sobre legislação ambiental, agroecologia e agricultura orgânica nos assentamentos. A CESP e a DUKE Energy (gestoras das UHE), também têm ações, como investimentos em viveiros de mudas e campanhas pela conscientização ambiental, deflagradas como projetos de compensação ambiental¹⁵.

Estas entidades são representativas no desenvolvimento de ações relacionadas à preservação e recuperação ambiental da região. Algumas mais, outras menos – às vezes de forma intermitente – todas se fizeram presentes nos assentamentos da região, através de projetos pontuais, extensão universitária, compensações, TACs etc. Todavia, apesar de relativamente importantes, em geral não têm como foco debater a questão agrária gerada pelo processo de ocupação da região.

Parte representativa desses atores (sem-terras, produtores familiares, assentados ou não, instituições públicas e ONGs ligadas à política de assentamentos e à temática ambiental) está presente no processo de implantação do Programa Territórios Rurais (SDT/MDA), compondo, com legitimidade, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal – CODETER. No entanto, é evidente a cisão nas forças sociopolíticas, opondo aqueles setores sensibilizados pela temática da reforma agrária e os grupos organizados mais ligados aos poderosos interesses econômicos regionais (pecuaristas-ruralistas, agora aliados aos empresários do setor sucroalcooleiro). Estes últimos não se fazem presentes nos fóruns promovidos a partir das políticas de desenvolvimento territorial do MDA, buscando, por outros caminhos (mas com forte apoio

¹⁴Ambas as Faculdades localizadas no município são públicas e estaduais.

¹⁵A pesquisa registrou que um importante projeto da Duke Energy, em parceria com o ITESP (um grande viveiro de mudas para recomposição de RFLs e APPs) está desativado na região do "Pé de Galinha" (na grande gleba São Bento, em Mirante do Paranapanema).

tanto do governo federal quanto estadual), articular projetos para o desenvolvimento dessa região¹⁶.

Assim, a fragmentação de interesses e a impossibilidade histórica de construção de agendas de futuro minimamente pactuadas reproduz-se no presente de maneira intensa, permitindo que se afirme ser a disputa por estratégias de inserção econômica da região aos espaços econômicos paulista e nacional e, por fim, por projetos de desenvolvimento os elementos centrais a serem enfrentados por qualquer processo de mudança e transformação no perfil e na dinâmica social, econômica e territorial do Pontal do Paranapanema.

A região do Pontal do Paranapanema destaca-se pela sua vasta extensão territorial e heterogeneidade dos assentamentos. De acordo com dados do Portal Territórios da Cidadania¹⁷ do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a região do Pontal abrange uma área de 18.441,60 Km². É composta por 32 municípios. A população total do território é de 583.766 habitantes, dos quais 59.911 vivem na área rural, o que corresponde a 10,26% do total. Possui 12.349 agricultores familiares, além de 5.853 famílias assentadas – estes últimos, sujeitos de nossa pesquisa.

Em nossa pesquisa de campo foram aplicados 62 questionários em assentamentos de seis municípios da região, conforme a tabela a seguir. Os municípios de Rosana, com 42% das entrevistas; Mirante do Paranapanema, com 26% e Teodoro Sampaio, com 15%, juntos, concentram 83% dos questionários aplicados. Os assentamentos destes três municípios representam 61% de um total de 120 instalados na região do Pontal do Paranapanema ao longo dos últimos 28 anos.

¹⁶Cita-se, como virtual contraponto político do CODETER, a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), associação hegemônica por lideranças alinhadas com o governo estadual (há muitos anos capitaneado pelo PSDB).

¹⁷Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br.

Tabela 2 – Região Oeste A (Pontal do Paranapanema).

Município	Assentamento	Ano/ período	Famílias	Nº de questionários
Mirante do Paranapanema	Margarida Alves	2006/ Gov. Lula	90	4
	Roseli Nunes	2004/ Gov. Lula	55	3
	São Bento	1998/ Gov. FHC	182	9
Teodoro Sampaio	Água Sumida	1988/ Gov. Sarney	121	6
	Alcídia da Gata/Sta. Terezinha da Alcídia	1999/ Gov. FHC	55	3
Rosana	Gleba XV de Novembro	1985/ Gov. Sarney	575	26
Rancharia	Nova Conquista	1997/ Gov. FHC	104	5
Iepê	Bom Jesus/S. Marcos (PDS)	2006/ Gov. Lula	50	2
Pres. Venceslau	Tupanciretã	1997/ Gov. FHC	78	4
TOTAL			1310	62

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

REGIÃO DE ANDRADINA

A região de Andradina, conforme o INCRA (2010) engloba os municípios da microrregião geográfica de Andradina e os municípios de Araçatuba

(Araçatuba), Birigui e Brejo Alegre (Birigui), Paulicéia (Dracena) e Turmalina (Fernandópolis), onde também existem assentamentos.

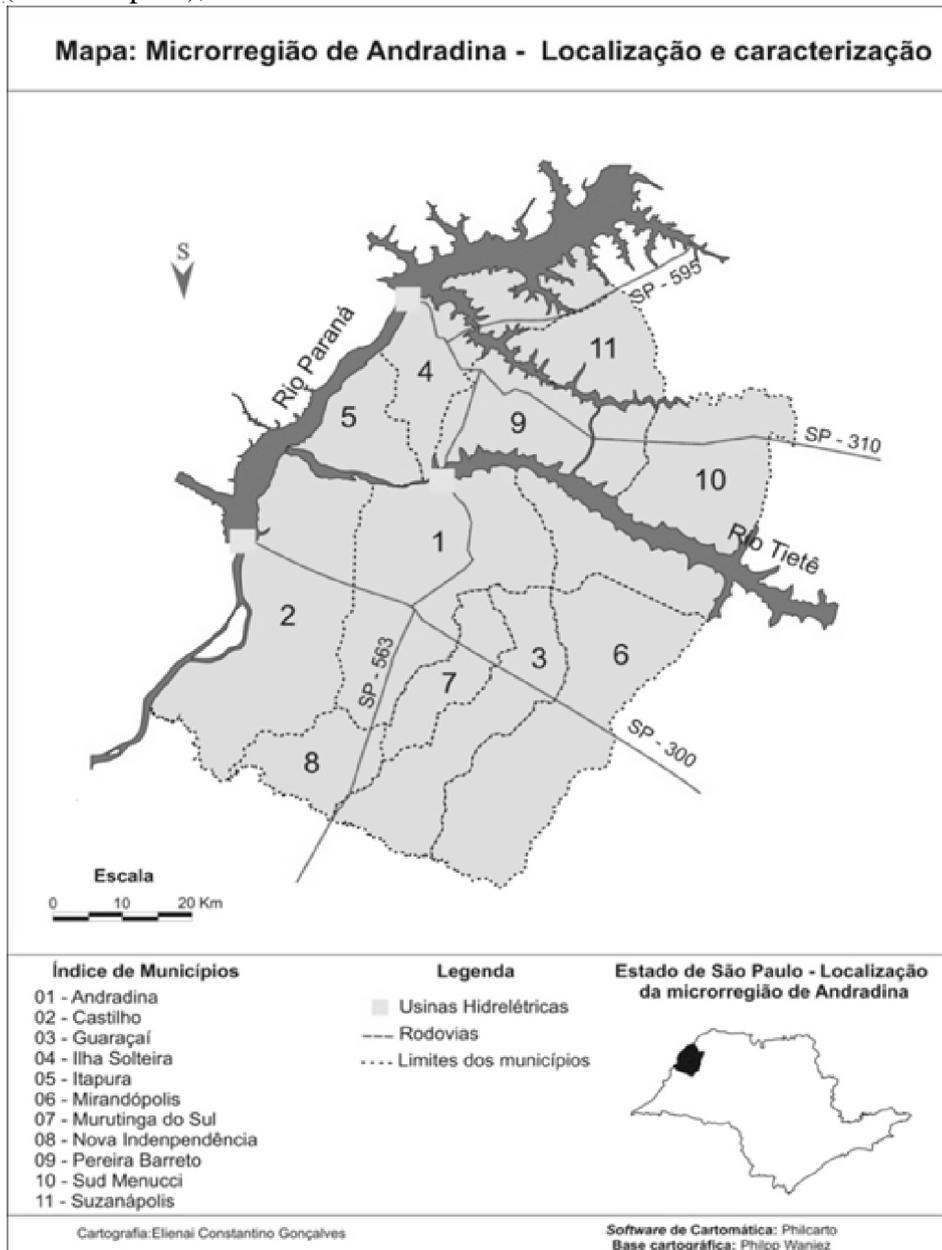


Figura 6 – Mapa de Andradina – Localização e caracterização.

Fonte: INCRA, 2010.

A microrregião é composta por 11 municípios¹⁸ e conta com 34 dos 42 assentamentos de toda a regional, nos quais moram 3.171 famílias assentadas numa área total de 58.272,24 hectares. Assim como o Pontal do Paranapanema, a região concentra grande número de assentamentos, mas com uma particularidade: enquanto no Pontal são assentamentos em terras públicas, em Andradina os assentamentos foram criados em terras desapropriadas.

O município de Andradina é conhecido como a "terra do rei do gado", alusão aos grandes proprietários produtores de gado, que é característica da região. No entanto, percebe-se que hoje as áreas de pastagem que vinham sendo caracterizadas como improdutivas e eram reivindicadas pelos movimentos camponeses como áreas passíveis para desapropriação, para fins de reforma agrária, estão sendo substituídas por cultivos de cana-de-açúcar, alterando a paisagem e a toda dinâmica regional¹⁹.

O avanço da cana-de-açúcar no oeste do Estado de São Paulo foi para atender a demanda do mercado dos agrocombustíveis incentivados pelo governo brasileiro. Isso resultou na expansão de várias empresas atuantes nas regiões tradicionais como Ribeirão Preto e Jaboticabal. Essas empresas abriram novas unidades industriais em todo o oeste paulista. Na tabela abaixo apresentamos as usinas criadas na região de Andradina no período recente:

¹⁸Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis.

¹⁹Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) a área de pastagem cultivada no ano de 2010 foi de 310.230 hectares, 30% a menos do que no ano de 2000, que foi de 446.100 ha. Em contrapartida, a área de cana-de-açúcar para o corte em 2000 foi de 23.222 ha e em 2010 foi de 161.202, um aumento de 600%.

Tabela 3 – Usinas localizadas na microrregião de Andradina.

Pedra Agroindustrial S/A	Nova Independência	Essa unidade agroindustrial começou a ser instalada no município, no ano de 2004 com os primeiros plantios de cana e em 2008 a usina entrou em funcionamento. É resultado da fusão e expansão das empresas agroindustriais produtoras de cana-de-açúcar das regiões tradicionais da cultura, mais precisamente, de Ribeirão Preto.
Raizén	Mirandópolis e Andradina	Faz parte do Grupo Cosan, (maior grupo privado e maior produtor de etanol do mundo) e tem duas unidades instaladas na região depois de 2003.
Virálcool	Castilho	Presente nas áreas tradicionais (Pitangueiras e Sertãozinho – SP) desde 1966. Instalou em 2006 uma unidade no município de Castilho.
Pioneiros Bioenergia S/A	Sud Mennucci	A usina mais antiga da região começou a ser instalada em 1981 em Sud Mennucci. E, segundo representantes da própria usina foi difícil produzir no seu início em razão da falta de mão-de-obra qualificada, uma vez que os trabalhadores da região só trabalhavam com gado. Há um projeto de instalação de outra usina no município de Ilha Solteira.
Santa Adélia	Pereira Barreto	Mais um exemplo da expansão das empresas produtoras das regiões tradicionais para o oeste do Estado de São Paulo. A empresa instalada em Jaboticabal desde 1974 instalou uma unidade em Pereira Barreto em 2004.
Vale do Paraná	Suzanápolis	Faz parte do grupo Unialco e foi construída com recursos do Proálcool em 1980. O grupo está presente nos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

Fonte: INCRA, 2010.

A região de Andradina é reconhecida também pela atuação dos movimentos sociais camponeses e pela concentração de assentamentos rurais. Em 2003, quando



se inicia a expansão da cana-de-açúcar, a microrregião de Andradina contava com doze (12) assentamentos, onde estavam assentadas 933 famílias em uma área de 23.404 hectares. No período de 2003 até 2010 foram criados trinta (30) assentamentos, beneficiando 2.699 famílias em 41.474 hectares. Um crescimento de 43% da área dos assentamentos, conforme pode-se verificar na tabela a seguir:

Tabela 4 – Assentamentos Federais da microrregião de Andradina.

Município	Assentamento	Criação	Área	Família
Andradina	PA Wilson Gandolf (Arizona)	28/06/2006	638,1	46
	PA Fazenda Belo Monte	22/04/2002	1.534,48	74
	PA Timboré	23/06/1995	3.379,82	176
	PA Timborézinho	25/09/2009	770,1	44
	Primavera	22/06/1981	9.595,10	280
	PA Chico Mendes	30/12/2008	4.284	268
	PA Araça	05/09/2008	1.379,18	80
Araçatuba	PA Hugo Silveira Herédia	11/07/2006	936,41	60
Birigui	PA São José - gleba I	09/02/1988	1.182,48	48
Brejo Alegre	PA São José - gleba II	14/08/2008	48,78	3
Castilho	PA São Joaquim	25/08/2003	606,19	46
	PA Celso Furtado	09/12/2005	2.434,76	179
	PA Terra Livre	25/08/2003	606,19	41
	PA Nossa Senhora Aparecida II	24/12/2004	976,45	73
	PA Cafeeira	08/10/2007	1.968,58	125
	PA Santa Isabel	17/09/2008	1.033,48	68
	PA Ipê	18/06/2009	978,75	75
	PA Anhumas	12/12/2001	1.350,26	70
	PA Rio Paraná	21/06/1992	2.205,13	92
	PA Pendengo	24/08/2009	4.139,62	245

	PA Nova Vila	15/01/2005	882,37	57
	PA Santa Luzia	18/05/2009	1.077,49	70
	PA São José II	09/02/1988	877,60	39
Guaraçáí	PA Aroeira	17/09/1987	872,17	40
	PA Estrela da Ilha	21/03/2005	2.984,33	209
Ilha Solteira	PA Santa Maria da Lagoa	21/03/2005	1.210,63	75
	PA Rosely Nunes	21/03/2005	1.172,66	85
	PA Cachoeira	29/10/2007	972,57	65
Itapura	PA Zumbi dos Palmares	30/12/2008	1.181,80	80
	PA Primavera	27/07/2006	1.777,06	105
Mirandópolis	PA São Lucas	21/09/2007	1.550,07	68
	PA Dois Irmãos	19/12/2005	1.817,44	125
	PA Santa Cristina	10/04/2006	986,00	54
Murutinga do Sul	PA Orlando Molina	10/11/1998	1.507,65	77
Nova Independência	PA Pousada Alegre	08/08/2005	929,72	60
	PA Santo Antônio	03/05/2002	332,35	30
	PA Terra é Vida	09/01/2004	513,66	39
	PA Olga Benário	18/09/2008	757,57	49
	PA Eldorado dos Carajás	11/03/2010		53
Pereira Barreto	PA Esmeralda	02/12/1987	2.082,13	85
Suzanápolis	PA União da Vitória	19/08/2005	2.906,31	155
Turmalina	PA Santa Rita	03/12/1987	1.074,22	35

Fonte: INCRA, 2010.

Apesar de a área dos assentamentos ter aumentado de forma significativa, maior que qualquer outra região do estado de São Paulo, fica evidente o

favorecimento por parte da iniciativa pública para com o agronegócio canavieiro.

Havia áreas que eram ocupadas pela pecuária extensiva, caracterizadas como improdutivas e que vinham sendo desapropriadas para fins de reforma agrária. Mas, agora estão sendo incorporadas ao sistema produtivo do agronegócio canavieiro. Isso agrava a concentração de terra e a disputa territorial entre os camponeses e o agronegócio para a utilização dessas terras e de recursos naturais, como a água, seja para a produção de alimentos ou para a produção de *commodities*.

Atualmente, a produção de gado leiteiro, que é desenvolvida nos assentamentos, confere à região uma nova identidade produtiva leiteira e a presença das famílias assentadas na região dinamizou a economia dos municípios. A consolidação dos assentamentos na região pode elevar a concepção da política de assentamentos a outro nível, no qual não só é importante a consolidação da propriedade da terra, mas também, a canalização dos recursos públicos como um direito à cidadania dos assentados e o acesso aos recursos naturais, como a água, para viabilizar a produção.

A região de Andradina é uma região simbólica na luta pela terra no Estado de São Paulo e no Brasil, não só devido ao fato de que nesta região está situado o assentamento Primavera, o mais antigo do estado de São Paulo, mas também, em razão das características peculiares em relação às outras regiões do Estado de São Paulo, segundo Ailton Sadao Moriyama (2011), coordenador regional da Superintendência do INCRA/SP. A alta concentração de assentamentos, só é comparável com a região do Pontal do Paranapanema. Na região de Andradina existem quarenta e dois (42) assentamentos, entre antigos e novos, quase que (em média) um assentamento por município, o que incide na visibilidade econômica e política dos sem-terra e da produção camponesa no imaginário da sociedade regional, e tem incidência na conformação da política pública que tem que considerar a inclusão deste setor socioeconômico. Isso, também, em decorrência da proximidade geográfica dos assentamentos, que é marcadamente sintomático nesta região, ao existirem situações de vários assentamentos que ficam dentro do mesmo município, como é o caso do município de Castilho; ou, situações nas quais existem vários assentamentos que ficam uns ao lado dos outros, constituindo um espaço geográfico mais amplo de continuidade da paisagem dos assentamentos, com as implicações sociais, econômicas e políticas que isso pode acarretar.

Por outro lado, a região de Andradina é uma área de desapropriação, diferentemente do Pontal do Paranapanema que são terras públicas e devolutas

do Estado e não se paga por elas na desapropriação, só as benfeitorias. Ao contrário, a desapropriação das propriedades privadas que são avaliadas como improdutivas tem outro valor. "A luta é mais emblemática na desapropriação", comenta Sadao, em referência ao impacto na subjetividade dos que lutam e demandam pela terra e pela desapropriação de uma propriedade privada por ser considerada improdutiva, que descumpra a função social, prevista na Constituição Federal do país. O mesmo não ocorre quando a ocupação é irregular, ainda que em terras públicas, ou em terras "sem proprietário reconhecido".

Andradina é uma região de embate direto da expansão do agronegócio da cana, o que coloca uma nova condição na luta pela terra, desde que o cultivo da cana é um cultivo de alta rentabilidade e de contribuição ao desenvolvimento do Brasil, destruindo o argumento da improdutividade dos latifúndios como critério de avaliação para a desapropriação.

MAPA: MICRORREGIÃO DE ANDRADINA - LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

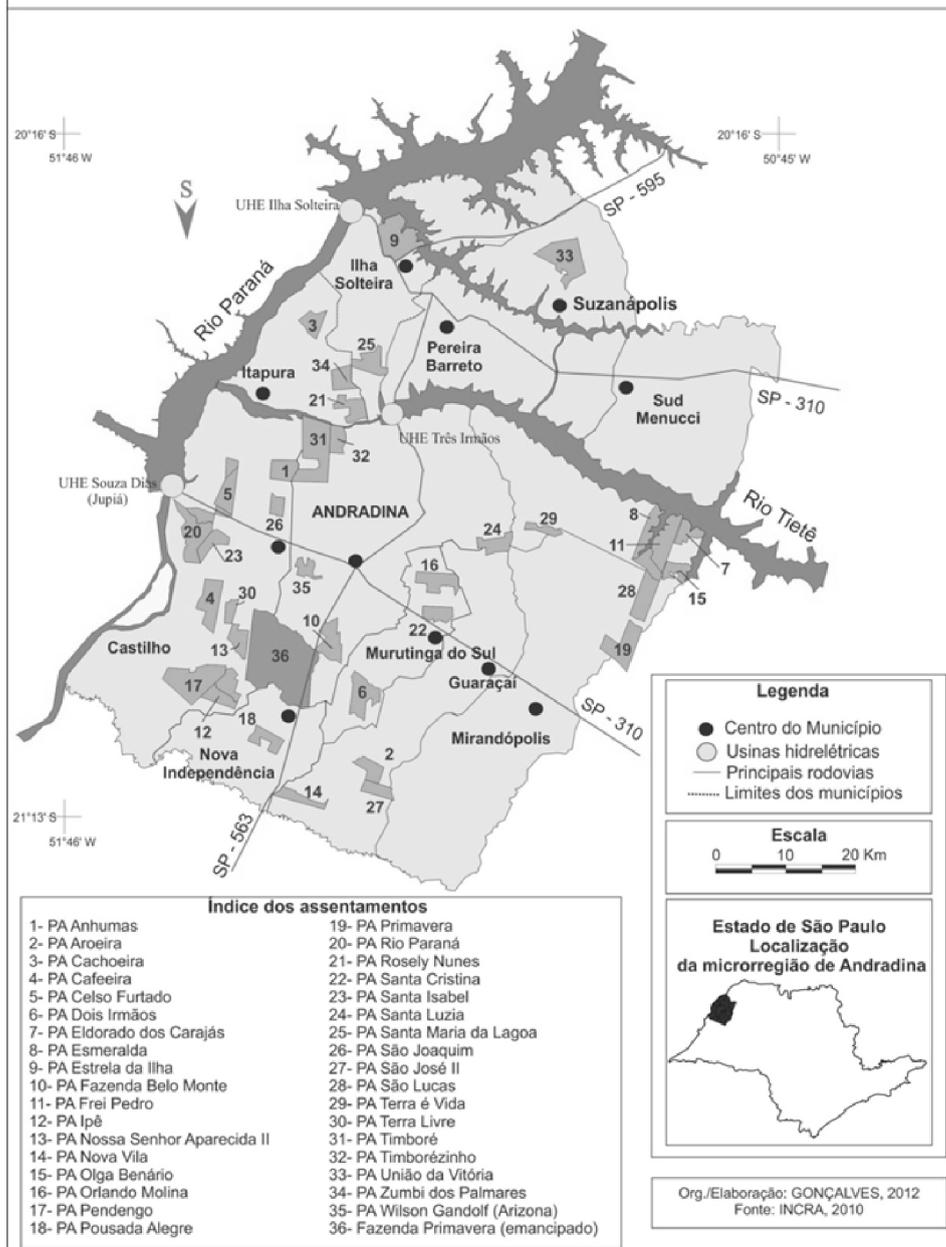


Figura 7 – Microrregião de Andradina – Localização dos Assentamentos Rurais.
Fonte: INCRA, 2010.

Tabela 5 – Região Oeste B (Andradina e Promissão).

Município	Assentamento	Criação	Famílias	Nº de questionários
Andradina	PA Timboré	23/06/95	176	8
	PA Prima vera	22/06/81	280	13
	Thimborezinho		44	2
Castilho	PA Celso Furtado	09/12/05	179	8
	PA Terra Livre	25/08/03	41	2
	PA Rio Paraná	21/06/92	92	4
Mirandópolis	PA Prima vera	27/07/06	105	5
	São Lucas	21/09/07	68	3
Pereira Barreto	PA Terra é Vida	09/01/04	39	2
	PA Esmeralda	03/12/87	85	4
Itapura	Olga Benário	18/09/08	49	2
	El Dourado	11/03/10	53	2
	PA Roseli Nunes	21/03/05	85	4
Gália	Margarida Alves	20/06/07	15	2
Guarantã	Antônio Conselheiro	06/10/98	147	7
Pirajuí	Vitória	21/08/09	10	1
Promissão	Reunidas	9/02/88	585	28
	Dandara	11/11/04	187	9
TOTAL			2240	106

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

REGIÃO CENTRAL

A região Central do Estado caracteriza-se pelo alto dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Como cobre uma vasta extensão territorial, subdividimos a região em microrregiões, de forma que a pesquisa cobriu assentamentos em Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. As microrregiões de Ribeirão Preto e Araraquara, por exemplo, são tratadas como a Califórnia Brasileira. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra.

A característica de luta pela Reforma Agrária nesta região se estabelece a partir do contraponto do agronegócio com a possibilidade dos assentamentos, protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vinculam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora se ligam aos movimentos sociais (em especial o MST). É possível identificar territorialmente a disputa por estas instituições pelo maior rebanho nos assentamentos.

No caso específico das cidades mais próximas geograficamente à Araraquara onde se encontra a sede do sindicato a força do mesmo se torna maior que a do MST, neste caso específico, são os assentamentos de Araraquara, São Carlos e Descalvado.

Já nas cidades de Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga o MST (e outros movimentos) têm uma atuação mais intensa. A região de Colômbia se caracteriza pela pouca atuação tanto da FERAESP como do MST, tendo como histórico de luta a ação do INCRA e prefeitura local. Esse quadro se refere a uma diferenciação das microrregiões também quanto à direção política.

Para analisar o potencial de desenvolvimento dos assentamentos da região central propomos uma análise a partir da data de criação para verificar a diferença deste processo em assentamentos novos e antigos.

A amostragem desta região possui 7 assentamentos com um total de 1250 famílias, conforme a tabela a seguir.

Tabela 6 – Região de Central.

Município	Assentamento	Criação	Famílias	Nº de questionários
Araraquara	Bela Vista do Chibarro	27/05/1989	244	12
Colômbia	PA Formiga	10/11/2008	58	3
Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro	10/12/2005	40	2
Ribeirão Preto	PDS Barra	20/06/2007	440	21
São Carlos	PA Comunidade Agrária Nova São Carlos	21/08/2009	110	5
Piratininga	PA Santo Antonio	19/12/2001	26	1
Iaras	PA Zumbi dos Palmares	16/09/1998	332	16
TOTAL			1250	60

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Sabemos que o modelo produtivo estabelecido nos assentamentos desta macrorregião situou-se a partir do modelo tradicional de agricultura ligado ao perfil do agronegócio das cidades onde se localizam os assentamentos. Muitas vezes este envolvimento é tamanho que as terras do assentamento parecem, em algumas situações, extensões das próprias empresas agrícolas, como é o caso dos assentamentos Bela Vista e Zumbi dos Palmares.

No entanto, o potencial dos assentamentos pode ser desenvolvido não necessariamente vinculado à noção produtivista e ao modelo do agronegócio. Há outras perspectivas que vêm sendo estimuladas e serão analisadas nos artigos temáticos.

No caso do município de Araraquara, podemos visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação,

fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar, segundo dados do LUPA (Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha.

Região com forte densidade da agricultura modernizada, palco dos conhecidos complexos agroindustriais, há poucos registros da luta pela terra antes da década de 1980, o que não significa a inexistência de movimentos sociais com este caráter. Registros obtidos na grande imprensa em jornais alternativos e através de memórias sindicais dão conta da importante atuação política do Partido Comunista nesta região nas décadas de 50, 60 e 70. Atuação esta que por um lado, objetivava regulamentar a legislação trabalhista e, de outro, lutar pela reforma agrária, dado o peso da concentração fundiária e o não cumprimento da função social da propriedade.

Nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade nacional e regionalmente. Neste caso, como consequência, dentre outras, dos movimentos grevistas dos bóias-frias conhecidos nacionalmente como a era das greves de Guariba. Os bóias-frias já reivindicavam, a partir da década de 70, a garantia de seus direitos trabalhistas, contestando sistemas impostos de corte da cana geradores de uma intensiva exploração da força de trabalho, progressivo adoecimento, dentre outros.

Sofrendo a repressão aos seus movimentos grevistas, em muitos casos materializada em demissões e listas negras e orientados pelo Sindicato de Assalariados Rurais de Araraquara, os bóias-frias dessa região e de outras passam, a partir da segunda metade da década de 80, de forma mais consistente, a reivindicar terra. Ocupações passam a ser freqüentes em vários pontos do Estado e do País e, no plano institucional, o Estado Brasileiro, sob pressão dos movimentos sociais do campo, institui o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, alvo de críticas e de elogios.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, o município de Araraquara (na região Central do estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos,

perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o Itesp, 418 famílias que ali residem. A área da Fazenda Monte Alegre era, originalmente pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados.

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recente do projeto do assentamento Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à Codasp e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrade (que dá nome ao Horto). As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

Além desses núcleos do ITESP, existe um projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes originalmente e atualmente com 211 famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE & BARONE, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada

com cana – cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno socioeconômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarianização rural (FERRANTE, 1992). Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior de assalariamento.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária.

Inegavelmente, a expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos. Entretanto, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês continuam tendo peso significativo no viver dos assentados, assim como as perspectivas de diversificação que em nenhum momento foram dissolvidas com a integração nas parcerias.

Destacam-se o papel importantíssimo dos assentamentos nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas

de segurança alimentar.

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a existência de pequenos produtores rurais que permanecem à beira dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente, ou de forma mais arrasadora, os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muitos por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Neste sentido, ao pensarmos o desenvolvimento dos assentamentos como expressão de uma trama de tensões e conflitos é preciso entender que o mesmo se estabelece nas lutas que são travadas em torno desse ambiente construído socialmente. Trata-se, portanto, de uma concepção de região que vai além do espaço geográfico mais próximo e envolve uma nova forma de organização, perceptível a partir da atuação de atores locais (FERRANTE, 2011).

A este respeito, Ferrante, Barone (2011) destacam que as estratégias de diversificar a produção podem gerar autonomia para os assentados, no sentido de não depender da comercialização de um único produto agrícola ou de um único canal de produzi-lo e comercializá-lo; além disso, a agricultura praticada se volta para características mais tradicionais e sustentáveis, baseadas no uso dos recursos disponíveis localmente. Certamente, estes são pontos que certamente podem promover a liberdade dos sujeitos em terem ações e subsídios, em como fazer para agir e se movimentar, sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes relacionado ao agronegócio.

Assentamentos da região Central: perfil e potencialidades no coração do agronegócio

Na microrregião de Araraquara, apesar da existência de diversificação agrícola que será apresentada no artigo sobre sistemas produtivos, é importante destacar a complexa relação de parceria agroindustrial, principalmente para plantio de cana-de-açúcar. Em outros estudos temos demonstrado a assimetria nas relações e nas informações, geradas entre "parceiros" tão distantes social e economicamente (FERRANTE & BARONE, 2011). Os benefícios da parceria têm se dado numa esfera estritamente econômica, embora seja difícil dimensionar tais benefícios quando levamos em conta os custos produtivos e os problemas ambientais (como contaminações e queimadas). Simbolicamente, temos discutido que os pacotes agrícolas exigidos pelas agroindústrias canavieiras para satisfazer suas necessidades produtivas acabam representando as amarras a que ficam

submetidos os assentados, pois retiram-lhes autonomia em todo o processo produtivo e de comercialização, gerando inclusive o endividamento em muitos casos. Apesar disso, estimamos que 80% das famílias em assentamentos da microrregião de Araraquara aderiram ao plantio de cana agroindustrial em 2010, segundo elas, pela falta de outras alternativas na história dos assentamentos²⁰.

As principais alternativas ao desenvolvimento das famílias além da integração agroindustrial vêm se dando a partir da possibilidade de comercialização em programas de compra governamentais e em feiras de produtores municipais.

No assentamento em São Carlos, essa estratégia de comercialização também predomina, embora com maiores dificuldades pela falta de água e a quantidade de tocos de eucaliptos da antiga fazenda que impedem o uso do solo, justamente porque durante a implementação do assentamento, a destoca não foi realizada.

Nos assentamentos de modalidade PDS essa forma de comercialização também predomina, principalmente os produtos de horticultura e fruticultura. Embora exista muita criação de pequeno porte (aves e suínos) esses produtos voltam-se mais ao autoconsumo do que para comercialização. Uma das principais dificuldades dos PDS's é o tamanho do lote. No PDS da Barra, em Ribeirão Preto, cada família possui um lote de aproximadamente 1,5 hectare. Apesar do tamanho do lote de cada família ser bem menor em relação aos outros assentamentos, os técnicos do INCRA informam que existem áreas (de APP e mata ciliar) nas quais os assentados podem fazer uso coletivo, porém na prática existem poucos projetos para uso dessas áreas.

É necessário destacar que os PDS's se diferenciam dos PA's sobretudo em função do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Os PDS's estabelecem normas para o uso do solo e demais recursos naturais, bem como regulam o uso de insumos externos e poluentes, como os agrotóxicos, no assentamento. Neste sentido, as normas do TAC podem funcionar para a prática de uma agricultura ecológica, mas também podem ser medidas restritivas das estratégias dos assentados e, sobretudo, dos problemas por eles enfrentados nas lavouras. A pesquisa não identificou como contrapartida ao modelo, por exemplo, orientações técnicas e créditos diferenciados. O modelo PDS foi pensado e executado primeiramente na região Amazônica, no intuito de compatibilizar os assentamentos

²⁰Vale mencionar que após longo período de pressão das organizações das famílias assentadas, o INCRA/SP acaba de autorizar o plantio de cana em parceria com agroindústrias em até 40% de cada lote do assentamento Bela Vista do Chibarro.

rurais com a preservação da biodiversidade. Transposto para o estado de São Paulo, certamente não encontrou o mesmo cenário de preservação do bioma da região, no entanto, prevê várias ações visando a recuperação da vegetação nativa, como projetos em parceria com universidades e centros de pesquisa, como a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna).

A microrregião na qual está inserido o assentamento de Colômbia é igualmente influenciada pelo complexo canavieiro e os assentados possuem contratos de fornecimento com as usinas. Por outro lado, o assentamento já passou por projetos de produção de grãos, como a soja e criação de gado leiteiro financiados pelo PRONAF. No entanto, os assentados mencionam que foi justamente a parceria para plantio de cana que possibilitou uma maior capitalização das famílias. Assim como relatado no assentamento Bela Vista do Chibarro, o dinheiro recebido com a cana vem sendo investido na produção de outras coisas, no caso, para a produção de abacaxi.

Na microrregião de Piratininga e Iaras, os assentamentos são fortemente influenciados pelo complexo papelero em seu entorno. Em Iaras, apesar de haver muitos produtores de gado leiteiro e uma produção mais diversificada para o autoconsumo, cujo excedente tem sido comercializado no mercado institucional, há forte presença de eucaliptos nos lotes. Trata-se de um assentamento em constante transformação, já que integra uma grande área pública largamente utilizada pelo complexo papelero e que vem sendo objeto de novas ocupações de terras, de forma que há núcleos de assentamento mais antigos e mais novos. À época da nossa pesquisa de campo, em 2011, havia nova área sendo ocupada pelo MST.

Relatos de praticamente todos os assentados entrevistados mostram um desânimo com a situação. No início, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras e Região (COCAFI), em parceria com o INCRA, prometeram extrair a madeira e reverter o dinheiro para o assentamento. Projetos grandes – como a construção de um laticínio no valor de R\$ 425.000,00 – foram discutidos e anunciados em assembleias com os assentados, porém eles relataram que apenas viram caminhões carregados de madeira saindo do assentamento e nenhuma benfeitoria de grande porte foi realizada. Os assentados reclamaram que o dinheiro da madeira foi revertido apenas em 2 tanques de resfriamento de leite, 10 ordenhadeiras mecânicas, 100 kits horta e 2 tratores para a cooperativa, mas isso estava muito aquém do que havia sido prometido e acordado.

O PA Santo Antonio está igualmente inserido em um entorno completamente

envolvido por grandes monoculturas de eucaliptos e também fazendas de bovinocultura. Porém, a pesquisa não identificou uma relação tão problemática e nem a presença tão forte de eucaliptos no assentamento. Foi verificada grande produtividade de mandioca, pelo fato de existirem farinheiras na região, especialmente na cidade de Itapeva, com as quais há possibilidade de comercialização. Por outro lado, há também muitos produtores de cereais (sobretudo feijão e milho). Um dos técnicos que presta assistência na região mencionou o potencial da região para a fruticultura.

REGIÃO LESTE

A região Leste, delimitada pelo INCRA, destaca-se pela vasta extensão territorial e pela heterogeneidade dos assentamentos. Por isso, subdividimos a região em três, conforme quadro a seguir. No presente artigo, descrevemos as condições mais gerais de constituição dos assentamentos visitados e, após, condições mais específicas das regiões e dos projetos de assentamentos, com foco na organização, infra-estrutura, políticas públicas e estratégias ao desenvolvimento²¹.

Os assentamentos da região Leste também são diferenciados quanto à data de criação, número de famílias e o tamanho médio dos lotes²², conforme a tabela a seguir.

²¹Por se tratar de uma região bem recente no histórico de pesquisa do nosso grupo, a caracterização da região se fundamentará em nossas pesquisas e materiais de campo, como entrevistas com técnicos e lideranças da luta pela terra.

²²O tamanho do lote refere-se a uma média, pois há assentamentos com grande diferença, por exemplo o de Apiaí, que tem lotes que vão de 3,5 ha, outros com 6 ou 7 ha e outros ainda com 10 ha.

Tabela 7 – Região Leste.

Região	Município	Assentamento	Criação	Famílias	Nº de questionários
Eixo Anhanguera	Americana	PDS Comuna da Terra Milton Santos	11/07/2006	85	4
	Cajamar	PDS São Luiz	27/07/2006	37	2
Vale do Paraíba	Biriti Mirim	PA Sítio Casa Grande	19/12/2006	48	2
	Tremembé	PA Tremembé	24/04/1995	97	5
	São José dos Campos	PDS Nova Esperança	05/11/2001	61	3
Vale do Ribeira	Itapetininga	PA 23 de Maio	4/12/2007	46	2
	Apiaí	PDS Professor Luiz de David Macedo	27/07/2006	86	4
TOTAL				452	22

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Segundo os técnicos entrevistados, o processo de seleção das famílias é amparado legalmente pelas normas específicas do INCRA. A prioridade de assentamento das famílias acampadas para solução de conflitos locais foi levada em conta em todos os casos. Houve participação do MST e das famílias acampadas organizadas.

Também segundo os técnicos, o planejamento dos assentamentos e ocupação das áreas após a seleção das famílias contou com a participação das famílias e do MST junto com o INCRA. Vale destacar que há dois tipos de assentamentos na região: o PA e o PDS, cujas principais diferenças situam-se nos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) assinados pelos assentados em um e outro caso.

O MST é o movimento mais ativo na região Leste, responsável pela

mobilização dos trabalhadores e pela implementação de todos os assentamentos pesquisados, porém em épocas distintas.

No entanto, já na situação de assentamentos, a organização interna é marcada por rupturas de grupos que desistem de participar do MST e fundam associações e cooperativas produtivas – além de outros grupos sem vínculos formais, como de amizade, parentesco, de mulheres etc. – a fim de fortalecer a produção e a comercialização, bem como garantir o espaço conquistado. Com isso, criam novos espaços de autonomia para as famílias assentadas em relação ao movimento. Por outro lado, relatam que há investidas do movimento contra aqueles dissidentes. Essa realidade aparentemente só é contrariada no caso dos assentamentos de Cajamar e Americana.

Vale do Paraíba

Nos assentamentos mais antigos a organização da luta tem grande influência do MST. No assentamento Tremembé, a luta pela terra se inicia com 800 famílias vindas da região de Campinas que fizeram ocupações na região de Andradina, onde 500 famílias foram assentadas. As 300 famílias que não foram assentadas ficaram sabendo de terras da Petrobrás na região de Tremembé, que iriam ser loteadas, e resolveram voltar e lutar pela conquista de um pedaço de terra na região. Hoje, por questões políticas e ideológicas, houve o rompimento com o MST e apenas 4 famílias ainda fazem parte do movimento, no que atualmente é o assentamento de São José dos Campos (Nova Esperança I).

O processo de luta no assentamento Nova Esperança I também pertence ao histórico vínculo com o MST. O movimento social que articulou a ocupação dos trabalhadores iniciou sua empreitada pela conquista do assentamento Fazenda Conquista em Tremembé. Uma área foi emprestada ao MST para que eles pudessem juntar mais famílias e organizar a luta no Vale do Paraíba. Após três meses conseguiram que mais famílias aderissem ao movimento e no dia 23 de Fevereiro de 1998 ocuparam a fazenda Sapucaí, em Pindamonhangaba. Permaneceram sete dias até que a reintegração de posse foi expedida. Os militantes, então, ocuparam a Rodovia Presidente Dutra, onde permaneceram por cinco meses. As dificuldades eram muitas, mas, após os cinco meses morando na beira da rodovia por orientação do movimento. No dia 16 de Setembro de 1998, 180 famílias, ocuparam a Fazenda Santa Rita, após 1 ano acampados o dono da fazenda conseguiu a reintegração de posse, e as famílias foram para fazenda vizinha (Santa Clara). No final do ano de 2001 foi feita a aquisição da fazenda Santa Rita pelo INCRA e as famílias puderam voltar, no início de 2002

foi homologado o assentamento Nova Esperança I²³.

Por outro lado, os assentados da região do Vale do Paraíba contam também com outro tipo de formação política: os assentados têm passagens pelos grandes centros urbanos, normalmente trabalhavam em metalúrgicas e eram ligados a sindicatos com características marcantes de luta pela melhoria das condições de vida, pensavam na construção de uma coletividade. Após se vincularem ao MST, se identificaram com a filosofia do movimento e passaram a ser militantes da reforma agrária. Diferentemente, em Biritiba Mirim, os assentados já ocupam o local há mais de 30 anos, na condição de arrendatários.

Região em que predomina produção de hortas para abastecimento da capital e do ABC. Principalmente mais perto desses centros urbanos (Biritiba), onde no caminho para o assentamento pudemos ver inúmeras hortas grandes, algumas voltadas ao mercado de orgânicos (pequenos e médios produtores inseridos nas grandes redes de varejo, como Pão de Açúcar).

Para a prefeitura de São José dos Campos, a área em que o assentamento está inserida é considerada macrozona de expansão urbana (Zona de Chácaras de Recreio, ZCHR). Na entrada do assentamento e fazendo divisa com os primeiros lotes existe um condomínio (Colinas do Parahyba), de casas de luxo, o muro que cerca toda sua extensão está pronto e algumas casas já estão construídas. Seus donos são geralmente pessoas da cidade de São José dos Campos que moram em prédios no centro e estão construindo mansões no condomínio afastado da cidade para passarem os finais de semana. O asfalto vai até a portaria do condomínio, depois começa o assentamento e a estrada de terra.

Por outro lado, a região também é marcada pela presença de fazendas produtoras de gado de corte com grande aporte tecnológico e que participam de programas de melhoramento genético (PAINT), focado principalmente o melhoramento genético de animais alimentados a base de pasto.

A região do Vale do Ribeira

Na região do Vale do Ribeira, a maioria das pessoas passou pelo município de Itapeva, onde o MST tem um escritório regional, com centro de formação e uma escola agroecológica, rádio comunitária, a cooperativa Coapri e vários outros projetos (energias alternativas, oleaginosas etc.).

As famílias do PA Ipanema (Iperó) e do PA Carlos Lamarca (Itapetininga),

²³Informações obtidas com liderança local.

assentamentos de origem mais antiga assistida, foram criados na década de 90, momento em que a bandeira do movimento defendia a reforma agrária distributiva orientada pela produção. Localizado na mesma região, o PA 23 de maio (Itapetininga) foi criado no ano de 2007, porém, a origem das famílias, em sua maioria filhos de assentados no município de Itapeva, talvez explique a semelhança no que diz respeito à ocupação e produção no PA. Antes desses três PA's serem decretados, as áreas eram ocupadas por pasto e eucalipto (PA Carlos Lamarca), excetuando o PA Ipanema, área da União, as outras áreas eram de particulares.

As famílias assentadas no PA 23 de Maio (Itapetininga) são oriundas, em sua maioria, dos assentamentos de Itapeva, eram agregados que com o aumento das famílias de origem se mobilizaram junto com o MST para a conquista de outra área.

A área do PA Ipanema (Iperó) decretada em 1995 foi ocupada por cerca de 700 famílias, quase 3.000 pessoas, em maio de 1992, época em que foi criada a Floresta Nacional de Ipanema (hoje sob gerência do ICM/Bio). A relação conflituosa com a administração da Floresta Nacional, verificada desde o início da criação do assentamento, que ocorreu devido à ocupação deste grande número de famílias, foi amenizada após assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os órgãos INCRA e ICM/Bio, acompanhado pela AGU, no ano de 2010. Este acordo visa a transição agroecológica da produção neste assentamento para solução da questão fundiária na área, visto que o PA está situado na zona de amortecimento da unidade.

O PA Carlos Lamarca (Itapetininga), decretado em 1999, também é fruto da mesma mobilização por reforma agrária ocorrida na região metropolitana de Sorocaba nos anos 90. Estas famílias ficaram acampadas em vários municípios da região até a criação do assentamento.

Já o assentamento de Apiiaí, embora inserido numa região com tal influência da estrutura fundiária, localiza-se numa zona de amortecimento entre dois Parques de Preservação (Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR). Segundo os assentados, quando da ocupação da terra pelo assentamento, a fazenda estava degradada. Antes do assentamento, a fazenda era explorada por madeireiros que retiravam cedro e outras madeiras de lei. Com a falência da madeireira, a fazenda passou para o Banco Sudameris. Este vendeu as terras para uma mineradora, que criava 1.500 cabeças de búfalo. Só depois do assentamento, a mata atlântica foi se regenerando, o que lhe dá um grande potencial turístico ecológico. A região também é forte no cultivo de tomate (atividade agrícola

que garante renda aos pequenos produtores). Mas como se trata de um cultivo muito intensivo em insumos químicos, não compatibiliza com as práticas agrícolas normalmente adotadas pelos assentados, especialmente no assentamento de Apiaí que é PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e possui normas específicas de exploração agrícola que impedem o uso de agrotóxicos.

A tendência da região é a expansão das fazendas com monoculturas de pinus e/ou eucalipto e o avanço do agronegócio de papel e celulose. Principalmente em Itapetininga, existem vastas extensões de terra com essas monoculturas e em todo entorno dos lotes do assentamento visitado.

Região Cajamar e Americana (Eixo Anhanguera)

Nesta região predomina o eucalipto e as indústrias de papel e celulose em Cajamar e, em Americana, predomina a cana e um parque industrial mais diversificado.

Após um panorama geral sobre esta região, abrangendo também aspectos do assentamento de Limeira, como exemplificação da luta pela terra e dos desdobramentos deste complexo processo, vamos nos deter um pouco no aprofundamento da situação do assentamento de Cajamar.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável São Luiz (Cajamar), Milton Santos (Americana) e Elizabeth Teixeira (Limeira) são frutos da luta do MST travadas nos anos 2000, momento em que agrupa-se, com bastante ênfase, à bandeira da reforma agrária a questão ambiental e a recuperação das terras públicas. Esses assentamentos possuem muitas semelhanças, entre elas a proximidade dos grandes centros urbanos. As áreas eram ocupadas por pasto e eucalipto (São Luiz e Elizabeth Teixeira) e cana e soja (Milton Santos). O PDS São Luiz foi objeto de compra através do Decreto 433/92, o Milton Santos pertencia ao INSS e foi cedido ao INCRA para solucionar conflito na região e, o Elizabeth Teixeira, área da União, ainda é objeto de disputa judicial entre a União/INCRA e a prefeitura do município de Limeira

A origem das famílias desses assentamentos é essencialmente urbana. O trabalho de base do MST foi realizado nos municípios de São Paulo, Campinas e entorno em épocas distintas. Dessa forma, a maioria dos beneficiários realizaram e ainda realizam esporadicamente (São Luiz, Milton Santos e Elizabeth Teixeira) trabalhos relacionados à construção civil, cozinha entre outras atividades nos municípios vizinhos.

O PDS Milton Santos (Americana) foi criado em 2006, após sucessivos despejos na grande Campinas, região caracterizada pela grande especulação

imobiliária, em dezembro de 2005 as famílias foram para área com autorização do INCRA. As famílias do PDS São Luiz também foram assentadas no ano de 2006, após diversos despejos na região metropolitana de São Paulo a área da fazenda foi adquirida pelo INCRA através do Decreto 433/92.

O Horto Florestal Tatu, município de Limeira ainda é objeto de disputa judicial. A criação do assentamento está suspensa por conta do Mandado de Segurança impetrado pela prefeitura do município no STJ. As famílias, já passaram pelo processo de seleção e encontram-se numa área limitada pela justiça federal de Piracicaba (100 ha) dentro do horto aguardando solução litigiosa.

Os PDS (s) Milton Santos e São Luiz possuem áreas reduzidas. No momento de criação destes assentamentos o modelo institucional – PDS – foi adotado em concordância com as reivindicações e denúncias (ambientais) das famílias organizadas, sendo também, semelhante ao projeto "Comuna da Terra" do MST. No decorrer da permanência das famílias, a disposição coletiva foi alterada, os beneficiários resolveram dividir as parcelas individualmente, ou seja, cada família ficou com seu lote de 1 ha, aproximadamente. Ainda existem áreas de produção coletiva nos dois assentamentos, porém a equipe relatou dificuldade em dimensionar este trabalho em grupo. Como já apontado, o PDS Elizabeth Teixeira encontra-se suspenso.

Algumas particularidades da luta pela terra em Cajamar

Desde 2004, aproximadamente 40 (quarenta) famílias lutavam por terra, moradia e trabalho na região de Cajamar (antes chegavam a duzentas, permanecendo em 2006 apenas quarenta), sofrendo todas as dificuldades resultantes da vida em um acampamento.

As adversidades incluíam, além da falta de água, de luz e de alimentação, o frio de quase 5 graus de madrugada (devido à moradia precária nos barracos de lona), a violência simbólica do preconceito por parte da sociedade local e a violência física, quando sofreram diversos despejos.

A violência simbólica do preconceito que esta população sofreu e, que ainda sofre relativamente, pode ser comprovada pela forma como os serviços público e privado da região atendiam os sem-terra. Ainda durante a ocupação das áreas a pesquisa realizada por Lucila Fernandes, da USP²⁴, constatou o seguinte:

²⁴"População dos trabalhadores rurais sem terra e o Sistema Único de Saúde: acesso de mulheres aos serviços de pré-natal na atenção básica".

Diante do contexto das mudanças no âmbito social, propôs-se um estudo de acesso aos serviços de saúde com as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que sabidamente encontram dificuldades, inclusive a realidade da não fixação de suas moradias. Objetivo: Verificar o acesso de mulheres trabalhadoras rurais sem terra aos serviços de pré-natal no âmbito da atenção básica. (...) Resultados: As mulheres foram atendidas na **Unidade Básica de Saúde de Cajamar** pela proximidade geográfica. Evidenciaram condições de vida precários, **percepção da "discriminação" por serem do MST por parte do pessoal de saúde, prática de violência física**, além de outras e reduzida condição de adoção de métodos contraceptivos.

Ainda no aspecto da violência simbólica que as famílias dos acampados sofreram foi identificado com conteúdo preconceituoso e inverossímil o panfleto distribuído na cidade de Jundiá pelo vereador Marcelo Gastaldo (PTB – Jundiá) com os seguintes dizeres:

DIGA NÃO PARA A INVASÃO DO MST

Vamos salvar a Serra do Japi

Em fevereiro de 2006, o MST tentou invadir a nossa Serra do Japi.

Seriam 1.000 famílias ou 4.000 pessoas entrando e destruindo o nosso maior patrimônio.

Os vereadores, o COMDEMA, o conselho gestor da serra, a prefeitura, a promotoria do meio ambiente, a OAB e os jornais de Jundiá levantaram suas vozes e conseguiram impedir que esse crime acontecesse.

Agora o INCRA (Órgão do Governo Federal) quer desapropriar uma fazenda (dentro da Serra do Japi) no Município vizinho de Cajamar para assentar os sem terra do MST.

Se isso acontecer, as portas para uma invasão em massa estarão abertas (**por onde passa um boi passa uma boiada**).

As 4 cidades que participam da Serra do Japi, (Jundiá, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus e Cabreúva) estão unidas para defender a nossa Serra do Japi.

Por isso pedimos que assine o manifesto que está percorrendo Jundiá, para que possamos levá-lo ao Presidente da República, demonstrando que aqui nós temos lei e ordem e ninguém e nem o MST vai tomar a nossa Serra do Japi.

(Assinado por) Vereador Marcelo Gastaldo (PTB)

Nem é preciso tecer maiores comentários ao panfleto. Já era de se prever que as instituições públicas e parte da sociedade civil, sob a desculpa da defesa do meio ambiente se colocassem contrárias à reivindicação por terras na região.

Em relação à violência física dos despejos, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em relatório de 2004, denunciou:

SÃO PAULO – Setembro de 2004 – Despejo Violento

Dia 9 de setembro, 200 famílias sem terra foram despejadas pela polícia militar de São Paulo, da Fazenda São Luiz, município de Cajamar. A ação começou por volta das 5 horas da manhã, com o acampamento sitiado pela tropa de choque da PM. As famílias desmontaram os barracos que puderam e foram expulsas da área, deixando para trás suas hortas, barracos e todas as melhorias que haviam feito na área, antes totalmente abandonada. Após as famílias saírem, um trator destruiu as plantações.

O objetivo desses trabalhadores é conseguir a desapropriação da fazenda, que possui 955,9 hectares, sendo que 534 são aptos à agricultura. Hoje, essa fazenda possui apenas enormes plantações de eucalipto. Parte dessas terras encontra-se em Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Japi. As APAs são áreas submetidas ao planejamento e à gestão ambiental, com o objetivo de garantir a preservação da vida silvestre, a proteção dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população local. No entanto, a monocultura de eucalipto não possibilita a preservação da área.

Foram cinco (5) o número de despejos sofridos por essas famílias no processo de conquista da terra. Diversos documentos foram feitos contra as famílias e o assentamento na região, tanto por parte de organizações não-governamentais como por parte de órgãos públicos locais. O argumento base contra a permanência dessas famílias no local foi a possível degradação ambiental que a Serra do Japi sofreria com o assentamento daquelas famílias.

Entretanto, esse argumento foi facilmente desmontado pela evidente presença da especulação imobiliária e do plantio e extração de eucaliptos há décadas. E essas atividades nunca foram, até hoje, alvo da preocupação dos ambientalistas. Pelo contrário, foram denunciadas pela ação das famílias assentadas.

As fotos guardadas em arquivo demonstraram e evidenciaram a degradação ambiental e a caça predatória, presentes na área e praticadas pelos madeireiros.

Ficava cada vez mais nítida e acirrada na sociedade local a política de intolerância contra as famílias sem-terra, principalmente quando se lembra que,

em 2002, o ex-proprietário da Fazenda São Luiz anunciou sua venda nos jornais, visando realizar um empreendimento imobiliário através da venda de lotes. E, nessa ocasião, nenhuma manifestação contrária ao loteamento de lazer e moradia foi feita por parte dos ambientalistas de plantão.

Em contrapartida, em relação à possibilidade do assentamento de trabalhadores sem terra, foram inúmeros os abaixo-assinados enviados ao presidente da República, notas em jornais, atos públicos, todos realizados contra o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, implementado pelo INCRA/SP.

Além da especulação imobiliária abundante na região – que já possui diversos condomínios de alto padrão – presenciava-se também a monocultura e extração de eucaliptos, que conforme é sabido e também denunciado é degradante ao meio-ambiente, escasseia o lençol freático e os mananciais, tornando árida a terra utilizada.

Vale lembrar que essas plantações têm invadido a área de proteção ambiental e muitas vezes têm destruído a vegetação nativa. Mas, a ameaça de uma vizinhança pobre ao lado de terras de especulação imobiliária de alto valor incomodava a elite local.

Por outro lado, também houve algumas opiniões na comunidade local que viram com bons olhos e compreenderam a modernidade do "Projeto de Desenvolvimento Sustentável", acolhendo como positivo o assentamento planejado das famílias de trabalhadores.

No Jornal dos Bancários de Jundiáí, em julho de 2006, frente à ação de políticos da cidade contra o assentamento e diversas denúncias sem fundamento noticiou-se o seguinte:

Além disso, o assentamento não fica em área virgem e descampada, como dizem alguns, mas sim na improdutiva Fazenda São Luiz, que agora está fértil devido ao trabalho daquelas famílias, inclusive com várias melhorias e com diversos tipos de cultura florescendo, como mandioca, milho e girassol. Por último, próximo ao assentamento e muito mais próximo à Serra, existe desmatamento (corte de eucaliptos, principalmente) que não é feito pelos assentados, mas sim por pessoas que não estão sendo denunciadas pela mídia. Ora, se fosse verdade que o MST está na Serra do Japi, estes madeireiros também não estão, pois são áreas vizinhas? Por fim, no caminho do assentamento, e após ele, existe uma estrada bem conservada, ladeada de casas (algumas de alto padrão), chácaras com lagos e campos de futebol

e até mesmo templos religiosos. Cumpre observar que, se o que procuramos é a defesa da verdade, então por que se está transmitindo à população de Jundiá informações tão incorretas e parciais? Se é que há ilegalidade, será que só as famílias assentadas devem ser penalizadas? E as casas e construções próximas, estarão isentas de reprimendas? E os madeireiros? Vamos ver se, de posse destas informações, alguns que antes disseram tanto, agora usem seus meios de divulgação para desdizê-las, fazendo a opinião pública ter acesso a todas as verdades, e não só às mentiras que alguns querem fazer passar como fatos reais.

À época, apesar de não noticiado na imprensa, uma (pequena) parte da população dava certo crédito à criação do assentamento. Um abaixo assinado em apoio ao assentamento foi divulgado. Esta trajetória é bem reveladora dos impasses enfrentados pelos assentados na sua luta por permanecer na terra.

Referências

ANTONIO, A.P. **O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado.** Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990. 1990. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. A reforma agrária que temos: conflitos e resistências na política de assentamentos em São Paulo. XV Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS (GT 01 – "A questão agrária no Brasil contemporâneo: redefinições teóricas e dilemas políticos"). Curitiba/PR – 26-29/julho/2011. In: **Anais...**, Curitiba, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B. A Proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, São Paulo, v.20/21, EDUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar:

tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011

INCRA-SP. **Retratos do Campo**. A reforma agrária que produz e alimenta. Ano 1, v.1, 2010.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Acesso em: 15 out. 2011. Disponível em:< www.fct.unesp.br/nera>.

FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PASSOS, M.M. **A paisagem do Pontal do Paranapanema: uma apreensão geofotográfica**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, no. 1, p. 177-189, 2004.

SISTEMAS PRODUTIVOS EM PERSPECTIVA COMPARADA NOS ASSENTAMENTOS DAS REGIÕES CENTRAL E LESTE

Henrique Carmona Duval¹

César Giordano Gêmero²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Oriowaldo Queda⁴

Oscar Frederico Accyoli Landmann⁵

Resumo: O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa junto aos assentamentos federais em duas macrorregiões do estado de São Paulo: região Central e região Leste. Priorizamos caracterizar os principais sistemas produtivos e formas de comercialização. Por outro lado, o artigo também faz um primeiro retrato dos sistemas agrícolas a partir do Programa de Aquisição de Alimentos como incentivador do desenvolvimento nos assentamentos. Mostramos que a diversificação tanto da produção agrícola como dos meios de escoamento é estratégica para as famílias assentadas. Os resultados apontam que os assentamentos melhoram muito as condições de acesso a alimentos das famílias assentadas. A pesquisa mostrou ainda que as famílias assentadas vão constituindo um mercado consumidor para sua produção e mesmo um mercado interno nos assentamentos e, com os recentes programas de compra do governo, as garantias de escoamento da produção são maiores, intensificando-se a relação

¹Sociólogo. Doutorando em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP. henriquecarmona@hotmail.com

²Zootecnista. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA. giordano_z@hotmail.com

³Socióloga. Pesquisadora 1A CNPq. Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. mestrado@uniara.com.br

⁴Professor titular aposentado da ESALQ/USP e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

⁵Gestor Ambiental. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

assentamentos e municípios. Além disso, a garantia de comercialização via executivos municipais vem se constituindo mais relevante enquanto política pública do que os créditos e financiamentos.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Análise Regional; Sistemas Produtivos; Programas de Compra do Governo; Autoconsumo.

***Abstract:** This paper presents results of research with federal settlements in two geographical regions of the state of São Paulo: the Central and Eastern region. We focus here characterize the main types of production systems and marketing, in which we highlight the part destined to family self-consumption and flow through institutional markets. We show that both diversification of agricultural production and commercialization are strategic for the families settled. This picture of the production systems makes it clear that the settlements contribute to that families have better access to food, from access to land. The survey also showed that the resettled families will constitute a consumer market for their production and even an internal market in the settlements, but with the recent purchase programs of the government guarantees of product flow are larger and, therefore, intensifies the regarding settlements and cities.*

Keywords: Rural Settlements; Regional Analysis; Production Systems; Programs of Government Purchases; Production for Self-Consumption.

Apresentação

No presente artigo, apresentamos os dados da pesquisa UNIARA/INCRA referentes aos principais sistemas produtivos – cultivos vegetais e criações animais – encontrados nos assentamentos das regiões Central e Leste. Para nortear a discussão foram considerados os seguintes elementos: o estágio produtivo, a destinação da produção e formas de comercialização, a participação de homens, mulheres e jovens no sistema produtivo, a existência e o tipo de financiamento. Outros elementos, como acesso à água e o tipo de manejo (usos e custos de insumos internos e externos) também são considerados comparativamente nas duas regiões. O retrato ora apresentado dos sistemas produtivos reflete as informações obtidas pela aplicação de questionários semi-estruturados e pela descrição em diários de campo das visitas aos assentamentos, durante a referida pesquisa.

No entanto, vale ressaltar que as reflexões contidas neste artigo fazem parte de um ciclo mais amplo de pesquisas, voltado à relação entre assentamentos rurais e desenvolvimento no estado de São Paulo. Compreendemos o desenvolvimento pela ótica de uma trama de tensões (FERRANTE, 2010), formada pelas relações entre diferentes agentes sociais que disputam e definem os rumos das experiências de reforma agrária. Desta maneira, existem diversos interesses políticos e espaços de deliberação, estruturantes da vida das pessoas no interior dos assentamentos, mas que comportam, igualmente, uma margem para a livre deliberação de cada família assentada acerca do que e como produzir, no que empregar sua força de trabalho, com quem se associar, enfim, quais decisões tomar em diferentes momentos no fazer-se das famílias nos assentamentos.

Notadamente, o presente artigo tem um caráter mais descritivo dos dados da pesquisa de campo e não propriamente das relações dos assentados com agentes externos – como técnicos, representantes do poder público, das agroindústrias e mercados regionais, dentre outros. Portanto, mostra o esforço das famílias em implementar o desenho agrícola em seus lotes (ou pelo menos em parte deles), o que às vezes depende mais de recursos próprios e das suas necessidades imediatas (como a produção para o autoconsumo) do que propriamente por questões de produtividade, orientações da assistência técnica ou das imposições advindas das estruturas agrária e produtiva regionais.

Um retrato dos sistemas de produção vegetal

A produção agrícola vegetal, nas duas regiões em tela, destaca-se pela predominância da horticultura, da fruticultura, do cultivo de cereais e de mandioca e outros tubérculos. Conforme a tabela a seguir, na região Leste a horticultura predomina sobre as demais culturas produzidas, com representatividade de 35% sobre toda a produção vegetal. Já na região Central a situação é um pouco diferente, pois os mesmos quatro grupos de cultivos apresentam-se mais equilibrados. Além do que, na região Central, apareceram outros cultivos que não foram mencionados na região Leste, como cana, eucalipto e café, respectivamente com 6%, 5% e 4%⁵.

⁵Reforçamos que na região Central existem assentados que possuem contratos com grandes agroindústrias para o fornecimento de cana, principalmente nos assentamentos mais antigos, como visto em Araraquara e em Colômbia. Essa informação geralmente é omitida pelos assentados, porque a prática não era legalizada pelo INCRA até pouco tempo atrás. ►►

Tabela 1 – Tipos de culturas produzidas nas regiões Central e Leste.

	Central (%)	Leste (%)
Cereais (feijão, arroz, milho e soja)	20	16
Horticultura	20	35
Frutas	21	29
Mandioca e outros tubérculos	18	20

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

As duas tabelas, a seguir, mostram as porcentagens dos sistemas que já estão em estágio produtivo; os que estão em implementação; e os que estão produtivos e em implementação, ou seja, o número de assentados que já produzem e estão ampliando a área com os respectivos cultivos vegetais.

Tabela 2 – Estágio dos sistemas produtivos Região Central.

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Produtivos	82	84	73	88
Implementação	3	5	10	9
Implementação e produtivo	15	11	18	3

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

⁵(**continuação**)o assentamento Bela Vista do Chibarro, por exemplo, o contrato de produção de cana com agroindustrias passou a ser permitido em 2013, porém, muito antes alguns assentados já plantavam cana em seus lotes ou em partes deles, o que inclusive motivou a reintegração de alguns lotes em 2008. Frente a esta complexa realidade, ver Ferrante, 1994; Ferrante, 1999; Ferrante & Barone, 2012.

Tabela 3 – Estágio dos sistemas produtivos Região Leste.

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Produtivos	75	63	43	80
Implementação	13	13	29	20
Implementação e produtivo	13	25	29	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Podemos perceber que os sistemas em estágio produtivo desses cultivos são bem avançados em ambas as regiões. Na região Leste, os dados mostram que a horticultura e a fruticultura estão em processo de expansão (25% e 29%, respectivamente). A fruticultura geralmente leva um período maior para florescer e produzir os frutos, por este motivo a implementação aparece com porcentagem alta. Vale destacar também que as famílias, desde que são assentadas, estão sempre plantando árvores frutíferas no interior de seus lotes, especialmente no entorno das casas para o sombreamento e controle da temperatura, além da alimentação, o que reflete seus impulsos para transformar o lote também em seu local de moradia e, com isso, simbolicamente fincam raízes no lugar. Neste caso, sua presença não necessariamente indica a preponderância para a produção voltada à comercialização, podendo assim ser mais diversificada junto a espécies nativas. Por outro lado, a expansão da horticultura em muito se relaciona com as novas possibilidades de comercialização abertas por meio do PAA, embora elas também ocupem pequenos (mas importantes) espaços próximos às casas para consumo doméstico.

A categoria referente à mandioca e outros tubérculos (como o cará, o inhame, a batata inglesa e a batata-doce) também se encontra entre as principais produções das duas regiões, pois serve de matéria-prima para diversos alimentos, como a farinha (principal produto beneficiado a partir da mandioca), para o consumo humano e animal *in natura*. Dos assentados que produzem os tubérculos na região Central, 88% deles estão produtivos e, na região Leste, 80% das plantações se encontram em estágio produtivo.

Em geral, a destinação da produção vegetal esteve prioritariamente voltada

ao autoconsumo das famílias nas duas regiões. Na verdade, historicamente podemos enquadrar a destinação desses alimentos conforme descreveu Garcia Jr. (1983), com a "lei da alternatividade": os alimentos podem ser consumidos e/ou comercializados, conforme diversos fatores em uma determinada conjuntura – como o número de pessoas na família para trabalhar e comer, a existência de canais de comercialização, os valores nos mercados, as políticas públicas, dentre outros. As tabelas a seguir, mostram que o mercado institucional (PAA e PNAE), aberto ao longo da década 2000, vem ganhando importância em termos de comercialização, que antes ficava muito em função da venda direta, ocasional ou por meio de atravessadores.

Isso aparece muito claramente na produção de horticultura, na qual se destacam o autoconsumo e a comercialização para o mercado institucional. Na região Central, 45% da produção é destinada para o autoconsumo, 27% para o PAA e 20% para a Merenda, totalizando 47% para o mercado institucional. Na região Leste, os percentuais para autoconsumo e PAA estão empatados e os dados mostram igualmente a diversidade de formas de comercialização praticada pelos assentados. Esta diversidade traz um potencial competitivo na hora da venda da produção, um mecanismo pelo qual o produtor possa obter preços mais elevados e, principalmente, não ser explorado por atravessadores. Com isto, os produtores podem conseguir preços justos durante todo o ano.

Tabela 4 – Destino da produção Região Central.

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Autoconsumo	41	45	42	43
Troca	22	1	8	2
Merenda	8	20	12	14
PAA	8	27	18	28
Feira	2	0	0	0
Venda direta	2	5	10	14
Atravessador	3	1	9	0
Outros	14	0	1	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 5 – Destino da produção Região Leste.

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Autoconsumo	44	35	35	43
Troca	0	0	0	5
Merenda	0	8	6	0
PAA	31	35	32	33
Feira	6	5	6	5
Venda direta	19	11	19	14
Atravessador	0	5	0	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Outro aspecto a ser considerado nestas tabelas é baixa participação dos assentados em feiras, apesar do elevado percentual para autoconsumo. Consideramos que isso se deve às limitações no número de agricultores que podem participar de feiras que acontecem frequentemente nos municípios do entorno. Muitas vezes essa participação se restringe àqueles com veículo próprio e de melhor relacionamento com agentes das prefeituras. Outros tantos participam indiretamente das feiras e de outras formas de venda direta (como para o mercado de varejo), por meio de assentados que participam das feiras ou que possuem veículo próprio, com os quais se estabelece um tipo de parceria para a comercialização de alguns itens.

A maior parte da produção de frutas é para o autoconsumo das famílias, responsável por 42% de sua destinação na região Central. O autoconsumo implica também no consumo de sucos, doces e compotas (além de produtos como bolos e pães, cujas frutas são ingredientes). Para o mercado institucional são destinados 30% da produção de frutas, somando-se os percentuais do PAA e do PNAE. Como disse um assentado da Fazenda da Barra: "O PAA é bom porque você pode vender as coisas que dão no quintal". É justamente o caso da venda de frutas que são plantadas nos quintais domésticos, diversificadas e sem grande escala produtiva. Na região Leste, notamos uma semelhança com a região Central, principalmente pela importância do cultivo para o consumo familiar e para a comercialização nos mercados institucionais.

Já as raízes também servem prioritariamente para o autoconsumo, embora

exista a possibilidade de venda direta para farinheiras, como mostra a tabela anterior. Muitos assentados almejam uma farinha industrial nos assentamentos para processarem suas produções e comercializarem com maior valor agregado, porém existem vários entraves para isso⁶. Já o mercado institucional responde a pelo menos um terço da destinação dos tubérculos (42% na Central e 33% na Leste).

É importante destacar que o termo venda direta representa aqui diferentes estratégias de comercialização, como por exemplo, quando a família possui veículo próprio e leva suas produções para quitandas, supermercados, pontos fixos nas cidades, de porta em porta; também a venda de parte da produção daqueles que não possuem veículos pelos que possuem, o que não se confundia com o atravessador até recentemente, com as vendas pelo PAA. Isso porque, com o programa, alguns assentados que possuem caminhão estão levando a produção dos demais para as prefeituras e instituições. Outro tipo de venda direta relevante são os mercados internos dos assentamentos.

A tendência observada nos dados sobre a destinação dos cultivos vegetais indica a maior parte destinada ao autoconsumo, seguida pela venda institucional. Talvez com o aumento da cota por família/ano no PAA e no PNAE essa relação se torne cada vez mais favorável à venda institucional, de maneira a inverter o destino da produção, tornando prioridade a comercialização. Vale lembrar que as formas de comercialização não são engessadas, ou seja, estão sujeitos a fatores conjunturais e arranjos do cotidiano. Por exemplo, os assentados podem realizar vendas não previstas para vizinhos, atravessadores, podem consumir ou dar de alimentação animal o que pretendiam vender e vice-versa.

Financiamento: um gargalo da produção vegetal?

Apesar da importância dos sistemas produtivos desses quatro cultivos vegetais para o autoconsumo e abastecimentos dos municípios, o acesso a financiamentos tem um percentual muito baixo, conforme as tabelas a seguir.

O financiamento do cultivo de cereais, por exemplo, atinge 23% dos produtores na região Central e, na região Leste, apenas 14% das lavouras de

⁶Em Araraquara, por exemplo, uma farinha está há vários anos para ser concluída, em parceria com a FERAESP, mas enfrentou problemas e com isso os assentados têm que vender a produção *in natura* por venda direta ou por meio de atravessadores, para farinheiras de fora do assentamento.

cereais implantadas foram financiadas. Da pequena parcela de financiamentos realizados para cereais, prepondera o Pronaf. Tais dados mostram a importância que há em saber produzir e armazenar as próprias sementes, uma prática comum dentre os assentados que cultivam principalmente milho e feijão. Além disso, destaca-se todo um conjunto de práticas agrícolas como compostagem, aproveitamento de sobras de alimento, adubos orgânicos, etc., nas produções vegetais no interior dos lotes. Talvez em função da baixa porcentagem de financiamentos e da necessidade de investimentos próprios, os assentados acabam priorizando um tipo de sistema de produção e manejo com baixos custos de produção e uma certa autonomia em relação ao uso de insumos externos, como veremos mais à frente.

Na horticultura, normalmente o produtor procura algum tipo de financiamento para implementação de hortas coletivas ou sistemas automatizados de irrigação. Nota-se igualmente a baixa porcentagem de culturas frutíferas financiadas e os dados mostram que a maior parte dos pomares foi formada a partir do investimento das próprias famílias, sem financiamento de nenhuma fonte. No entanto, existe uma parcela de famílias que fez uso de financiamentos para plantar (isoladamente) banana, manga, abacaxi, maracujá, mamão ou citros, a partir de projetos técnicos de maior produtividade e diferentes, portanto, daquela fruticultura presente nos quintais domésticos.

Com relação aos tubérculos, pela facilidade de propagação das plantas que se enquadram nesta categoria, e o grande número de lotes que possuem pelo menos para autoconsumo, o financiamento deste tipo de cultura é igualmente baixo. Na região Central, apenas 12% obtiveram financiamento, dos quais 75% foram via PRONAF e 25% via INCRA. Na região Leste este dado é bastante semelhante: apenas 10% dos produtores tiveram financiamento de suas plantações, sendo o INCRA a única fonte de financiamento.

Tabela 6 – Acesso à Financiamento – Região Central.

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Sim	23	25	15	12
Não	77	75	85	88

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 7 – Origem financiamento – Região Central.

	Representatividade (%)			
	PRONAF	INCRA	Bancos	Outros
Cereais	49	17	17	17
Horticultura	44	12	0	44
Frutas	37	25	0	38
Mandioca	75	25	0	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 8 – Acesso à Financiamento – Região Leste.

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Sim	14	14	8	10
Não	86	86	92	90

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 9 – Origem financiamento – Região Leste.

	Representatividade dos que tiveram financiamento (%)			
	PRONAF	INCRA	Bancos	Outros
Cereais	50	50	0	0
Horticultura	0	0	0	100
Frutas	0	100	0	0
Mandioca	0	100	0	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Vale destacar que, embora os assentados não recebam financiamento direto para investir em tais sistemas produtivos, muitos deles acabam utilizando dinheiro do PRONAF e AC e dos próprios créditos iniciais, para estruturar os sistemas produtivos, adquirir sementes, mudas, insumos, etc.

Um dado interessante extraído da pesquisa foi com relação à preferência de comercialização. Os assentados de ambas as regiões examinadas no presente artigo consideram a horticultura como a melhor opção de cultivo para a comercialização, pois possui inserção em todos os mercados que eles participam, ocupa mão de obra e dá retorno financeiro de forma permanente. Os desafios ficam por conta do financiamento, da assistência técnica e, principalmente, do acesso à água.

Podemos citar como exemplo o PDS Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto. O sistema produtivo predominante é a horticultura, praticamente todos os entrevistados relataram que é a melhor opção para o assentamento, devido ao tamanho de cada lote (1,4 ha) e a proximidade com a cidade de Ribeirão Preto, o que facilita o escoamento da produção, tanto via CONAB, como feiras livres e venda direta. Porém, o assentamento apresenta sério problema com relação à falta de água. A grande maioria dos assentados não possui água nem para consumo doméstico e depende de ligações clandestinas com o bairro vizinho ou do fornecimento pela prefeitura, via caminhões pipa, de água para consumo humano. Percebemos a diferença que há entre lotes próximos a rios e corpos d'água e os distantes, quanto ao aspecto da produção. Outro aspecto é que os assentados reclamam que existem poços já perfurados pelo INCRA e estão sem funcionamento por falta de energia e rede de distribuição. Sem água para irrigar as hortas, a maioria dos lotes ainda apresenta baixa produtividade.

Marcas sobre o manejo dos sistemas de produção vegetais

Uma característica marcante da agricultura familiar quanto aos sistemas produtivos é o emprego de diversas práticas e técnicas experimentadas e observadas na trajetória de suas vivências. Leva-se em conta, por exemplo, uma prática agrícola de baixo custo e, em contrapartida, a maior exploração do potencial dos recursos locais. Por fim, esse conjunto constrói um método único com esses retalhos, formadores de um manejo misto, cujo caráter tradicional tem tendência por ser a base do que ocorre com frequência nos assentamentos.

Há predominância do manejo tradicional, relatado por metade dos assentados, contra 38% que declaram predominar o manejo convencional em seus lotes. Deve-se destacar, no entanto, que a maioria dos assentados mescla manejo tradicional e convencional. Em ambos os casos, geralmente enquadram-se numa perspectiva mista, com elementos da revolução verde, cuja dependência ocorre em graus diferentes sobre insumos (externos ao sistema). O manejo conservacionista responde por apenas 6%, no entanto, aparecem sempre como manejo misto com outros tipos, trata-se esta de uma prática agrícola com várias

características variáveis.

Vale destacar que os assentados em PDS's podem conseguir um valor maior na comercialização via PAA, que paga mais aos agricultores orgânicos certificados ou semi-orgânicos (sem certificação) como no caso dos PDSs, pois graças ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) torna-se imperativo a produção sem agrotóxicos nesses projetos de assentamentos. Deparou-se com uma minoria de 5% de assentados que declararam empregar as práticas do manejo agroecológico, trata-se de assentamentos tipo PDS (21 de Dezembro e Barra).

Há diversos casos informados no PDS da Barra sobre cultivos orgânicos, por exemplo, assentados que se preocupam em mostrar as sementes que são selecionadas e, muitas vezes, armazenadas em garrafas *pet* ou outros recipientes para poupança, trocas e doações das sementes criolas ou variedades que possuem boa qualidade. Outros comentam sobre a adubação, que é uma reciclagem da matéria orgânica do lote, por exemplo, o uso da cama de frango, esterco de gado, folhas e palhas, etc.

Na região Leste existe tendência parecida com relação às práticas agrícolas. O tradicional foi relatado em sua grande maioria com 41%, sendo que, das nove vezes informadas, os assentados empregam técnicas tradicionais complementadas com outros manejos e as seis vezes restantes manejam apenas com as técnicas tradicionais. Tal mistura com outros manejos como o convencional, que corresponde a 29% do total, sendo que 54,5% destas respostas estão vinculadas com o cultivo tradicional – por exemplo, quando sobram recursos financeiros compram-se insumos – e a outra metade é empregada como complemento ao manejo conservacionista. Novamente, em ambos os casos, enquadram-se dentro do pacote da revolução verde, cuja dependência ocorre em graus diferentes sobre insumos (externos ao sistema). Em alguns casos predomina um manejo reducionista da adubação do solo, com baixa manutenção da matéria orgânica. O conservacionista responde por 15% da amostragem, no entanto, aparecem sempre como manejo misto com outros tipos formando sempre uma prática agrícola com várias características.

Pudemos observar algumas iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica nos assentamentos. No assentamento Ipanema, por exemplo, existe um grupo de processo de certificação da produção agroecológica. O coordenador explicitou dificuldades limitantes relativas ao recurso das famílias e também a pouca oportunidade de escoamento da produção ecológica. A alternativa, ou experimentação da produção sem uso de agroquímicos verifica-se nas hortas. Os produtores assentados em PDS's da região Leste também podem conseguir

um sobre valor na comercialização via PAA em função do TAC.

Tal discussão sobre o tipo de manejo nos lotes pode ser qualificada de acordo com as respostas mais significativas sobre a destinação dos resíduos, constituídos por compostos orgânicos, as finalidades para reaproveitamento em outros sistemas produtivos ou mesmo a fertilização do solo são maioria em todos os três (3) destinos dos quais serão detalhados nos próximos parágrafos, à saber: restos vegetais corresponde a (92%) na região Central e a (81%) na Leste, restos de alimentos apresentam (91%) na Central e (77%) na Leste e, esterco e urina reaproveitamento é integral em ambas as regiões.

O destaque é para adubação direta no caso dos restos vegetais, expressa aqui como restos mantidos sob o solo sem posterior coleta para tratamento mais eficaz, responsáveis por quase a metade dos tratamentos dado em ambas as regiões, destes (45%) da região Central e (43%) da região Leste. Como fora comentado anteriormente, essa prática é habitual na agricultura familiar, sendo parte do manejo tradicional dada às sobras dos cultivos vegetais, o que assegura a proteção como cobertura ao solo, bem como cultivos semianuais e anuais, tal qual o milho. Complementar a esse destino, é bem significativo o destino para parte da nutrição de animais, como no trato suíno, denominado lavagem, que corresponde a (32%) na região central sendo a segunda maior resposta e (14%) na leste configura na terceira mais relevante, mas ainda bem presente. A inversão dos dados é observada com a compostagem que representa (13%) na Central e (24%) na Leste. Essa prática tradicional da agricultura familiar é muito onerosa em relação à mão de obra ao compararmos com coleta do esterco, por tal razão talvez tenha uma representatividade menor, mas bem usual, já que o assentado sabe da importância de um adubo mais balanceado para nutrição vegetal.

As respostas direcionadas aos restos de alimentos tiveram certo equilíbrio entre lavagem e compostagem, sendo cerca de (45%) para ambas as respostas na região Central. Na região Leste, a compostagem teve maior representatividade com (59%) das respostas e (18%) para lavagem. Apesar de pouco significativo, com apenas (2%) de destinos para queima, essa resposta pode ser observada como a falta de políticas públicas para o setor no meio rural, por exemplo, a coleta de lixo, e pela maior quantidade de assentados de origem urbana na região que desconhecem práticas tradicionais mais eficazes quanto ao combate de vetores de doenças relativas aos resíduos domésticos.

Nota-se no destino do esterco e urina, sendo que este último não teve destino distinto, uma maior representatividade quanto à prática de manter sobre o pasto

o esterco numa decomposição lenta e natural, o qual libera alguns nutrientes ao solo, embora sem um tratamento físico-químico que permita patógenos e compostos ácidos não desejáveis entrar no solo. Ainda sim, há um reaproveitamento parcial dos resíduos. As respostas que incidiram sobre essa prática correspondem a (77%) na região Central e (66%) na Leste, ou seja, quase (2/3) por região. Entretanto, a compostagem e posterior adubação com adubo mais equilibrado e livre de patógenos macroscópicos apresentou (23%) para região Central e (29%) na Leste. No caso da região Leste houve uma resposta para tratamento dado a esse dejetos via biodigestor, uma iniciativa com méritos ao avaliar pelo prisma do saneamento, em particular pelo tratamento mais eficaz quanto aos patogênicos e uma tendência à soberania energética do agroecossistema que deveria ser seguida nos assentamentos.

CRIAÇÕES ANIMAIS

Tipo de Criação Animal

Traçando um panorama geral das escolhas dos assentados das duas regiões (Central e Leste) quanto à produção animal, podemos constatar que as três opções mais frequentes são comuns entre elas. A produção de leite e a criação de pequenos animais como aves e suínos merecem destaque. Para a região Leste, os dados apontam que 26% de toda produção animal são referentes à criação de bovinos leiteiros, 23% à criação de aves e 13% à criação de suínos. Outros 23% se referem aqueles que não possuem nenhum tipo de criação animal em seus lotes. A produção de mel corresponde a 6%, seguido de bovinos de corte e equinos, cada um responde a 3% das criações encontradas.

Nos assentamentos da região Central, podemos perceber uma semelhança com a região Leste com relação às três criações animais mais encontradas. A diferença é que quase 60% de toda produção animal dos assentamentos da região são referentes à criação de aves e suínos, 37% e 25% respectivamente, enquanto que a produção de leite aparece apenas em terceiro lugar, em 16% dos casos. Com menor destaque aparecem as criações de equinos com 4%, seguido da criação de bovinos de corte com 3%, abelhas com 2%. Apenas 9% não possuem nenhum tipo de criação animal em seus lotes. Ainda aparecem caprino-ovinos e a piscicultura com 1% cada e outras criações com 2%, que no caso são coelhos e patos.

Tabela 10 – Criação Animal.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
Bovinocultura de Corte	3	3
Bovinocultura de Leite	16	26
Aves	37	23
Suínos	25	13
Caprinos e Ovinos	1	0
Abelhas	2	6
Piscicultura	1	0
Equinos	4	3
Outros	2	3
Não se aplica	9	23

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Embora a produção de bovinos de corte represente apenas 3% do total das duas regiões, na prática, estes dados se confundem com a representatividade da bovinocultura de leite. Isto porque, a maioria dos entrevistados que possuem animais de grande porte em seus lotes, trabalham na perspectiva da dupla aptidão. Os assentados adquirem fêmeas com características para produção de leite, geralmente animais cruzados (predominando as raças gir, holandesa e Jersey, com diferentes graus de sangue) e machos com aptidão para produção de carne, predominantemente a raça Nelore. Nesta perspectiva, se os bezerros nascem machos, são criados no lote para posteriormente serem vendidos como gado de corte⁷ e, se nascem fêmeas, ficam no lote como futuras matrizes e produtoras de leite. A produção leiteira, neste caso, fica cada vez mais comprometida, tendo em vista que quanto maior o genótipo para produção de carne, menor são as características relacionadas a uma elevada produção de leite.

Na região Central, a pesquisa mostrou que, dentre aqueles que possuem

⁷O cruzamento do gado leiteiro com o gado de corte gera características aos bezerros machos que permitem agregar um maior valor comercial, como: melhor ganho de peso em menor tempo, melhor deposição de gordura na carcaça, dentre outras.

algum tipo de criação animal em seus lotes, 28% trabalham com leite. Em destaque para este tipo de criação podemos citar os assentamentos de Colômbia e Iaras. Já no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, que representou grande parte da amostragem, segundo um dos assentados, não é permitido criar animais de grande porte, pois o assentamento está inserido em uma área de recarga do Aquífero Guarani. Após diversas discussões sobre o assunto, isso foi oficializado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) desse assentamento. Outro fator que contribui é o tamanho do lote, conforme já mencionado, que limita os assentados às criações de pequeno porte, embora tenhamos constatado que daí surge iniciativas de diversificação desse tipo de criação (coelhos, patos, caprinos etc.).

Na região Leste, esta porcentagem é ainda maior (como pode ser visto na tabela abaixo), representando 38% dos entrevistados que trabalham com a produção de leite. Ou seja, a pecuária leiteira é responsável por contemplar o maior número de lotes que trabalham com algum tipo de produção animal na região.

Tabela 11 – Criação animal – Bovinos de leite.

	Representatividade (%)	
	Central	Leste
Bovino Leiteiro	28	38

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O sistema de produção de leite predominante nas duas regiões se assemelha. A alimentação animal é composta em sua grande maioria pelo sistema de pastejo, em pastagens nativas, ou gramíneas introduzidas pelos antigos latifundiários ou pelos próprios assentados, geralmente do gênero *brachiaria*. A divisão de piquetes começa despontar como alternativa de manejo, porém os pastos possuíam pouca divisão, prevalecendo o manejo extensivo. A suplementação se dá com misturas entre a cana de açúcar⁸, outras espécies de gramínea, rolo de milho⁹, dentre outras, e em alguns casos também com os farelos (geralmente de

⁸A maioria dos entrevistados que possuía criação de ruminantes, plantava cana de açúcar destinada à alimentação animal.

⁹Milho moído com palha e sabugo.

soja ou amendoim), que são considerados alimentos proteicos. A ordenha, em sua grande maioria, é manual, sem o uso de tecnologia e critérios específicos de controle de qualidade. Em muitos casos, a produção de leite se mostrou como a principal atividade produtiva de geração de renda para as famílias assentadas.

A criação de aves também aparece como uma das principais criações animais dentro dos assentamentos pesquisados das duas regiões. Porém, a região Leste possui uma menor porcentagem de produtores quando comparada com a região Central: apenas 33% dos assentados entrevistados com algum tipo de criação animal têm aves. Já na região Central pôde-se constatar o inverso: 68% dos entrevistados possuem criação de aves e 32% não.

Tabela 12 – Criação animal – aves.

	Representatividade (%)	
	Central	Leste
Aves	68	33

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Com relação ao sistema produtivo, podemos traçar um paralelo entre as duas regiões, pois através da pesquisa de campo foi possível constatar a grande heterogeneidade do sistema. De maneira geral, a produção de galinha caipira solta nos quintais foi o mais encontrado. Este modelo tem como característica principal ser o mais econômico e usado na agricultura familiar, sem se preocupar apenas com o retorno financeiro e sim produzir um alimento de qualidade com o máximo respeito ao animal, pois são livres para explorar toda área onde vivem, comem tudo que encontram na natureza (limpam o terreno) e também são alimentados com sobras de comida e da produção.

A questão da dupla aptidão, explorada no tópico referente a produção de leite, está presente também na produção de aves, ou seja, as galinhas precisam ser capazes de produzir ninhadas, cujos frangos machos possam ser abatidos aos seis meses de idade e as fêmeas integrem o plantel de produção de ovos. Por outro lado, as galinhas destinadas à postura, quando se tornam velhas, são abatidas para consumo próprio da família, ou são comercializadas de maneira informal dentro do próprio assentamento ou vendidas nas cidades próximas.

Apareceram casos de confinamento, tanto parcial como total dos animais, através de galinheiros e de granjas, com contratos de produção com agroindústrias.

Este sistema que configura as relações entre agroindústria e assentados ocorre da seguinte forma: fica a cargo dos assentados (integrados) a construção dos aviários dentro das normas pré-estabelecidas (sentido do barracão, diâmetro da tela de proteção, cortinas internas e externas, etc.) a aquisição e instalação dos respectivos equipamentos (bebedouros, comedouros, ventiladores, aspersores, etc.). Também é responsabilidade do integrado arcar com os custos que envolvem todo processo produtivo como energia elétrica, mão de obra, aquisição da cama de frango, sistema de aquecimento (lenha e/ou gás) e água¹⁰. Já as agroindústrias, possuem o incubatório, a fábrica de ração, o abatedouro, a marca comercial, os pontos de venda (tanto mercado interno como externo) e se comprometem a fornecer para o integrado a ave de um dia, a ração de todo ciclo produtivo, os medicamentos e a assistência técnica necessária. O transporte também fica a cargo da indústria integradora, sendo ela a responsável por toda logística de entrega dos pintinhos, fornecimento de ração e transporte das aves terminadas da granja até o frigorífico. Porém, esta relação entre agroindústria avícola e assentados de reforma agrária, principalmente da região Central, se revelou assimétrica, uma vez que através dos contratos de produção, as agroindústrias subordinam e controlam todo processo produtivo, trabalhando numa espécie de terceirização da produção de matéria-prima.

Os contratos de produção avícola seguem os sistemas de integração de suínos, ambos preconizados como noção de desenvolvimento proposto pela modernização da agricultura, pautado pela visão linear, levando em consideração apenas aspectos econômicos, sem considerar questões culturais das famílias assentadas, sociais, ambientais, de bem-estar animal, dentre outras. Este sistema foi observado na presente pesquisa, porém, a integração com a criação de suínos foi inexistente.

A suinocultura se revelou de extrema importância na região Central, tendo em vista que 43% dos lotes entrevistados possuíam criação de porcos. É utilizado como estratégia produtiva para completar a renda familiar, como para fornecer proteína animal na alimentação das famílias. Na região Leste, a suinocultura está presente em 24% dos lotes dos assentamentos pesquisados.

¹⁰Pelo contrato de produção os assentados são obrigados a fornecer água de boa qualidade, tratada, protegida; energia elétrica; combustível para aquecimento das aves (gás, lenha, etc.); material para formação da cama (maravalha, serragem e outros) com a qualidade assegurada.

Tabela 13 – Criação animal – suínos.

	Representatividade (%)	
	Central	Leste
Suínos	43	24

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

As instalações para criação são das mais variadas possíveis. Foram observados sistemas de produção ao ar livre, normalmente criados em piquetes com estruturas cobertas para se alojarem, até pequenos confinamentos. Os materiais utilizados para construção são bem diversificados, alguns chiqueiros construídos de madeira com as sobras do antigo barraco que o assentado morava e cobertos com telha de Eternit, até baias construídas de alvenaria e cobertas com telhas. Um entrave observado foi com relação à instalação da maternidade. As matrizes criadas ao ar livre e mesmo as criadas nas baias sem proteção lateral não percebem a presença dos leitões que estão próximos querendo mamar e acabam deitando em cima deles, causando sua morte por esmagamento, uma das principais causas de morte na fase que os animais são recém-nascidos. O manejo de aplicar ferro quando o leitão nasce é de suma importância e praticamente todas as criações visitadas na região realizam esta prática. A dieta principal dos animais é baseada na lavagem, porém sem nenhum balanceamento específico para as diferentes categorias. As lavagens observadas foram feitas dos mais diferentes alimentos e preparadas de diferentes formas. Desde sobras da alimentação da família, como arroz, feijão e vegetais preparados para consumo humano, até alimentos preparados exclusivamente para os suínos, como misturas de milho e feijão cozidos. Alguns assentados complementam a alimentação com espigas de milho *in natura*, forrageiras picadas e perdas dos legumes e vegetais das hortas.

Destinação da produção animal

Explorando a questão do destino da produção referente à bovinocultura leiteira na região Central, é possível constatar que 49% do leite serve para autoconsumo das famílias, 43% dos entrevistados realizam a venda da produção, 4% a venda dos animais e 4% responderam todas as opções. Com isto, podemos dizer que prioritariamente o leite produzido é destinado para o autoconsumo, o excedente da produção normalmente é levado aos tanques de resfriamento do assentamento, para ser comercializado através das associações e cooperativas para os laticínios

da região. Este formato é semelhante ao da região Leste. Onde dos lotes entrevistados que trabalham com a atividade leiteira, 89% produzem o leite apenas para autoconsumo e 11% realizam algum tipo de comercialização.

Tabela 14 – Destinação da produção – Bovinocultura de leite.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
Autoconsumo	49	89
Venda da Produção	43	11
Venda Animal	4	0
Todas as opções	4	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Vale ressaltar que a venda animal pode se dar em todos os momentos do processo produtivo, a depender das necessidades da família, já que os animais são vistos como poupanças vivas. Os bezerros machos geralmente são vendidos e destinados para engorda e, quando atingem o ponto de abate, são comercializados para frigoríficos. As vacas mais velhas que já deram mais do que cinco crias tendem a produzir menos leite nas últimas lactações e também são vendidas para atravessadores com destino ao abate.

A alta incidência da produção para autoconsumo pode estar relacionada ao momento que a pesquisa foi realizada, no período seco do ano, pois, devido à falta de chuva, as pastagens não produzem a massa verde necessária para suprir as exigências nutricionais dos animais e, com uma dieta abaixo do ideal, a produção cai. Fato observado em praticamente todos os lotes visitados que produzem leite.

Já a criação de aves segue a mesma linha de raciocínio da produção de leite. Na região Leste, ficou assim distribuído: 50% para o autoconsumo, 12% para venda animal, 13% a venda da produção e 25% referente a todas as opções. Para as aves de postura, os ovos, são prioritariamente para consumo da família e o excedente é voltado para comercialização ocasional. As aves para corte seguem o mesmo contexto: são destinadas para autoconsumo, porém se houver demanda são comercializadas. O destino da produção na região Central é marcado pela importância do consumo familiar, pois 52% dos assentados que possuem criação de aves produzem para autoconsumo, 35% realizam a venda animal,

10% vendem a produção e 3% trabalham com todas as opções.

Tabela 15 – Destinação da Produção – Aves.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
Autoconsumo	52	50
Venda da Produção	10	13
Venda Animal	35	12
Todas as opções	3	25

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Para produção de suínos, aparece uma diferença significativa com relação às estratégias de destinação da produção. Na região Central, 58% dos assentados que trabalham com esta categoria animal realizam a comercialização e 42% produzem para autoconsumo. Daqueles que comercializam a produção, 54% disseram realizar a venda do animal, sem nenhum tipo de beneficiamento e 4% vendem a produção processada. Neste último caso, normalmente, os assentados abatem os suínos no próprio lote e comercializam os cortes prontos ou fazem linguiça, de modo que conseguem agregar maior valor ao produto final, mas o número baixo indica a precariedade de acesso a um selo de inspeção que permita sua comercialização.

Na região Leste, constatou-se que 83% dos entrevistados que possuem este tipo de produção animal produzem para autoconsumo e apenas 17% comercializam os animais. Ou seja, os produtores num primeiro momento criam os suínos para consumo da família no lote. E caso houver interessados em comprar os leitões, os animais em fase de criação ou mesmo terminação (prontos para abate) e a oferta for interessante, eles acabam vendendo. Alguns destes assentados fazem planejamento e seguram os animais no lote para que estejam na época de abate próximo do Natal, época que se apresenta como um nicho de mercado interessante e é bastante explorada pelos assentados.

Tabela 16 – Destinação da Produção – Suínos.

	Região Central	Região Leste
Autoconsumo	42	83
Venda da Produção	4	0
Venda Animal	54	17

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tipo de venda da produção animal nas regiões Leste e Central

Iniciando a discussão pela produção de leite da região Central, constatou-se que 54% dos assentados realizam a venda ocasional. Este dado demonstra que a maioria da produção é destinada para autoconsumo e caso haja excedente da produção, este, pode ser vendido ocasionalmente. 38% comercializam o leite de maneira formal, com contrato/empresa, neste caso, o leite produzido é levado até os tanques de resfriamento comunitários dentro do assentamento e vendidos para os laticínios da região a partir de contratos de fornecimento entre as cooperativas/associações e empresas – e 8% vendem para atravessadores. Na região Leste, os contratos formais com laticínios não apareceram na pesquisa, sendo 100% a venda ocasional, geralmente dentro do próprio assentamento ou na cidade de maneira informal. Outra forma de comercialização é através dos subprodutos do leite. Além de agregar valor, diferencia o produto final. Os produtos mais observados através da pesquisa de campo foram os queijos e os requeijões, que também são comercializados de maneira informal dentro do assentamento ou em feiras nas cidades próximas.

Tabela 17 – Tipo de venda – Bovinocultura de leite.

Região	Representatividade (%)		
	Atravessador	Ocasional	Contrato/empresa
Central	8	54	38
Leste	0	100	

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Geralmente, a figura do atravessador aparece quando o assentamento não possui tanque de resfriamento, como é o caso de um exemplo da região Central,

onde inicialmente, o assentamento dependia da figura do atravessador, isto perdurou desde sua formação até o ano de 2011. Um sitiante das proximidades do assentamento Monte Alegre, sempre foi o comprador do leite dos agricultores familiares da região de Araraquara, inclusive de praticamente todos os assentados produtores tanto do Monte Alegre como do Horto de Bueno de Andrada. Isto porque o assentamento não possuía o tanque de resfriamento. Neste caso, o sitiante vizinho comprava o leite dos assentados, resfriava em seu sítio e vendia diretamente para o laticínio Argenzio, localizado na cidade de Casa Branca (distante 146 km de Araraquara). De maneira geral, o valor pago aos assentados era de 10 centavos a menos por litro do que ele recebia do laticínio. Mas em 2010 este cenário começou a se transformar. A agroindústria Nestlé, que já possuía uma fábrica em Araraquara, ampliou-a, e em 2009 começou a envazar leite UHT. Com isso, começou a recrutar os produtores de leite da região que produziam um volume significativo e que anteriormente também entregavam para o sitiante da região. Segundo o representante do ITESP, com a diminuição do volume captado, o sitiante começou a acrescentar água ao leite e dizia ao representante do laticínio que eram os produtores que estavam se utilizando deste artifício, principalmente os assentados. E ainda diminuiu o pagamento de todos agricultores familiares da região.

Aliado a isto, os assentados começaram perceber que poderiam receber um valor melhor por litro de leite produzido, caso possuíssem um tanque de resfriamento comunitário no próprio assentamento. Diante disto, houve uma reunião entre os assentados e a médica veterinária do ITESP para buscar uma alternativa e eliminar a figura do atravessador no assentamento. A primeira conversa, foi com o próprio laticínio Argenzio, que propôs colocar um tanque da empresa no assentamento e comprar o leite direto dos assentados, mas o tanque tinha capacidade para 5.000 litros, levando em consideração que ele necessariamente precisa operar com pelo menos 10% da sua capacidade, por conta da altura da pá misturadora, fugia da realidade dos assentados, pois o assentamento como um todo não chegava a produzir os 500 litros diários necessários para colocar o tanque em funcionamento. Após reuniões e pesquisas no mercado, 10 assentados se uniram e compraram um tanque pela internet, a partir daí, foi colocado em um lote, escolhido devido à proximidade da rodovia, e sua utilização se dá de forma coletiva. Fato interessante é que dois assentados não eram produtores de leite, mas resolveram dividir o custo do tanque, pensando em futuramente se inserir na atividade.

Uma das maiores conquistas relacionadas à cadeia produtiva do leite dentro dos assentamentos das duas regiões é o acondicionamento coletivo do produto

em tanques de resfriamento que melhoram o valor recebido por litro e adequam a produção às novas exigências do Ministério da Agricultura (MAPA). A construção de laticínios dentro do assentamento é o sonho de muitos assentados e realidade no Projeto de Assentamento Pirituba II, na cidade de Itapeva¹¹. Na agrovila I existe um laticínio que promove o envase do leite em saquinho e a produção de derivados como os queijos, bebidas lácteas, iogurtes, doces, etc. A usina do leite é uma conquista dos assentados e capta grande parte do leite produzido em toda região. O produto beneficiado possui marca própria (raízes da terra) e selo de inspeção municipal (SIM) com aval de comercialização da vigilância sanitária.

O tanque de resfriamento pode representar uma conquista para muitos assentados da região, pois o equipamento ajuda a manter a qualidade do produto, adequando-se ao padrão de qualidade exigido pelo Ministério da Agricultura e facilita a comercialização para os laticínios da região sem precisar passar pela mão dos atravessadores. No campo das possibilidades, pode ainda despertar interesse das famílias em trabalhar em grupo, porque além de gerar renda, promove a inclusão no processo produtivo local.

Como exemplo, podemos citar o caso do assentamento Zumbi dos Palmares, em Iaras, que possui três tanques de resfriamento, cada um agrega em média 12 produtores. Com capacidade para mil litros, chega a receber 300 litros por dia, o caminhão do laticínio passa em dias alternados, levando cerca de 600-700 litros. O leite resfriado não estraga e o produtor dificilmente perde sua produção como é comum acontecer sem o resfriamento rápido e adequado do produto. Ainda com relação ao Assentamento Zumbi dos Palmares, através da pesquisa de campo pudemos perceber o grande número de famílias que beneficiam o leite na forma de subprodutos, com intenção principalmente de agregar valor e vender com mais facilidade o produto. Exemplos como de uma senhora que é referência na produção de doces, principalmente de leite, abóbora e bolachas e tem seus produtos bastante procurados pelos assentados. Outro caso relatado foi de um dos entrevistados que produzia requeijão e vendia toda produção dentro do próprio assentamento, porém, segundo ele, promovia a venda fiado aos vizinhos e muitas vezes não recebia. Por este motivo, resolveu parar de beneficiar o leite

¹¹Embora o assentamento não tenha entrado na amostragem da pesquisa, ele está inserido na região Leste e através do curso de capacitação em Boas Práticas na Bovinocultura Leiteira, realizado no mês de maio/2011 foram feitas diversas observações de campo e conversas informais com os assentados e técnicos da região sobre o sistema produtivo.

e começou entregar no tanque de resfriamento comunitário do assentamento.

A categoria de análise referente à avicultura aponta também para importância do autoconsumo. Na região Central, 92% da criação é comercializada apenas de caráter ocasional, ou seja, a maioria da produção é prioritariamente para subsistência da família no lote e, ocasionalmente, as aves e a produção de ovos podem ser comercializadas, dependendo de vários fatores, como: número de animais, situação financeira da família, existência de cultivos e lavagem para a alimentação animal, dentre outros.

A figura do atravessador representa 4% da venda desta categoria animal na região Central, e os contratos de produção entre as agroindústrias do setor avícola e os assentados da região representaram 4% da amostragem.

Tabela 18 – Tipo de venda – Aves.

Região	Representatividade (%)		
	Atravessador	Ocasional	Contrato/empresa
Central	4	92	4
Leste	25	75	

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Para a região Leste, o papel do atravessador se faz mais presente, em 25% dos casos. Porém, a comercialização de forma ocasional é predominante, aparecendo em 75% dos casos. Não foram encontradas vendas formais, referentes às aves de corte e de postura, mostrando que o sistema de integração entre os frigoríficos e produtores não apareceram nos assentamentos pesquisados da região Leste.

A produção de suínos se assemelha à produção de aves no que diz respeito ao tipo de venda realizada. Nas duas regiões, os dados da tabela abaixo demonstram tal informação, tanto na região Central como Leste, o principal tipo de venda é ocasional, (re)afirmando a importância do autoconsumo das pequenas criações (no caso, suínos) como estratégia de permanência da família no lote.

Tabela 19 – Tipo de Venda – Suínos.

Região	Representatividade (%)	
	Atravessador	Ocasional
Central	5	95
Leste	0	100

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Abordando um exemplo de estratégia de comercialização tanto dos suínos como de galinhas caipiras podemos citar o caso do PDS São Luiz, em Cajamar/SP. Isto porque o assentamento fica bem no meio de um conjunto de chácaras utilizadas para lazer nos finais de semana, por pessoas das cidades próximas. Para se ter acesso às chácaras, obrigatoriamente as pessoas precisam passar pela estrada que corta o assentamento, daí a estratégia de colocar diversas placas de anúncio de venda de galinha caipira, porco caipira e hortaliças na entrada dos lotes, ficando visível para quem passa. Segundo relato dos assentados, nos finais de semana, o movimento na estrada é intenso, e a procura pelos produtos é grande. Esta é uma das principais formas de comercialização da produção de pequenos animais nesse assentamento.

Através dos dados qualitativos da pesquisa podemos notar o grande potencial de comercialização tanto de aves, como de suínos da região Central. A maioria dos assentados que trabalham com algum tipo de produção animal veem nos pequenos animais os produtos de melhor valor agregado e melhor rentabilidade para se trabalhar dentro do lote.

A questão do financiamento na criação animal

Com relação à busca de recursos para investir na criação animal, podemos constatar nas duas regiões o maior volume de financiamentos para aquisição de vacas de leite. Nas duas regiões o PRONAF se mostrou a única fonte na qual os assentados recorreram para captar recursos e investir na atividade. Sendo responsável por 71% na região Leste e 56% na região Central.

A questão do recurso próprio nos revela um dado importante a ser explorado, pois para produção animal não temos a porcentagem de assentados que acessaram ou não os recursos, como foi visto no item de financiamento para produção vegetal. Porém, estes dados podem ser extraídos da própria tabela abaixo. O recurso próprio investido na atividade pressupõe que os assentados

não recorreram a financiamento bancário, ou qualquer outro tipo de captação de recursos.

Tabela 20 – Origem do Recurso – Bovinocultura de Leite.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
PRONAF	56	71
Próprio	44	29

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A origem do recurso próprio investido pode ser proveniente de diferentes fontes, como por exemplo, alguns casos que apareceram na pesquisa: a venda de imóvel na cidade assim que se deu a entrada no assentamento, apareceram ainda, casos em que os assentados venderam carro para adquirir os animais, ou mesmo da renda proveniente do trabalho fora do lote, aposentadoria, dentre outros. A bovinocultura de leite merece destaque por conter a maior porcentagem de captação de financiamento comparada entre as duas regiões e todas as outras criações animais.

Por outro lado, com relação à origem dos recursos utilizados para iniciar a criação de aves, os dados mostram que a grande maioria na região Central (79%) não recorreu a nenhum tipo de financiamento, apenas 10% obtiveram recurso do PRONAF para iniciar suas criações. Os assentados integrados às empresas geralmente são aqueles que dispunham de imóveis fora do assentamento e os vendem para montar a granja. Os dados da região Leste são semelhantes, embora existam bem menos produtores avícolas, já que 67% da origem dos recursos empregados para aquisição das aves são próprios, sem a obtenção de financiamento, 16% obtiveram financiamento do INCRA e 17% utilizaram o PRONAF para aquisição dos animais.

Tabela 21 – Origem do Recurso – Aves.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
PRONAF	8	17
INCRA	10	16
Outros	2	0
Próprio	79	67

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Para iniciar a criação de suínos, na região Leste, 29% dos entrevistados utilizaram o PRONAF como financiamento e 71% usaram recursos próprios. Na região Central uma realidade parecida, na qual 80% dos entrevistados que trabalham com esta atividade utilizaram recurso próprio para aquisição dos animais e estruturação das instalações e apenas 4% dos assentados recorreram a recursos do PRONAF, do INCRA ou buscaram financiamento via banco.

Tabela 22 – Origem do Recurso – Suínos.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
PRONAF	4	29
INCRA	4	0
Bancos	4	0
Outros	8	0
Próprios	80	71

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Através destes dados podemos traçar um paralelo entre as duas regiões e concluir que, com relação à utilização dos recursos para o sistema de produção animal, a bovinocultura leiteira é a criação que os assentados mais utilizam financiamento para iniciar a atividade. Já para iniciar a criação de pequenos animais (aves e suínos), a maioria investe recursos próprios.

Divisão do trabalho e renda nos sistemas produtivos

A discussão a seguir procura mostrar quem cuida das produções nos lotes. Percebe-se uma frequente atuação do casal como protagonista da produção, ou seja, os homens foram em quase todos os casos mencionados como os principais responsáveis, mas aparecem sempre seguidos de perto pelas mulheres. Na região Central, a horticultura é um exemplo emblemático porque é de responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres, cada um com 37% dos casos. Interessante porque esta é a produção vegetal mais intensiva em mão de obra e a que mais se insere no mercado institucional. Já na produção de mandioca e outras tuberosas a diferença é de apenas 7%, ou seja, 43% dos homens contra 36% das mulheres. No cultivo de frutas, essa diferença sobe para 12% e, no caso dos cereais, 48% dos responsáveis são os homens e 32% são as mulheres, talvez por se tratar da menor intensidade de mão de obra dentre as 4 principais produções vegetais (já que várias etapas produtivas dos cereais são feitas por máquinas).

A tabela a seguir mostra igualmente a importância da mulher na criação de pequenos animais, principalmente aves e suínos, as duas únicas categorias em que as mulheres foram mencionadas como as principais responsáveis. Na maioria das vezes, são elas que fornecem a lavagem, realizam o abate para autoconsumo ou venda e preparam a carne para refeição. Com a pesquisa não foi possível desmembrar exatamente o que cada gênero faz no interior dos sistemas produtivos, embora seja fácil constatar através das observações de campo que as mulheres realizam os mesmos serviços que os homens na maioria dos casos.

Tabela 23 – Quem cuida das culturas – Região Central.

	Representatividade (%)						
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca	Bovino Leiteiro	Aves	Suínos
Homem	47	37	45	43	42	38	42
Mulher	32	37	33	36	29	40	44
Filhos	16	18	14	17	21	15	12
Pais/Sogros	2	5	4	2	4	3	0
Outros	3	3	4	2	4	4	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Os dados sobre a produção vegetal são muito semelhantes ao observado na região Leste, conforme a tabela a seguir. No entanto, o mesmo não acontece no caso das produções animais, nas quais predominam a mão de obra masculina mesmo nas pequenas criações. A responsabilidade compartilhada foi relatada apenas na criação de bovino leiteiro, mas é um dado que permite perceber o envolvimento da família na produção de leite dentro do lote. Geralmente, as mulheres e os filhos são responsáveis pelo manejo da ordenha, enquanto que os homens buscam e levam as vacas aos pastos e realizam o manejo da alimentação animal. Neste sentido, ressalta-se na região Leste a regularidade na participação dos filhos como responsáveis pelo trabalho agrícola nas produções vegetais, número que varia entre 11% e 20%. Porém, a participação dos filhos não se manteve nos mesmos percentuais na produção animal, o que acontece na região Central (conforme a tabela anterior).

A categoria Pais e Sogros foi inexistente na amostragem da região Leste. Em compensação, a categoria Outros - que geralmente indica o pagamento de diária para pessoas do assentamento ou da região - teve percentual muito significativo. Já na região Central, as famílias utilizam mais o trabalho de pais e sogros ao invés do pagamento a terceiros, como se percebe na tabela anterior.

Tabela 24 – Quem cuida das culturas – Região Leste.

	Representatividade (%)						
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca	Bovino leiteiro	Aves	Suínos
Homem	44	39	39	45	31	56	45
Mulher	33	33	29	30	31	33	36
Filhos	11	15	18	20	31	0	9
Outros	12	13	14	5	7	11	10

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Em uma dimensão mais sobre a empregabilidade dos sistemas produtivos em tela no presente artigo, nas tabelas a seguir, podemos afirmar que 50% dos lotes na região Central empregam diretamente duas pessoas, geralmente o casal, enquanto que em 25% trabalha apenas uma pessoa. Somando-se aos resultados da tabela seguinte, sobre a renda obtida no lote, obtemos uma média de lotes cuja renda advinda de atividades agrícolas atinge, em 76% da amostragem, até

dois salários e, nos quais, em 75% trabalham até duas pessoas, o que dá uma média de um salário mínimo mensal por pessoa, cuja mão de obra é empregada diretamente nos sistemas produtivos. Outros 16% dos casos escapam ao padrão com atividades agrícolas que geram renda superior a dois salários mensais.

Tabela 25 – Pessoas trabalhando no lote – Região Central.

	Representatividade (%)
Um	25
Dois	50
Três	9
Quatro	11
Cinco	2
Sete	3

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 26 – Renda mensal do trabalho realizado no lote (baseada no salário mínimo) – Região Central.

	Representatividade (%)
Até um salário mínimo	40
Um à dois	36
Dois à três	8
Três à cinco	8
Não sabe	8

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Realidade bem parecida pode ser observada na região Leste, a seguir, cujos lotes empregam diretamente até duas pessoas em 67% dos casos, enquanto que os 33% restantes dos lotes possuem mais de três pessoas trabalhando. Ao observarmos a obtenção de renda mensal da família com as atividades agrícolas, os rendimentos da maior parte dos entrevistados também são muito baixos, neste caso 39% das famílias recebem até um salário e 22% entre um e dois salários. Mas é importante destacar que ainda há uma porcentagem de 11% das famílias entrevistadas que têm rendimentos de três a cinco salários e outro grupo de 5% que possui a renda familiar de cinco a dez salários mínimos, o que sugere a possibilidade de uma renda maior.

Tabela 27 – Responsáveis pelo trabalho no lote – Região Leste.

	Representatividade (%)
Um	29
Dois	38
Três	9
Quatro	5
Cinco	9
Seis	10

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 28 – Renda média mensal familiar dentro do lote (baseada no salário mínimo) – Região Leste.

	Representatividade (%)
Até um salário mínimo	39
Um a dois	22
Dois a três	17
Três a cinco	11
Cinco a dez	5
Não sabe	6

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tais dados refletem a pouca exploração do potencial de geração de trabalho que os assentamentos possuem, sobretudo aos jovens, seja nos sistemas produtivos, no processamento ou em atividades não agrícolas. A sua participação no trabalho agrícola é baixa e, por outro lado, não há um perfil de lote no qual seja gerada uma renda suficiente para o jovem.

Por fim, relatamos que das famílias que moram nos assentamentos pesquisados na região Central, 40% não possuem nenhum membro trabalhando fora. Dos 60% de famílias que possuem membros trabalhando fora do lote, 42% possuem renda mensal entre um e dois salários mínimos. Já na região Leste o percentual de famílias que não possuem membros trabalhando fora aumenta para 65%. Mas das 35% de famílias que possuem membros que trabalham fora do lote, a maioria possui renda de até dois salários mínimos por mês, o que pode indicar uma renda levemente superior por parte de quem trabalha fora, em relação a quem trabalha no interior do lote.

Neste sentido, outro aspecto digno de nota são as diferentes formas de

composição de renda que as famílias assentada podem se valer, o que faz variar o aproveitamento da mão de obra dentro ou fora dos lotes, a combinação com benefícios previdenciários e/ou de programas sociais. Ou seja, entendemos que se trata de estratégias que as famílias lançam mão para obter uma renda total necessária para suprir as suas necessidades, o que é conseguido de diferentes maneiras conforme seus interesses e possibilidades, em distintos períodos nos assentamentos.

As várias formas e problemas de acesso à água para a produção Região Central

A tabela a seguir apresenta as distintas fontes de água para a produção nos assentamentos da região Central. Ela permite visualizarmos uma maior concentração de abastecimento proveniente de água de poços artesianos, com 22% das respostas, cujas estruturas são construídas para alcançar aquíferos e captar a água após atravessar camadas de rochas. No entanto, em algumas respostas a existência de um poço cacimba ou caipira se confunde com o poço artesiano, razão pela qual o valor pode estar superestimado na tabela.

O poço cacimba, ou caipira como é conhecido pelos usuários (aqueles que atingem veios de água, os lençóis freáticos, numa profundidade rasa), vem logo em seguida e corresponde a 17%. Somando-se a estes dois o percentual da rede pública (8%), são 47% da água de origem subterrânea. As redes públicas internas dos assentamentos advêm na maioria das vezes de poços do INCRA ou de departamentos municipais competentes pela área de fornecimento de água, mas há ainda assentamentos de fora da amostragem nesta região que possuem uma distribuição originária de um reservatório numa área de recorte do aclave no relevo, é o caso do PDS Sepé Tiarajú em Serrana e Serra Azul. Os assentamentos antigos possuem a maioria dos poços em relação aos novos, sendo que em diversos lotes são a única fonte d'água ofertada.

Tabela 29 – Origem água para produção.

	Representatividade (%)
Poço Artesiano	22
Nascentes	12
Rios/Córregos/Igarapés	11
Cacimba/Caipira	17
Açude/Barrerio	2
Caminhão Pipa	11
Rede Pública	8
Outra	17

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A outra oferta significativa corresponde as de origem superficial e representam 23% entre nascentes e rios. Esse valor é devido às dificuldades impostas para outorgar o uso da água e, portanto, regulamentar as captações dos recursos superficiais que são abundantes nesta região – 92% dos assentamentos possuem redes naturais desses recursos, através dos rios, nascentes e reservatórios, mesmo aparecendo com pouca expressividade seu uso para produção. Isso apesar do consumo não exceder o proposto pelo Departamento de Água e Esgoto de São Paulo (DAEE), com a meta de 5000 litros diários para uma regulamentação simplificada sem a necessidade de tramitar um pedido de outorga.

Os mecanismos utilizados para acessar as fontes já descritas são os mais diversos: as máquinas de bombeamento são funcionais tanto em recursos superficiais quanto nos subterrâneos, por exemplo, bombas submersas do tipo "sapos" em poços cacimba estão entre as mais freqüentes, pois cumprem o papel de captar e transportar por distâncias menores; roda d'água é um equipamento bem requisitado, especialmente, para transportar de nascentes e trechos de maior correnteza e perfil acidental; e canos e mangueiras a favor da força da gravidade.

As observações não comentadas participam do conjunto de respostas de outras fontes. Estão dispostas como fontes nada convencionais em vista do panorama rural do sudeste brasileiro, onde a disponibilidade dos recursos é farta. Dentre tais observações, há lotes que demandam o uso de cisterna para

armazenamento de água da chuva, caminhão pipa (este mais utilizado para consumo doméstico), ou gatos de redes públicas, como são chamados as ligações clandestinas, como fonte exclusiva de abastecimento para todas as finalidades, inclusive o consumo doméstico.

No PDS da Barra, por exemplo, apesar de haver essas fontes e os poços profundos do INCRA estarem no aguardo da outorga e outras regulamentações, apenas os lotes que fazem fundo com os rios e alguns outros que criaram iniciativas coletivas na vizinhança se beneficiam dessas fontes. Portanto, com as dificuldades de acesso ao recurso os assentados são obrigados a contar com fontes externas ao assentamento: além do caminhão pipa, as redes urbanas com ligações clandestinas dos bairros circunvizinhos.

Tabela 30 – Suficiência da água para produção.

	Representatividade (%)
Sim	41
Não	59

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Também no caso do PDS da Barra, as opiniões divergem devido à posição favorável a uma fonte d'água abundante. O único assentado que declarou ser suficiente para produção utiliza água originária de rede pública, pois sua produção vegetal é voltada ao autoconsumo animal e doméstico, sendo especialista apenas em caprinos. No geral, dos 41% que respondem pela demanda suficiente, 70% desses têm acesso aos mananciais superficiais. Paralelamente, 60% dos assentados que têm acesso a nascentes, rios, córregos, açudes e/ou represas não declara a insuficiência de água. Essa análise aponta que é fundamental a presença de atores ambientais atuantes no segmento hídrico e da reforma agrária, a fim de planejarem e readaptarem as estratégias para acesso à água num arranjo coletivo com regras de uso interno.

Quanto aos recursos hídricos superficiais em abundância, especialistas opinam que se deve favorecer a utilização desses em contrapartida aos subterrâneos para fins de categorias distintas, por exemplo, consumo doméstico. Tal argumentação é baseada em reflexões sobre o custo-benefício financeiro e ambiental, pois os de rios, oceanos e outros estão potencialmente em

compartimentos com acesso facilitado e possuem um volume de água concentrado. Os aquíferos têm uma presença desse recurso de maneira esparsa e possuem um filtro natural (rochas e microrganismo), tornando a qualidade melhor em comparação à água presente em rios. Portanto, a fonte superficial pode ser planejada ou readaptada visando a produção, enquanto as fontes subterrâneas, potencialmente um recurso mais nobre, devem ser poupadas para categorias mais nobres, tais como abastecimento doméstico.

Um questionamento que se faz com urgência sobre essa falta de planejamento em áreas ricas em mananciais superficiais está na preocupação de inúmeras perfurações, que geram um maior potencial de contaminação d'água armazenada no subterrâneo. Ademais, pelos bloqueios promovidos pelos atores ambientais, tendo em vista a regulamentação que tramita com morosidade. Enquanto isso, os poços artesianos ou semi-artesianos são estratégicos por serem instalados em áreas comunais, sujeitos a menor interferência de qualquer pessoa. Tal processo incentiva a iniciativa privada a perfurar seus próprios poços, ou seja, cada assentado visa possuir um poço em seu próprio lote, ao invés do recurso em maior volume para produção e lote serem de fonte coletiva.

No caso do recente assentamento PA Orlandia, em Orlandia/SP, que se encontra numa fase sem o parcelamento dos lotes individuais, existe a necessidade de diretrizes relativas à ocupação do espaço e graças a essa etapa em que o assentamento se encontra, há um planejamento regular desse zoneamento espacial em razão da água. Num primeiro plano, tratado de maneira externa e já trazido aos assentados por outros agentes técnicos, visa dois pontos de abastecimento de água superficial que serão distribuídos através de uma rede água a todos os futuros lotes, aproveitando além do uso ordenado do espaço, o perfil do relevo desse assentamento.

No interesse de integrar uma visão total sobre a hidrologia do local e o suporte do meio sobre os impactos reais nos recursos hídricos, caminha-se para um trabalho que visa integrar um tratamento mais eficiente dos efluentes doméstico e uso racional dos recursos disponíveis, assegurando uma maior sustentabilidade a uma área ponderada como frágil pela suscetibilidade do Aquífero Guarani. Exemplo que deve ser levado a outros assentamentos.

Região Leste

Diferentemente da região Central, a tabela a seguir permite a visualização de uma maior concentração em nascentes na região Leste. Dentre os motivos relatados para sustentar essa fonte com 50% de todo o recurso destinado à

produção, há uma freqüência apontada pelos entrevistados em qualificar a água como um elemento de contaminação menor, mais abundante, ideal para dessedentação animal pela potabilidade, "minas protegidas" (como foi mencionado por assentados no Assentamento Milton Santos, localizado em Americana), eventuais impactos causados por fatores no entorno dos recursos hídricos. No geral, foi observado que as nascentes são fontes que asseguram o acesso a uma qualidade melhor que os outros e uma quantidade igualmente maior.

Vale ressaltar a facilidade em bombear águas e transportá-las de nascentes devido à declividade e perfil acidental do terreno nestas áreas em relação a outros trechos de um rio, por exemplo. Além disso, o custo de instalação e de energia é atrativo, pois nessas áreas é potencialmente favorável a instalação de roda d' água. Aproximadamente ¼, um quarto, da água utilizada para produção oriunda de rios e córregos. E outras cinco fontes são significativamente próximas, variando entre 5% a 6%.

Tabela 31 – Origem água para produção.

	Representatividade (%)
Poço Artesiano	5
Nascentes	50
Rios/Córregos	22
Poços Cacimba/Caipira	5
Açude/Barrerio	6
Outra	6
Nascentes e Açude/Barrerio	6

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O recurso água é um elemento distintivo entre os assentamentos e lotes produtivos e especialmente diversificados durante o ano, nos quais o recurso é abundante; e gradativamente com menor produtividade, de acordo com a dificuldade de acesso à água para produção. Embora existam exceções como é o caso do assentamento PDS Comuna da Terra Milton Santos, no qual a limitação do acesso à água fortaleceu, não como o único incentivador, a produção coletiva de hortaliças que demandam fartura d'água. A distribuição da água oriundas das rodas foi realizada para atender esse projeto de horta coletiva. Atualmente, além

da área da horta, a água das rodas abastece as famílias de Cosmópolis e parte das famílias de Americana de fora do assentamento.

Neste assentamento, a distribuição da água do poço também foi contemplada no projeto de irrigação realizado junto ao desenvolvimento da horta coletiva e criou uma rede de abastecimento para parte das moradias provisórias localizadas na área de Americana. Isso faz esse PDS se destacar entre os casos mais marcantes do acesso à água, a qual foi planejada e executada a partir de duas fontes: água superficial de uma das minas que abastece o córrego Jacutinga, através de duas rodas d'água instaladas neste mesmo córrego; e a água dos lençóis freáticos, por meio de poço perfurado pela CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico), na área de Americana.

Há casos que estão em processos iniciais como os lotes do assentamento 23 de Maio são abastecidos por água de mina. Encontra-se em processo de implantação a instalação de rodas d'água e a rede de distribuição para as parcelas. Por outro lado, Apiaié é o único assentamento que tem água suficiente para produção. O acesso é por meio das minas d'água existentes em abundância e, além disso, não há muita necessidade de irrigação porque é uma região chuvosa, o que ainda contribui para reservar as águas superficiais e subterrâneas para períodos de maior escassez.

Nos demais a realidade é inversa: o acesso à água é difícil e insuficiente para a produção. Reclama-se muito dos poços artesianos abertos pelo INCRA, que estão lá, mas não funcionam, em razão da falta de bombeamento e rede de distribuição, no caso de Cajamar, por exemplo. O assentamento de São José dos Campos enfrenta a pior situação em relação ao acesso à água. Em Itapetininga as famílias têm água para uso doméstico que vem de mina por roda d'água, mas nos lotes em que a água não chega os assentados vão buscar diariamente na mina, algumas à pé. Em geral as famílias têm caixas d'água abastecidas pela chuva para a produção.

Em suma, há diversificação sobre a fonte e o uso das águas, que podem vir de córregos, nascentes e poços, e possibilitam servir para irrigar lavoura, consumo animal e uso doméstico. Cada assentado obtém uma maneira de melhor utilizar o recurso, conforme a disponibilidade de água em seu assentamento/lote e também conforme as ações de órgãos públicos e organizações não governamentais, bem como a união presente entre as famílias assentadas para se fazer uso de água para a produção coletivamente.

Vale destacar que a situação varia mesmo no interior de um mesmo assentamento, pois nas famílias que possuem lotes próximos a cursos d'água a

situação muda bastante daquelas mais distantes. Portanto, num mesmo assentamento nota-se a diferença da produção daqueles que estão próximos de rios ou açudes (e que puxam água para seus lotes através de bombas), cuja produção é abundante e diversificada.

Outra fonte essencial tanto para abastecimento doméstico como para produção se dá por meio dos poços cacimba. Embora foi identificado na pesquisa de campo que, nesse caso, não haja água suficiente à produção durante o ano todo, pois em períodos de escassez a alimentação desses lençóis é interrompida ou é criticamente reduzida.

A tabela a seguir demonstra como as impressões dos assentados sobre as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos são divergentes. Uma questão conclusiva no entendimento do recurso enquanto relevante aos usos que se fazem necessários como fator limitante tanto doméstico quanto produtivo, já que é possível retirar conclusões de que metade dos assentados acredita que a água é suficiente, enquanto a outra metade o vê como fator limitante de suas atividades.

Tabela 32 – Suficiência da água para produção.

	Representatividade (%)
Sim	52
Não	48

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Os responsáveis pela assistência e extensão rural da região Leste percebem como um dilema e informaram que a água constitui um grande problema nos assentamentos atendidos pelo escritório desta região. Balizando que o problema da gestão do recurso é latente em todos eles, já que não há outorga em nenhum dos assentamentos, ou seja, novamente o aparato legal não facilita a segurança hídrica através do acesso controlado e permitindo fartura do recurso.

A utilização do recurso hídrico no PDS São Luiz, em Cajamar, ocorre na área próxima à sede da fazenda, uma represa que já foi objeto de diversas discussões acerca do aproveitamento deste recurso para lazer, geração de renda e captação de água para irrigação. A água da chuva, que é abundante, é aproveitada no próprio solo.

Outro caso emblemático pode ser vivenciado na situação judicial do PDS Elizabeth

Teixeira de Limeira, está fora do universo amostral, contudo é um caso que vale ser lembrado. Seu abastecimento de água é feito através de caminhão pipa fornecido pela prefeitura após denúncia impetrada pelo movimento social com apoio do CEDECA e sindicatos da região e, conseqüente determinação judicial.

Em Iperó o Assentamento Ipanema, é o mesmo caso do citado no parágrafo anterior, possui três poços semi-artesianos (tubular profundo) construídos até o ano de 2005 e projetados inicialmente para abastecer o assentamento. A rede de abastecimento foi instalada para atender aproximadamente 30 lotes, dos quais, atualmente, menos de 10 lotes são abastecidos, devido a problemas no gerenciamento e ineficiências no sistema de abastecimento de água, também, porque somente um poço está funcionando.

Condições no Lote: autoconsumo e acesso aos alimentos

Apesar de constatarmos algumas dificuldades na produção (como acesso à água¹² e ao financiamento), a maioria dos entrevistados disse que as condições de acesso e disponibilidade a alimentos melhoraram nos assentamentos porque neles se produz muita coisa. Há famílias que declararam não passar mais fome, o que não impede que outras tantas estejam numa situação de insegurança alimentar moderada, embora estas possam encontrar, no interior dos próprios assentamentos, acesso a alimentos muitas vezes em troca de serviços e por meio de doações. Outras famílias afirmam que agora sabem o que estão comendo, há acesso a produtos frescos e, por isso, de maior qualidade, como verduras, legumes e leite. Há também as que afirmaram que antes do assentamento não tinham acesso aos alimentos que são fonte de proteína animal, como a carne, pois não podiam comprá-los.

Por outro lado, dentre os entrevistados que disseram que não houve melhora as razões foram variadas: porque o assentamento é recente e ainda moram no barraco de lona – embora houve casos em que mesmo no acampamento já se criavam galinhas, possuíam horta e gado de leite, por isso a alimentação sempre foi boa desde que chegaram; outros não tiveram ainda acesso aos créditos para iniciar as produções e melhorar a condição de vida. Em um caso específico, na fazenda da Barra, o assentado disse que o tamanho do lote é muito pequeno e por isso não tem condições de plantar uma grande quantidade de culturas e não

¹²Como afirmamos há pouco, existe uma grande discrepância na produção entre lotes com acesso à água superficial para a produção e os que não têm, no interior de um mesmo assentamento.

é possível diversificar a produção e conseqüentemente sua alimentação. Um assentado não detalhou se hoje em dia é melhor ou não, porque disse que sempre teve estabilidade no acesso aos alimentos.

Tabela 33 – Melhora na alimentação no assentamento.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
Sim	83	90
Não	15	10
Não respondeu	2	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O custo mensal com produtos alimentícios comprados fora do assentamento é considerado baixo frente à média dos gastos das famílias brasileiras com este item¹³. Nas tabelas a seguir, podemos avaliar que a maior parte (65%) do que é comprado fora é de produtos não alimentícios, sendo 33% produtos de higiene e 32% produtos de limpeza nas duas regiões analisadas.

Tabela 34 – Produtos comprados fora do assentamento.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
Higiene pessoal	33	33
Produtos de limpeza	32	32
Alimentos	32	32
Outros	3	3

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

¹³Segundo o IBGE, o item alimentação está em terceiro lugar nos gastos das famílias do estado de São Paulo – só fica atrás de moradia e transporte. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1648>>. Acesso em 15/04/2012.

Em relação ao custo mensal das compras fora do assentamento, as tabelas abaixo mostram que 64% das famílias gastam até um salário mínimo na região Central e 86% na Leste, o que indica um baixo valor gasto em supermercados por mês para a maioria das famílias. Corresponde, inclusive, a um valor menor àquele obtido com o trabalho no lote agrícola, cuja media foi de um salário mínimo por pessoa que trabalha diretamente nele. Tendo em vista a grande percentagem das produções destinadas ao autoconsumo e considerando que o valor gasto com alimentação diminui, afere-se ao autoconsumo uma boa parte da economia com o que se gasta fora. Os itens alimentícios mais comprados fora são arroz, óleo, sal, açúcar, café e carne vermelha, além daqueles mais industrializados como macarrão, bolachas, doces e refrigerantes.

Tabela 35 – Gasto mensal com produtos comprados fora do assentamento.

	Representatividade (%)	
	Região Central	Região Leste
Até um salário mínimo	64	86
Um à dois	34	14
Dois à três	2	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A título de conclusão ou as marcas principais do retrato do sistema produtivo

Apesar de não aprofundar na trama dos agentes envolvidos nas perspectivas e bloqueios ao desenvolvimento dos assentamentos, o presente artigo oferece um retrato das possibilidades e alternativas de outro modelo de desenvolvimento para além da integração agroindustrial, um contraponto ao que parece dominar especialmente os assentamentos paulistas. Como vimos nos dados apresentados, o sistema produtivo dos assentamentos das duas regiões envolve, predominantemente, o cultivo de cereais, hortaliças, frutas e tubérculos, criações de gado leiteiro, aves e suínos, mas isso acontece das mais variadas formas nos diferentes assentamentos e lotes familiares. Tais sistemas dependem primeiramente de toda a infraestrutura para a produção nos lotes: acesso à água, informação, insumos, créditos, mercados, número de pessoas na família, dentre muitos outros fatores que podem não ter sido explorados no presente artigo.

Procuramos mostrar o difícil acesso à água e questões burocráticas que brecam o seu licenciamento para uso agrícola, bem como dilemas internos aos assentamentos, como as redes de distribuição e estratégias de uso coletivo. Por outro lado, o uso de insumos e recursos próprios se destaca em uma situação de escassez, o que reforça a necessidade das famílias praticarem uma agricultura de baixo custo e utilizarem estratégias de reaproveitamento dos recursos locais, a integração vegetal-animal, dentre outras para rebaixar os custos de produção. O resultado disso pode estar expresso no fato da grande maioria dessa produção se limitar ao autoconsumo das famílias, embora este dado seja relevante no âmbito da segurança alimentar nos assentamentos e indica que elas cumprem um dos objetivos da reforma agrária, que é a produção de alimentos.

Consideramos ainda que todos os principais cultivos vegetais e criações animais são transformados em alimentos enraizados na dieta da população. O milho e as raízes, por exemplo, têm maior durabilidade sem serem colhidos, por isso podem ser aproveitados de diversas maneiras no interior do lote e nas formas de comercialização, o que aumenta a variabilidade da destinação desses produtos e os tornam estratégicos para as famílias assentadas. O desenho do lote que possui, dentre outras coisas, um conjunto de cultivos vegetais (como milho, mandioca, abóbora, cana etc.), cuja integração se dá com criações animais, também é uma marca significativa dos sistemas produtivos.

Vale destacar também a diversidade nas formas de comercialização, igualmente estratégicas, como as feiras e venda direta que já existiam na maior parte dos casos e, mais recentemente, o mercado institucional. Trata-se de meios de comercialização que vão sendo constituídos nos municípios do entorno e implicam na construção de relações entre a cidade e o campo. No caso dos assentamentos antigos, é um mercado historicamente constituído, já que vários assentados começaram a comercializar os produtos de carrinho de porta em porta, aos poucos foram adquirindo seus veículos e estabelecendo relações com quitandas, supermercados e restaurantes. Por outro lado, são relações constituídas com os consumidores que frequentam feiras e compram direto do produtor e contribuem para formar a representação social das pessoas que vivem nas cidades sobre os assentados e vice-versa. Esse conjunto de canais de comercialização é importante para que os assentados não dependam de atravessadores, nem de grandes volumes para entregar, como acontece nas parcerias industriais e com beneficiadoras.

No entanto, as formas de comercialização guardam muitas diferenças entre produções vegetais e animais. Em relação às primeiras, se trata de uma produção

que além de consumida pelas próprias famílias é em grande medida comercializada, cada vez mais por meio de programas institucionais. As criações animais ainda estão em um patamar de autoconsumo e comercialização ocasional. Fica claro, a partir dos dados, que a falta de selos de inspeção municipais impede que as produções de ovos, de carne de frango e de porco cheguem às cidades de forma regular.

Vale destacar que a boa relação com algumas prefeituras tem permitido significativos avanços no desenvolvimento local a partir da criação do mercado institucional de alimentos (via PAA e PNAE). Por outro lado, existem assentados que reclamam da falta de informação qualificada sobre o PAA em seus municípios e há atrasos de pagamento consideráveis, o que tanto pode ser um problema nas prefeituras como nas associações que organizam a produção e a comercialização. Apesar disso, atualmente esses programas já correspondem à principal parcela dos rendimentos da comercialização da produção das famílias assentadas.

De todas as culturas, a horticultura é a que merece maior destaque, responsável pela maior porcentagem da região Leste e segunda maior da região Central. Destaca-se por absorver grande volume de mão de obra familiar e pela inserção nos referidos programas de compra do governo.

O mercado institucional, porém, deve favorecer as expectativas de aumentar o valor agregado da produção, por meio da agroindustrialização caseira/comunitária como meios de se intensificar a ocupação de mão de obra familiar nas atividades produtivas. Até vem abrindo perspectivas para isso, mas na maioria dos casos é a prefeitura que beneficia a produção antes dela ser distribuída às escolas e demais instituições atendidas, e não os próprios produtores. Tal aspecto não deixa de ser revelador da falta de linhas de créditos, capacitação e assistência técnica na área da agroindustrialização que, no entanto, deve ser trabalhada conjuntamente aos avanços na legislação sanitária e com apoio municipal.

O retrato construído nos deixa uma série de questões. O PAA e o PNAE vêm se consolidando como perspectivas para a inversão do cálculo familiar (consumo/comercialização)? Na medida em que os principais produtos comercializados são itens que compõem o cardápio cotidiano das famílias e muitas vezes advindos do quintal doméstico, como fica agora a valorização da produção que antes era adstrita ao autoconsumo e o papel das mulheres (principais protagonistas nessa produção)? Os homens passam a controlar a organização da produção e da comercialização dessa produção porque passam a gerar parcela significativa da renda familiar? Será que a abertura dos mercados institucionais

são possibilidades de potencializar a função social dos assentamentos para os municípios nas regiões onde estão inseridos e assim aumentar, qualitativamente, as relações campo-cidade? Questões a exigir o continuado acompanhamento de tais programas e das condições que perpassam a produção e a reprodução social dos assentados.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B. *et al.* Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais x Desenvolvimento**: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade CNPq (2010-2015), 2010.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v. 13, UFRGS, p.262-305, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Coords.) **Relatório de Pesquisa**. Relatório final de pesquisa sobre diagnósticos regionais dos assentamentos, análise de sua inserção na economia local e da recepção, implementação e execução das políticas públicas realizadas pelo INCRA-SP. Contrato/CRT/SP/N. 100000/2010 - INCRA/UNIARA, 2011.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

INCRA-SP. **Retratos do Campo**. A reforma agrária que produz e alimenta.

Ano 1, v.1, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Luís Antonio Barone¹

Anderson Antonio da Silva²

Ana Lúcia Teixeira³

Laís Túbero Izidoro⁴

Daniel Henrique Silveira de Souza⁵

Resumo: Este trabalho constitui-se de uma análise preliminar dos dados coletados na pesquisa Uniara-INCRA (2011), sobretudo a partir do levantamento amostral realizado no Pontal do Paranapanema (região oeste do Estado de São Paulo). São apresentados e discutidos dados sobre trabalho e produção agropecuária nos assentamentos rurais do Pontal, assim como aspectos do manejo dos sistemas produtivos. Os dados de produção evidenciados apontam para a existência de uma bacia leiteira importante regionalmente, implantada nos PAs, embora com limitações tecnológicas e organizacionais. A produção agrícola é majoritariamente para autoconsumo, com destaque para a mandioca e, mais recentemente, o incremento da horticultura, esta estimulada por programas de comercialização institucional. As condições de manejo dos solos e dos sistemas produtivos, considerados "tradicionais", são outra lacuna a ser enfrentada, com estímulo da ATER e de políticas públicas.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Desenvolvimento Rural; Produção Agropecuária; Sistemas Produtivos.

¹Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

²Mestre em Geografia, professor Assistente I da FATEC – Presidente Prudente/SP.

³Licenciada em Geografia, Mestranda em Geografia na FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

⁴Graduanda em Geografia, bolsista PIBIC da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

⁵Graduando em Geografia, FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

Abstract: *This paper presents a preliminary analysis of the data collected in the research Uniara-INCRA (2011), especially from the sample survey conducted in the region of "Pontal do Paranapanema" (west of São Paulo State). Are presented and discussed data on family work and farming production in rural settlements of the "Pontal do Paranapanema", as well as aspects of the management of productive systems. Production data shown indicate the existence of a regionally important dairy basin, implanted in such settlements, although with technological and organizational limitations. Crop production is largely for self-consumption, especially the manioc and, more recently, the increment of horticulture, this stimulated by institutional marketing programs. The conditions of soil management and productive systems, considered "traditional", is another gap to be faced with stimulus of technical support and others public policies.*

Keywords: *Land reform; Rural development; Farming production; Productive systems.*

Introdução

Este artigo tem a preocupação de desenvolver uma análise mais regionalizada a respeito dos dados de produção, trabalho e renda dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema. Cabe destacar que os dados referentes à produção agropecuária vegetal e animal dos Projetos de Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema foram coletados em 2011, através de um questionário aplicado a uma amostra de assentados de seis municípios da região, a partir de uma grande pesquisa coordenada pelo Nupedor/Uniara.

Produzir uma reflexão sobre dados relacionados à produção dos assentamentos rurais é sempre uma tarefa complexa, dadas as diferentes abordagens possíveis desse fenômeno. Não existem, também, séries estatísticas que possam ser consideradas na construção destas análises, de forma que algumas inferências feitas ao longo do texto foram consolidadas comparando-se os dados do levantamento amostral com entrevistas, realizadas com lideranças de 10 PAs durante a pesquisa Uniara-INCRA, bem como de outras pesquisas quantitativas realizadas ao longo de mais de uma década no Pontal.

Desde o início dessa política de assentamentos (considerando-se o I PNRA, de 1985, como um ponto de partida), as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária têm se multiplicado, contribuindo para uma melhor compreensão dessa nova realidade de criação e recriação do campesinato e, ao mesmo tempo,

de reflexão sobre teorias, métodos, metodologias e técnicas de pesquisa⁶. Em duas décadas, diversas teses, dissertações, monografias, relatórios, livros e artigos foram elaborados e publicados, possibilitando diferentes e amplas visões das distintas realidades dos assentamentos de reforma agrária e abrindo importantes espaços para debates e construção de perspectivas para esses projetos de assentamentos.

De acordo com Silva, Fernandes e Valenciano (2006) a principal diferença das metodologias de pesquisa em assentamentos de reforma agrária estão nas escalas geográficas, com destaque para uma maioria de estudos de caso, contra poucos realizados em escalas regionais ou nacional. Em escala nacional, os estudos ou são por conjuntos de amostragens de algumas regionais ou são por amostragens distribuídas em todos os Estados. Outra diferença refere-se aos recortes temáticos: há prioridades para a pesquisa socioeconômica, sociopolítica, ambiental, educacional, de gênero etc.. Além disso, uma tomada de posição *ex-ante* (ideológica) acaba por matizar as análises, tanto reiterando a opinião de que assentamentos são "favelas rurais", quanto a ideia de que os assentamentos são uma nova espécie de "foco revolucionário". Essas duas perspectivas, comprometidas com posturas político-ideológicas antagônicas, são derivadas do debate político e enviesam em muito a interpretação dessa complexa realidade.

A dinâmica produtiva nos assentamentos, particularmente, é tema controverso e se tornou, nos últimos anos, o eixo principal das ações/discussões no contexto da reforma agrária. Isso porque, ao lado de um arrefecimento na chamada "luta pela terra", pesquisas recentes dão conta de que há um *gap* entre a produtividade dos assentamentos de reforma agrária e as unidades de agricultura familiar ditas tradicionais, com desvantagem para os primeiros (KAGEYAMA, BERGAMASCO, OLIVEIRA, 2010). A intenção, aí, de apontar para perspectivas de melhorias a serem implementadas nos assentamentos, no entanto, choca-se com a leitura de outros dados que constatariam a falência econômica da reforma agrária (IBOPE, 2009).

As primeiras tentativas de avaliação da produção, trabalho e renda, por exemplo, abriram um saudável debate sobre a produção de autoconsumo e sua importância na renda das famílias assentadas (BERGAMASCO, 2003; GUANZIROLI, 1994), questão ainda em debate, posto que abriga dimensões

⁶Cf. Leite et. al., 2000; Sparovek, 2003; Silva, Fernandes e Valenciano, 2006; Bergamasco, 2003.

para além do material (GRISA, 2007). Da mesma forma, a avaliação dos "impactos dos assentamentos" gerou diferentes perspectivas de análise, abrangendo debates tanto na economia quanto na sociologia e geografia (LEITE et. al., 2000; SILVA, FERNANDES, VALENCIANO, 2006; FERRANTE, BARONE, 2010). Sem dúvidas, a pesquisa realizada pela equipe de pesquisadores do Nupedor (CONTRATO/CRT/SP/Nº 100000/2010 – INCRA/UNIARA) soma-se a este conjunto de pesquisas sobre os assentamentos rurais.

O contexto regional e os assentamentos como espaços produtivos: perspectivas e bloqueios

Apesar das deficiências reconhecidas em termos de tecnologia, assistência técnica e investimentos, a dimensão produtiva agropecuária dos assentamentos tem sua importância e contribui para a inserção dos assentamentos no universo produtivo da região do Pontal do Paranapanema. A partir de uma pesquisa realizada em 2005, apenas a bovinocultura leiteira dos assentamentos gerou uma renda de R\$ 55 milhões/ano – valor produzido por cerca de 6 mil famílias assentadas da região do Pontal do Paranapanema (SILVA, 2008). Se considerarmos outros cultivos agrícolas, como mandioca, frutas e hortaliças, o efeito multiplicador da renda produzida pelos assentamentos é ainda maior. Sem esta renda, muitas das farmácias, padarias, supermercados e lojas de materiais para construção, por exemplo, instaladas nas áreas urbanas dos municípios com assentamentos, não existiram. Ou seja, a análise dos dados da produção agropecuária dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema nos permite afirmar que sua presença colabora com a dinamização da economia regional, sobretudo a partir da bovinocultura leiteira, que é o sistema produtivo mais consolidado nos assentamentos da região, contribuindo para que o Oeste Paulista seja a região com maior rebanho leiteiro do Estado.

No Pontal do Paranapanema, além disso, não se pode esquecer dos bloqueios ao próprio desenvolvimento econômico regional como um todo, que rebatem nas dificuldades no incremento da produção e renda nos assentamentos. O esvaziamento econômico de décadas, o conflito e a insegurança fundiária gerada pela grilagem reconhecida (FERRANTE, BARONE, 2005) fazem parte desse contexto que, mais recentemente, se vê diante do projeto de expansão da agroindústria sucroalcooleira. Esta recente ofensiva agroindustrial, por sua vez, também rebate nos indicadores de produção (com menor intensidade, sobretudo após a suspensão de parcerias dos assentados e usinas da região) e renda da população assentada – esta, fundamentalmente pelo incremento do trabalho

assalariado fora do assentamento.

Dados de 2005, para os assentamentos do município de Teodoro Sampaio, dão conta de que em 20% das famílias havia trabalho assalariado fora do assentamento (SILVA, FERNANDES, VALENCIANO, 2006). Na pesquisa Uniara/INCRA, de 2011, que baseou seus dados em amostra de vários municípios do Pontal, esse índice sobe a pouco mais de 50% dos lotes pesquisados. Embora as amostras sejam diferentes (em 2005, levantou-se apenas Teodoro Sampaio; em 2011, levantou-se uma amostra em 6 municípios da região), é plausível supor que, nesses 6 anos, o setor sucroalcooleiro ampliou as oportunidades de emprego, incidindo no maior percentual de moradores dos PAs que se assalariam fora. Corroborar essa hipótese a constatação, oriunda de pesquisas qualitativas, que aponta para a presença de ônibus de "bóias-frias"⁷ circulando nos assentamentos, bem como a reiterada informação de que os jovens estariam se empregando nas usinas.

Outro elemento fundamental quando se avalia a evolução da produção nos assentamentos do Pontal, com reflexos nas opções de cultivares e no acesso ou bloqueio à política creditícia, é o grande projeto produtivo estimulado pelo MST no final dos anos 1990, centrado no cooperativismo. Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST – principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente 2000 associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos P.A.s e "fechar" a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (RIBAS, THOMAZ Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despoldadeira

⁷Embora o projeto de expansão da cultura canavieira para o oeste paulista preveja o corte mecanizado (THOMAZ JR., 2009), algumas destilarias menos capitalizadas continuaram usando o corte manual. Também é fato que muitos jovens assentados também vão trabalhar em atividades no interior das unidades industriais, algumas delas bem próximas dos seus locais de moradia.

de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passa também a ser investigada pelo Ministério Público, a partir de denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno.

A não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despoldadeira), determinou o esvaziamento da Cocamp. Além disso, a situação financeira dos assentados ficou, em muitos casos, pior. Aqueles que atenderam ao plano de produção integrada de frutas (maracujá e abacaxi) não viram sua produção ser absorvida pela cooperativa, abandonando o cultivo e adotando um discurso bastante crítico em relação à Cocamp.

Além dessa crise ligada à fruticultura comercial, a falência da cooperativa gerou uma alta inadimplência dos associados, tomadores do chamado "teto 2" do PROCERA⁸ para capitalização da agroindústria. Mesmo com renegociações, ocorridas nos primeiros anos do governo Lula (2003-2006), muitos assentados deixaram de buscar financiamento bancário para sua produção.

A produção agrícola nos assentamentos do Pontal

A opinião dos entrevistados de 2011 apontou para uma agricultura centrada nos cultivos de mandioca⁹, com maior participação relativa dentre os cultivos agrícolas, horticultura (26%) e frutas – com 14% (Ver Tabela 1). A cana-de-açúcar e eucalipto, ambas com 9% de participação relativa, também se destacam.

⁸O "Teto 2" do PROCERA era uma linha de financiamento com valores bastante superiores aos financiamentos individuais e só poderia ser acessado por entidades cooperativas.

⁹Embora na opção do questionário constasse "mandioca e outros tubérculos", a pesquisa qualitativa mostrou que a produção é quase que exclusivamente de variedades "mansa" (macaxeira) e "brava" (industrial) de mandioca.

Nestes dois últimos casos, a pesquisa continuada na região indica que tais culturas não estão associadas aos circuitos econômicos agroindustriais¹⁰. Ou seja, a cana plantada em 9% dos lotes dos assentamentos não é para fornecimento às destilarias, mas tem como finalidade forragem para alimentação animal, uma alternativa para melhorar a nutrição dos bovinos de corte e leite, principalmente nos períodos secos do ano.

Quanto ao eucalipto, o seu plantio está associado ao conforto térmico do rebanho bovino de leite. De acordo com critérios veterinários (BAÊTA, SOUZA, 1997), animais de produção expostos aos efeitos diretos do sol, sofrem mais com o estresse calórico do que aqueles animais abrigados em locais sombreados. Esse cultivo serve, além disso, para fins de autoconsumo na propriedade (reforma de cercas, piquetes e outras edificações), assim como a madeira pode ser comercializada em circuitos curtos (dentro do próprio assentamento, ou para produtores vizinhos). Destas produções, o Eucalipto e as frutas aparecem como contando com algum financiamento¹¹.

A mandioca, alimento básico na dieta dos assentados (tanto na variedade "mansa" quanto processada como farinha), tem também destinação comercial, embora quase sempre em circuitos locais (farinheiras artesanais instaladas nos próprios PAs ou os mercados institucionais). Ainda há alguns casos em que se produz mandioca para fornecimento agroindustrial, embora seja atualmente muito restrito, sobretudo devido às oscilações dos preços pagos pelas farinheiras de maior porte. Até os primeiros anos do século houve, inclusive, um financiamento especial do FEAP para plantio de mandioca no Pontal. No entanto, a grande oferta do produto na região, oriunda exatamente deste estímulo creditício para a produção, derrubou os preços e levou ao abandono dessa opção de cultivo comercial.

¹⁰Através das Portarias do ITESP do início dos anos 2000, a cana-de-açúcar para fornecimento agroindustrial foi plantada em alguns PAs do Pontal (BARONE, FERRANTE, 2010). No entanto, investigações do Ministério Público do Trabalho apontaram irregularidades na tomada de crédito (PRONAF) para tais cultivos, levando ao abandono das "parcerias" com as usinas da região.

¹¹Há ainda o que se investigar com relação ao financiamento do eucalipto (1/3 dos que plantam apontaram acesso a financiamento). No caso da fruticultura, provavelmente as respostas positivas para o financiamento referem-se a cultivares financiados na época da Cocamp, cujos assentados conseguiram manter em produção.

Tabela 1 – Produção vegetal: participação relativa das culturas.

	%
Cereais (feijão, arroz, milho e soja)	1
Cana-de-açúcar	9
Eucalipto	9
Horticultura	26
Flores e plantas ornamentais	1
Frutas	14
Café	4
Mandioca	31
Pastagem	4
Outras não especificadas anteriormente	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Esclarecendo a importância da mandioca na agricultura dos assentamentos, uma liderança de Mirante do Paranapanema, entrevistada por ocasião da pesquisa qualitativa, destaca que um dos motivos dessa cultura ser preferida pelas famílias, no momento de escolher o que plantar, é o pouco investimento necessário:

(...) a mandioca é o seguinte, com um pouco de rama, um preparo de solo, não precisa ser lá de grande qualidade, se faz produzir mandioca. E daí seis meses, sete, se tem produção. Então, também foi uma opção do pessoal plantar mandioca, não precisa ficar aí gastando um monte de dinheiro com insumos e tal [...] é uma das culturas que, com pouquíssimas condições econômicas, você consegue desenvolver (Assentado do PA São Bento, Mirante do Paranapanema, Pesquisa de Campo, 2011).

A prevalência da mandioca também foi explorada por liderança do assentamento Nova Conquista (município de Rancharia), onde se voltou a enfatizar

o baixo investimento necessário nesta produção: "(...) *é a planta mais leve pra gente, né? Porque agricultor, hoje em dia, pra planta uma planta mais pesada, gasta! E muitas vezes não tem retorno (...)*".

A horticultura, sendo uma atividade mais intensiva de mão-de-obra, sofreu uma guinada positiva em termos de participação nas atividades agrícolas, sobretudo devido aos programas de comercialização institucionais (PAA e PNAE). Registra-se que esta é uma atividade, atualmente com retorno financeiro, que é majoritariamente executada pelas mulheres. Antes restrita apenas ao autoconsumo – e com baixíssimo investimento de recursos, posto que não rentáveis – as hortas se multiplicaram nos últimos anos, graças à possibilidade de escoamento institucional. Tal oportunidade gerada pelas políticas públicas aponta para uma alteração da matriz produtiva instalada nos assentamentos, antes restrita à bovinocultura leiteira associada à mandioca.

A mesma constatação vale para a fruticultura. Após o projeto frustrado da Cocamp, com estímulo aos cultivos comerciais de maracujá e abacaxi, pouco restou dessas culturas. No entanto, um pomar sempre fez parte das opções de produção "*pro gasto*" (GRISA, 2007), fornecendo frutas para as mesas dos assentados e sombreamento para as residências. Com a implementação do PAA, no entanto, essa produção de quintal também passa a ter importância monetária, na medida em que também são "*entregues para a CONAB*".

A Tabela 2, abaixo, apresenta o percentual de participantes em programas de comercialização institucional (PAA, PNAE etc.). Apenas 19% dos entrevistados participam do que consideram programas oficiais/institucionais de comercialização (PNAE, PAA ou outro programas da CONAB ou de base municipal). O PAA é o mais acessado, chegando a cobrir 13% dos entrevistados, contra 10% que fornecem produtos para o PNAE (outros 2% apontaram que participam de programas diferentes, ou da CONAB ou de Prefeituras). Mandioca e hortifruiti compõem quase que a totalidade do fornecimento dos assentamentos aos programas institucionais de comercialização.

Tabela 2 – Participação em programas de comercialização.

	%
Participa dos dois	6
Participa somente do PAA	7
Participa somente da Merenda	4
Não participa de nenhum	81
Participa de outro programa	2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

No caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a comercialização e distribuição dos produtos ocorrem mediante convênios entre órgãos governamentais, tanto na esfera federal como estadual e municipal, dispensando o processo de licitação, desburocratizando a compra/venda e possibilitando que mais produtores se envolvam no processo. Este programa tem efetivamente colaborado com a agricultura familiar dos assentamentos, que há muito tempo não tem um tratamento que suprisse suas necessidades de escoamento.

Um dos impasses dos assentados sempre foi a comercialização de seus produtos, ficando a mercê da sorte, sem certeza de venda e levando a que, quase sempre, perdessem a produção, que é de alta perecibilidade (frutas, verduras e legumes). Nessas atividades com vistas comerciais de "giro curto", era muitíssimo comum que, mesmo quando a venda era realizada, os atravessadores – geralmente de má fé, alegando falta de padrão na produção – não pagassem pelos produtos levados. Esses desincentivos fizeram com que muitas produções cessassem - sobretudo a horticultura. Com o PAA, o problema de escoamento da produção agrícola começou a ser enfrentado, pois o programa se propõe a realizar a compra direta da produção dos assentados garantindo-lhes uma renda complementar, que sempre foi avaliada, na pesquisa, como tendo alguma significância no orçamento familiar.

Embora com baixa participação relativa, é digno de nota a presença do café nos assentamentos do Pontal. Essa cultura perene encontra-se mais em Mirante

do Paranapanema, Teodoro Sampaio e na Gleba XV de Novembro (entre Euclides da Cunha e Rosana). O destaque fica para sistemas produtivos mais agroecológicos, como o projeto "Café com Floresta", patrocinado pela ONG Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ.

A produção leiteira caracterizando os assentamento do Pontal

A produção pecuária dos assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema, segundo percentual de produtores, é composta pela majoritária bovinocultura de leite (81% de produtores na amostra do Pontal), seguida pela criação de aves (com 73% de ocorrência nos lotes), suínos (55%), eqüinos e bovino de corte, com 13 e 11% de ocorrências respectivamente (tabela 3). Caprinos/ovinos, apicultura e piscicultura também foram registrados, mas estes com menos de 10% de ocorrência nos lotes. Desse grupo, a pecuária de leite é a com presença mais marcante e constitui-se, no geral, na principal fontes de renda agropecuária das famílias assentadas.

Tabela 3 – Produção animal: percentual de produtores.

Criação animal	%
Bovino de corte	11
Bovino de leite	81
Aves	73
Suínos	55
Caprinos e/ou Ovinos	8
Abelha	2
Piscicultura	2
Eqüinos	13
Total	

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Contudo, dados do IEA¹² apontam uma baixa produtividade por unidade de área da pecuária leiteira na região do Pontal do Paranapanema. Mesmo assim,

¹²Ver publicação "Produção de leite no Estado de São Paulo: potencial tecnológico", disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1119> . Acessado em 07/09/2012.

dentre as criações citadas na Tabela 4, a pecuária de leite é a única que possui escala comercial mais abrangente e permanente, uma vez que a somatória da produção das mais de 6,2 mil famílias assentadas na região do Pontal cria uma bacia leiteira expressiva.

A raça de gado padrão é a girolanda, embora a continuada pesquisa qualitativa já identificou rebanhos com predominância genética nelore sendo manejados para retirada de leite, algo que corrobora com os dados de baixa produtividade, já que esta raça é muito mais apropriada para corte. Entre os recursos que faltam para melhorar a produtividade do rebanho, portanto, a necessidade de melhoramento genético é patente, além da alimentação via recuperação do pasto e fornecimento de concentrados à base de milho ou cana, que poderiam ser cultivados dentro da área do próprio lote.

Com exceção do leite utilizado no autoconsumo das famílias e aleitamento dos bezerros, praticamente toda produção dos assentamentos do Pontal é entregue aos laticínios, chegando esse percentual de integração à casa de 90% dos produtores de leite – soma das opções 2, 4 e 5 da Tabela 4 (abaixo). As maiores produções localizam-se nos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, fato que se explica até mesmo pela concentração de assentamentos nesses dois municípios. Dadas as dificuldades que as famílias enfrentam para produzir, seja pela ausência de políticas públicas ou de assistência técnica e extensão rural, esta produção oferece grande potencial para ser ampliada, com medidas simples como as citadas melhorias de pasto e genética.

Tabela 4 – Destino produção gado leiteiro.

	%
1. Venda de animal	6
2. Venda da produção	54
3. Autoconsumo	4
4. Venda da produção e autoconsumo	23
5. Opções 1, 2 e 3	13
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A obrigatoriedade do resfriamento do leite para seu transporte até os laticínios apresentou-se para esses produtores como um desafio. Num primeiro

momento, no início dos anos 2000, as empresas instalaram tanques resfriadores nos assentamentos, aumentando, dessa forma, o controle sobre o fornecimento do produto. Mais recentemente, no entanto, tanques resfriadores comunitários foram instalados, através de recursos federais via Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. Tal investimento, feito no mais das vezes em parceria com associações de assentados e Prefeituras, garantiu, ao menos, maior liberdade na escolha da empresa para a qual fornecer o produto. Há casos, também, em que um único produtor assentado, ou grupos pequenos de assentados (de 2 ou 3), instalaram resfriadores por conta própria. Esses últimos casos correspondem apenas a uma minoria que conseguiu uma alta produção de leite, praticamente se especializando no ramo.

A produção de derivados não é fomentada e limita-se à produção de queijos e doces. Na pesquisa, ficou constatado que a imensa maioria das atividades de processamento (levantadas no item "agroindustrialização familiar") refere-se a laticínios artesanais. Num único caso, levantado na amostra, toda a família (marido, mulher e filhos) trabalha no processamento do leite, mantendo um laticínio artesanal em casa que gera uma renda alta (acima de 10 Salários Mínimos).

A produção de leite é feita de maneira individual, com quase nenhuma assistência técnica. As associações existentes não refletem nenhum nível superior de organização, limitando-se, quando muito, à gestão do tanque resfriador comunitário. Verificamos o desenvolvimento de alguns projetos-piloto, que apesar de se constituírem em experiências pontuais, têm contribuído com a melhoria da produção¹³.

O financiamento da pecuária leiteira, em maior parte, é feito com recursos próprios (38% do total de casos). Essa opinião, fornecida pelos assentados, aponta sobretudo para o fato de que esta atividade tem merecido investimentos particulares, já que a principal destinação dos projetos do PRONAF, que aparece com apenas 17% dos casos de acesso à financiamento (Tabela 5) é justamente a atividade leiteira.

¹³É o caso, reconhecido na pesquisa, do Projeto Pontal Agroecológico, coordenado pela Embrapa, contando com a parceria de diferentes entidades (ITESP, INCRA, FATEC etc.).

Tabela 5 – Acesso financiamento bovino Leite.

	%
1. PRONAF	17
2. INCRA	10
3. BANCOS	6
4. OUTROS	29
5. PRÓPRIOS	38
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A produção de aves e suínos é feita com recursos próprios e destinada basicamente ao autoconsumo (em 74% no caso dos suínos e 72% no caso das aves), constituindo-se nas das principais fontes de proteína animal das famílias assentadas. Em pequena porcentagem, ela também é comercializada. Porém, diferentemente do leite, sua comercialização é feita entre amigos ou vizinhos e parentes, que residem em municípios próximos dos assentamentos.

A ausência de inspeção sanitária, abatedores municipais ou agroindústrias de pequeno porte, localizadas nos assentamentos e pensadas para beneficiar a produção animal, impedindo uma reversão dessa situação, na medida em que poderiam tornar essa produção também voltada ao mercado. Poucos são os municípios que implantaram um Serviço de Inspeção Municipal – SIM. Tal lacuna é considerada um dos principais dificultadores para a comercialização dos produtos de origem animal dos assentamentos.

Embora exista a possibilidade dos municípios aderirem ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), de forma individual ou coletiva – via consórcio de municípios – no momento da pesquisa não verificamos na região nenhum processo de discussão sobre o assunto. O SUASA é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), regulamentado desde 2006, com objetivo de contribuir com a implementação de novas agroindústrias, facilitando a comercialização dos produtos industrializados localmente. Produtos inspecionados por qualquer instância do sistema SUASA podem ser comercializados em todo o território nacional. A importância desse tipo de serviço público é importantíssima, até mesmo porque os programas de compras institucionais (PAA e PNAE) também preveem a compra de produtos de origem animal, desde que os mesmos tenham alguma certificação sanitária.

Os sistemas produtivos: solo, manejo e tecnologia

Os solos da região do Pontal são de origem arenítica. Considerando-se que o processo de ocupação da região do Pontal foi um processo de desmatamento drástico e que existem, atualmente, na região, apenas 2% da sua formação florestal natural, há de se considerar que os solos, além de serem naturalmente frágeis do ponto de vista geológico, também não contam com cobertura vegetal e estão expostos à ação das intempéries. Foi nesse solo que boa parte dos 112 assentamentos da região do Pontal foram instalados, salvo lotes que estão sobre faixas de transição, onde é possível encontrar tipos diferentes de latossolos.

Avaliando o agregado de medidas que contribuem com a conservação dos solos dos assentamentos, verificamos que as curvas de nível são as mais recorrentes (30% do total), seguidas da rotação de culturas (16% do total) e a adubação orgânica (14%). O consorciamento de culturas, a recuperação de áreas degradadas e projetos ambientais também aparecem com alguma significância para os assentados entrevistados (Tabela 6).

Contudo, há de se considerar que as práticas supracitadas não abrangem o conjunto das famílias assentadas da região do Pontal. Com exceção das curvas de nível, obra muitas vezes constante do pacote de instalação dos assentamentos e realizada pelos órgãos oficiais, apenas uma pequena parte dos assentados adere a uma ou mais dessas práticas. Além disso, a quase totalidade das famílias assentadas não conhece qual é a quantidade de nutrientes presentes no solo dos lotes onde residem. A realização da análise dos solos nos assentamentos é uma prática bastante incomum, revelando o alto grau de incerteza a partir do qual as famílias assentadas realizam os tratamentos culturais e dos solos de seus lotes.

Tabela 6 – Práticas conservacionistas no assentamento.

	%
Adubação Verde	1
Curva de nível	30
Rotação de Culturas	16
Consórcio de Culturas	12
Recuperação de áreas degradadas	9
Adubação orgânica	14
Controle alternativo de pragas e doenças	6
Agrofloresta	3
Atividades ou projetos de educação ambiental	7
Cordões de vegetação em nível	1
Outros	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A correção dos solos mantém íntima relação com a produtividade e não deve ser entendida como uma preocupação do agronegócio. Devolver a vida aos solos, a partir de um manejo sadio e preocupado com os macro e micronutrientes é uma questão posta para as famílias assentadas interessadas na melhoria da produção. Mesmo a agroecologia, que considera o solo um organismo vivo, prevê ações de recuperação e preservação do solo, como etapas mais importantes da transição agroecológica (PRIMAVESI, 1990).

Com relação aos insumos fertilizantes, seu uso é realizado de maneira bastante irregular. A tabela 7, abaixo, indica que o uso de diferentes tipos de adubos é distribuído. Notou-se, na pesquisa qualitativa, que o maior uso de adubos do tipo "orgânico" deve-se menos por adesão a princípios agroecológicos e mais por limitação financeira dos produtores, mesmo que haja um conhecimento de

que o adubo de tipo orgânico "*é bom*". Verificou-se a prática da compostagem, entendida como processo biológico de transformação de resíduos orgânicos, como palhadas, folhagens, esterco etc.. O uso da urina animal, que contém uréia, também é utilizado pelas famílias assentadas como adubo orgânico.

No geral, itens como fertilizantes, venenos e agroquímicos em geral, assim como tipo e uso de sementes e tratores não seguem nenhum padrão que permita associar seu uso a variáveis como tempo de existência do assentamento, origem das famílias, tipo de solo ou culturas predominantes. Esse quadro geral de não uso dos insumos pode ser associado à baixa produtividade por unidade de área da produção de origem vegetal e animal das famílias dos assentamentos do Pontal.

Tabela 7 – Tipo de adubo utilizado.

	%
Orgânico	53
Químico	22
Químico e Orgânico	25

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Dada a qualidade dos solos dos assentamentos, mesmo que a opção posterior das famílias seja pela agricultura orgânica e/ou de base agroecológica, inicialmente faz-se necessário algumas correções do solo. Devido à carência de nitrogênio, fósforo, potássio, procedimentos como a adubação verde devem ser adotados. Conforme já comentado, boa parte das famílias não conhece as propriedades físico/químicas do solo do lote e, portanto, enfrenta dificuldades para fazer este tipo de correção.

Para entender o gasto anual com aquisição de insumos fertilizantes, é preciso considerar o tamanho médio da área dos lotes, tendo em vista compatibilizar o tamanho do investimento em adubo com o tamanho da área. Considerando que a área média dos lotes dos assentamentos da região do Pontal é de 21 ha., com base nos dados sobre gastos com adubos (Tabela 9), podemos inferir que esse gasto fica aquém do que seria necessário (em mais de 50% dos casos, até um S.M./ano) para recuperar o solo de lotes com esta extensão de área.

Tabela 9 – Gasto anual com adubo.

	%
Até um salário mínimo	53
Um a dois	20
Dois a três	7
Três a cinco	7
Não sabe	13

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Sobre os tipos de sementes, a participação entre o uso de sementes híbrida (40%) e crioula (38%) é bastante equilibrada. Sobre a origem destas sementes, 46% responderam que elas possuem origem própria, 17% disseram que ganham e 20% que compram fora. A partir destes dados sobre uso e compra de sementes é possível verificar que as famílias assentadas ainda mantém certa autonomia de escolha sobre o tipo de sementes que pretendem utilizar.

Os dados sobre acesso a equipamentos de cultivo (como o trator) evidenciam o baixo nível tecnológico empregado pelas famílias assentadas no desenvolvimento das atividades agropecuárias nos assentamentos da região do Pontal. Alguns dos assentamentos em questão foram implantados a mais de duas décadas, de forma que a população destes assentamentos possui idade média elevada e problemas de sucessão, pois uma porcentagem expressiva dos filhos já não reside mais no lote com os pais. Neste contexto, o uso de pequenas máquinas, dada a idade avançada dos membros das famílias e sua sujeição a desgastes físicos extenuantes, é uma questão de desenvolvimento que precisa ser refletiva em curto prazo, sobretudo no nível das políticas públicas.

Buscando uma avaliação mais global acerca dos sistemas produtivos, o levantamento apurou como os assentados classificam seus empreendimentos agropecuários (tradicional, convencional ou conservacionista/agroecológico). A partir da tabela 10, verifica-se que os assentados se veem majoritariamente como produtores tradicionais (51%), contra 35% que se classificam como convencionais. As classificações conservacionista (que avalia alguma prática

ambientalmente adequada) e agroecológica somam 14% das classificações, sendo que agroecológico é opção de uma pequeníssima minoria (1%).

Tabela 10 – Manejo da produção.

	%
Convencional	35
Tradicional	51
Conservacionista	13
Agroecológico	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Com relação a esses números, uma adesão ao manejo "tradicional" o é sobretudo por limitações financeiras dos produtores. Incapacitados de acessar o pacote tecnológico convencional, os assentados reinventam um manejo a partir dos conhecimentos tradicionais (enxada e estrume composto). Mesmo os que se autoidentificaram como convencionais, por vezes não utilizam todo o pacote tecnológico disponível no mercado – também por falta de recursos financeiros, assim como de assistência intensiva. A opção conservacionista, por sua vez, revela algum grau de adesão consciente a práticas preocupadas com o meio ambiente.

A pesquisa revelou que boa parte dos gastos envolvidos com a aquisição de sementes, adubos, agroquímicos não ultrapassa um salário mínimo, fato que evidência a baixa capacidade de investimento das famílias, ao mesmo tempo em que recoloca a necessidade de políticas públicas mais abrangentes. Complementando esse quadro, 90% dos respondentes consideraram o acesso à água suficiente para a produção, mas com apenas 40% acessando através de poços artesianos, sendo que os poços tipo cacimba continuam tendo forte uso (cerca de 30% dos respondentes).

Concluindo

Embora tenha uma participação importante na economia regional do Pontal

(com maior destaque para os municípios do extremo oeste da região), sobretudo devido à bacia leiteira implantada nos assentamentos, essas áreas reformadas sofrem bloqueios que vão desde o baixo desenvolvimento regional (a região tem o 2.º menor IDH do Estado) até falhas e equívocos nas políticas públicas e projetos de desenvolvimento econômico mais expressivos – como foi o caso da Cocamp. Há espaço, no entanto, para o aprimoramento da produção leiteira, através de uma ATER mais focada e de estímulos relativamente simples para o melhoramento dos rebanhos e pastos.

A possibilidade de processamento cooperativo do leite (desde seu evasamento até a produção de derivados) foi abortada, num primeiro momento pela falência da Cocamp. Mais recentemente, evidencia-se a falta de um sistema de inspeção sanitária acessível, política pública necessária para que a produção animal possa ganhar espaço comercial.

Com uma base pedológica frágil, uma maior atuação da ATER e dos órgãos fundiários responsáveis em programas de recuperação dos níveis e qualidades tróficas dos solos, utilizando-se recursos e conhecimentos agroecológicos, fica como uma perspectiva para a melhora geral da produção agrícola dos assentamentos. Muito há o que fazer. Mas o constatado retorna à hortifruticultura mostra uma população disposta a produzir mais e melhor nas terras da reforma agrária.

Referências

BAÊTA, F.C.; SOUZA, C.F. **Ambiência em edificações rurais**: conforto animal. Viçosa: UFV, 1997.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Para onde vão os assentamentos rurais: por um balanço das possibilidades institucionais da reforma agrária em São Paulo (Brasil). Texto apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas – PE, novembro/2010. In: **Anais...**, 2010.

BERGAMASCO, S.M.P.P. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais**: organização social, trabalho e renda. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

FERRANTE V.L.S.B.; BARONE, L.A.; CAMPOI, A.M. Desenvolvimento Rural e Assentamentos: impasses e perspectivas na Califórnia Brasileira e nas terras do Nelore mocho. XLIII Congresso da SOBER – Instituições,

Eficiências, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. Ribeirão Preto, Julho/2005. In: **Anais...**, 2005.

GRISA, C. **A produção "pro gasto"**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2007.

GUANZIROLI, C.A. et. al. **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

IBOPE. **Pesquisa de Opinião sobre assentamentos rurais**. IBOPE Inteligência (setembro de 2009). Disponível em: <www.cna.org.br>. Acessado em 12/10/2012.

IEA - INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Produção de leite no Estado de São Paulo: potencial tecnológico**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1119>>. Acessado em 10/12/2012.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.A. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no censo agropecuário de 2006. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.13, Nupedor/Uniara, p.31-74, 2010.

LEITE, S.P. et. al. **Os Impactos dos Assentamentos Rurais**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo/Brasília: EdUnesp/Nead, 2000.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico do Solo**. Agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1990.

RIBAS, A.D.; THOMAZ JR., A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n.2, FCT/UNESP, 2000.

SILVA, A.A. **Multidimensionalidades dos Assentamentos Rurais do**

município de Teodoro Sampaio. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2008.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C., (Coords.)
RIST – relatório de impactos socioterritoriais. Presidente Prudente: FCT/Unesp/INCRA, 2006.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária.** São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

THOMAZ JR. A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI –** Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. Tese (Livre-Docência em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE EFICÁCIAS, EQUÍVOCOS E OMISSÕES: UM RETRATO EM DUAS REGIÕES DO ESTADO

Thauana Paiva de Souza Gomes¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: Este artigo apresenta parte dos indicadores sociais de produzidos em pesquisa estadual realizada em 2011-2012 pelo INCRA/UNIARA nos assentamentos das regiões Central e Leste do Estado São Paulo. O objetivo do trabalho é analisar os indicadores sociais produzidos nas pesquisas e avaliar algumas políticas públicas direcionadas de maneira diferenciadas em projetos novos e antigo. Para realização da pesquisa foram selecionados 7 unidades de cada região, seguindo os critérios de seleção de número de famílias, tamanho dos lotes, idade de criação e categoria: projeto de Assentamento ou projeto de Desenvolvimento Sustentável. Ao analisar os dados referente as regiões foi possível verificar algumas lacunas das políticas e as possibilidades desenvolvimento da região Central e leste de São Paulo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Assentamentos; Eficácias, Equívocos.

Abstract: This article presents part of the social indicators produced in state research conducted in 2011-2012 by INCRA/UNIARA, in the settlements of the Central and Eastern regions of São Paulo State. The objective is to analyze the social indicators produced on research and evaluate some policies targeting so differentiated in new projects and old.

¹Mestre em Educação pela FCL/Unesp-Araraquara e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

²Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

To conduct the study were selected 7 units each region, following the selection criteria of number of families, the lot size, age and category creation: project settlements or project for sustainable development. When analyzing the data concerning the regions we observed some policy gaps and potential development of the Central and east of São Paulo.

Keywords: *Public Policies; Settlements; Efficiencies; Misconceptions.*

Introdução: os caminhos da pesquisa

Este artigo apresenta parte dos dados produzidos pelo NUPEDOR em contrato INCRA/UNIARA N° 100000/2010 realizado para pesquisa em quilombos e assentamentos do Estado de São Paulo, o qual envolveu um grande número de pesquisadores. A pesquisa teve como intuito elaborar dados que gerassem uma análise aprofundada do perfil do desenvolvimento dos assentamentos do Estado sob uma ótica consistente de informações referidas à rede de atores, com a intenção de deslocar o eixo do ponto de vista apenas do gestor ou do assentado para a compreensão de ambas perspectivas, completadas com dados referenciados do poder público local e das instâncias privadas que interagem com o assentamento.

Nossa amostragem partiu dos 110 assentamentos federais existentes (segundo dados do INCRA de 2010) do Estado de São Paulo e ao analisar as idades de formação, número de famílias e área do lote, concluiu-se que a seleção dos assentamentos deveria seguir um critério que combinasse assentamentos novos e antigos, PDS – Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis – e PAs – Projetos de Assentamentos – número de famílias e distinção dos lotes quanto ao tamanho. Seleção realizada com o objetivo de abarcar a maior heterogeneidade de situações, de maneira a expressar a multidimensionalidade dos assentamentos rurais.

Do total de assentamentos federais, foram selecionadas 43 unidades que contemplassem os critérios iniciais, correspondendo a 39% do total de assentamentos federais ou 9479 famílias destes projetos. Deste montante, foram investigadas, através de uma amostragem representativa, o equivalente a 55,41% ou 5252 das famílias assentadas nestas unidades administrativas selecionadas do INCRA do Estado de São Paulo. É importante destacar que no decorrer da análise constatou-se que o número do Estado (estaduais e federais) o número total de famílias em assentamentos era de 15703, o que exige a explicitação de que em relação a este número global, nossa amostra se

manteve em cerca de 30%.

Neste artigo, pretende-se destacar alguns dados especialmente das regiões Central e Leste levantados no decorrer desta pesquisa. Dentre os dados, discutir-se-ão as questões ligadas às políticas públicas que aqui chamamos de políticas primárias básicas e secundárias básicas.

Por políticas públicas básicas primárias consideramos iluminação, crédito habitação, fomentos iniciais, saneamento básico e acesso à água. No que tange às políticas públicas básicas secundárias, estamos considerando créditos destinados à produção, infraestrutura (escolas e postos de saúde) e lazer.

A região de Araraquara, na pesquisa estadual chamada de Central, cobre uma vasta extensão territorial que compreende Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia. E na Leste considerou-se a região que tem proximidade metropolitana com a cidade de São Paulo, compreendendo os assentamentos de 23 de Maio, Sítio Casa Grande, Tremembé, Nova Esperança e os PDSs Luiz de David Macedo e Comuna da Terra Milton.

Vale destacar uma particularidade desta pesquisa, no que tange à definição de regiões, foi considerar as especificidades locais e regionais dentro do Estado, considerando que o agrupamento regional seguiu não apenas as afinidades geográficas ou produtivas, mas a classificação dos escritórios regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

A amostragem dos assentamentos da região Central e Grande São Paulo

Para analisar o potencial de desenvolvimento dos assentamentos desta região central propusemos uma análise a partir da data de criação para verificar diferenças e semelhanças entre os assentamentos novos e antigos, sem a pretensão de uma análise comparativa, já que os tempos e contratempos são diferentes. Desta forma, as reflexões deste artigo referem-se a 14 assentamentos dos 41 da amostragem geral. As tabelas abaixo indicam o agrupamento dos assentamentos novos e antigos das duas regiões:

Tabela 1 – Assentamentos da região Central do Estado.

Assentamentos antigos	Data de criação	Número de famílias
Bela Vista do Chibarro	27/05/89	244
Santo Antonio	19/12/01	26
Zumbi dos Palmares	16/09/98	332
Formiga	10/11/98	58
Assentamentos novos	Data de criação	Número de famílias
PDS 21 de Dezembro	10/12/05	40
Nova São Carlos	20/06/07	110
PDS da Barra	21/08/09	440

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Na região Leste, destacam-se os assentamentos Tremembé e Nova Esperança de um lado como os mais antigos e de outro, os assentamentos 23 de Maio, Sítio Casa Grande e os PDS Luiz de David Macedo, Comuna da Terra Milton Santos e São Luiz. Na tabela abaixo verificamos a distribuição dos PDSs e PAs desta região.

Tabela 2 – Assentamentos da região Leste.

Assentamentos antigos	Data de criação	Número de famílias
Tremembé	24/04/95	97
Nova esperança	5/11/01	61
Assentamentos Novos	Data de criação	Número de famílias
PDS Luiz de David Macedo	27/07/06	86
23 de Maio	04/12/07	46
Sítio Casa Grande	19/12/06	48
PDS Comuna da Terra Milton Santos	11/07/06	85
PDS São Luiz	27/07/06	37

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Nestes assentamentos realizou-se uma pesquisa de campo quanti-qualitativa para formular uma base de dados a partir de questionários semiestruturados com os assentados, entrevistas com lideranças, gestores, agentes públicos e privados, o que gerou um perfil dos assentamentos federais de São Paulo, que incorporam questões multidimensionais e expressivas do modo de vida dos assentamentos rurais.

Com base nesta breve caracterização metodológica é possível descrever em linhas gerais um perfil da luta pela Reforma Agrária nestas regiões. Na Central, a luta pela terra se estabelece entre o constate contraponto entre agronegócio e formas de agricultura familiar que ora se vinculam ao movimento sindicalista (em especial à FERAESP), ora se ligam aos movimentos sociais (em especial ao MST). No caso específico das cidades mais próximas geograficamente à Araraquara, onde se encontra a sede do Sindicato dos trabalhadores Rurais (FERAESP) a atuação deste órgão se torna maior do que a do MST, tendo a direção política dos assentamentos de Araraquara, São Carlos e Descalvado.

No que se referem às cidades que estão mais próximas de Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga, o MST (e outros movimentos) têm uma atuação mais intensa. Mas, vale destacar ainda, que a região de Colômbia se caracteriza pela pouca atuação, tanto da FERAESP como do MST, tendo como histórico de luta a ação do INCRA e da prefeitura local.

A partir deste perfil, pudemos identificar também um quadro da diferenciação das microrregiões também quanto à direção e atuação política de órgãos públicos e instituições.

Na região Leste, o movimento mais ativo é o MST. Foi este movimento responsável pela mobilização dos trabalhadores e pela implementação de todos os assentamentos em épocas distintas. Nos assentamentos mais antigos como Tremembé e Nova Esperança, a organização da luta tem grande influência do MST.

Já os assentados da região do Vale do Paraíba contam ainda com outro tipo de formação política, poderíamos dizer que os assentados que possuem passagens por centros urbanos possuem forte ligação com o movimento sindical. Ao adentrarem no processo de luta pela Reforma Agrária acabam por se identificar com o MST e passam a militar. Vale um destaque para o PA Sítio Casa Grande no que tange à origem, hoje os assentados são antigos moradores dos locais de mais de 30 anos, na condição de arrendatários.

Mas é importante destacar ainda com relação aos projetos desta região que no PDS São Luiz e no PDS Comuna da Terra Milton Santos, a situação da

organização interna é marcada por rupturas de grupos que desistem de participar do MST e fundam associações e cooperativas produtivas – além de outros grupos sem vínculos formais, como de amizade, parentesco, de mulheres. Com isso, criam-se novos espaços possíveis de autonomia para as famílias assentadas, independentes das rédeas do MST.

Breves reflexões teóricas com relação às políticas públicas

Preende-se, nesse tópico, considerar alguns aspectos no que tange às análises realizadas sobre políticas públicas no tocante às conclusões sobre efetividades, eficiência e eficácia. Vale dizer que as políticas públicas analisadas neste trabalho podem ser definidas como aquelas que se desenvolvem em esferas públicas e possuem interação com a realidade social.

Neste sentido, é importante entender que os estudos mergulhados em análises e avaliações de políticas públicas têm, segundo Draíde (2001), se apoiado, em um conjunto de decisões tomadas pelo avaliador que muitas vezes podem ou não ser conscientes. Opções e preferências contam efetivamente na seleção dos objetivos de análises e suas intenções de avaliação no estudo eleito, que, de certa forma, definem a estratégia de avaliação, escopo resultante dos tipos de metodologia utilizados que desenharão a análise final.

Segundo Barreira (2011), a década de 2000 foi permeada pelas análises de hipervalorização da avaliação de políticas e programas sociais que levaram a algumas armadilhas no que se refere aos diagnósticos centrados na tecnologia, ou seja, aqueles que se exprimem em ações de eficiência e eficácia imediatistas, sem necessariamente refletir a real transformação e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários dos programas. Neste momento, os indicadores de eficácia e eficiência se apresentavam, como medidas valorativas ou de "excelência técnica" das instituições. Como resultante deste processo, estes índices não se transformaram em ferramentas úteis de controle e poder para seus usuários.

Com o objetivo de evitar tais vieses de análise, Draíde (2001) salienta que as pesquisas de avaliação correspondem à certificação de eficácia, eficiência e accountability das ações. Mas, destaca que é necessário que os responsáveis pelos programas interajam no processo e saibam corretamente qual a pertinência do custo e da eficácia das ações.

Para evitar que as análises sejam superficiais, simplistas ou desprovidas de rigor analítico, partimos da concepção de Arretche (2001) que salienta que os manuais de políticas ensinaram a levar em consideração para as análises das políticas públicas, estratégias de implementação definidas pelos formuladores

destes programas. Segundo a lógica destas análises seria incoerente considerar critérios exteriores aos estabelecidos pelos formuladores das políticas, pois ao considerá-los, o resultado implicaria necessariamente em um julgamento negativo, especialmente porque não se pode esperar que um programa realize algo além do estabelecido dentro de seus objetivos.

Além disso, não podemos considerar que os programas e as políticas estatais, federais ou municipais possam ser exatamente como proposto pelos formuladores, isso segundo a autora também implicaria em uma análise negativa. Notadamente, no que tange à distância entre os objetivos desenhados na política e sua implementação (ARRETCHE, 2001). O caminho percorrido entre a formulação do programa e sua efetivação na prática requer uma trajetória longa que envolve uma contingência da implementação, ou seja, as tomadas de decisão pelos implementadores em determinados contextos políticos, econômicos e institucionais. Ou, em outros termos, referem-se a uma rede de atores, sistemas complexos que resultam em situações imprevisíveis (ROSSI&FREEMAN, 1993).

Desta maneira pode-se concluir que analisar a política pública em suas reais condições de efetivação significa, portanto admitir que o implementador a modifica e por isso, cada análise deve levar em conta os objetivos e estratégias, não dos formuladores das políticas, mas sim as decisões e as preferências do agente que representa a autoridade central da rede de implementação. Para Arretche (2001) há uma responsabilidade grande e autonomia destes agentes:

a despeito dos esforços de regulamentação da atividade dos implementadores, estes têm razoável margem de autonomia para determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos bens e serviços a serem oferecidos. Neste sentido, eles têm a prerrogativa de, de fato, fazer a política. É esta autonomia que por sua vez, lhes permite atuar segundo seus próprios referenciais (p.43).

Para finalizar, é necessário que tenhamos como orientação a perspectiva de que no processo de medição das políticas públicas não deve ser levado em conta o fato de que avaliar não significa mensurar ou dar um valor em si, nem tão pouco substituir a política ou os programas que a movem. O processo avaliatório deve ser pensado como uma oportunidade de reflexão e possibilidade de conquistar os resultados enunciados nos objetivos iniciais das políticas. Além disso, representam um "imperativo ético", como apontado por Barreira (2011), já que podem desconstruir, reconstruir o programa e a política.

Tendo como base tais cuidados analíticos, pretendemos apresentar alguns indicadores sociais das políticas públicas, salientando que nesta pesquisa foi possível identificar, através do trabalho de campo, que a implementação das políticas públicas imbrica-se a uma trama de tensões, na qual, além das institucionalidades, há um peso da resistência e das reivindicações dos produtores assentados.

Assentamentos novos e antigos uma perspectiva analítica do ângulo das políticas públicas

Ao analisarmos os perfis dos assentamentos da região central sob a perspectiva do agrupamento entre novos e antigos é possível perceber contrastes e semelhanças em relação à produção e reprodução da vida. Apesar do desenvolvimento da horticultura ser um representante importante para a produção, percebemos que os assentamentos antigos estão mais inseridos aos sistemas agroindustriais do que os mais novos: enquanto os mais novos se inserem diretamente aos programas como o PAA e merenda como estratégia produtiva, os antigos centram-se em produções de cana, milho, criação de gado ou frango para agroindústrias e hortifruti para o varejo local.

Vale destacar, no entanto, que as políticas públicas de comercialização como o PAA e a Merenda escolar (PNAE) têm promovido novos desenhos geográficos produtivos, proporcionando novas alternativas de produção e comercialização tanto em assentamentos novos como nos antigos. Esta significativa participação pode ser verificada na tabela abaixo:

Tabela 3 – Participação nos programas de comercialização – PAA e PNAE.

	Representatividade (%)
Participa dos dois	30
Participa somente do PAA	26
Participa somente da Merenda	7
Não participa de nenhum	37

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Nesta tabela é possível perceber que o PAA é o programa de comercialização da qual os assentados da Região Central mais participam, com 26%. No PNAE são apenas 7%, mas quando consideramos a porcentagem total dos que participam dos dois programas e de cada um isoladamente percebemos um alto

índice de entrevistados que estão fazendo parte desta política pública, ou seja, 63%, um dado significativo para avaliação do impacto destas políticas para efetivação de diversidade agrícola e de novos rearranjos sociais. Tal situação pode permitir, por um lado, frutificar formas associativas capazes de galgar novos rumos para o assentamento e, por outro, a partir dos entraves, lançar novas demandas aos governos federais, estaduais e municipais. Mas a tabela ainda indica uma significativa parcela de entrevistados (37%) que não participam de nenhum deles, o que nos possibilita associar as práticas produtivas dos assentamentos antigos às parcerias com agroindústrias sucroalcooleiras, pecuaristas ou avicultura, como é o caso de Araraquara.

Estes dados, também nos permitem observar que os assentados vislumbram, em tais políticas, novas perspectivas para comercialização segura, promovendo um rearranjo local relacionado ao capital social dos agricultores. Novas cooperativas foram identificadas no momento do trabalho de campo e outras se fortaleceram como apoio burocrático na relação do assentado com a entrega e recebimento da produção.

Mas, por outro lado, também identificamos nesta pesquisa com as entrevistas de campo que alguns assentados não souberam especificar se suas produções destinam-se aos programas do PAA ou do PNAE, porque ao repassarem os produtos para as associações (locais ou não locais) comercializarem, em muitos casos, não eram informados para quem a mercadoria seria vendida.

Esta característica comum entre os assentamentos novos e antigos com relação a estas políticas de comercialização nos permite observar o impacto e importância de políticas nacionais para o desenvolvimento dos assentamentos. No entanto, se considerarmos as características gerais da produção nos assentamentos antigos, podemos verificar que na região de Araraquara, Colômbia e Iaras, apesar da diversificação mencionada, destaca-se, com prioridade, o cenário agroindustrial, em especial com o plantio de cana-de-açúcar, gado e plantação de pinos. Em sentido estritamente econômico, as formas de integração agroindustrial oferecem uma opção mais rentável e segura do que as outras atividades. Já as outras atividades sofrem descontinuidades, não dispõem de subsídios, organização e fomento necessário para que elas ocorram (FERRANTE et ali, 2012). Para além da dimensão estritamente econômica, as parcerias têm sido analisadas em um quadro de assimetrias, poderes e controles que se apresentam na contramão da autonomia dos assentamentos.

Outro aspecto identificado, tanto em assentamentos novos quanto antigos foram as irregularidades nas cooperativas quanto ao repasse do dinheiro das

mercadorias para os assentados, sinal dos problemas que cercam a existência/continuidade das associações. Muitos, mesmo fornecendo a mercadoria há mais de quatro meses, estavam sem receber das associações. Segundo os entrevistados, a alegação era de não recebimento por parte das prefeituras ou falta de repasse dos programas. Mas ao entrevistar diretores de associações com bom funcionamento, como o caso específico da cooperativa do assentamento 23 de Maio – Itapetininga, a explicação era de que estando com a prestação de contas e notas em dia, após a entrega da mercadoria, em 15 dias no máximo, o produtor recebia o valor total dos produtos comercializados. Houve ainda uma pequena parcela dos entrevistados que demoram mais de 6 meses para receber pela produção, mais o comum era a espera entre dois e quatro meses, conforme identificado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Tempo de recebimento dos programas de comercialização.

Meses	Representatividade (%)
Até dois	28
Dois a quatro	48
Quatro a seis	12
Mais de seis	8
Não recebeu	4

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Os programas também estão incentivando a formação de grupos e gerado perspectivas de desenvolvimento social e econômico para os assentamentos e isso tem correspondido a outras formas de desenvolvimento.

Quanto ao sistema produtivo, um caso bastante interessante a ser destacado no conjunto de assentamentos antigos está na cidade de Iaras-Zumbi dos Palmares, este pode ser dividido em três grandes núcleos com períodos de criação produtivos e de idade diferentes. O mais antigo se caracteriza pela criação de gado leiteiro, esclarecendo-se que as famílias receberam os créditos como PRONAF para estruturação do lote. Outro núcleo mais recente tem produção de eucaliptos de rebrota, já o núcleo mais novo enfrenta os maiores problemas de produção. Por se tratar de lotes pequenos decorrentes do loteamento de uma fazenda de extração de resina de pinos, o solo se encontra desgastado, havendo ainda a impossibilidade de retirada da madeira por embargo judicial, o que impossibilita a venda devido a um processo de desvio de dinheiro por parte

da associação do MST, o que os levam a ter que viver da extração da resina. Mas, apesar destes entraves, encontramos alternativas de famílias que mesmo em lotes com pinos produzem horta, grãos, mandioca ou criação de peixe.

Por uma contraposição já mencionada anteriormente entre o sistema produtivo dos assentamentos novos e antigos é possível verificar que nos assentamentos de Nova São Carlos, Barra e 21 de Dezembro, apesar do potencial agrícola, há grande dificuldade para o desenvolvimento, devido à falta de água e qualidade e situação dos lotes entregues aos assentados; uma característica comum destes assentamentos novos é a falta de destoca de eucalipto ou pinos. O mais grave destas situações ainda é o acesso à água nestes assentamentos mais jovens. Na tabela abaixo é possível mapear e indicar a forma de acesso dos assentamentos da região Central:

Tabela 5 – Água utilizada na residência.

	Representatividade (%)
Poço Artesiano	35
Nascentes	12
Rios/Córregos/Igarapés	3
Cacimba/Caipira	18
Caminhão Pipa	9
Rede Pública	7
Outra	16

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O gráfico mostra o uso doméstico da água, neste caso específico identificamos os poços artesianos em 35% das respostas. Logo em seguida identifica-se o poço de cacimba correspondente a 18% que se caracterizam por não ser superficial. Além disso, há também a rede pública interna do assentamento responsável por 7% do abastecimento da casa, sendo, na maioria das vezes, poços do INCRA ou departamentos municipais. No que tange às águas estritamente superficiais, destacamos 15% entre nascentes e rios. No caso do assentamento da Barra há dois postos em funcionamento, mas por se tratar de um assentamento com 440 famílias, muitos acabam não tendo acesso.

No que se refere à outra condição básica primária, a habitação, o acesso ao crédito para construção chegou à maior parte dos assentamentos desta amostragem, como verificado na tabela abaixo:

Tabela 6 – Crédito Habitação.

	Representatividade (%)
Sim	90
Não	10

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

É importante destacar que os assentamentos mais jovens foram mais favorecidos no sentido do tempo de execução das políticas, já que as mesmas se intensificaram e tornaram-se mais aceleradas nos últimos anos. Há exceções, no caso do assentamento Nova São Carlos que apesar de ter sido criado em 2007, até a data da pesquisa não havia previsão para o recebimento do crédito habitação.

Outro aspecto positivo identificado com relação aos assentamentos novos foi justamente o acesso aos fomentos iniciais que a maioria dos assentamentos antigos não puderam acessar pela criação posterior deste benefício ou pela diminuição da execução do tempo de espera nos últimos anos. Na tabela abaixo, podemos verificar que 48% dos entrevistados que tiveram acesso ao benefício receberam o Apoio inicial (1º fomento). Observados os seguintes fatos: nestes dados, estão principalmente os assentamentos novos, justamente pelo fato dos fomentos terem sido criados principalmente a partir de 2005 e 2008. Os créditos instalação- Fomento e Adicional fomento (segundo e terceiro fomento segundo o gráfico) contemplam principalmente os assentamentos novos da nossa amostragem.

Tabela 7 – Acesso a crédito instalação.

	Representatividade (%)
Apoio inicial	48
Fomento	29
Adicional Fomento	6
Apoio Mulher	17

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

É importante destacar que os créditos instalação vêm sendo adequados às situações produtivas e de manutenção familiar. Foram criadas 5 modalidades no ano de 2005: Apoio Inicial, Fomento, Aquisição de materiais de construção no

ano de 2008, Apoio Mulher e Adicional Fomento. Destaca-se ainda a criação em 2009 de mais uma modalidade de crédito instalação que é o crédito Ambiental³.

No que tange ao segundo fomento, 29% disseram ter acessado, 17% o fizeram no terceiro fomento e, finalmente, apenas 6% responderam ter acessado o apoio mulher. Esta pequena porcentagem demonstra o quanto as mulheres precisam ser incentivadas a acessar este benefício adquirido. Muitas vezes, a falta de acesso se dá pela pouca informação ou ainda pelo fato do marido não querer que ela acesse, já que é um dinheiro que teoricamente ela poderia aplicar no lote de forma autônoma. Expressões de que as políticas públicas, mesmo tendo o recorte de gênero, ainda se apoiam em lógicas produtivistas, o que precisaria ser redimensionado.

Com relação aos créditos, há uma diferenciação bastante interessante quanto ao tipo e acesso. Os assentamentos mais antigos na sua constituição tiveram mais dificuldades de acesso do que os assentamentos mais jovens e, quando acessavam o tipo de crédito disponível era o PROCERA e o FEAP, especialmente no caso de assentamentos constituídos nos anos oitenta, ou seja, mais antigos. Neste caso específico, a sequência de tabelas a seguir indica que apenas 12% acessaram o PROCERA e 2% o crédito FEAP dos assentamentos antigos.

Quando analisados os outros créditos é possível verificar que a porcentagem maior de acesso está nas linhas do PRONAF, principalmente o PRONAF A, conforme os gráficos a seguir.

Tabela 8 – Acesso a crédito e financiamento – PROCERA, FEAP, PRONAF A, PRONAF A/C, Outros.

	Representatividade (%)	
	Sim	Não
PROCERA	12	88
FEAP	2	98
PRONAF A	37	63
PRONAF A/C	7	93
Outros	2	98

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

³Este último, apesar da grande divulgação do que alguns julgam como avanço para fomentar as questões ambientais nos assentamentos e PDS tem se mostrado mais como uma promessa do que efetivamente um projeto concreto.

No entanto, nas tabelas de acesso ao PRONAF A/C e de outros créditos é possível perceber que poucos assentados tiveram acesso. No primeiro caso, isto é facilmente compreendido se observarmos que, dos assentamentos escolhidos nesta amostragem, os novos, não estão aptos ainda ao acesso. Isto significa dizer que para os assentados acessarem qualquer tipo de PRONAF, os mesmos têm que ter acessados todos os créditos instalação, segundo a lógica do INCRA. Além disso, o Pronaf A/C e as demais linhas do PRONAF, só podem ser acessadas quando o assentado tiver acessado primeiro o tipo A.

Ao relacionarmos as diferenças quanto à infraestrutura (esgoto, escola e posto de saúde) considerada aqui como parte de políticas básicas secundárias, verificou-se que há mais serviços disponíveis em assentamentos antigos do que em novos, como escolas e postos de saúde. Em particular, a educação é um caso bastante significativo nos assentamentos de Araraquara, Colômbia, Piratininga e Iaras, existem escolas ou elas estão em fase de acabamento. Nos assentamentos novos, nenhum desta amostragem possuía infraestrutura escolar.

Tabela 9 – Serviços públicos – Educação.

	Representatividade (%)
Não tem	39
Até 9ª série do E.F.	16
Ensino médio	1
Alfabetização/EJA	13
Até 4ª série do E.F.	6
Creche	11
Ed. Infantil	14

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Vale destacar que em 61% dos casos, os entrevistados afirmaram não ter escola dentro dos assentamentos. A situação piora tanto em assentamentos novos quanto antigos quando consideramos os níveis mais altos no processo de escolarização, na medida em que se eleva o grau escolar, a ausência do serviço público se faz mais presente. Na medida em que não há serviços de educação, as crianças assentadas têm que se deslocar para as cidades, o que na tabela fica mais evidente. Do total de entrevistados, 95% afirmaram ter serviços de transporte escolar.

Tabela 10 – Transporte escolar.

	Representatividade (%)
Sim	95
Não	5

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O acesso a outras políticas secundárias básicas como posto de saúde, transporte e telefone públicos se fazem presentes no primeiro - PDS 21 de Dezembro - em apenas 27% dos assentamentos, no segundo – Nova São Carlos – em 32 % e no terceiro – PDS da Barra – apenas em 18 % do total de unidades da amostragem da região Central. Vale destacar que a maior parte destes serviços está nos assentamentos antigos, por exemplo, o P.A. de Iaras e Araraquara possuem posto com médicos frequentes e agentes comunitárias, mas os assentamentos Nova São Carlos, 21 de Dezembro e Barra não possuem nenhum posto com médico frequente. Na tabela abaixo é possível verificar a existência dos serviços nestas áreas.

Tabela 11 – Serviços públicos: Posto de saúde, PSF, transporte coletivo e telefone público.

	Representatividade (%)
Posto de Saúde	27
PSF	23
Telefone público	18
Transporte Coletivo	32

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

No que tange aos aspectos de saneamento, especialmente do destino de dejetos humanos, de todos os dados analisados, este, junto com a falta de acesso à água é um grande entrave para a qualidade de vida nos assentamentos. Neste caso, observamos que em 53% dos casos, os lotes resolvem o problema dos dejetos através da fossa simples, 33% com a fossa negra, um equivante a 86% que podem contribuir para a contaminação dos lençóis freáticos que, em grande parte, servem de rede coletora de água para uso doméstico. Destaca-se ainda uma parcela de 7% dos entrevistados que afirmaram possuir rede coletora dentro do assentamento e outros 7% que fazem a coleta a partir de fossa séptica.

Tabela 12 – Forma de tratamento dos dejetos humanos.

	Representatividade (%)
Fossa séptica	7
Fossa incompleta/Fossa negra	33
Fossa simples	53
Rede de esgoto	7

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A partir deste breve perfil é possível fazermos alguns apontamentos acerca do tempo de execução destas políticas e diferenciá-las a partir do tempo de constituição dos assentamentos delimitados nesta amostragem da região central do Estado.

Na região Leste: semelhanças e poucas diferenças

Ao partir da diferenciação dos assentamentos entre antigos e novos da região leste do Estado é preciso entender, como mostrado anteriormente, que, dentro desta amostragem há mais PDSs e PAAs novos. O que implica, necessariamente, em um peso maior dos núcleos mais novos na análise dos dados.

Tabela 13 – Participação em Programas de Comercialização.

	Representatividade (%)
Participa somente do PAA	62
Participa dos dois	19
PAA e outros	5
Não participa de nenhum	14

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Nesta região, a representatividade daqueles que participam do PAA ou do PNAE é ainda mais significativa. Como hipótese imediata, poderíamos relacionar ao fato dos PDSs possuírem normativas que impedem certos tipos de produção. Outra hipótese significativa é a proximidade da maior cidade do país que demanda por produtos agrícolas, diferentemente da região Central que é permeada plenamente por empresas sucroalcooleiras que acabam por influenciar a produção dos projetos de Reforma agrária regionais. Além disso, ao retomar a justificativa inicial de análise das políticas públicas, podemos considerar que a maior

participação ou não nos programas se refere às formas como os agentes gestores estão implementado estes projetos na região. Um exemplo significativo é o assentamento de Itapetininga em que a prefeitura local compra através do PAA e PNAE não apenas produtos agrícolas, mas de origem animal como queijo. Em outros termos, poderíamos citar os 86% dos participantes em algum programa de comercialização, como indicado na tabela 11.

Vale lembrar outro componente da política pública de comercialização na região Central "parecer" menos eficiente que na região Leste, o que se refere especialmente ao fato da primeira região encontrar-se em uma área em que o agronegócio sucroalcooleiro ocupa, segundo a EMBRAPA, 90% do território regional.

Tabela 14 – Tempo que passou entre a venda e o recebimento do produto.

	Representatividade (%)
Até 2 meses	34
2 a 4 meses	33
4 a 6 meses	13
Mais que 6 meses	13
Não sabe	7

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

É importante destacar no que se refere ao tempo de venda e ao recebimento do produto que a demora é bastante significativa. Basta tomarmos por base que os 67% esperam até quatro meses e 26% chegam a esperar de quatro a seis meses. Assim é importante dizer que o PAA foi elogiado e criticado pelo tempo de pagamento da produção. Tal situação se refere especialmente ao fato das associações terem respondido dinamicamente à articulação com os programas de comercialização e destes na relação com os assentados. Quando há empenho e rapidez na passagem da verba do gestor para as associações e destas para aos assentados, o pagamento do dinheiro se faz entre 15 e 60 dias e o resultado é uma avaliação positiva. Mas, há também aqueles insatisfeitos, como mostrado nos dados. Mais da metade dos entrevistados chegam a esperar até quatro meses.

Vale salientar ainda que há uma satisfação geral, quando se trata de avaliar o PAA como um canal de comercialização seguro. Como demonstrado na fala: "Tem demorado muito, mas hoje tem onde vender". Este último depoimento revela que, mesmo com certa demora, o PAA dá garantias de comercialização. Além disso, o fato de demorar a receber não é constante e pode variar conforme o período.

No caso de Biritiba Mirim a gestão do PAA é feita pela associação, "o dinheiro vem anualmente para a associação, então não tem espera". O contrato assinado entre a associação dos produtores e a prefeitura garante o recebimento do recurso para um ano de operacionalização do PAA. A atuação da associação desse assentamento abrange todos os 35 assentados e é bem eficiente em termos de comercialização com as prefeituras, e, além disso, conseguiram uma importante contrapartida da prefeitura de Biritiba, que vem buscar a produção no assentamento.

Os assentados mais produtivos vêm como barreiras os limites de comercialização por família no PAA, como mostra o depoimento do assentado de São José dos Campos: "Parei de fornecer ao PAA porque excedeu o valor permitido. Parei em dezembro de 2010 e vou voltar a acessar no mês que vem (agosto de 2011)". Para esses, precisaria potencializar o PAA e aumentar sua cota.

Já para o PNAE existem ainda mais dificuldades em participar, primeiro em relação ao produto: "a prefeitura colocou vários empecilhos. Desejavam primeiro uma padronização do produto e depois pediu o orgânico com certificação, não temos condições de atender". Segundo, algumas prefeituras podem colocar barreiras conforme falou o assentado de Biritiba Mirim, onde os assentados não contariam com transporte da prefeitura para escoar a produção para o PNAE; ou como acontece em alguns municípios, como Araraquara, que exige uma organização formal dos agricultores (cooperativa ou associação) para entregar produtos na merenda.

Sobre esses programas voltados à comercialização, acreditamos que eles podem estar começando a se mostrar mais eficientes do que os créditos concedidos. Isto é, o PAA e o PNAE (este ainda como expectativa) estão ocasionando mudanças em termos de perspectivas das políticas públicas. Para muitos assentados, está sendo mais importante a renda pela garantia da comercialização via executivo municipal, porque isso possibilita ao agricultor preocupar-se apenas com a produção e a diversificação. Por outro lado, os créditos trazem o risco de endividamento, o que pode travar todo o acesso dos assentados às políticas públicas e comprometer suas eficácias.

Tais políticas, de comercialização, têm absorvido principalmente aquilo que é também destinado ao autoconsumo: hortaliças, raízes, frutas e derivados do leite, permitindo às famílias exercerem a lei da alternatividade da agricultura familiar. A renda adquirida por meio dessas políticas ainda está aquém da capacidade de produção dos assentados, mas já é considerada muito significativa para a maioria das famílias.

Tabela 15 – Origem água na residência.

	Representatividade (%)
Poço Artesiano	21
Nascentes	37
Rios/Córregos	4
Poços Cachimba/Caipira	38

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Como verificado, a água continua a ser um gargalo para a Reforma Agrária no país. No caso específico da região leste, verificamos que apesar de ser uma região com mais disponibilidade de águas superficiais que na região central, dado que se exprime nos 42% de beneficiários de terra que utilizam água de rios, córregos ou nascentes.

Quanto à construção das casas, podemos dizer que 100% dos entrevistados confirmaram o recebimento do crédito habitacional. Tanto assentamentos novos como antigos foram contemplados com tal benefício. No entanto, é preciso salientar que este crédito que possuía um valor de R\$ 7 mil passou a ser de R\$ 15 mil. Mesmo considerando-se a possibilidade do trabalho em mutirão é baixo. E por este motivo muitas casas estão inacabadas.

Tabela 16 – Acesso a crédito instalação.

	Representatividade (%)
Apoio inicial	44
Fomento	40
Adicional Fomento	2
Apoio Mulher	12
Não sabe	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O gráfico aponta que 40% dos assentados receberam o primeiro fomento, além disso, 44% receberam o fomento inicial, o que demonstra uma aplicabilidade bastante significativa do benefício. Neste sentido, podemos dizer que a liberação dos créditos instalação é importante para as primeiras ações dos assentados, no que tange ao investimento no lote.

O adicional fomento foi acessado por 2% dos assentados, um dado bastante interessante, já que, no primeiro fomento, foi de 40 %. Isto pode se dar por

alguns motivos, o primeiro relacionado ao tempo de criação de alguns assentamentos, da troca de beneficiários do lote ou mesmo pela morosidade de liberação de um fomento para outro.

Os motivos de queda no acesso nos fomento são mais evidenciados quando consideramos o passar do tempo. Os entrevistados confirmaram que o não recebimento do adicional fomento está associado ao tempo de existência dos assentamentos, levando em consideração os 2% dos assentados que tiveram acesso a este fomento. Mas vale lembrar que na situação dos assentamentos antigos haveria um número menor ainda de pessoas que acessariam este fomento comparativamente ao tempo em que os assentamentos mais recentes os têm acessado.

É importante salientar que o não recebimento do fomento inicial e adicional é um impeditivo ao acesso aos PRONAFs, já que o INCRA possui uma sequência habitual e lógica para liberação de cada benefício. O que significa que se não houve acesso de todos os fomentos provavelmente não poderão acessar os PRONAFs, o que levanta uma série de outros problemas que se transformaram em bloqueios no processo de desenvolvimento dos assentamentos.

Com relação ao fomento mulher, o pouco acesso se confirma na tabela em que, apenas 12% das mulheres não tiveram acesso ao benefício. Neste caso, apenas o assentamento de Tremembé não poderia acessar por ter sido criado em 95, pois o benefício se estende a assentamentos criados a partir de 2000. Uma realidade que vai ao encontro do número de mulheres titulares de lotes e que acessam outros créditos. As políticas voltadas ao gênero feminino, muitas vezes não dão conta das particularidades e demandas deste grupo. Acessar o crédito resulta em uma opção mais masculina que propriamente da mulher. É preciso rever e reformular os créditos voltados a esta categoria visando atender às particularidades deste segmento.

Tabela 17 – Serviços públicos disponíveis nos assentamentos.

	Representatividade (%)
Posto de Saúde	6
PSF	11
Telefone Público	22
Transporte Coletivo	55
Outros	6

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A proximidade com os centros urbanos refletem no acesso interno dos serviços públicos dentro do assentamento, ou seja, apenas 6% dos entrevistados afirmaram ter posto de saúde e 11 % de PSF dentro do assentamento, serviços simples como telefone público de 22% e 55% ainda não uma conquista comum aos assentamentos.

Tabela 18 – Serviços públicos – Transporte Público.

	Representatividade (%)
Sim	95
Não	5

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Com relação à saúde é a mesma situação, pois os assentamentos são acudidos pelo município ao qual pertencem, mas isso não significa que seja de boa qualidade e que supram todas as necessidades dos assentados.

Tabela 19 – Serviços públicos – Educação.

	Representatividade (%)
Educação Infantil	5
Não tem	95

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A infraestrutura fica comprometida devido à proximidade com os municípios deixando os serviços públicos do campo anestesiados e amortecidos pelo atendimento urbano como exemplo, a presença de escola dentro do assentamento mensura-se em apenas 5% dos assentamentos. Os governantes locais não vêm a necessidade de um ensino diferenciado para os filhos dos assentados, oferecendo apenas transporte escolar para as crianças irem para escola urbana (sem um projeto pedagógico diferenciado), detalhe este que não pode negar, pois soma-se 95% dos assentamentos que não receberam serviços extremamente básicos, como a educação infantil.

Tabela 20 – Tratamento dos dejetos humanos.

	Representatividade (%)
Fossa séptica	33
Fossa incompleta/Fossa Negra	29
Fossa Simples	24
Outra	14

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Nessa região há uma singularidade em comparação com as outras estudadas, quanto à sistematização dos dados referentes ao tratamento de efluentes domésticos. Caracteriza-se por uma significativa instalação de fossas sépticas, presentes em 33% da amostragem, os processos são particulares, com avanços tecnológicos, mas há normas e convenções que determinam um correto funcionamento, tanto câmeras únicas como sobrepostas. Desta última, identificamos um processo que fora aperfeiçoado na Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade de Campinas (UNICAMP) denominadas *wetlands*⁴, e outro com sistemas com leito desenvolvidos em maiores números de barreiras como é o caso da fossa construída no lote de uma antiga liderança MST e assentado no assentamento Nova Esperança I, situado em São José dos Campos, que é um modelo baseado no difundido pela Embrapa do Centro de Instrumentação Agropecuária.

Esse assentado fez questão de apresentar detalhadamente o sistema de tratamento que instalou em seu lote. Possui 3 caixas de decantação, a primeira com esterco animal que possibilita a proliferação de bactérias anaeróbicas que consomem boa parte dos compostos orgânicos das fezes, daí cai numa segunda e terceira caixa, após passar pelas três caixas ainda tem abertura de três valas com cascalho e carvão mineral que escoam dentro da terra. Portanto acredita que a água residual sai sem nenhum tipo de contaminação, atendendo aos princípios que considera agroecológicos.

⁴Nesta análise, este sistema costumeiramente chamado de wetland construída, compõe-se de fossa séptica, filtro anaeróbico e leito alagado.

Tabela 21 – Acesso a financiamentos.

	Representatividade (%)	
	Sim	Não
PROCERA	19	81
FEAP	15	85
PRONAF A	62	38
PRONAF A/C	19	81

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Conforme algumas entrevistas com os técnicos do INCRA, para eles existe dificuldade para que os assentados acatem orientações e mudanças no jeito de trabalhar, o que causa um certo choque entre o querer das famílias e os projetos técnicos para o assentamento. Existe igualmente uma divergência entre o que o banco financia com o que o assentado quer produzir. Para os assentados, o que mais sobressaiu é a falta da assistência de campo, para os problemas que as lavouras apresentam e, principalmente no caso dos PDS's, porque não podem usar insumos químicos e faltam orientações para uso de outros insumos alternativos. Os técnicos são muito presos à burocracia (diga-se, a burocracia para liberação de créditos e outros serviços públicos, que exigem preparação de papelada e relatórios que tiram os técnicos de campo). Então, os assentados gostariam que houvesse técnicos especializados em liberação de créditos e outros para acompanhamento técnico e que conhecessem melhor a aptidão agrícola da região, as possibilidades de mercado e procurassem respeitar mais o querer das famílias assentadas.

Com relação a créditos, a maior parte dos assentados que acessaram créditos na região Grande São Paulo destacou o Pronaf A com 62% acessado e o Pronaf A/C com 19%, fato que coincidem justamente com os créditos mais trabalhados pelo serviço de assistência técnica. Mas vale dizer que ainda há 19% de beneficiários que acessaram o PROCERA e 15% o FEAP.

Entraves e potencialidades das políticas básicas nos assentamentos antigos e novos da região Central e Leste do Estado: elementos para uma reflexão

A descrição dos dados dos assentamentos da região Central e Leste do Estado foi feita conforme proximidade geográfica disposta pelo agrupamento dos escritórios regionais do INCRA. Neste sentido, podemos fazer alguns

apontamentos com relação às diferenciações das políticas públicas primárias e secundárias básicas nos assentamentos novos e antigos verificando alguns entraves e possíveis avanços identificados ao longo da pesquisa. Os quadros abaixo nos mostram como estão dispostas as políticas nos assentamentos:

Políticas primárias básicas			
Políticas Públicas	Assentamentos Velhos	Assentamentos Novos	Exceção
Fomentos iniciais	Acesso não rápido	Acesso muito rápido, em alguns casos os assentados ainda não estavam no lote e receberam o primeiro fomento.	
Fomento Mulher Crédito habitação	Acesso não significativo Acessaram mais tarde	Acesso significativo Acesso muito rápido – da primeira parcela	Exceção PA Nova São Carlos
Entrave		A maioria dos assentados da região central não terminou a casa por insuficiência do crédito ou problemas na compra do material de construção. Mostrou problemas e irregularidades.	
Condições básicas Luz Água	Acesso moderado Acesso com problema	Acesso muito rápido Grande entrave ao desenvolvimento dos assentamentos	Com exceção do PA Nova São Carlos e PDS Luis de Macedo Com exceção PDS 23 Luis de Macedo

Quadro 1 – Entraves e avanços das Políticas Públicas primárias em assentamentos novos e antigos.

Fonte: Elaboração dos autores.

Políticas secundárias básicas			
Infraestrutura Secundária- escolas e postos de Saúde	Possuem ou estão em fase de acabamento no caso da região de Araraquara	Não foi verificado avanço nestas Estruturas	Na região da Grande São Paulo nenhum dos assentamentos possuem escola ou posto de saúde.
Políticas de comercialização	PAA/ Merenda Muito significativo	PAA/ Merenda Muito significativo	
Entrave grave	Problemas com associações e repasse de verba	Problemas com associações e repasse de verba	Com exceção PA 23 de Maio
Créditos produtivo/ aplicação lote, outros	Acessaram mais tarde	Não acessaram	
Entrave	Burocracia para o acesso aos PRONAFs		
Lazer e Cultura	Grande demanda dos assentados, inclusive como indicativo para o futuro dos filhos. Tem campos de futebol na escola.	Grande demanda dos assentados, inclusive como indicativo para o futuro dos filhos	

Quadro 2 – Entraves e avanços das Políticas Públicas secundárias em assentamentos novos e antigos.

Fonte: Elaboração dos autores.

Podemos perceber no que tange às políticas básicas primárias, alguns avanços que podem ser evidenciados com relação a assentamentos mais jovens e antigos. A primeira evidência se refere ao tempo das políticas públicas. No caso dos assentamentos mais jovens, houve uma diminuição da espera dos fomentos, crédito, habitação e luz. Mas, por outro lado, enfrentam sérios problemas de acesso à água, os PDS (Barra e Nova São Carlos), por exemplo, sofrem pela escassez de água e, ao mesmo tempo, por não poderem usar água de rios ou mesmo fazer poços. O que descreve uma relação de desigualdade bastante evidente no que tange à força das agroindústrias e das grandes empresas sobre os assentamentos. Com relação a este processo, identificamos na divisa com a Barra há um rio que divide o assentamento e uma empresa produtora de grama, a diferenciação ocorre nitidamente através do uso da água. A empresa bombeia

dia e noite o rio, os assentados, por outro lado, são impedidos de usá-la. Ingerências que acompanham a realidade da Reforma Agrária de modo geral permeiam as discussões das relações de pertencimento, futuro, identidade, aceitação e revolta dos assentados.

Quanto à infraestrutura, podemos salientar genericamente no que concerne à aplicabilidade das políticas públicas básicas secundárias, direcionadas à infraestrutura – posto de saúde, escola, telefone público – o acesso é muito lento, levando em consideração a data de criação dos assentamentos e o tempo de execução destas infraestruturas. Mas é necessário destacar que comparativamente aos assentamentos mais jovens, o acesso às escolas e postos de saúde, se dá apenas nos assentamentos antigos, o que, no caso analisado, são apenas dois (das cidades de Araraquara – Bela Vista e Iaras – Zumbi dos Palmares).

O que temos percebido é que houve um avanço nas políticas públicas voltadas para assentados como o PAA a Merenda Escolar, além do constatado aumento dos números de assentamentos no estado de São Paulo. Mas em relação à infraestrutura, especialmente as questões de educação e saúde, no caso específico da região central, ficaram em segundo plano. Sem falar na questão ambiental, comprovadamente subestimada na efetivação das políticas públicas.

Em todos os assentamentos visitados, a questão da assistência técnica foi apontada como uma atividade apenas burocrática, acentuando-se a ausência do técnico de campo nos lotes. Há uma forte demanda pela assistência no lote, mas as visitas e os acompanhamentos acabam se restringindo apenas à papelada e assinaturas para projetos de financiamentos. Talvez a maior crítica em relação à assistência técnica está no fato do distanciamento dos funcionários do campo. A última gestão priorizou mais a execução das atividades exigidas pelas atividades de escritório, deixando de lado, a atividade direta no lote. E o fato dos assentados não acompanharem de perto o trabalho deste funcionário, acabam entendendo que não há, ou existe pouca assistência técnica pela invisibilidade imediata das ações destes técnicos.

Com relação aos Programas Federais da CONAB destinados aos pequenos produtores ou aos assentados, independente do tempo de criação dos assentamentos podemos perceber que estão representando um dos canais mais seguros para garantir o escoamento dos produtos agrícolas nestas áreas rurais. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos. Podemos dizer ainda que estão sendo o coração da diversificação produtiva nos assentamentos justamente por

garantir uma compra segura, mesmo com as ressalvas já apontadas anteriormente com relação às cooperativas.

Perspectivas dos assentamentos em idades diferenciadas de criação: por uma breve conclusão

Verificou-se durante as análises dos dados das entrevistas com agentes públicos, privados e com assentados que os assentamentos têm se desenvolvido a reboque das políticas públicas, que muitas vezes, dão poucas alternativas e flexibilidades de escolha ao assentado. Basta verificar os projetos aprovados de financiamentos para mulheres, jovens e produção. Há uma repetição e não uma especialização regional local individual. As mulheres para acessarem determinada política devem se encaixar em situações pré-determinadas, assim como o acesso aos créditos produtivos, muitas vezes o assentado não consegue aprovar seu projeto porque ele não se adequa às propostas listadas para aquela linha. Os créditos acabam sendo programados de cima para baixo sem que haja um mínimo de sintonia por parte dos formuladores das políticas públicas. Não se leva em conta as especificidades locais e regionais, bem como, os precedentes sociais de cada região, que em muitos casos, foram identificados como determinantes no sucesso ou insucesso de muitos projetos. As políticas públicas acabam se estruturando a partir da generalização e não das especificidades locais. A Assistência técnica muitas vezes é criticada porque está colada a políticas públicas de desenvolvimento que não dão conta da diversidade de projetos que os assentados têm. Seria necessário investir em caminhos possíveis para se pensar o desenvolvimento a partir de uma sugestão de assistência técnica de acompanhamento mais sério das associações dos assentamentos para não se ter problemas de desvio de verbas do PAA, Merenda ou da Madeira, fomentar o desenvolvimento a partir das associações e infraestrutura local como padarias, laticínios, tanques de leite e capacitação (FERRANTE et ali, 2012). Isso ocorre justamente para que os assentados se tornem menos vulneráveis às instituições públicas que, de um lado, pensam a Reforma Agrária não a partir do olhar do assentado, mas sob um olhar filtrado dos gestores, das empresas privadas, que pelo vazio de atuação do Estado nos assentamentos, sentem-se livres para ver nos assentamentos uma extensão da terra de suas áreas, como o caso do agronegócio na contramão dos projetos de outras agriculturas ou modelos diferenciados de desenvolvimento rural.

Não existe uma formula final para o desenvolvimento social, político ou econômico dos PAs ou PDs, mas, há caminhos e exemplos importantes a

serem seguidos que exigem nada mais do que uma boa articulação entre poder público-prefeituras municipais participativas que articulam projetos efetivos de geração de trabalho e renda e de qualidade de vida; gestores que têm, efetivamente, entraves na execução das políticas públicas de forma eficaz, gerando bons frutos. Não basta empoderar as terras e assentar um número maior de famílias, mas, mais de que isso, sem políticas públicas e créditos eficazes, os projetos não podem conseguir reafirmar um caminho diferente para o desenvolvimento rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, L.M.de M.C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar**: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola. Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país da FAPESP, 2009.

ALMEIDA, L.M de .M.C.; GOMES, T.P de S. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de um experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.11, p.157-194, 2008.

ALMEIDA, L.M.; PAULILLO, L.F. ; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. Public policies and food security and family farming. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v.3, p.20-43, 2007.

ARRETCHE, M.T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO, M.do C.B (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo, 2001.

BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO, M.do C.B (Orgs.) **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo, 2001.

DRAÍDE, S.M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. et ali. Relatório Final do Contrato CRT/SP/ N°100000/2010-INCRA/UNIARA. Volume I, V, XII, fev. 2012.

_____ **Reforma Agrária e Desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas** (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo) Processo n.306351/2003. Projeto de Bolsa Produtividade CNPq, 2007.

FONSECA, A. Avaliação de políticas sociais: o desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2005.

ROSSI, P.H.; FREEMAN, H.E. **Evaluation: A Systematic Approach**. Newbury Park, Sage Publications, 1993.

INFRAESTRUTURA INSTALADA E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: O QUE OS DADOS MOSTRAM

Luís Antonio Barone¹

Anderson Antonio da Silva²

Ana Lúcia Teixeira³

Resumo: Este trabalho constitui-se de uma análise preliminar dos dados coletados na pesquisa Uniara-INCRA (2011), sobretudo a partir do levantamento amostral realizado no Pontal do Paranapanema (região oeste do Estado de São Paulo). São apresentados e discutidos dados sobre a infraestrutura social e as condições residenciais nos assentamentos rurais do Pontal, assim como um conjunto de políticas públicas que buscam atender à demanda de produção, assistência técnica e comercialização dos trabalhadores assentados. As condições de infraestrutura evidenciadas apontam para aspectos mais desenvolvidos (como eletrificação residencial e moradias de alvenaria) convivendo com elementos ainda distantes de garantir boas condições de vida (como acesso à água de melhor qualidade e saneamento básico). Aponta-se, também, para a vigência de políticas públicas que atendem à produção e a comercialização, com assistência técnica. Porém, a efetividade (abrangência) e a eficácia (sucesso) desses programas são deficientes.

Palavras-chave: Infraestrutura social; Políticas públicas; Desenvolvimento rural;

¹Sociólogo, Professor Assistente-Doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP e bolsista EXP-CNPq.

²Mestre em Geografia, Professor da FATEC-Presidente Prudente/SP, membro do NEAGRO e bolsista EXP-CNPq.

³Mestranda em Geografia na FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP e bolsista ATP-CNPq.

Reforma agrária.

Abstract: *This paper presents a preliminary analysis of the data collected in the Uniara-INCRA Research (2011), especially from the sample survey conducted in the "Pontal do Paranapanema" (west of São Paulo State). Are presented and discussed data on the social infrastructure and residential conditions in the rural settlements of this region, as well as a set of public policies that seek to meet the demand of production, technical support and marketing of settled workers. The infrastructure conditions evidenced pointed out more developed aspects (such as residential electrification and masonry dwellings) still living with distant elements to ensure good living conditions (such as access to improved water and sanitation). It is pointed out also to the existence of public policies that serve the production and marketing, with technical support. However, the effectiveness (coverage) and efficacy (success) of these programs are deficient.*

Keywords: *Social infrastructure; Public policies; Rural development; Land reform.*

Introdução

O desenvolvimento dos projetos de assentamentos implica, certamente, uma série de ações públicas integradas e simultâneas, mesmo que um ideal plano de desenvolvimento⁴ possa definir cronogramas com prioridades. É recorrente e quase de domínio público, também, a afirmação de que a reforma agrária não deve ser apenas distribuição de terras, mas sim todo um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, as condições de infraestrutura instalada e o conjunto de políticas públicas efetivadas num assentamento rural são fatores importantíssimos para seu desenvolvimento.

Este trabalho, que analisa fundamentalmente os dados colhidos no levantamento realizado pela pesquisa Uniara-INCRA (2011) – embora também lance mão de dados qualitativos dessa mesma pesquisa e de outras paralelas –

⁴Oficialmente, todo Projeto e Assentamento tem seu Plano de Desenvolvimento. Este documento técnico, geralmente constante dos processos de regularização do assentamento, muitas vezes não passa de letra morta, desobedecendo qualquer processo participativo e mais aprofundado tecnicamente (sobre este tema, cf. BARONE *et. al.*, 2000).

busca discutir, mesmo que preliminarmente, a efetividade e a eficácia das ações públicas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Os dados apresentados e discutidos exploram os capítulos do questionário quantiquantitativo aplicado na subamostra do Pontal⁵, radiografando a infraestrutura social instalada (estradas, acesso à água e energia), as condições de moradia e as ações e programas oficiais para o desenvolvimento da produção (financiamentos, ATER, programas de comercialização), além do acesso da população assentada a outras políticas públicas de cunho social.

A problemática das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar (e dos assentamentos rurais, por extensão) tem sido discutida de diferentes maneiras nos últimos anos, denotando uma inflexão no debate da reforma agrária, que tem passado cada vez mais para a avaliação das ações de desenvolvimento econômico e social das unidades reformadas (PAs). É certo que na bibliografia especializada, avaliações do desenvolvimento dessas experiências já têm décadas (cf. GUANZIROLI et. al, 1994; SPAROVEK, 2003). Também a literatura das ciências sociais já discute há muito tempo aspectos críticos das avaliações de políticas públicas (CARVALHO e BARREIRA, 2001). A partir de perspectiva mais qualitativa, a própria produção do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) tem se voltado para balanços e avaliações (FERRANTE e BERGAMASCO, 1995; BARONE, 2000; FERRANTE e BARONE, 1996).

Dialogando, sobretudo, com as noções de efetividade e eficácia (ARRETCHE, 2001), procura-se, aqui, analisar as condições infraestruturais, necessárias à qualidade de vida da população assentada, bem como o conjunto de políticas públicas (que sempre estão em interface com a infraestrutura e umas com as outras) para o desenvolvimento dos PAs, com destaque para o que Ramos (2010) destaca como as quatro frentes prioritárias, a saber, a política creditícia, a política de assistência técnica, as políticas de comercialização e escoamento e a política administrativa (entendidas neste trabalho como a execução de ações de infraestrutura social).

Reitera-se que o banco de dados produzido pela pesquisa Uniara-INCRA é um riquíssimo manancial de informações para a discussão de diferentes temas relativos ao desenvolvimento dos assentamentos rurais no Estado. A intenção

⁵A subamostra do Pontal do Paranapanema foi pesquisada pela equipe do Grupo de Pesquisa Ruralidades, Habitat e Cidadania, da Unesp de Presidente Prudente, grupo associado ao Nupedor na pesquisa Uniara-INCRA, cobrindo 62 PAs no Pontal.

neste artigo é demonstrar como uma leitura pouco aprofundada desses dados pode fornecer uma panorâmica bastante completa e atual da condição desses assentamentos, bem como dar a perceber, com clareza, os limites e perspectivas das políticas públicas em execução nos mesmos.

Dessa forma, além da presente introdução, este artigo subdivide-se em tópicos que apresentam e discutem informações sobre a infraestrutura dos PAs do Pontal, as condições de moradia das famílias da amostra e as políticas públicas desenvolvidas nesses assentamentos, sobretudo aquelas voltadas para a dimensão da produção (embora evidenciem-se, também, dados sobre os benefícios previdenciários e sociais e os incentivos para ações ambientais). Por fim, concluiu-se com uma tentativa de síntese refletindo-se sobre as políticas públicas e o desenvolvimento dos assentamentos.

A infraestrutura social instalada no Pontal

As condições de infraestrutura social, no tocante às instalações edificadas e obras públicas, nos assentamentos do Pontal, apresentam uma situação desigual em relação às diferentes estruturas e suas condições. Essas instalações são, geralmente, de implantação e responsabilidade de manutenção dos governos municipais, o que em muito contribui para que a infraestrutura social seja bastante deficitária. Apesar disso, o acesso à escolarização, por exemplo, é abrangente (casos isolados não foram identificados na pesquisa), embora quase sempre dependente de transporte para estabelecimentos na zona urbana - sobretudo a partir dos anos finais do Ensino Fundamental. Depois de um momento inicial de certo apoio às escolas rurais (nos assentamentos), muitas Prefeituras acabaram fechando esses estabelecimentos, às vezes alegando falta de alunos (de fato, uma redução de população em idade escolar é verificada nesses PAs).

Ainda com relação à existência de escolas nos PAs, os números do levantamento realizado em 2011, é importante ressaltar, acabaram por superestimar a existência de escolas de ensino médio nos assentamentos. Isso porque, na subamostra do Pontal, o peso de assentamentos como Gleba XV de Novembro (localizado entre os municípios de Euclides da Cunha e Rosana e com mais de 500 lotes familiares) foi grande (mais de 40% das entrevistas). Como esse grande PA conta com escola de Ensino Médio - assim como o PA São Bento (Mirante do Paranapanema), com 15% de representação na subamostra -, há um viés que não retrata com perfeição a realidade da infraestrutura escolar nos assentamentos do Pontal.

Outras instalações e serviços nos PAs estão sintetizados na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Infraestrutura social nos PAs.

	Representatividade (%)
Posto de saúde	65
PSF	34
Telefone público	32
Transporte coletivo	65
Outros	3

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Destaca-se, na Tabela 1, a existência e funcionamento de Postos de Saúde, na maioria com médicos uma vez por semana, serviço apontado por 65% dos entrevistados. A síntese destaca, também, a ocorrência em separado do Programa Saúde da Família (34% de informantes disseram que há, mas esse dado não é excludente com relação ao Posto de Saúde).

Reconhecendo que a pesquisa é de percepção e o PSF é bastante disseminado nos municípios do Pontal, é possível interpretar esse dado do PSF como sendo, ao menos em parte, referente aqueles programas que não contam com uma unidade de saúde instalada no PA. Dessa forma, pode-se supor um número maior de serviços de saúde pública em funcionamento nos assentamentos (numa tabulação diferente, 17% de assentados apontam a existência apenas do PSF, elevando os serviços de saúde para 82% das respostas). Nesse caso, no entanto, cerca de 20% dos assentados ainda apontam a ausência de serviços de saúde nos seus assentamentos. Além de assentamentos recentes, que não contavam com serviços de saúde em funcionamento na época da pesquisa (como o PDS Bom Jesus, em Iepê), problemas de gestão municipal do SUS ou situações de assentamentos que têm seus territórios divididos entre municípios com diferentes posturas na gestão do sistema de saúde, ajudam a explicar esses dados.

No tocante ao transporte coletivo, 65% dos entrevistados apontaram a existência desse serviço, às vezes mantidos por veículos não regularizados (ônibus clandestinos). Já no tocante ao acesso à telefonia pública (orelhão), esse foi apontado por apenas 32% dos entrevistados. Nesse quesito, destaca-se a ampla disseminação dos aparelhos de telefonia móvel nos PAs – como de resto, em todo o país. No entanto, apesar dos assentados possuírem celulares, estes muitas

vezes "não pegam" no assentamento (ou em determinadas regiões deles). Apenas 20% dos entrevistados disseram acessar a internet (de diferentes formas, com lan houses, escolas e outras), mesmo percentual daqueles que informaram ter computadores em casa.

No caso das estradas, por outro lado, elas apresentam-se em mau estado, com muita reclamação dos moradores de que na época das chuvas, geralmente de dezembro a março, elas ficam intransitáveis (quase metade dos entrevistados indicaram que as estradas são ruins nessa época, contra quase 40% que disseram que as estradas são "ruins sempre"). Este é um problema recorrente, não apenas nos territórios dos assentamentos, mas em toda a imensa área rural do Pontal. Mesmo estradas pavimentadas acabam por ficar semanas interditadas na estação chuvosa, devido a buracos e desbarrancamentos. Nas muitas estradas rurais, pontes ficam abaladas, aterros são levados pelas chuvas e comunidades ficam isoladas por semanas. Como exemplo dessa condição ruim das vias de acesso – dentro e fora dos PAs – cita-se o caso de um assentamento, fora da amostra da pesquisa Uniara-IN CRA, mas que é acompanhado há tempos pela equipe de pesquisadores da Unesp de Presidente Prudente.

No PA Primavera, em Presidente Venceslau, durante anos uma represa estourada impediu um acesso mais rápido à área comunitária e à escola local. Depois de muita mobilização da comunidade e apoio da Prefeitura, a Codasp, sob orientação do ITESP, refez o talude da represa, sobre o qual voltou a transitar veículos (inclusive os ônibus escolares). Duas estações chuvosas depois, novamente a represa estoura, inviabilizando esse acesso. Em 2013 completou-se três anos desse ocorrido, sem que nada tenha sido feito para retomar-se esse trajeto. Os veículos devem fazer um desvio (também precário) que aumenta o trajeto da cidade até à escola do assentamento. Não há previsão de reforma dessa área da represa e a própria comunidade já não crê (e não se mobiliza para) que os órgãos responsáveis façam algo.

O caso evidencia não só a condição geral da infraestrutura viária nos assentamentos, como também ajuda a explicar um pouco sobre a dificuldade administrativa em garantir a manutenção da mesma. O órgão responsável pela implantação do assentamento é, primeiramente, responsável por essa infraestrutura. No entanto, independente do órgão (ITESP ou IN CRA), outra autarquia é que executa as obras de construção e manutenção das estradas (no caso em tela, a executora foi a Codasp). Soma-se a isso o fato de que essas estradas – mesmo sendo internas aos assentamentos – também são de corresponsabilidade das Prefeituras, que acabam sendo as agências mais

frequentes nessa necessária manutenção (90% da manutenção das estradas dos PAs, segundo os dados da amostra, é feita pelas Prefeituras), deslocando suas máquinas da patrulha rural para fazer alguma pequena manutenção - sobretudo para evitar danos nos veículos de transporte escolar.

Para obras de maior envergadura, no entanto, é requerida uma verdadeira orquestração de interesses e agendas de vários órgãos públicos, às vezes, envolvendo as três esferas governamentais. Não é difícil imaginar a dificuldade no encaminhamento de obras de reparação e manutenção geral das estradas nos assentamentos, devido a essa sobreposição de responsabilidades.

Acerca de outras estruturas de uso comunitário nos assentamentos pesquisados, temos a seguinte configuração (Tabela 2):

Tabela 2 – Estruturas de uso coletivo no assentamento.

	Representatividade (%)	
	Sim	Não
Salão de reuniões	83	17
Cozinha ou padaria comunitária	25	75
Esqr. ou sede da associação/cooperativa	18	82
Campo de futebol	72	28
Quadra poliesportiva	43	57
Capela Católica	35	65
Salão/Templo evangélico	77	23

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Chama a atenção a forte presença de salões e/ou templos evangélicos nos assentamentos, em número muito maior que capelas católicas (77% contra 35%). No entanto, é importante destacar que as reuniões religiosas da igreja católica muitas vezes ocorrem nos salões de reuniões, que é a estrutura de uso coletivo mais presente nos assentamentos (83% dos respondentes afirmaram existir no seu PA). Depois desses dois espaços coletivos, o campo de futebol (72% de ocorrência) e as quadras poliesportivas (43% de respostas afirmativas para

existência) são as estruturas mais recorrentes. Uma informação complementar importante é que, na imensa maioria dos casos, as quadras esportivas estão instaladas nas escolas. Essas, geralmente atendendo apenas os primeiros anos do Ensino Fundamental, contam com quadras usadas pela comunidade.

As condições de moradia nos assentamentos: outros aspectos da infraestrutura

Com relação às residências dos assentamentos visitados pela pesquisa UNIARA/INCRA, a amostra aponta para 100% de casas de alvenaria, o que acaba por esconder situações – claramente minoritárias, mais presentes nos assentamentos novos e em casos especiais nos demais – de casas de madeira, algumas inclusive em precárias condições. No entanto, pode-se afirmar com segurança que a imensa maioria dos assentados do Pontal vivem em edificações de tijolos e cimento, com mais de 90% com banheiros dentro de casa (o que não exclui a manutenção da "casinha", como um segundo banheiro fora de casa).

Embora 71% dos informantes tenham apontado morar em casas com piso cerâmico, mais 11% que têm casas com piso de cimento queimado (o popular "vermelhão"), as moradias dos assentamentos do Pontal exibem uma aparência de inacabadas, com paredes sem reboco (mais por fora, mas também dentro das casas) e cômodos sem portas internas. Essas moradias, segundo seus ocupantes, tiveram melhorias recentes (89% dos informantes apontam essa situação) e sua construção foi realizada mais por mão-de-obra contratada (em 55% dos casos) que pelo próprio morador (segunda opção de força de trabalho utilizada na construção, com 26% de respostas). Ainda sobre essa questão da mão-de-obra utilizada, são baixos os índices de realização de mutirões, sendo mais frequente um tipo de mutirão envolvendo sobretudo familiares.

Essas moradias tiveram, em 65% dos casos, algum financiamento - sendo o mais citado, o Crédito Habitação oferecido pelo INCRA (em 67% das respostas afirmativas para algum apoio financeiro para a construção da casa). Esse apoio financeiro, em mais de 60% dos casos em que ocorreu, não ultrapassou 5 mil reais, o que explica que cerca de 90% dos assentados tenham utilizado, também ou exclusivamente, recursos próprios nessas obras.

A infraestrutura dessas moradias garante amplamente energia elétrica residencial (100% dos casos), fato que esconde a situação de que toda a eletrificação instalada nos assentamentos via programas oficiais tem apenas essa destinação. O assentado ou grupo que quiser um montante de energia para uso produtivo deve custear um transformador próprio. Dessa forma, a energia elétrica

para a produção tem uma incidência bastante pequena nos assentamentos. Ainda sobre a energia elétrica, sua instalação segue mais ou menos um cronograma próximo ao de implantação dos assentamentos. Embora cerca de metade dos entrevistados não souberam afirmar o ano de chegada da energia, nem o programa oficial que disponibilizou a energia nos assentamentos, o monitoramento contínuo desses assentamentos aponta para essa quase coincidência. Há situações em que assentamentos de 2002 (último ano do governo FHC) vão receber essa infraestrutura apenas no governo Lula – caso do PA Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema. Mas a eletrificação, eminentemente residencial, conforme citado acima, foi fortemente implantada nos PAs do Pontal desde os anos 1990 (década de maior incidência de assentamentos na região).

Com relação ao acesso à água, a situação é bem mais complexa. Mais de 50% dos assentados têm acesso à água de poços artesianos (geralmente encanada até em casa). No entanto, quase um quarto dos entrevistados ainda depende de poços cacimba, com situação que oferece risco à saúde. Mas, há situações piores, que reúnem mais de 10% dos assentados, que buscam água em nascentes, córregos, açudes e carros pipa (sendo esta opção indicada pelos moradores do PDS em Iepê). A qualidade da água para consumo humano, portanto, varia muito, sendo que, em alguns casos, a saúde é claramente posta em risco, haja vista que não é feito, no geral, nenhum tratamento dessa água de uso doméstico.

Completando um quadro nada positivo, a destinação do esgoto residencial é amplamente feita de forma inadequada (apenas 16% apontaram ter fossas sépticas, tijoladas, em casa), além da deposição de lixo plástico e de vidro ser fundamentalmente a queima e o enterramento – em apenas 3% dos casos registrou-se algum tipo de coleta regular de lixo no assentamento. Some-se a isso o fato de que o enterramento e/ou a queima ser a destinação de mais de 60% dos recipientes de agroquímicos porventura utilizados nos lotes.

Políticas públicas para o desenvolvimento: a produção, comercialização e assistência técnica

A reconhecida afirmação de que a reforma agrária não é só distribuição de terras, mas todo um conjunto de medidas para promoção do desenvolvimento rural sustentável cobra, na verdade a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades dos produtores assentados. Dessa forma, crédito, assistência técnica, programas de comercialização e outras ações devem ser avaliados no contexto dos assentamentos rurais.

No tocante à política creditícia, a tabela 3 explicita os dados sobre acesso a

financiamentos produtivos pelos assentados do Pontal. Destaca-se, nesse tipo de política pública, a informação de que o PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária), extinto na virada do Século, aparece como acessado por 53% dos informantes (certamente a parte mais antiga da amostra), chegando a ser quase o dobro da citação do PRONAF em sua modalidade "A" (29%) e mais que o dobro na modalidade "A/C" (23%) - ambas específicas para assentados. Além desses programas federais de crédito para a reforma agrária, a pesquisa registrou a informação acerca do FEAP, programa de crédito produtivo desenvolvido pelo governo estadual - com 13% de adesões registradas na amostra.

Tabela 3 – Acesso a financiamentos.

	Representatividade (%)	
	Sim	Não
Procera	53	47
FEAP	13	87
PRONAF A	29	71
PRONAF A/C	23	77
Outros	6	94

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Informações colhidas de forma qualitativa, tanto no contexto da pesquisa Uniara-Incra, quanto em outras investigações realizadas há mais de uma década no Pontal acabam por explicar em muito a lembrança do PROCERA por parte dos entrevistados. Em primeiro lugar, a forte presença de assentamentos mais antigos – implantados ainda na vigência do programa – é um fator causal importante. Além disso, a alta inadimplência alcançada pelos assentados no acesso ao PROCERA impediu que essa maioria tivesse acesso ao PRONAF, instituído a partir dos anos 2000-2001. Enquanto a inadimplência do PRONAF (nas duas modalidades citadas) e do FEAP atingiu 15% dos informantes, a inadimplência do PROCERA foi quase o triplo.

Como os financiamentos federais são sucessivos e, no caso da substituição

do PROCERA pelo PRONAF, a dívida do primeiro bloqueava o acesso ao segundo, muitos assentados ficaram privados do acesso ao programa atualmente em vigor. Novamente, é preciso especificar mais essa realidade auferida pelo levantamento de 2011. Em primeiro lugar, o alto índice de inadimplência do PROCERA teve uma decisiva contribuição do malgrado projeto da COCAMP (cooperativa fundada pelo MST em 1998). Isso porque, cerca de dois mil assentados-cooperados, tiveram créditos do chamado "teto 2" do PROCERA, destinado à organizações produtivas dos assentamentos, tomados para investimento na cooperativa sediada em Teodoro Sampaio. Com a paralisação das obras do projeto agroindustrial, mais as denúncias de malversação de recursos, os cooperados se viram numa situação de devedores de recursos que a direção da COCAMP geriu.

Além da falência/bloqueio judicial da cooperativa (BARONE, FERRANTE e BERGAMASCO, 2005), mesmo com renegociações havidas nos anos 2000, poucos conseguiram ou quiseram aderir às suas propostas, preferindo manterem-se à margem do sistema creditício oficial (cerca de 30% dos que estavam inadimplentes renegociaram, segundo dados do levantamento de 2011). Já com relação ao FEAP, sua maior adesão ocorre antes de 2003, o que corrobora dados qualitativos de que esse programa estadual foi bastante apoiado nas gestões Covas-Alckimin (1995-2002), perdendo, gradativamente, sua efetividade e importância como política pública nos últimos anos, inclusive por conta da privatização (Banespa) e federalização (Nossa Caixa Estadual) das instituições financeiras do governo paulista, operadoras desses créditos.

Com relação aos créditos de instalação, que são os fomentos iniciais que os assentados recebem, estes foram mais acessados na modalidade "apoio inicial", geralmente sem necessidade de contraprestação, atingindo 57% dos informantes. A modalidade "fomento" dos créditos de instalação foram pouco lembrados como acessados, com 17% de menções. Baixíssimos foram os números dos que acessaram o "Adicional Fomento" e o "Apoio Mulher" – com 2% de informações positivas de acesso para cada modalidade.

Essas respostas obtidas no levantamento questiona a efetividade de políticas públicas, como o "apoio mulher" – bastante citado em propagandas oficiais. Esse baixíssimo índice de adesão ao programa, aponta bloqueios e limites na efetivação dessa política de gênero. A pesquisa qualitativa registrou reclamações de que técnicos, com apoio de lideranças assentadas, desdenham e secundarizam o recurso do "apoio mulher", em detrimento de projetos não afirmativos – para homens, portanto. Além de sua pouca efetividade, a eficácia do programa também

pode ser questionada a partir de dados qualitativos, já que foi muito comum a opinião de que o "apoio mulher" não atenderia às demandas das assentadas, limitando em muito, nas suas instruções normativas, as possibilidades de investimento derivadas desse recurso.

A assistência técnica tem sido, sem dúvida, um verdadeiro calcanhar de Aquiles nas políticas públicas para a reforma agrária. Em São Paulo, em que pese a manutenção de problemas estruturais relativos a essa modalidade de apoio às comunidades de assentados, sublinha-se o fato de existir um sistema próprio de ATER, mantido pelo governo estadual: a Fundação ITESP. A trajetória desse órgão, ligado atualmente à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado, é um importante indicador dos ciclos de maior e menor apoio aos assentamentos (e, por extensão, à temática da Reforma Agrária) em São Paulo (BARONE, 2000).

Essa mediação, embora "ineficiente" (MARTINS, 2004) é estratégica, pois além de incrementar a produção, potencializa a força e o empoderamento político dos assentados, via assessoria e apoio político. No entanto, a pesquisa continuada junto aos assentados do estado de São Paulo demonstra que essas possibilidades – a de incremento econômico e de empoderamento cidadão – são fortemente bloqueadas. A mediação política o é devido ao jogo de forças que atuam no interior do estado, seja nos órgãos promotores da ATER, no ITESP ou no INCRA (este garantindo uma assistência técnica contratada via terceirização). A partidarização parece prevalecer sobre uma visão coesa e consensual sobre os caminhos para o fortalecimento dos assentados enquanto atores políticos relevantes no espaço público (BARONE e FERRANTE, 2012).

A pesquisa UNIARA/INCRA resvalou essa problemática, buscando levantar prioritariamente a participação da ATER no incremento econômico dos assentamentos. Nesse sentido, a Tabela 4, registra o recebimento ou não de assistência na tomada de créditos produtivos. Conforme é demonstrado, os informantes responderam majoritariamente que não receberam apoio dos técnicos nas diferentes modalidades de créditos oficiais, com um comportamento diferenciado em relação ao PROCERA, que teve algum acompanhamento de ATER em mais de 1/3 dos que acessaram esse programa. Nos demais financiamentos, a ATER teria atuado abaixo de 20% (no caso do PRONAF A, com 16%) e abaixo dos 15% (PRONAF A/C e FEAP, ambos com 11%).

Tabela 4 – Assistência técnica para financiamento.

	Representatividade (%)	
	Sim	Não
Procera	35	65
FEAP	11	89
PRONAF A	16	84
PRONAF A/C	11	89
Outros	5	95

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A pesquisa qualitativa que foi realizada paralelamente ao levantamento amostral ajuda a qualificar esses números da tabela 4. Isso porque a montagem dos projetos de investimento (sejam eles do antigo PROCERA ou do PRONAF) necessita da participação da ATER, na medida em que um técnico obrigatoriamente "assina" o projeto. Os assentados apontam, quando indagados especificamente, a participação dos técnicos nessa fase de montagem do projeto de financiamento. No entanto, todos reclamam do não acompanhamento da execução dos projetos. Numa resposta genérica, como a estimulada pelo levantamento, muitos assentados acentuaram essa "orfandade" na execução, característica dos projetos de investimento e custeio nos assentamentos.

A avaliação da Assistência Técnica continua no levantamento com essa tendência crítica e ambígua. Quando a ATER é avaliada através da participação nos programas institucionais de comercialização, aparece uma divergência nas entrevistas dos assentados do Pontal. A Tabela 5, abaixo, apresenta o percentual de participantes em programas de comercialização institucional (PAA, PNAE etc.). Apenas 19% dos entrevistados participam do que consideram programas oficiais/institucionais de comercialização (PNAE, PAA ou outros programas da CONAB ou de base municipal). O PAA é o mais acessado, chegando a cobrir 13% dos entrevistados, contra 10% que fornecem produtos para o PNAE (outros 2% apontaram que participam de programas diferentes, ou da CONAB ou de Prefeituras).

Tabela 5 – Participação em programas de comercialização.

	Representatividade (%)
Participa dos dois	6
Participa somente do PAA	7
Participa somente da Merenda	4
Não participa de nenhum	81
Participa de outro programa	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Considerando esses números da Tabela 5, pode-se analisar, na Tabela 6, a presença da ATER atuando nos programas de comercialização. A maioria dos participantes desses programas (cerca de 17% da amostra) recebeu assistência técnica na execução dos projetos de comercialização. No entanto, quase 1/3 dos que participam de programas de compras institucionais reclamou que não recebeu nenhuma assistência.

A Tabela 6, em seguida, já aponta apenas 10% dos respondentes (de todos os entrevistados) como tendo recebido assistência no acesso aos programas de comercialização institucional (5% sendo do INCRA e outros 5% do ITESP), parcela menor do que aqueles que acessam esses programas, o que novamente aponta para uma crítica à ATER, mesmo daqueles que estão participando dos programas institucionais de comercialização.

Tabela 6 – Participação da ATER nos programas institucionais.

	Representatividade (%)
PAA	6
MERENDA	8
PAA e MERENDA	53
PAA/MERENDA e OUTROS	2
OUTROS	2
NENHUM PROGRAMA	29

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O percentual de atendimento igual, atribuído tanto ao ITESP quanto ao INCRA, embora sofrendo um viés advindo da seleção dos assentamentos (uma amostra muito maior de assentamentos estaduais, mais diretamente atendidos pelo ITESP), não deixa de ser irônico. Isso porque, nas entrevistas qualitativas, foi detectada pouca diferença na atuação dos dois conjuntos de técnicos, informação significativa de que o simples aumento quantitativo, coisa que a atuação mais presente do INCRA garantiu nos anos Lula, não redundava imediatamente em melhora na ATER.

Tabela 7 – Agência de ATER nos programas de comercialização.

	Representatividade (%)
INCRA	5
ITESP	5
Não recebeu	90

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Continuando uma análise dos dados referentes à ATER – e ainda tendo uma comparação possível entre INCRA e ITESP como referência, a Tabela 8

apresenta, vis-à-vis, a frequência dos técnicos de ambas as instituições nos assentamentos. Sempre considerando a diversidade de situações dos assentamentos da amostra, há uma ligeira tendência de uma maior presença dos técnicos do INCRA no cotidiano dos assentamentos (eles têm uma frequência semanal maior do que a dos técnicos do ITESP). Mas é significativo que "visitas semestrais" sejam as de maior opção (28% para o INCRA e 41% para o ITESP) – desconsiderando, devido a contaminação provocada pela instituição promotora do assentamento, a opção "nunca", tanto para ITESP quanto para INCRA⁶. Novamente, independente de ser assentamento federal ou estadual, a soma total das visitas dos técnicos com periodicidade semanal ou mensal é idêntica: 15% de respondentes recebem visita semanal ou mensal seja do INCRA ou do ITESP.

Tabela 8 – Periodicidade das visitas da assistência técnica.

	Representatividade (%)				
	Semanal	Mensal	Semestral	Nunca	Não respondeu
INCRA	11	4	28	57	0
ITESP	5	10	41	44	0
Outros	0	0	0	89	11

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A dificuldade em avaliar a ATER a partir dos dados da pesquisa Uniara-INCRA não é diferente de outros levantamentos, que também apresentam opiniões ambíguas sobre a ATER. Concluindo essa análise da ATER, quando chamados a atribuir conceitos – que variam de bom a péssimo – à assistência técnica, 51% dos respondentes a julgaram boa ou regular, contra 47% que a avaliam como ruim ou péssima (Tabela 9).

⁶Essa contaminação pode existir devido ao fato de que muitos assentados em projetos federais possam não ter recebido, por motivo de não haver convênio interinstitucional para ATER, qualquer visita de técnico do ITESP. O mesmo problema pode ter existido, nas respostas "nunca" para o INCRA, em assentamentos implantados pelo governo estadual.

Tabela 9 – Avaliação da assistência técnica.

	Representatividade (%)
Boa	27
Regular	24
Ruim	29
Péssima	18
Não sabe	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Retornando aos números da Tabela 5, que trata do acesso aos programas de compras institucionais, percebe-se que essa política pública, que tem se mostrado muito adequada na melhoria da produção e da renda das famílias assentadas, ainda sofre limitações de efetividade. Apenas 13% dos entrevistados participam do PAA, o programa mais antigo. A participação no PNAE chega a 10% da amostra, revelando o quanto ainda é preciso caminhar na abrangência e no estímulo a esses programas (e, aí, a importância da ATER volta a ser lembrada).

Quando indagados sobre os valores recebidos pela participação nos programas de comercialização, a imensa maioria (70%) apontou a faixa de até um Salário Mínimo mensal (contra 20% que indicou a faixa de 1 a 2 SM-mês). No entanto, quando se abstrai esse valor monetário e se indaga acerca da significância dessa renda no orçamento doméstico (Tabela 10), os participantes indicaram 85% de impacto significativo ou muito significativo do PAA nas famílias e 92% de impacto dessas mesmas dimensões no caso do PNAE, cuja renda pode ser bem maior que a do PAA. Outro aspecto de avaliação captado pela pesquisa Uniara-INCRA diz respeito ao tempo para recebimento dos pagamentos dos programas. Neste caso, a imensa maioria (75%) dos participantes aponta que o tempo de espera é de até 2 meses.

Tabela 10 – Avaliação do PAA e da Merenda escolar.

	Representatividade (%)	
	PAA	Merenda Escolar
Significativo	46	54
Pouco significativo	15	8
Muito significativo	39	38

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Embora não ligados diretamente à produção, as políticas previdenciárias (aposentadorias e benefícios sociais) estão longe de ser desimportantes no desenvolvimento das comunidades rurais do país (e dos PAs em particular). No Pontal do Paranapanema, 60% dos entrevistados afirmaram que suas famílias são beneficiárias da previdência (aposentadorias por idade ou rural ou Benefícios de Prestação continuada), assim como 25% recebem apoio via Programa Bolsa Família (Tabela 11). Enquanto as aposentadorias são um direito universal, o Bolsa Família atinge aqueles definidos como mais pobres. A incidência de 25% de beneficiários desse último programa de combate à pobreza pode ser interpretado de duas formas – parafraseando-se a ideia do copo "meio cheio ou meio vazio": A imensa maioria dos assentados não necessita (ou não se enquadra nos critérios sociais) do Programa Bolsa Família, significando que uma condição de pobreza extrema é minoritária nos PAs do Pontal. Por outro lado, a existência de um quarto das famílias que são beneficiárias do Bolsa Família revela que ainda há um segmento, no interior dos projetos de reforma agrária na região, que, mesmo tendo acesso à terra, ainda não superou o estágio mais básico da carência. Esse percentual indica que as políticas públicas de desenvolvimento dos PAs precisa ser mais efetiva (ampliação dos atendidos) e mais eficiente (induzir melhorias sociais e econômicas).

Tabela 11 – Benefícios Sociais.

	Representatividade (%)	
	Pos sui	Não Possui
Previdência	60	40
Bolsa Família	25	75
Outro	12	88

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Concluindo essa panorâmica sobre a efetividade das políticas públicas para desenvolvimento dos assentamentos, é importante citar que pouco é o apoio a ações de preservação ambiental, quesito fundamental quando se discute a sustentabilidade dessas experiências. Apenas 14% dos entrevistados receberam algum apoio/projeto para a área ambiental, o que revela pouca incidência de ações dessa natureza no contexto dos PAs do Pontal.

Por uma conclusão

Realizar uma síntese e um balanço desses dados, a fim de se avaliar o estágio do desenvolvimento das experiências de reforma agrária no Pontal do Parnapananema, não deve ser exatamente o objetivo dessa conclusão. Lançar mais luz sobre o encaminhamento das ações públicas fundamentais para o desenvolvimento dos PAs, a partir dos números auferidos pelo levantamento amostral, parece ser mais adequado, dada a própria origem da pesquisa Uniara-INCRA.

A avaliação de políticas públicas pode oferecer diferentes abordagens, mas as correlações entre efetividade de sua aplicação e a eficácia de seus resultados (ARRETCHE, 2001) sempre compõem os esquemas de avaliação desse tipo de ação pública voltada para o atendimento de demandas sociais (CARVALHO e BARREIRA, 2001). Neste sentido, considerando esses dois termos – eficiência e eficácia – pode-se refletir sobre os dados apresentados, tentando conceber uma avaliação, mesmo que preliminar, a partir da abrangência (efetividade) de cobertura e de resultados (eficácia) de sua aplicação.

Um primeiro exemplo para essa reflexão pode ser a questão da energia elétrica nos assentamentos do Pontal. Tal benefício apresenta-se como uma ação pública

de infraestrutura bastante abrangente, mas apenas se for reduzido ao fornecimento residencial (com 100% de moradias atendidas na amostra). Quando se buscou levantar o acesso produtivo à energia elétrica constatou-se baixíssima abrangência e limitação da ação pública, já que esse fornecimento específico não consta de qualquer programa oficial (quem o tem o fez de forma privada).

Da mesma forma, o apoio oficial à instalação de moradias nos assentamentos, com distintas ações ao longo do período de implantação dos diferentes PAs, embora tivesse relativa abrangência, sempre se mostrou insuficiente para prover o assentado de uma moradia adequada. Novamente, o recurso próprio foi – e tem sido – usado para a construção de casas nos assentamentos. No aspecto de infraestrutura social, no entanto, o abastecimento de água – mesmo para consumo humano – ainda é bastante problemático, com quase metade da amostra usando água de fontes pouco seguras (considerou-se que a água de poços profundos é a mais adequada em termos de consumo humano, em oposição à de poços cacimba e superficiais). O mesmo pode-se dizer dos dejetos humanos, cuja correta deposição tem baixíssimo índice e não é contemplada por nenhum programa oficial específico.

Com relação à esfera econômica, a tríade assistência técnica, crédito produtivo e programas de comercialização, importantes para o desenvolvimento dos PAs (RAMOS, 2009), embora contemplada em programas oficiais (como o PRONAF, a PNATER e os programas da CONAB), têm sua efetividade e eficácia muito variáveis. Nesse sentido, o PRONAF – principal política creditícia em vigor para os assentamentos - acaba por ser pouco acessado e, quando o é, oferece muitos riscos de inadimplência. Pode-se supor, então, que sua efetividade e sua eficácia são baixas – o que abre espaço para uma reflexão acerca da correção desta política pública no contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Mesmo com baixa efetividade (avaliada em termos de adesão), os programas de compras governamentais (PAA e PNAE) parecem ser bastante eficientes no sentido de impactar significativamente o incremento de renda dos produtores participantes. A ampliação de sua abrangência parece ser bastante correta em termos de oferecer oportunidades de renda e de desenvolvimento dos assentamentos rurais.

AATER, talvez a mais estruturante de todas as políticas públicas estudadas, é a que se apresenta como de mais dificuldade de avaliação, na medida em que os números mostram-se divergentes, além do fato - considerado fundamental – de que a complexidade que envolve sua aplicação e sua gestão são patentes. Nesse sentido, vale reiterar as avaliações inconclusivas sobre a ATER feitas

pelos respondentes. Quando chamados a atribuir conceitos – que variam de bom a péssimo – à assistência técnica, 51% dos respondentes a julgaram boa ou regular, contra 47% que a avaliam como ruim ou péssima. Essa ambiguidade possibilita várias frentes de análise, desde a irregular assistência prestada nos projetos de financiamento (com bastante presença da ATER na montagem do projeto para o banco e bastante ausência no acompanhamento da execução), até o acompanhamento da ATER nos programas de comercialização, de presença mais efetiva, mas mesmo assim criticada.

Ainda sobre esse tema, também parece relevante que tanto o ITESP quanto o INCRA (este através de organizações contratadas) são ineficientes na prestação da ATER. A pesquisa qualitativa revelou que (pelo menos até 2011) um quantitativo maior de técnicos esteve atuando no Pontal, graças ao trabalho de organizações a serviço do INCRA. No entanto, seu desempenho não foi superior aos técnicos do ITESP, órgão há mais tempo no serviço de ATER. Tal dado indica a necessidade de se repensar de forma bastante profunda esse fundamental serviço pró-desenvolvimento das experiências de reforma agrária.

Finalmente, sempre que inquiridos sobre se houve melhora ou piora nos últimos anos, os assentados majoritariamente apontaram melhorias recentes – em diferentes dimensões de suas condições materiais. A concorrência das políticas públicas aqui estudadas parece ter pouca incidência nessa melhoria, exceção talvez dos programas de comercialização (PAA e PNAE), inovação que atende a essa demanda fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos e – sobretudo no caso do PAA – com um grande papel estruturante, abrangendo temas como renda monetária, autoconsumo e segurança alimentar.

Referências

ARRETCHE, M.T.S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO, M.C.B. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001.

BARONE, L. A. Assistência Técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, n.º 08 - ano VI, 2000.

BARONE, L. A. et. al. Assentamentos Rurais e desenvolvimento: notas de

uma atividade de intervenção. **Retratos de Assentamentos**, n.º 08 - ano VI, 2000.

BARONE, L. A., FERRANTE, V.L.S.B., BERGAMASCO, S.M.P.P. 20 anos de assentamentos rurais em São Paulo: dilemas e contrapontos regionais. **Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS (GT: A Ruralidade Contemporânea e as Ciências Sociais: desafios e perspectivas teórico-metodológicas)**. Caxambú/MG, 2005.

BARONE, L. A., FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 55, no. 3, 2012.

CARVALHO, M.C.B. e BARREIRA, M.C.R.N. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L.A. Assentamentos rurais: uma alternativa à geografia da fome? in GALEAZZI, M. A (org.) **Segurança Alimentar e cidadania – a contribuição das Universidades Paulistas**. Campinas, Ed. Mercado de Letras, 1996.

FERRANTE, V.L.S. B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (orgs). **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara, FCL/Unesp, 1995.

GUANZIROLLI, C. A. et. al. **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1994.

MARTINS, J. S. **O sujeito Oculto**. Petrópolis, Vozes, 2004.

RAMOS, P. Expansão agropecuária e agricultura familiar no Brasil: o que os dados do Censo de 2006 revelam? **Retratos de Assentamentos**, n.º 13, 2010.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária**. São Paulo, Páginas e Letras, 2003.

MULHERES ASSENTADAS NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: TRABALHO, COOPERAÇÃO E EXPRESSÕES DE PROTAGONISMOS

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Henrique Carmona Duval²

Thauana Paiva de Souza Gomes³

Resumo: O artigo retrata, com base nos dados quantitativos da pesquisa INCRA/UNIARA, o papel das mulheres na produção agropecuária, nas agroindústrias caseiras e em atividades não-agrícolas dos assentamentos da região Central, como também dados sobre o crédito Apoio Mulher, linha específica para projetos coletivos de mulheres. Logo após, seguem-se dados qualitativos – notadamente etnográficos – advindos da pesquisa de campo nos assentamentos da microrregião de Araraquara, com mulheres em diferentes situações de trabalho. Com eles procuramos mostrar, sem esgotar, a diversidade de situações que as mulheres encontram para aliar suas atividades domésticas às produtivas, dentro e fora dos lotes familiares e as estratégias de formação de grupos associativos, formais e informais, através dos quais elas buscam mais intensamente apoio de agentes externos e formas de agregar valor à produção por meio da agroindustrialização comunitária. A formação de grupos indica ainda possíveis formas de organização política que dão protagonismo produtivo às mulheres no interior dos assentamentos.

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

²Sociólogo. Doutorando em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP. henriquecarmona@hotmail.com

³Mestre em Educação pela FCL/Unesp-Araraquara e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

Palavras-chave: Relações de gênero; Papel das mulheres; Grupos produtivos.

Abstract: *The article depicts the role of women in agricultural production, in homemade food products and in non-agricultural income-generating activities developed in the settlements of the Central region. This study is based on quantitative research data from the INCRA/UNIARA survey, and likewise includes characteristics of the Apoio Mulher project, a specific credit line available to women's collective projects. Subsequently, qualitative data – particularly ethnographic – from field research in the settlements in the region of Araraquara with women in different work situations were described as well. These data were used to show, but not exhausting, the different challenges facing women in adapting a range of domestic and production activities, inside and outside the family plots, and the strategies they use to form community groups, both formal and informal, in an attempt to obtain support from external agents and to find ways to add value to the production through the community agro-industrialization. The formation of groups also indicates possible forms of political organization that recognizes women key role in production within the settlements.*

Keywords: *Gender relations; The role of women; Productive groups.*

Introdução

O presente artigo talvez seja um dos trabalhos que melhor represente nossas perspectivas de discutir o desenvolvimento nos assentamentos a partir de dados quantitativos, mas com seus devidos aprofundamentos qualitativos. Trata-se de um recorte bem específico na relação assentamento e desenvolvimento, sobre o papel e os lugares das mulheres assentadas e de desmistificar a invisibilidade do trabalho feminino, como tem sido feito em vários estudos sobre as mulheres do campo⁴, procurando qualificar seus papéis nos assentamentos.

Para esta discussão, partimos de uma abordagem relacional de assentamentos e desenvolvimento, que não seja ditada por uma lógica externa, nem implique numa subordinação a um sistema de controles e de poderes. Trata-se de caminhos para o desenvolvimento que impliquem em sustentabilidade agrícola, garantia da qualidade de vida dos sujeitos e de respeito as suas singularidades analisadas nestas reflexões pela dimensão de gênero.

⁴Woortmann, 1993; Brumer, 2005; Brasil, 2006; Butto, Hora, 2009, dentre outros estudos.

Em nossa perspectiva, o desenvolvimento pode ser considerado como um processo de recuperação de auto-estima, de aprimoramento das habilidades e capacidades, podendo levar ao empoderamento daqueles que participam e assumem esses processos. Busca-se aqui qualificar melhor a dimensão de gênero no bojo dessa perspectiva. Pesquisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária, possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob o enfoque socioeconômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos que, além de moldarem as vidas existentes no local, também repercutem nas esferas, pública e econômica, regionais. Ao pesquisar a estrutura organizativa de um assentamento, vem à tona as necessidades dos sujeitos ali inseridos, mulheres, homens, jovens e idosos, exigindo dos órgãos públicos a criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos os sujeitos. Isso significa, de forma particular para nós, trazer à luz a participação das mulheres nesta luta pelo direito a acesso e permanência na terra, bem como discutir a concepção que permeia a formulação das políticas públicas dirigidas às mulheres.

Preocupações estas centradas na categoria de trama de tensões (FERRANTE, 2010), constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, neste estudo, as mulheres assentadas e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas e das possíveis alternativas econômicas, como os próprios homens assentados. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos, estratégias e costumes.

São as relações das mulheres no âmbito da família (na casa e no lote produtivo), com os órgãos gestores, com representantes do poder local, com o movimento sindical, com o MST, que precisam ser analisadas em suas possibilidades e dimensões conflituosas. A trajetória das mulheres nos distintos tempos de assentamentos, a busca continuada da diversificação, a responsabilidade maior no autoconsumo, por ela ser provedora da alimentação das famílias, a posição assumida nos momentos de confrontos, na politização de espaços de sociabilidade, na busca de organizar/reorganizar estratégias familiares, compõem esse movimento descontínuo de aceitação e de recusa aos modelos instituídos.

Discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática das assentadas rurais, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, remete-nos à história viva de trabalhadoras que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias

– individuais ou coletivas – cuja consecução, senão amplamente transformadora das relações sociais e das desigualdades de gênero, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

Para adentrar neste debate, o artigo traz, primeiramente, dados quantitativos da pesquisa INCRA/UNIARA sobre o papel das mulheres na produção agropecuária, nas agroindústrias caseiras e em atividades não-agrícolas dos assentamentos da região Central, como também dados sobre o crédito Apoio Mulher, linha específica para projetos coletivos de mulheres. Logo após, seguem-se dados qualitativos – notadamente etnográficos – advindos da pesquisa de campo nos assentamentos da microrregião de Araraquara. Com eles procuramos mostrar, sem esgotar, a diversidade de situações que as mulheres encontram para aliar suas atividades domésticas às produtivas, dentro e fora dos lotes familiares e as estratégias de formação de grupos associativos, formais e informais, através dos quais elas buscam mais intensamente apoio de agentes externos e formas de agregar valor à produção por meio da agroindustrialização comunitária. A formação de grupos indica ainda possíveis formas de organização política que dão protagonismo produtivo às mulheres no interior dos assentamentos.

Banco de dados quali-quantitativos na região de Araraquara: a importância das mulheres nos sistemas produtivos, contestando invisibilidades

Passamos a apresentar dados quantitativos advindos da pesquisa Estadual entre UNIARA e INCRA/SP. Destacamos que os dados aqui utilizados caracterizam os sistemas produtivos nos assentamentos e a participação das mulheres assentadas nos principais cultivos vegetais, criações animais, agroindústrias e atividades não-agrícolas.

Produção Vegetal

A tabela abaixo demonstra que dentre as culturas produzidas nos assentamentos da Região Central, as que mais aparecem são as frutas (21%), seguidas de perto pelos cereais (feijão, arroz, milho e soja, com 20% ao todo), pela horticultura (20%) e pelo cultivo de mandioca e outros tubérculos (18%).

Outros cultivos presentes são: 1% cultivo da vassoura, 6% são cultivos de cana-de-açúcar, 5% são cultivos de eucalipto, 4% são cultivos de café, 2% de pastagens e 3% com outras culturas não especificadas anteriormente. Vale lembrar que muitos assentados plantam cana com contratos com usinas da região, como em Araraquara e em Colômbia, porém muitas vezes essa informação é omitida

porque a prática não é legalizada pelo INCRA e os 6% representados abaixo como cultivo de cana, se referem mais ao trato dos animais.

Tabela 1 – Culturas produzidas.

	Representatividade (%)
Cultivo De Cereais	20
Cultivo De Vassoura	1
Cultivo De Cana-De-Açúcar	6
Cultivo De Eucalipto	5
Horticultura	20
Cultivo De Frutas	21
Cultivo De Café	4
Cultivo De Mandioca E Outras Tuberculos	18
Pastagem	2
Outras Não Específicas Anteriormente	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Considerados os quatro primeiros grupos de alimentos (frutas, cereais, horticultura e raízes), podemos afirmar que a parte destinada ao autoconsumo é alta e que se trata de uma produção que além de consumida pelas próprias famílias é em grande medida comercializada em programas institucionais e feiras, além de se inserir numa rede de trocas de alimentos no interior dos assentamentos. Consideramos ainda que todos eles são alimentos enraizados na dieta da população, por isso podem ser aproveitados de diversas maneiras no interior do lote e nas formas de comercialização, o que aumenta a variabilidade da destinação desses produtos e os tornam estratégicos para as famílias assentadas.

A tabela a seguir revela quem cuida das produções nos lotes e percebe-se uma frequente atuação das mulheres no trabalho, na verdade, um complementaridade entre o casal no trabalho agrícola. Ressalta-se a participação dos filhos como responsáveis pelo trabalho agrícola em significativa porcentagem que varia entre 14% e 18% nos principais cultivos vegetais.

Tabela 2 – Quem cuida das culturas.

	Representatividade (%)								
	Cereais	Vassoura	Cana-de-açúcar	Eucalipto	Horticultura	Frutas	Café	Mandioca	Pastagem
Homem	47	100	31	59	37	45	57	43	57
Mulher	32	0	31	27	37	33	29	36	29
Filhos	16	0	19	7	18	14	14	17	0
Pais/Sogros	2	0	6	7	5	4	0	2	0
Outros	3	0	13	0	3	4	0	2	14

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A tabela também mostra que a horticultura nestes assentamentos é de responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres, cada um com 37% dos casos. Interessante porque esta é a produção vegetal mais intensiva em mão de obra e a que mais se insere no mercado institucional aberto por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵. Uma hipótese é que, na medida em que os programas de compra do governo ganham relevância econômica, os homens passam a ter maior visibilidade, apropriando-se, na maioria das vezes, dos lugares que vinham sendo de comando das mulheres, como no caso das hortas que outrora eram voltadas apenas ao consumo da família. Já na produção de mandioca e outras tuberosas a diferença é de apenas 7%, ou seja, 43% dos homens contra 36% das mulheres. No cultivo de frutas, essa diferença sobe para 13%. No caso dos cereais, 48% dos responsáveis são os homens e 32% são as mulheres, talvez por se tratar da menor intensidade de mão de obra dentre as 4 principais produções vegetais (já que várias etapas produtivas dos

⁵Os demais principais cultivos vegetais igualmente se inserem no mercado institucional, embora com menor intensidade.

cereais são feitas por máquinas).

As maiores diferenças entre os gêneros na produção vegetal nos lotes ficam por conta da produção de eucalipto, café e pastagem. No caso do café, podemos afirmar que embora a produção seja mais de responsabilidade dos homens, a comercialização na maior parte das vezes é responsabilidade das mulheres. No assentamento Zumbi dos Palmares, por exemplo, aplicamos um questionário em um lote, cujos titulares (homem e mulher) plantam, torram, moem e ensacam café. No dia da nossa visita, a mulher não pôde ficar porque era o dia de entregar o café na prefeitura e ela teve que sair às pressas para aproveitar uma carona, enquanto o homem e uma agregada ficaram nos atendendo⁶.

Produção Animal: as mulheres no comando

Com relação ao sistema de criação animal dos assentamentos da região Central, podemos perceber que prevalece a produção de leite e a criação de pequenos animais como aves e suínos. A tabela a seguir mostra que quase 60% de toda produção animal dos assentamentos da região são referentes à criação de aves e suínos, 35% e 23% respectivamente. E a produção de leite aparece em 15% dos casos.

Com menor destaque aparecem as criações de equinos com 4%, seguido da criação de bovinos de corte e abelhas, ambos com 2%. Ainda aparece Caprino-Ovinos e a piscicultura com 1% e outras criações com 2%, que no caso são coelhos e patos. Outro dado importante que deve ser observado neste gráfico é com relação ao não se aplica, que mostra que dos 60 questionários aplicados nessa região, apenas 15% não possuem nenhum tipo de criação animal em seus lotes.

⁶Não poderíamos deixar de ilustrar que essa agregada é uma mulher que foi expulsa do seu lote pelo marido. Segundo os entrevistados, isso aconteceu porque o marido arrumou outra mulher. Ela não tinha para onde ir, estava morando de favor e ajudando no trabalho do lote desses amigos. A mulher acompanhou a conversa de outro cômodo da casa, quase não nos olhou no rosto e não disse uma palavra, a não ser concordar quando o assentado nos contou sua situação.

Tabela 3 – Criação animal.

	Representatividade (%)	
	Sim	Não
Bovino de corte	5	95
Bovino leiteiro	28	72
Aves	68	32
Suínos	43	57
Caprinos e Ovinos	2	98
Abelhas	2	98
Piscicultura	3	97
Equinos	8	92

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Com relação à destinação das principais criações animais e seus subprodutos, como o leite, prevalece o autoconsumo. Na comercialização, prevalece a venda ocasional nos mercados internos dos assentamentos e nos municípios do entorno. No mercado institucional há uma série de entraves a serem superados, como maior financiamento na agroindustrialização, na formação dos assentados e na inclusão da produção com características artesanais nos municípios, por meio de legislação sanitária pertinente.

Analisando a questão dos responsáveis pelas criações descritas acima, podemos observar a grande importância do papel da mulher na condução de todo processo produtivo das pequenas criações (aves e suínos) e também na produção de leite. Com relação à criação de aves, as mulheres são as maiores responsáveis, aparecendo em 40% dos casos, enquanto os homens representam 38% e os filhos, 15%. A análise dos responsáveis pela criação de suínos mostra cenário parecido, no qual 44% é representado pelas mulheres, 42% pelos homens, os filhos aparecem com 12% e outros com apenas 2%. Na bovinocultura de leite é possível constatar o maior envolvimento da família na produção, os homens aparecendo como 43% dos responsáveis, seguido das mulheres com 29% e os filhos com 21%, em menor representatividade aparecem ainda pais/sogros e outros, ambos com 4%. Através da pesquisa de campo foi possível observar que na categoria outros, se enquadram normalmente netos (as), sobrinhos (as), cunhados (as) e tios (as).

Tabela 4 – Quem cuida.

	Representatividade (%)							
	Bovino de Corte	Bovino Leiteiro	Aves	Suínos	Caprinos e Ovinos	Abelhas	Piscicultura	Equinos
Homem	75	42	38	42	100	0	33	30
Mulher	25	29	40	44	0	100	33	40
Filhos	0	21	15	12	0	0	0	30
Pais/Sogros	0	4	3	0	0	0	33	0
Outros	0	4	4	2	0	0	1	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Neste processo, destaca-se o reaproveitamento dos alimentos e outras práticas agrícolas alternativas. A sobra da alimentação da família se transforma em lavagem para os porcos e alimentos para as galinhas, além de se transformar em adubo para as plantas. Tais dados ajudam a desfazer a invisibilidade que impregna o trabalho feminino.

Já as demais criações (caprinos, abelhas, piscicultura e equinos) apresentam um número bastante reduzido de produtores. No caso da criação de caprinos e ovinos, por exemplo, apenas um produtor dos sessenta entrevistados da região Central trabalha nesta atividade. Por outro lado, na criação de abelhas, 100% dos responsáveis são mulheres. Já na piscicultura a responsabilidade é dividida entre o homem, a mulher, pais e sogros, sendo cada um deles 33% dos responsáveis. O número referente à criação de equinos mostra que as mulheres são as maiores responsáveis, com 40% do total, seguido dos homes e filhos, cada um com 30%.

Agroindústria e Produção não agrícola: lugares atribuídos às mulheres

A presença de agroindústrias é pouco frequente na região estudada, apenas 15 assentados disseram que têm. Conforme os gráficos a seguir, nos casos existentes, predominam os laticínios, com boa margem de vantagem sobre a fabricação de outros produtos alimentícios. Cabe ressaltar a participação das mulheres que têm sido, em maioria, as protagonistas das agroindústrias (em 60% dos casos), especialmente da produção de alimentos, o que reforça seu papel nas perspectivas de garantir segurança alimentar de sua família e do entorno.

Tabela 5 – Produção agroindústria.

	Representatividade (%)
Laticínios	46
Moagem, produtos amiláceos e alimentos para animais	7
Outros produtos alimentícios	23
Conservas de frutas, legumes e outros vegetais	8
Torrefação e moagem de café	8
Outros	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 6 – Quem é o principal responsável pela produção.

	Representatividade (%)
Homem	30
Mulher	60
Filhos	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A produção é basicamente artesanal e se dá no espaço da casa, em 92% dos casos, o que é explicável pela própria dificuldade de se ter outros espaços mais sofisticados para a agroindustrialização e pela perspectiva das mulheres associarem esta conquista e sua produção a outras tarefas domésticas pelas quais se responsabilizam. Além disso, existe a discriminação que sofrem dos maridos ao partir para atividades maiores, ficam sempre sob o olhar atento da comunidade e demoram a conquistar legitimidade, que segundo algumas entrevistadas, só vem com persistência e com bons resultados financeiros.

Este mesmo percentual (92% dos casos) refere-se a agroindústrias que não têm selo de inspeção, o que revela igualmente que o investimento na agroindústria familiar não é prioridade na agenda das políticas públicas federais, nem dos programas municipais dirigidos à agricultura e aos assentamentos. Esta dificuldade acaba por impedir a entrada da produção animal nos programas de compras governamentais.

A tabela a seguir revela a predominância do autoconsumo no destino da produção da agroindústria (em 35% dos casos), seguida bem de perto pela venda direta (31%), pela merenda (17%), pelo PAA (13%) e pela venda ao atravessador (em apenas 4% dos casos). A produção nessas agroindústrias familiares é voltada ao fabrico de produtos para consumo das próprias famílias

e o excedente mais comercializado no mercado interno do assentamento e em feiras. Com o advento de programas como o PAA e o PNAE, agora vem crescendo a comercialização para o mercado institucional, no entanto pode estar revelando um mercado igualmente mais restritivo aos produtos de características mais artesanais.

Tabela 7 – Destinação da produção agroindustrial.

	Representatividade (%)
Autoc onsumo	35
Merenda	17
PAA	13
Venda direta	31
Atravessador	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A respeito da renda mensal do pessoal ligado à agroindústria, expressa em salários mínimos, os dados apontam um equilíbrio entre a faixa de até um salário mínimo (37%) e o segmento de um a dois salários (36%), sendo significativa a porcentagem dos que não souberam informar, o que revela a pouca familiaridade dos assentados com a lógica contábil expressa em valores monetários. Mesmo assim, 72% dos que possuem agroindustrialização de produtos nos lotes puderam mensurar uma renda mensal. A maioria consegue de 1 a 2 salários mínimos por mês e 9% de 2 a 3 salários mínimos por mês⁷.

⁷Estes dados sobre a renda advinda da atividade de agroindustrialização não foi aplicada no caso das demais produções até aqui mencionadas por conta de que foi verificado que a renda total é uma composição que envolve trabalho no lote, fora do lote e recebimento de benefícios sociais, nem sempre especificada pelos entrevistados. A renda advinda das produções no lote tem igualmente uma variabilidade muito grande em função das diferentes épocas do ano, recebe-se por comercialização da safra, diferentemente da agroindústria caseira e das atividades não agrícolas quando os assentados entrevistados conseguiram mensurar um recebimento médio mensal.

Tabela 7 – Renda mensal Agroindústria.

	Representatividade (%)
Até um salário mínimo	37
Um à dois	36
Dois à três	9
Não sabe	18

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Por outro lado, as famílias assentadas da região não realizam atividades não-agrícolas em 88% dos casos. Aparece um pequeno percentual (3%) que se dedica à fabricação de produtos têxteis e outros 9% atividades com diferentes tipos de artesanato. No caso do exercício da atividade não-agrícola o mesmo é individual em mais de 80% dos casos. Tem destaque a participação das mulheres (em 67% dos casos), pois elas são as maiores responsáveis por costurar, bordar e fazer artesanato, que foram as atividades não agrícolas citadas. Cabe ressaltar que existe um percentual significativo de mulheres que trabalham como assalariadas, geralmente como empregadas domésticas e/ou diaristas na cidade.

Por outro lado, a realização de atividades não-agrícolas garante até um salário mínimo em 50% dos casos, de um a dois em 25% e de três a cinco nos 25% restantes, demonstrando que são atividades que têm grande relevância na composição da renda das famílias que fazem, bem como a relevância do conhecimento em costurar e bordar das mulheres.

No entanto, reflexões que apontam a maior importância das atividades não-agrícolas na permanência dos assentados na terra e no futuro dos assentamentos não se aplicam nesta região. Apesar de não serem predominantes, as atividades não agrícolas contam nas estratégias de reprodução social postas em prática pelos assentados.

Reafirmamos, tais dados reforçam as reflexões que têm apontado a importância do autoconsumo no modo de vida dos assentados, reforçando as análises que apontavam a necessidade de inserir o autoconsumo nas ponderações sobre renda, o que exige a sua abordagem igualmente pelo prisma não diretamente monetário (já que o consumo desses produtos representa tanto uma economia monetária como uma renda a mais pela comercialização do excedente). A visibilidade do autoconsumo é um caminho para a valorização da importância do trabalho feminino.

Financiamento e novas perspectivas: espaços conquistados?

De todos os principais cultivos e criações mencionados (cereais, horta, tubérculos, frutas, gado leiteiro, aves, suínos e agroindústria), os dados relativos a financiamento mostram que a grande maioria dos assentados não obteve financiamento direto. O que pôde ser percebido é a existência de um crédito (notadamente o Pronaf A, acessado por 37% dos assentados da região Central) que ajuda a estruturar o lote para se começar alguns cultivos e estruturas produtivas. Outros créditos que auxiliam a estruturação produtiva das famílias são os Primeiros Fomentos e o Apoio Mulher. Os dois primeiros fomentos (parcelas anuais no valor de R\$ 2.400,00 nos dois primeiros anos do assentamento⁸) foram acessados pela maioria dos assentados. 93% dos assentados acessaram o primeiro e 57% acessaram o segundo fomento. Já o terceiro fomento e o apoio mulher têm percentuais bem mais modestos, respectivamente 12% e 32%.

Com relação ao fomento mulher, vale esclarecer que essa é uma modalidade de crédito inicial dos assentamentos e que os assentamentos mais antigos, anteriores ao ano 2000 não tiveram acesso a essa modalidade até janeiro de 2013. Um dado semelhante ao número de mulheres titulares de lotes que acessam outros créditos, pois as políticas voltadas ao gênero feminino, muitas vezes, não dão conta das particularidades e demandas deste grupo. Acessar o crédito resulta em uma opção mais masculina e pouco da mulher. É preciso rever, reformular os créditos voltados a esta categoria visando atender às particularidades deste segmento. O fato do Apoio Mulher ser menos acessado do que os dois primeiros fomentos também deixa clara essa orientação masculina em decidir como será ordenado o lote agrícola.

Outro fator que pesa contra as mulheres ao acessarem o apoio mulher é o formato de sua liberação. Segundo informações dos técnicos de campo, até o ano de 2011 eram três parcelas anuais de R\$ 800,00. Atualmente, o valor da parcela única é de R\$ 3.000,00, sendo permitido o acesso em grupos de mínimo 3 assentadas (antes o mínimo eram 5), o que igualmente modifica a situação anterior. Segundo as mulheres, o valor continua muito baixo, pois impede um investimento mais intenso em alguma atividade produtiva, como no caso do gado leiteiro que exige a aquisição de matrizes e infraestrutura como tanques de resfriamento. Pelo que pudemos verificar em campo, a maioria dos projetos sai

⁸Valores em 2011.

para a produção de gado leiteiro e subprodutos do leite, para fruticultura ou cultivo e processamento mínimo de plantas medicinais.

Algumas vezes, a falta de acesso se dá pela pouca informação disponível sobre o crédito ou ainda pelo fato do marido não querer que ela acesse, já que é um dinheiro que teoricamente ela aplicará no lote, ou em grupo, de forma autônoma. No trabalho de campo pudemos perceber que em alguns casos o crédito é acessado, mas o homem é quem decide onde o dinheiro será aplicado. Outras vezes, como no caso do Pronaf Mulher, o acesso pode ser restrito por conta de endividamentos anteriores dos maridos.

A despeito de como este crédito tem fomentado a formação de grupos de mulheres, pudemos acompanhar, em janeiro de 2013, uma reunião que o INCRA promoveu no assentamento Bela Vista do Chibarro para dar início ao Apoio Mulher (o assentamento é de 1989 e só agora este crédito está sendo disponibilizado). Neste período, iniciaram-se os trabalhos para formação dos grupos interessados em receber o crédito apoio mulher e a articulação e mobilização para aquisição deste crédito ficou a cargo da IBS (Instituto Biossistêmico, empresa que presta assistência técnica no referido assentamento). No entanto, o grupo Pé Vermelho (grupo de jovens do assentamento) ajudou na divulgação.

A primeira reunião aconteceu no dia 25 de janeiro na sede do INCRA, no assentamento, participaram da reunião quarenta mulheres. A reunião contou com participação de um vereador de Araraquara e de um representante da Secretaria de Agricultura.

Foi lido para as assentadas a Instrução Normativa para aquisição e operacionalização do crédito. Depois, os técnicos esclareceram dúvidas e informaram que o crédito seria feito por etapas, sendo a primeira etapa a de sensibilização, a segunda de formação dos grupos, terceira de elaboração e a quarta execução do projeto. Nesta reunião formaram-se vários grupos sendo eles:

Tabela 8 – Grupos temáticos.

Grupo da horta	Constituído por famílias que já atuam neste ramo. Neste grupo é importante observar que poucas mulheres de fato trabalham com horta, todavia seus maridos são grandes produtores de hortaliças, nesse sentido vêm o aproveitamento do crédito como apoio complementar para a produção. O grupo é composto por 14 mulheres.
Grupo da fruta	Esse grupo é formado por mulheres que querem fornecer para os programas governamentais como PAA e PNAE, mas não possuem água para produzir hortaliças. Também nota-se intervenção dos maridos em suas escolhas. A participação do agrônomo da prefeitura foi importante para direcionar quais são as frutas que a prefeitura tem demanda de compra. O grupo é formado por 23 mulheres.
Grupo da novilha	Esse grupo traduz bem a organização familiar no que tange à questão de gênero, pois as mulheres que participam deste grupo estão buscando ampliar a quantidade de animais para satisfazer os maridos, mas esperam serem beneficiadas com recursos do trabalho do beneficiamento do leite. O grupo é formado por 30 mulheres.
Grupo da granja	Aparentemente é o grupo de maior autonomia feminina. Claro que esta autonomia consiste apenas nos cuidados com este tipo de criação, pois no que refere à construção da granja, nota-se a participação efetiva dos maridos inclusive para ditar o que comprar e onde comprar.
Costura e artesanato	Este grupo é formado por apenas 6 mulheres que já trabalham com esta atividade e não têm interferência dos maridos, pois elas já trabalham como costureiras, artesãs e cabeleireiras.
Grupo da panificação	O grupo da panificação é formado por cinco mulheres que têm o desejo de criar uma padaria comunitária no assentamento. Das cinco mulheres, três já participaram de cursos de panificação e uma delas vende seus pães na comunidade. Também no grupo há uma senhora que vai utilizar o crédito para comprar equipamentos para sua lanchonete, pois a mesma já trabalha com a venda de hamburgueses na agrovila.

Fonte: Formulado pelos autores.

De todos os grupos foram eleitas duas procuradoras, que ficaram responsáveis em abrir uma conta no Banco do Brasil quando o recurso estiver disponível. Estas

procuradoras serão responsáveis pela conta, porém não terão acesso direto ao dinheiro. Isto porque depois de elaborados os projetos, serão feitas as licitações. Realizadas as licitações, as procuradoras transferem o dinheiro para os fornecedores, não tendo contato com nenhum valor. Cada assentada assinará um contrato no valor de R\$ 3.000,00 com carência de três anos e vinte anos para pagar, sendo que cada uma delas ficará responsável pelo pagamento do seu crédito.

Um olhar diferenciado para as invisibilidades

Ao pesquisar mulheres protagonistas, inovações e singularidades no cotidiano dos assentamentos também nos deparamos com mulheres "da casa". Estas ao serem acompanhadas por outro olhar que se encontra não em situações de visibilidades, mas "escondidas" no cotidiano que muitas vezes não permite visualizar a criatividade, a diferença e a força que as mesmas exercem no cotidiano familiar e na rotina dos assentamentos. São aquelas que tecem fios por mãos muitas vezes dóceis, outras tantas calejadas pelo trabalho árduo do dia-a-dia, são mulheres que ficam na casa e outras vezes no lote, que cuidam dos filhos, marido e da casa. São aquelas que passam pelo trabalho diário, sem serem evidenciadas.

O estar na casa, o ser da casa e o cuidar da casa representa muito mais do que as atividades domésticas. Representa o ato de ser dona de seu tempo, de seu espaço e principalmente reconhecer-se dona de si.

Muitas mulheres dos assentamentos não se fazem protagonista, mas na medida em que se organizam para atividades cotidianas da casa, para cuidar dos filhos e marido e ainda do lote se fazem proativas e essenciais.

Ao olharmos para estas mulheres não buscando apenas experiências inovadoras ou impactantes, mas a importância de suas ações, sem colocá-las como subalternas, é possível perceber que o modo de vida, os saberes e os cuidados com a casa, com a saúde da família e o lote as colocam como peça fundamental na engrenagem, na lógica do sistema local e, igualmente, no desenvolvimento dos assentamentos.

Isto significa que ao pensarmos nestas mulheres da casa nos deparamos com duas realidades impostas no mesmo ambiente, situação esta que por sua vez, constrói diferentes reconhecimentos desta mulher com o ambiente doméstico e consigo mesma.

Se, de um lado, temos, como tradicionalmente creditado ao espaço da casa, um ambiente aprisionado no que se refere ao tipo de trabalho que é árduo, pesado e não permite folga, por vezes sofrem exigências dos membros que compõem o núcleo familiar, especialmente pelo marido, figura masculina. Aqui o

autoreconhecimento não acontece sobre seu trabalho, mas na realização de ver a satisfação de sua família nas atividades que ela realiza na casa. Dentro de todas as atividades por elas realizadas, muitas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa em vários momentos descreviam o cuidado com a alimentação familiar como a tarefa (leia-se trabalho) ou a atividade mais executada por elas. Esta realização e satisfação pode ser verificada na fala de três mulheres em diferentes idades, a primeira, uma jovem mãe que mesmo com jornada dupla se considera mulher da casa; a segunda, uma senhora trabalhadora rural de uma vida toda e a terceira, uma adulta que trabalha em casa e produz pães.

Depoimento 1, a jovem mãe:

Cuido da minha família com muito carinho e amor, mas a educação de meu filho é muito importante...e de tudo que faço a coisa mais importante é a alimentação. Quando chego faço uma jantinha muito gostosa para eles, eu não tenho preguiça de cozinhar...tem gente que tem, mas eu como tive uma vida muito pobre e as vezes faltava comida...eu faço mesmo tudo gostoso para eles! (GOMES, Diário de campo 2/3/13)

Depoimento 2, a senhora:

Ao questioná-la sobre a atividade mais importante que faz em casa imediatamente respondeu: "a comida! porque quando a fome aperta eles (referindo aos filhos) vem correndo" (GOMES, Diário de campo 2/3/13).

Depoimento 3, a produtora de pães caseiros:

Nas palavras dela "Tratar bem deles (filhos, netos e marido) é fazer uma boa alimentação, mas tem que ter carne porque eles são muito carnívoros...mas acho que é melhor a diversidade"(GOMES, Diário de campo 2/3/13).

Como apurado nestes depoimentos as mulheres se reconhecem e reconhecem na satisfação dos filhos ou do marido sobre o alimento, sua atividade mais importante no cotidiano da casa.

Mas há também o outro aspecto da autorealização que se apresenta como revelador no que se refere à sensação das mulheres com relação a sua autonomia na casa, de como e quando realizar suas atividades. Trata-se de se reconhecer

como dona de seu espaço e fazer deste um lugar no qual se pode "ser dona de si".

Nas falas destas mesmas mulheres, é possível entender o que significa estar e realizar as atividades da casa. Neste ambiente e nestas atividades se sentem livres para administrar o seu tempo e espaço, esta liberdade pode ser percebida no questionamento sobre sentir-se realizada como sendo mulher da casa. Nos depoimentos verificou-se o quanto se realizam:

Depoimento 1 jovem mãe:

Gosto de ter a casa limpa e ver minha família feliz, pois sou uma verdadeira dona de casa!... cuido da minha família com muito carinho e amor... Mas, sabe ter casado e ter filho...disso não me arrependo nenhum pouco!" (GOMES, Diário de campo 2/3/13).

Depoimento 2, a senhora:

Ao questioná-la sobre sentir-se realizada com as tarefas domésticas ela disse gostar muito do que faz...mas fez advertências "já não é como antes porque a juventude tem saúde e disposição, na minha época com 70 anos já estou cansada antes eu tinha mais saúde...mas também a gente não tinha fogão, geladeira e como tinha que trabalhar o dobro hoje estou gasta! Acho estranho as mulheres de hoje dizerem que estão cansadas!" (GOMES, Diário de campo 2/3/13).

Depoimento 3, a produtora de pães:

Ao perguntar a ela se sentia-se realizada nas atividades domésticas respondeu: "Gosto, porque estou acostumada, não posso fazer outra coisa...". (GOMES, Diário de campo 2/3/13).

Nesta perspectiva de entender seu trabalho valorativo apenas para a realização do outro, fato que pode ser verificar no dia-a-dia, quando, de alguma maneira, estas mulheres faltam às suas atividades, sejam pela impossibilidade de uma doença ou por outro motivo. Os membros da família, então, perfilham o vácuo causado da não presença destas mães, avós, tias, filhas, esposa.

Ao verificarmos a atuação das mulheres rurais nos diversos lugares do assentamento, mas também no espaço da casa, estamos partindo de uma análise voltada aos afazeres (por elas entendidos) do espaço doméstico e dos saberes

e das práticas reproduzidas por elas ao longo das gerações que, de alguma forma impactam nos sistemas produtivos, na qualidade de vida, nas relações sociais, culturais e econômicas locais.

Tal concepção associa-se ao fato dos modos de vida não só das mulheres mas deste grupo serem (re) elaborações de práticas nos espaços da sociabilidade no interior dos assentamentos, nos quais as estratégias de produção/ reprodução social constituem, sobretudo, a busca pela permanência na terra e pela qualidade de vida no assentamento.

Isso significa que estar na casa e ser da casa não representa apenas um vazio social, de relações de sociabilidade. Ao contrário, nos momentos em que a rotina árdua e a solidão tomam o espaço da casa, elas buscam conforto em uma sociabilidade para além das dimensões sociais e econômicas, ou seja, a necessidade de encontrar com outras para falarem do cotidiano promove não apenas um momento de conforto, mas a realização de uma espécie de terapia coletiva, especialmente para aquelas que só trabalham em casa. A rotina árdua, repetitiva, chata e pesada do cotidiano as fazem necessitar de um respiro para tomar forças e continuar, voltam, então, para casa cheias de esperança e força através das receitas que trocam, dos chás que aprendem, das histórias que falam e das dores que contam. Renovadas, retomam dispostas para realização do almoço fresquinho. Em registro de campo podemos verificar tais aspectos, Dona M. salienta o quanto o espaço de socialização externo é importante para o revigoramento da vida:

O marido dela está na cama por não poder andar mais....ela neste momento disse que "nem falar ele fala, coitadinho...mas as vezes sinto falta de bater papo. Às vezes depois que dou comida para ele, cuido dele...corro para rua para conversar com as mulheres" (Diário de Campo 02/03/13).

O espaço do assentamento mesmo sendo um espaço de dificuldades é ao mesmo tempo, repleto de esperanças, nas quais, são construídas e reconstruídas histórias individuais e sociabilidade local. Neste sentido, as mulheres em suas trocas de experiências, práticas e transformação de *habitus*⁹ promovem uma

⁹Segundo a definição de Bourdieu, *habitus* pode ser "entendido como sistema de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações" (NOGUEIRA, 2004, p. 27).

ressocialização destes conhecimentos tradicionais para alternativas jamais previstas de criatividade, dando vida e movimento às especificidades e situações particulares típicas da Reforma Agrária.

É preciso ressaltar ainda que a própria estrutura em que vivem promove a construção desses modos de vida e vice-versa, como bem demonstrado por Mascaro: "o cotidiano que se desenvolve de diversas maneiras, dependendo das condições locais, das atividades econômicas, sociais e culturais entre outras, constrói uma arquitetura peculiar, ao mesmo tempo em que se constrói o modo de vida" (MASCARO, 2003, p.5).

Essa perspectiva de "estar e ser da casa", mesmo para algumas que também trabalham fora do assentamento nos abre uma possibilidade de análise para entender a dimensão do desenvolvimento, para além das perspectivas econômicas e de mercado. Neste caso, o desenvolvimento toma outra conotação, voltada mais às capacidades de liberdade, como salientado por Sen (2000), já trabalhado nos tópicos anteriores. Parte-se do princípio de que a relação dos assentamentos, especialmente das mulheres, com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, bloqueios, mas também pela sociabilidade e pela criatividade. Além disso, se expressam tanto em relações objetivas, quanto subjetivas.

E é justamente pautado nesta perspectiva que as mulheres são protagonistas de seu tempo e de sua família e que não se movem no circuito da economia monetária no que se refere-se propriamente à produção do lote, mas a uma lógica de reprodução social da família e do assentamento.

A partir desta perspectiva, reconhecer as outras formas de desenvolvimento produzidas por estas mulheres rurais ajuda a superar perspectivas de invisibilidades que se dão pela interiorização das diferenças decorrentes das desigualdades de gênero.

Vale salientar neste ponto que mesmo sabendo da importância de suas atividades para a manutenção da ordem da casa e da rotina da família, não reconhecem estas mesmas atividades como trabalho e sim como afazeres. Que neste caso, podem ser averiguadas na fala de Dona E. registrada em diário:

Perguntei a ela que trabalhos realizava em casa e ela disse que trabalho mesmo só aquele de limpeza...então voltei a fazer a pergunta mas você não faz nenhum afazer em casa? Neste momento ela responde: "ah, sim faço muitas coisas....bem dizer tudo! Lavo, passo, cozinho e cuido do meu filho"(Fala de GOMES, Diário de campo 2/3/13).

Isso ocorre também pelo fato das dificuldades que têm em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa. Assim, ela mesma pode subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias (FERRANTE; DUVAL, 2012).

É preciso destacar ainda que os espaços dos assentamentos de Reforma Agrária são locais privilegiados para se entender as relações de reconhecimento e não reconhecimento do trabalho doméstico, posto que, mesmo com o processo de modernização e conquistas das mulheres, o espaço rural abrange uma dimensão ainda mais dinâmica no que se refere ao papel da mulher nas atividades domésticas, ou seja, quando levamos em conta os conhecimentos tradicionais por elas guardados e repassados aos membros mais jovens, estes se mostram extremamente úteis à produção agrícola e à organização do lote.

O que significa dizer que é na casa que a mulher também se torna responsável pela socialização e internalização de valores sociais aos seus filhos, promovendo a coesão e a relação identitária necessária à formação em qualquer sociedade.

Em outras palavras, significa compreender como a atuação destas mulheres através de suas práticas diárias, se relacionam não apenas ao seu trabalho na casa, mas também às suas influências sobre as práticas ambientais sustentáveis.

Com esta relação íntima voltada ao meio ambiente, Woortmann (2011) propõe que entre as práticas etno-ecológicas tradicionais e a produção para mercado, a última fica por responsabilidade masculina, a qual para atendimento dos padrões e necessidades de mercado se utiliza de prática de insumos modernos. Assim, as práticas tradicionais cedem lugar a novos modelos de produção. Mas estas práticas etno-ecológicas permanecem no ideário tradicional, via de regra na roça, no quintal e, segundo esta proposta de análise, no espaço tipicamente feminino. A autora ainda salienta que:

Cabe a mulher o cultivo da variedade antiga, altamente valorizada pelos colonos para o consumo próprio, especialmente em festas, batizados casamentos ou velórios tradicionais. Além disso é a mulher que em seus espaços de cultivo possui as condições de reproduzir algumas práticas etno-ecológicas de cultivo: tais como intercalar cravo de defunto, defensivo natural na horta, utilizar tão somente adubos de sua própria criação. Eventualmente, ainda, comercializam parte de sua colheita de batata antiga para vizinhos e parentes, que a valorizam porém não produzem (WOORTMANN, p. 30, 2011).

A exemplo do importante papel das mulheres na conservação e transmissão

dos conhecimentos tradicionais ou ambientais, Barbero (2006) ressalta que, historicamente, a centralização de poder e a penetração de uma nova economia levou à destruição econômica dos modos de vida tradicionais pela lenta penetração mercantil que somada a uma rede de dispositivos, minaram progressivamente a autonomia das comunidades regionais no âmbito político e cultural.

Neste sentido, as mulheres em suas ações diárias e nos espaços de atuação – na casa ou nas áreas de sua influência – especialmente nos destinados à produção alimentar, continuam a zelar e se preocupar com a qualidade do preparo e da produção dos alimentos. Nas ações mínimas, resgatam receitas e práticas tradicionais de cuidados com as plantas, hortas e criação, garantindo a reprodução e resistência destas práticas etno-ecológicas.

O que significa pensar que, a autonomia de se estar na casa exige um olhar que não se limita à satisfação no preparo da alimentação para família ou na expressão de uma casa limpa e organizada. Trata-se de colocar em prática o conhecimento apreendido em momentos diferente da vida, significa colocar em prática uma espécie de "química orgânica" das misturas das ervas e dos adubos para os alimentos e animais crescerem mais saudáveis e garantir a alimentação balanceada e de qualidade a família.

A este respeito Duval (2009) constatou em entrevistas com mulheres a preocupação com uma alimentação balanceada e de qualidade. Sendo delas a responsabilidade pela alimentação da família, sua preocupação envolve uma cesta alimentar diversificada e também a produção de alimentos "naturais", levando-se em conta o bem-estar da família e atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares.

Vale destacar ainda que esta química natural-tradicional se revela também no saber medicinal, mágico-astrológico que permeia inteiramente o cotidiano destas mulheres. No espaço de tratamento dos filhos, maridos ou netos, novamente colocam em prática os conhecimentos vindos da terra e das plantas, junta-se flor de mamoeiro, ervas da terra, cascas de árvores e ainda uma pitada de simpatia, como verificado na fala de Dona R.:

Se tiver muito dor dá né. Isso aqui é bom pra tudo. Você machucou o dedo, você pega isso aqui, maceta, põe em cima... e aí passa na pancada. (...) Pra pancada, machucado, qualquer machucado. É um remédio bom. É bom pra tudo, pra estômago toma ferramicina.

Entrevistadora: Ferramicina? O que..que é?

R: É uma folha roxa. Esse aqui eu tomo quando eu tô mais assim, com dor de lado, eu cozinho ele, mas sozinho e bebo. Isso aqui tira tudo o sangue que tem dentro. Se leva uma pancada por dentro, ele tira o sangue, tira o pus. Se machuca o dedo, tem que macetar e amarrar em cima e deixar. Só maceta, põe em cima (...) com álcool, enfaixa no lugar certinho (GOMES, 2010. Entrevista realizada com R. em 09/12/2010).

Nesta perspectiva, podemos verificar que nas práticas diárias da casa, na plantação e finalmente nos saberes tradicionais e químicos etno-agroecológicos, o trabalho da mulher nas áreas rurais se revela e revela situações nas quais a mulher se satisfaz no seu cotidiano e na sua relação com o seu tempo e espaço, salientando-se que o mesmo gera discriminações e conflitos que se fazem presentes nas relações de gênero.

E, finalmente, a transmissão de valores ligados à luta pela terra, ao meio ambiente e à tradição as colocam em um patamar de importância que se refere inclusive a uma perspectiva de futuro na reforma agrária que se mantém e se renova, por existirem em tradições que são passadas para as novas gerações, especialmente por estas mulheres "da casa" e "do assentamento".

Diferentes situações de trabalho e expressões de protagonismo

Na pesquisa observou-se, como reiterado, que as próprias mulheres, muitas vezes, subestimam sua jornada de trabalho. Mas, o rompimento da invisibilidade do trabalho agrícola vem sendo destacado por iniciativas individuais e coletivas. As perspectivas de diversificação agrícola e agroindustrial vêm se apresentando sob a forma de embriões de um rumo diversificado de desenvolvimento, nos quais as relações de gênero têm peso decisivo.

Um resultado encontrado foi o desenvolvimento de associação de mulheres para a produção de pães. Na verdade, em nossos trabalhos, tem sido destacado o protagonismo da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) no aspecto da produção e reprodução social e no papel de circulação das ideias e perspectivas de protagonismo. Associação constituída por 11 associadas, essa experiência tem gerado expressões de rompimento da invisibilidade feminina, como pode se observar na continuidade de nosso acompanhamento junto ao grupo. Este rompimento não se dá sem constrangimentos permeados por relações de gênero.

Muitas mulheres buscam iniciativas de complementação da renda, mas pode-se notar o sucesso maior com a junção de forças, o associativismo e o cooperativismo. Conforme o relato de uma das lideranças da associação, na

qual conta as dificuldades iniciais: "eu fui atrás de formar a associação porque eu precisava de uma renda a mais, naquele tempo era meu marido que ficava com as coisas, com dinheiro do lote e também ele era aposentado, mas ele não dava dinheiro pra gente (ela e as filhas). Mas eu tinha uma rendinha da feira, porque eu tinha a minha horta de verdura e outras coisas que eu plantava no lote que eu vendia, mas era muito pouco e eu tinha que colocar mais coisa em casa, e pagar uma energia".

Procuramos, a seguir, caracterizar diferentes situações de mulheres com relação ao trabalho, dentro e fora do lote e do assentamento, de forma a ressaltar alguns fragmentos das histórias de vida de mulheres que são protagonistas dessas diversas situações. Posteriormente, vamos adentrar a análise de alguns grupos associativos de mulheres, acompanhados por meio de registro em diários de campo.

Dona Maria, Monte Alegre VI: a persistência da mulher que vive sozinha

Ela estava participando do grupo que trabalha na padaria, mas quis sair para assumir uma vaga como monitora do ônibus escolar da escola do assentamento, portanto, para uma situação de trabalho no assentamento. Conversamos sobre sua história de vida e trajetória de trabalho, sobretudo a partir de quando chegou ao assentamento.

Participou da ocupação das terras do núcleo VI do Monte Alegre, portanto está assentada desde 1997. Veio com o marido, seus dois filhos (na época, com 2 e 4 anos) e sua mãe. Antes eles viviam em Sertãozinho e viviam do trabalho em usinas.

Em 2009, dona Maria se separou do marido e ele quis ir embora do assentamento. Provavelmente, a um ano da morte de sua mãe, o marido não aguentou mais ficar no lote, segundo ela, ele nunca quis vir e não queria ficar no assentamento. Enquanto eles estavam casados e com o lote no assentamento, ele trabalhava fora, continuou em Sertãozinho, no corte da cana e como roupeiro no ginásio de esportes da cidade. Quando se separaram, ele foi ao Itesp saber dos seus direitos e lá eles disseram que o lote ficaria com ela. Ela disse que sempre foi titular do lote, mas era conjunta. Quando eles se separaram, ele quis ir embora e não teve direito à nada em relação ao lote.

Ela tem ainda uma irmã no núcleo II, que está no assentamento há 25 anos. Na comparação dos núcleos II (onde mora a irmã) e o VI, acha melhor o assentamento que não tem agrovila por duas razões: primeiramente no que diz respeito à criação de frangos, que sempre foi uma das principais atividades dela,

do mau cheiro perto de casa e dos vizinhos; segundo, que morar no lote significa morar perto de onde se trabalha.

Sua irmã é viúva, perdeu o marido e ficou com 4 filhos no lote. Um dos filhos, porém, morreu esses dias, como o pai, de infarto, com apenas 50 anos de idade. Com a morte dos dois, a irmã quase vendeu o lote e foi embora, mas a família resolveu ficar. Segundo ela, todo mundo que vendeu se arrepende. Ela mencionou um casal de mais idade que vendeu o lote por aproximadamente R\$ 150 mil e comprou uma casa na cidade, para ficar mais perto dos netos e da família. O casal conta que se arrependeu porque seria muito melhor ter ficado no assentamento, principalmente por conta dos netos aproveitarem e, na cidade, está tendo muito mais trabalho no sentido dos seus filhos deixarem os netos para eles cuidarem (supostamente no assentamento isso seria mais fácil).

Os filhos estão, atualmente, com 17 e 20 anos. O primeiro está no terceiro ano do ensino médio e o outro cursando Propaganda e Marketing na Unip (Universidade Paulista). Segundo ela, o filho que está na faculdade tem uma bolsa de estudos. Notamos a falta de perspectiva dos filhos ficarem no assentamento. Durante a conversa eles estiveram no quarto, ficam dentro de casa e no computador, não têm e não se interessam por atividades agrícolas. O que não deixa de ser uma contradição ao afirmado no parágrafo anterior, sobre a perspectiva do casal de idosos em relação aos netos. Mas mostra justamente a diversidade de situações das famílias em um recorte temporal não-linear.

Sobre as dificuldades iniciais, mencionou que vieram pra cá sem água, luz e estrada. Ficaram 2 anos sem nada. Por outro lado, ficavam com os tocos dos eucaliptos no solo, pois a madeira e o dinheiro dela (ficou com o sindicato) – ela falou isso de forma a deixar claro que não sabe para onde foi esse dinheiro, mas sabe que não foi para benfeitorias para as famílias (o dinheiro sumiu, mas poderia ser parte da rede elétrica, das estradas etc.).

Desde que chegou plantou alimentos. No começo era arroz, milho, moranga, horta grande, construiu a casa. Disse que a primeira safra de arroz foi muito boa, depois a terra não deu mais arroz. Tinha um vizinho que fazia o atravessador para fora. Criava galinha, vendia para gente de Américo Brasiliense e levava para Sertãozinho, junto com o marido, para aqueles com os quais viviam anteriormente.

A produção de aves sempre foi atividade principal para a dona Maria. Primeiro ela disse que no início de sua vida no assentamento havia um grupo que queria trabalhar com galinha poedeira, que era conhecido com o grupo das pioneiras, composto por 7 mulheres do assentamento. O começo desse grupo contou com

colaboração do Itesp, que forneceu as galinhas, bem como as telas e outros materiais para montar a granja. O grupo dividia o trabalho por dia, cada uma tomava conta um dia da produção de ovos, que ficava concentrada no lote da dona Cida, no núcleo II. Do núcleo VI eram duas assentadas, ela e a dona Vilma. Ela contou que ia a cavalo para o núcleo II para trabalhar. E que cada uma fazia uma parte do trabalho mais especializado, por exemplo, ela era tesoureira. Ou seja, um tipo de associativismo informal, mas com um mínimo de estrutura de gestão, com cargos e responsabilidades para além da produção. No entanto, ela não tinha uma especialização e tinha que fazer esse tipo de trabalho do jeito que dava. O trabalho comum era basicamente colher e limpar os ovos. Com relação à genética desses animais, eram adquiridos da granja caipira Label Rouge, localizada em Porto Feliz/SP é uma das granjas que trabalham com melhoramento genético de linhagens caipiras, buscando compor animais rústicos, adaptados as condições tropicais, e ao mesmo tempo que possuam características para um melhor desempenho na produção de carne. Esta linhagem, conhecida também como "frango do pescoço pelado", é recomendada pela ESALQ/USP, para produção no sistema "frango feliz", embora não tenha sido o adotado no assentamento. As assentadas levavam mandioca, milho e verdura de seus lotes para dar de ração às galinhas e isso colaborava muito na produção. O filho da dona Cida era quem vendia os ovos: (vendia ovo que não sobrava para nós), disse ela.

Depois o grupo desmontou, basicamente por duas razões que ela mencionou: se alguém quebrasse ovos ou fizesse retiradas para consumo ou proveito próprio, tinha que marcar quantos para poder descontar depois, mas começaram a ter umas que não marcavam direito, o que aos poucos pode ter contribuído para a quebra na confiança. Depois, um dos maiores problemas eram os maridos das outras mulheres, que entravam no meio das decisões, principalmente atrapalharam a gestão do negócio¹⁰. Então ela resolveu vim trabalhar sozinha em seu lote e viu que dava mais certo.

Além destas questões, outro ponto fundamental que motivou a Dona Maria a produzir frango em seu próprio lote, foi a doença de sua mãe, e precisava de

¹⁰Dona Maria comentou que nas reuniões do grupo, a participação dos maridos era intensa, onde deveria ser apenas uma reunião entre as mulheres, eles compareciam e falavam por suas esposas, começaram querer ditar as regras e gerenciar o dinheiro. O que gerou certo desgaste entre as mulheres.

cuidados especiais no dia-a-dia, impossibilitando-a de trabalhar fora, ou mesmo passar longos períodos longe de casa.

Foi trabalhar na padaria e vendeu suas galinhas. Vários problemas foram mencionados: começou a faltar tempo para cuidar das galinhas, não tinha mais finais de semana, estava demorando muito para receber pela produção, o cachorro da vizinha vivia atacando as galinhas dela. Ela ouvia o barulho das galinhas e falava: (peraí, acho que tem cachorro correndo atrás delas).

Ela disse que gostava muito de trabalhar na padaria, mas também faltava tempo para ela cuidar do lote, da família, da sua produção. Na verdade ficou pouco tempo lá e durante esse tempo as principais coisas que conseguiu mudar na padaria foram as formas de fazer compras de matéria-prima de fora. Disse que as meninas compravam tudo picado, de pouca quantidade e ela chegou sugerindo que as compras fossem feitas no atacado. A Sueli (nova integrante) entrou porque não acharam quem já estava trabalhando nisso.

Mencionou a importância do trabalho em grupo e dos cursos de capacitação que recebeu a partir de sua participação na padaria: teve um curso que ela participou que a tirou da depressão. O grupo é difícil, cada um tem uma opinião, mas tem que se saber quem está entrando, respeitar a opinião do outro e ter diálogo.

Agora preferiu o contrato com a empresa de viação Paraty. Mas ressaltou que seu contrato se renova a cada 6 meses, nos meses de julho e dezembro, ou seja, não prevê férias e 13º salário. O transporte escolar é terceirizado pela prefeitura, mas se fosse de fato um serviço público ela seria contratada da prefeitura, com todos esses direitos e entende seu tipo de vínculo mais precário. Mesmo assim ela não falou que é uma situação de trabalho melhor, pois pode trabalhar no assentamento sem ter que se ausentarem por muito tempo do lote. Além disso, ela tem um salário e uma ocupação na escola do assentamento, o que lhe garante certo *status* na comunidade (a mulher, separada, mas que trabalha na escola e tem seu salário).

Gostaria de formar um grupo de mulheres para artesanato a partir da associação (uma das possibilidades da associação de mulheres ter outras atividades como um grupo de artesanato). Em sua casa pudemos notar vários enfeites e bordados feitos por ela. A casa é cheia de pequenos detalhes, na sala da frente, onde fomos recebidos, há quadros que ela pintou e vários bibelôs na cômoda. Depois vem uma sala maior de dois ambientes, um dos quais ocupado por uma mesa de jantar. Das três salas saem portas para dois quartos e um banheiro. Um dos quartos, dos meninos, tem pintura da parede diferente feita

por eles, cheia de detalhes – ela disse que eles são bem criativos nesse sentido. Nas demais salas, vimos mais quadros, borboletas de arame e tecido, toalhas e cortinas feitas pela dona Maria. Sua máquina de costura também estava lá, num local de destaque na sala, como se fosse objeto de decoração, mas o fato é que aquela máquina faz parte do cotidiano dela.

Lote de Mariana Silveira, assentamento Horto de Bueno de Andrada: de família sitiante da região ao comando da integração avícola

O motivo da visita era conhecer uma produção integrada de frangos comandada pela mulher, logo nos convidaram para entrar para conversar dentro da casa. É uma casa bem diferente daquela típica dos assentamentos, pois tem um excelente acabamento interno, toda azulejada, muito espaço, móveis novos e caros, jardim de inverno no canto da sala.

Ela tem 35 anos e está no assentamento há apenas seis anos, porém, sua família é de Bueno de Andrada. Seu pai, de 85 anos, é nascido lá e sempre foi sitiante por aqui (ele nasceu em 1928).

Ela disse que é a única titular do lote e que seu marido não tem atividades agrícolas. Ele é funcionário da Pluma, uma empresa paranaense que atua na produção de ovos férteis e rações para aves. A empresa possui uma filial em São Carlos, local de trabalho do marido da entrevistada e que ele chega a trabalhar de domingo a domingo, das 7hs às 21hs, ganha R\$ 2.500,00 por mês e ele acha que é muito.

Dos seis anos que está aqui, ela sempre trabalhou com criação de gado leiteiro como atividade principal do lote. No entanto, hoje em dia ela possui apenas 12 vacas leiteiras, pois a granja com a agroindústria passou a ser sua principal atividade. Ela planta cana para tratar das vacas e tem pasto. Afirmou que nunca plantou cana com a usina, pois sua cana é apenas para tratar o gado. Não foram mencionadas culturas para o autoconsumo, apenas alguns pés de fruta. Lamenta o fato de que no assentamento não dá para trabalhar em grupo, tanto para a produção de leite como para a própria organização produtiva dos assentados em geral.

Atualmente a dona Mariana não está mais produzindo leite. Ela fala que perdeu a vontade de trabalhar com o laticínio por causa da falta de confiabilidade que adquiriu no trabalho e nas próprias variações do mercado. Deu o seguinte exemplo: eles pagavam para ela R\$ 1,20 o litro de leite, daí vinha uma chuva e caía para R\$ 1,00, outra chuva e caía para R\$ 0,80. Daí ela foi lá na Argenzio perguntar o que estava acontecendo e eles falavam que não tinham para quem

vender o leite, por isso o preço estava baixando¹¹. Portanto agora ela trabalha com a engorda de bezerras e não tira leite para vender. Mesmo porque, sua atividade principal passou a ser a granja.

A sua granja demorou três anos para ficar pronta, pois ela foi investindo aos poucos sem recorrer a nenhum tipo de financiamento. Ela disse que hoje a granja vale aproximadamente R\$250 mil, mas os custos reais foram algo em torno de R\$100 mil. Contou muitos fatores que contribuem para isso, a começar pelo conhecimento que a família detém sobre esse sistema de produção. Existe uma longa história de integração com agroindústrias dessa família para a criação de frango, inclusive os demais assentados identificam os Silveira como os pioneiros na produção de frangos de granja no distrito de Bueno. O Sr. Toninho alegou que ele foi o primeiro produtor de frango nessa região, já tinha contrato com empresas maiores desde 1950, pois tinha o talão de notas e comercializava frangos e ração com empresas como Socil, Cargil e Sadia. No sítio em Bueno ele tinha uma granja de campânula a gás para 10 mil frangos e sua família ainda arrendava mais dois lugares para a produção (um sítio mais próximo a Matão e uma parcela de terra em uma fazenda em Ribeirão Preto). Segundo ele, viveram mais de 20 anos comercializando 250 mil frangos por ano. Eles também sempre possuíram criação de gado (assim como a filha no lote).

Porém, a família ressalta que a produção de frangos no sistema de integração está há 5 anos em crise, obteve momentos de melhora neste período mais nunca saiu de fato da situação. Assim como para a maioria dos assentados, a Rigor está devendo pelos frangos que já foram retirados e abatidos. A assentada afirmou que fez as contas e chegou à conclusão de que gastou R\$7.100,00 para engordar 3 lotes de frango. Recebeu R\$5.600,00 de um lote de frangos. Caso tivesse recebido dos 3 lotes, chegaria a quase R\$18.000,00 mil. Neste caso, seria bastante vantajosa a produção integrada. Ela ressalta que quando o frango estava bem chegava a ganhar R\$1.700,00 a cada dois meses, mas nos dias de hoje está ganhando R\$700,00, principalmente pela falta de pagamento da agroindústria (está pagando para produzir).

Outro ponto de indignação da assentada é com relação ao depósito do

¹¹Isto se deve ao fato do sistema de produção de leite da região de Araraquara ser basicamente a pasto. Com a chegada das chuvas a tendência é que a gramínea se desenvolva e conseqüentemente forneça mais nutrientes aos animais. Teoricamente eles tendem a produzir maior quantidade de leite, aumentando o volume entregue ao laticínio.

dinheiro: segundo ela, no talão de notas que chega à sua casa contava o valor de R\$5.600,00, mas no banco o valor real depositado foi R\$5.100,00. Questionada se não é feito nada, ela afirma que ligou na agroindústria, mas eles dizem que é problema no financeiro, e nunca depositam o restante. É perceptível o medo de ser excluído do processo de integração com a agroindústria. Por este motivo, eles não questionam muito os técnicos, pois podem ser cortados. E a Dona Mariana ressalta: "Melhor pingar do que secar", referindo-se ao motivo de continuar colocando novos lotes de frango sem receber os lotes passados.

Mariana trabalha na granja do pai desde os 8 anos de idade e ainda possui seis irmãos, dois dos quais moram com o pai e fazem serviços de soldagem de qualquer tipo de estrutura metálica. Foram eles que fizeram toda a estrutura da granja. Ou seja, é bem mais fácil para essa família construir e trabalhar com granja. Mesmo porque eles alegaram que são do tipo de família que se ajuda muito em tudo.

Contou que já viu o pai passar por muitas crises com a produção de frango. E que o principal culpado, para ela, é o governo por falta de subsídios e pelos altos impostos cobrados. Ela chama a atenção por exemplo pelo ICMS cobrado pelo Estado de São Paulo, que é de 18%, enquanto que em Uberlândia, o mesmo imposto é de 5%, o que força as agroindústrias do Estado de São Paulo fecharem as portas e subir para as regiões onde possuem maiores benefícios fiscais. Neste momento ela ressaltou que o "Brasil é o país do atravessador" enfatizando a falta de políticas que viabilizem a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Seu depoimento foi, na verdade, do governo aos frigoríficos e empresas de ração e matriz genética.

Dentre os atores envolvidos na integração, ela cita os produtores rurais como a ponta mais frágil da relação. Mesmo porque eles possuem um papel de "engordadores" de frango, recebem da empresa todo o pacote tecnológico (genética, ração, máquinas e insumos químicos como vacinas), além de assistência técnica e transporte. Basicamente, os pintinhos são alimentados pela ração fornecida e a empresa vem buscar o lote de frangos aproximadamente quarenta e cinco dias depois. Com uma granja quase que totalmente mecanizada, o principal trabalho da dona Mariana se resume a recolher os frangos mortos, embora existam muitas outras etapas de trabalho, como: preparação da granja para recebimento dos lotes, limpeza de área de bebedouros e comedouros, verificação da temperatura etc.

"Alguns dias já bastam para afetar os pequenos produtores", disse ela, sobre a demora da empresa em disponibilizar ração e vacinas aos fornecedores. Esta

afirmação está ligada a uma escala vivenciada por ela, enquanto produtora, que envolve apenas o frigorífico e os produtores rurais que engordam os frangos, dentro da cadeia produtiva. Quando o mercado está em baixa, o frigorífico quer produzir menos frango e acaba trabalhando apenas com seus produtores âncoras (aqueles que garantem regularidade no fornecimento), deixando algumas granjas sem produção. Tais produtores podem ser aqueles com quem a empresa e seus funcionários mantêm melhor e mais antiga relação, aqueles que atendem mais as orientações e exigências ou criam menos problema para a empresa. Neste contexto, existem ainda, as estratégias adotadas pelas agroindústrias para diminuir a produção, mas manter os pequenos produtores. Como é o caso da própria Dona Mariana, que em épocas normais de produção, a Rigor chegou a alojar 23.300 frangos, porém, devido a crise a indústria está alojando apenas 18.000 frangos. Seu depoimento mostra que ela detém sobre como funciona a parceria.

Além disso, o contrato de produção menciona que a agroindústria pode cessar o fornecimento das aves por tempo indeterminado caso haja restrições diversas, como é o caso de mudanças mercadológicas. Ou seja, as consequências da seca no meio-oeste dos Estados Unidos afetaram a disponibilidade de milho para o mercado interno, já que este, é considerado uma *commoditie* agrícola e tem seu preço regulado pelas bolsas de valores, principalmente a de Chicago. Mesmo que fuja do controle do assentado, eles estão sujeitos a ficar sem receber um novo lote de frangos, o que realmente está acontecendo no assentamento. E isto implica em uma série de consequências negativas, como, por exemplo, os custos para manter o barracão, sem que se tenha garantia de quando irá receber um novo lote de frangos.

Lote de Joseane Aparecida Silveira, assentamento Horto de Bueno de Andrada: a viúva que deu a volta por cima

Ao chegarmos ao lote fomos muito bem recebidos pela dona Joseane. Moram no lote oito pessoas: ela, o novo marido, duas filhas, um genro e três netos, um de 5 anos (da filha mais nova), um de 9 anos e outro de 13, ambos da filha mais velha e do genro que moram no lote, mas quem assume o comando da produção no lote é a dona Joseane. Ela é nascida em Paraíso, uma cidade de aproximadamente 5 mil habitantes e distante 144 KM de Bueno de Andrada, que até o ano de 1954 era um distrito do município de Pirangi. Seu pai era ferroviário, razão pela qual a família mudava muito de cidade. Contou que seu pai foi até para o Iraque para construir ferrovia, morou também em Mato Grosso por conta da ferrovia Trans-Cuiabana e por vários pontos do estado de São

Paulo. Com 12 anos veio morar num sítio em Bueno e não saiu mais. Atualmente, o pai é aposentado e vive em Araraquara.

Ela tem 54 anos e é assentada há 14 anos. Veio para o assentamento, juntamente com o falecido marido por ocasião da compra do lote. Ela afirmou que sempre trabalhou no sítio, na granja e em casa¹², embora já tenha sido telefonista em Bueno e tenha trabalhado na prefeitura de Araraquara. Em outra passagem, ela mencionou que trabalhou na Cutrale, em Araraquara, na época era menor de idade e andava sozinha na pista (na cidade, perto da indústria) às 4h30 para chegar ao trabalho. Contou que quando era casada com o filho do Sr. Toninho Silveira só tinha estudado até a 4ª série do ensino fundamental. Após a morte dele, ela completou o ensino médio no Sesi e hoje pretende cursar Assistência Social na Unip. Isso porque ela gostaria de ter uma profissão. Ela disse que é muito ativa nas questões da comunidade, se envolve na escola, no posto de saúde, faz festa das crianças no 12 de outubro, então acha que com um diploma poderia atuar profissionalmente nessa área. Sua atuação se dá inclusive numa esfera política, nas últimas eleições ela tentou se eleger vereadora em Araraquara, pelo PP (Partido Progressista), obteve 179 votos e não se elegeu. Porém, neste caso, ficou suplente pela coligação PSDB/PP/DEM. Também fez o curso de turismo rural que o Senar ofereceu em Bueno e no assentamento Monte Alegre. Acredita que Bueno tem muito potencial turístico, pois tem o bar da coxinha, a estação de trem, os assentados podem vender muitas coisas lá. Pois muitas pessoas passam por lá. Gostaria que o trem funcionasse para o turismo e não só para carga.

A filha mais nova, Marina, que participou da conversa o tempo inteiro, tem um filho com outro assentado. Quando o filho estava para nascer, o casal se juntou e construiu uma casa no lote do pai do rapaz, mas se separou em poucos meses. Passaram-se mais de dois anos, e o casal voltou, mas em um ano, houve nova separação. Hoje ela vive com o filho no lote da mãe e não está trabalhando. Reclamou que vive à mercê do que o pai quer dar para o filho: antes dava plano de saúde e tinha uma vaca cujo leite era só do filho (ele levava um litro por dia, agora faz seis meses que não leva). Ele está dando aproximadamente R\$ 300,00 e cortou o restante. Marina fica com medo de pedir os direitos de seu filho com relação à pensão alimentícia na justiça. Ela gostaria que o pagamento da pensão fosse descontado na folha salarial do pai, porque ele agora está trabalhando

¹²Deu especial ênfase ao trabalho doméstico, o trabalho de casa.

como motorista de ônibus escolar em Bueno e tem salário de R\$ 1.800,00, segundo ela. Não quer depender de ele vir na casa dela e dar o quanto acha certo, pois além das brigas, ele não conta partes como 13º salário e férias. Ela contou que o ex-companheiro ameaça tirar o que ele dá: "ele diz pra mim, se você for [pedir revisão de pensão], você vai ver". O filho, de 5 anos, não quer ir ver o pai e o pai tem vindo cada vez menos ver o filho e ela acha até bom, porque quando vem fica brigando com ela na frente do filho. Disse que agora, para piorar na parte financeira, ele tem uma namorada.

Marina disse que começou a trabalhar cedo, no comércio em Araraquara, trabalhou apenas em duas lojas de roupas, a última (UHF jeans) ficou mais de 8 anos empregada, tem vários anos de carteira registrada como vendedora. Coursou o ensino médio completo. Ela não está trabalhando agora porque teve o rim infeccionado e está com cálculos. Mencionou episódios de sofrer da dor no meio do trabalho e não estava aguentando, portanto, há três meses pediu demissão. Porém, não entrou com nenhum pedido de auxílio-doença ou seguro desemprego, porque não sabia que tem esse direito, ninguém a orientou a entrar com o pedido. Ao falarmos sobre o benefício, ela disse que ia tentar ver isso no INSS.

Sobre a parceria para produção agroindustrial de cana, na época em que era casada com o Silveira eles já tinham procurado a usina para fazer um contrato, mas quando ele adoeceu, disse que não queria que plantasse cana no lote. Segundo ela, o marido achava que a cana acabava com a terra, que já tinha muita cana por aí e que, no assentamento, tinha que ter outras coisas, ou seja, ele achava que plantar cana com a usina não deveria ser um meio de sobrevivência para os assentados. Quando o marido estava no hospital ela falou que infelizmente recorreria à parceria com a cana, pois se ficasse sozinha no lote não teria outra alternativa. Depois que ela ficou viúva procurou novamente a usina, que não aceitou a parceria alegando que ela tinha pouca terra, mas ela também liga este fato ao episódio de desligamento dela na integração com a granja.

Além da granja, a família sempre plantou milho, a partir de outro tipo de parceria, conforme descreveu: ela não tem trator, portanto ela chama um produtor que tenha e eles combinam uma porcentagem da colheita para cada. Esse é um meio para viabilizar a produção no lote dela e, para a comercialização, tem que haver vários canais além do próprio atravessador. Ela não vê como negativa a opção do atravessador porque acha que ele faz parte dos arranjos (ou parcerias) que tornam possível a produção e a comercialização. O que não pode é ficar

apenas nas mãos do atravessador e outros tipos de parceria. Ela associou a falta de parcerias nesse sentido e de união à dificuldade em se criar associações no assentamento¹³.

Uma nova perspectiva para a família é a produção de horta. Uma das granjas que foi desativada virou uma horta, para produção de verduras e legumes. Dona Joseane disse que já plantou quatro mil pés de alface e que agora tem interesse e espaço para trabalhar comercialmente com: alface, almeirão, rúcula, salsinha, cebolinha, espinafre, quiabo, couve, pimentas, dentre outras. Ela disse que está investindo na horta não por causa de programas de compra governamental, mas porque pode comercializar em inúmeros lugares. Além disso, outra comparação entre a granja e a nova horta como principais atividades comerciais do lote, acha que o trabalho na horta é mais saudável, não tem que ficar recolhendo e enterrando frangos mortos todos os dias, preocupada se eles pegarão doenças ao ponto de não dormir por causa disso.

Além dos cultivos e criações mais comerciais, ela disse que sempre teve pequenos espaços no lote para produção de autoconsumo familiar, como hortas que incluem temperos e medicinais, pequena criação de porcos e apenas uma vaca, bastante árvore, "tudo quanto é fruta". Seu neto de 13 anos está produzindo mudas no lote. Ela afirmou que não gosta de criações grandes, tem medo de lidar com a vaca, mas ela garante uma parte do leite consumido pela família.

Das possíveis estratégias produtivas mencionadas pela dona Joseane, podemos destacar certa ambiguidade, no sentido dela apontar um novo caminho produtivo, com a horta, mas que contrasta com sua vontade de reabrir a granja se voltasse a empresa anterior. De qualquer forma, a produção principal do lote – atualmente a horta – ela vai conseguindo levar com a ajuda do marido, das filhas e dos netos, conforme disponibilidade de cada um para trabalhar em alguma etapa. Ao mesmo tempo, mostra sua vontade em atuar numa nova profissão, que pode ser como assistente social, líder comunitária ou na política. Para as duas últimas, manter o sobrenome Silveira certamente tem um peso, já que é uma família muito tradicional no distrito de Bueno, que inclusive dá nome à Escola do Campo de Bueno. Para atuar como assistente social faltaria cursar uma faculdade, mas ela já mostrou vontade para estudar.

¹³É importante destacar também que a assentada se referiu aos pioneiros do assentamento como os "invasores", tal como os outros Silveira que havíamos entrevistado antes.

Dona Raimunda, Assentamento Bela Vista do Chibarro: a única mulher do grupo da horta

D. Raimunda (59 anos) é casada com o Senhor José, e tem um filho. De São Domingos, no Maranhão, trabalhou por lá fazendo óleo de coco e vendendo em feiras. Depois de casada foi para São Paulo, fazia vários trabalhos para garantir uma renda própria, segunda "ela nunca gostei de pedir dinheiro, sempre quis ter meu dinheirinho". Com isso, trabalhou lavando roupa para fora, com concerto de roupas para firmas, enfim, vários trabalhos domésticos para assegurar uma renda.

Antes de chegar ao assentamento Bela Vista, viveu por dois anos em um assentamento no Vale do Ribeira. Quando chegaram neste assentamento ficaram conhecidos como o Grupo de Sete Barras que era composto por famílias que viviam no assentamento de Val Formoso, no município de Sete Barras, que negociou a transferência das famílias para essas terras com o sindicato e os trabalhadores acampados na Bela Vista, devido às terras de Val Formoso terem sido declaradas reserva florestal. Ela comentou que desde que chegou aqui gostou do local.

Uma das principais características dessa mulher é o sorriso no rosto e a energia com que fala sobre o trabalho que faz. O trabalho na vida dela é presente desde criança, que deixou marcas em suas atitudes ao falar sobre o assunto. Atualmente sua rotina não é fácil, mas é feita com muito amor e energia. Seu esposo está adoentado, por isso, ela tomou a frente das coisas, apesar de que quando perguntada sobre isso, ela responde "que as decisões sobre o lote são tomadas em conjunto", mas que para fazer muitas coisas sobre o lote ela acaba fazendo.

Além do trabalho no lote, ela trabalha na horta conjunta com os irmãos e um amigo da família. A horta Pedra D'Água foi constituída desde 2007. É formado por seis pessoas, sendo cinco irmãos e mais um amigo da família.

O grupo da horta se organizou e se constituiu devido ao fato de que as plantações anteriores não estavam dando lucro. Muito pelo contrário, relataram que o plantio de soja com financiamento e seguro, mas infelizmente devido a problemas climáticos perderam 80% da plantação e o seguro não cobriu esta perda, deixando-os inadimplentes no banco, uma vez que não conseguiram pagar o prejuízo com a perda da soja. E sua fiadora foi D. Raimunda, conseqüentemente ela também ficou inadimplente. Seus irmãos também estavam passando pelos mesmos problemas de inadimplência, tudo devido a perdas de plantações anteriores financiadas por créditos da agricultura familiar. A estratégia da horta

coletiva foi um caminho para tirá-los da situação de endividamento e não ir pelo caminho do arrendamento de seus lotes, cuja maioria dos assentados estava optando.

A Horta Pedra D'água tem, atualmente, dois hectares de extensão, nos quais o grupo produz grande variedade de verduras e legumes: alface (mimososa, americana, lisa e crespa), rúcula, almeirão, cebolinha, salsinha, coentro, repolho, couve, espinafre, agrião (apenas na estação mais fria), brócolis, couve-flor, rabanete, beterraba, jiló, quiabo, abobrinha e berinjela. Está sendo expandida para o lote de um dos integrantes do grupo, o Chiquinho que é assentado em um lote da reintegração de posse que aconteceu no assentamento em 2007. Neste novo lote, o grupo tem intenção de produzir mais legumes, como abobrinha, abóbora seca e quiabo, além de coisas novas como feijão de corda, maracujá e outras frutas.

Atualmente está esperando pegar o financiamento, juntamente com a mulher do Senhor Jesus do Apoio Mulher e, mais com algum dinheiro do restante do grupo para poder cobrir as 15 estufas que estão descobertas por causa das chuvas e ventos fortes. Ela falou que já deixou avisado para os homens que agora tem que contratar alguém especializado para cobrir as estufas, porque senão o trabalho não dura. E não fazer igual da outra vez, que foram eles mesmo que colocaram e acabou não durando muito.

A comercialização dos produtos da horta tem sido a venda, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), nas prefeituras de Araraquara e São Carlos, além das entregas em varejões e supermercados em Araraquara (o supermercado Patrezão, Varejão Preço Único, entre outros varejões e restaurantes). Além disso, são feitas feiras, nas quais quem é vendedora é D. Raimunda, que vai de quinta-feira vender no Terminal de Integração de Araraquara e de sábado, na feira que acontece na Praça Pedro de Toledo.

Falar sobre as feiras deixou D. Raimunda empolgada e pude perceber um toque feminino para organizar e vender os produtos. Primeiro, ela comentou que o cliente compra pelo olhar, por um produto bonito. A banca tem que estar organizada e tem muita variedade de produtos. Ela falou que quanto mais leva produtos variados vende, quanto mais coloridos estiverem à banca, os produtos saem. No terminal já chegou a vender 1.200, 00 (mil e duzentos reais) no dia, e na feira de sábado já ganhou 1.000, 00 (mil reais). Às vezes, na semana, só com as feiras, tirou 2.200, 00 (dois mil e duzentos reais). É o dinheiro da feira que ajuda a pagar as contas da horta. Como na semana passada que tiveram que pagar 4.000, 00 (quatro mil reais) da prestação do Tobata que compraram.

Um dia perguntamos para um dos homens que trabalha com ela na horta se por causa dela trabalhar na feira ela ganha alguma coisa, ele respondeu: "por que! Ela fica na feira e a gente fica na roça, na horta trabalhando". Nessa perspectiva, o trabalho mostra a divisão de gênero entre produção e comercialização. De tudo que é vendido da horta, são tirados os gastos com a mesma e, depois, o lucro é dividido entre os seis.

Também comentou que briga com os homens da horta, "porque você sabe como homem é relaxado, se deixar as alfaces vão sujas de terra, eu exijo que os produtos estejam limpos e organizados, que quem faz a feira sou eu e, até o dia que eu fizer tem que ser do meu jeito". Porque se os clientes reclamarem ela que vai ouvir, e não "gosta de passar vergonha, porque os produtos estão sujos".

Segundo D. Raimunda, as feiras dão um lucro bom, se perguntada se existe uma diferença de venda ou procura de legumes, verduras ou frutas na hora da venda, ela comentou que não, que tudo o que você levar vende, basta ter variedade como: alface, couve, repolho, beterraba, cenoura, pepino, tomate cereja, maxixe, feijão de corda, berinjela, maracujá, manga, cheiro verde, abobora caipira, vargem, abobrinha, quiabo, jiló, entre outros produtos. Segundo ela "quanto mais colorido e variado melhor, isso enche os olhos das pessoas, as pessoas compram aquilo que tiver bonito e colorido".

Ela tem clientes fixos nas feiras, pessoas que vão comprar só com ela, perguntei se as pessoas pedem receitas também, com uma risada respondeu que sim, que além de dar a receita no outro dia de feira se as pessoas passarem por lá de novo, falam que a receita deu certo e o feito ficou muito bom. O Senhor Jesus falou que ela é quem mais vende na feira do terminal e que realmente ela é muito exigente com as coisas, mas que no final, ela está certa em querer que façam o melhor.

Atualmente, D. Raimunda se divide entre os serviços da casa, do lote e da horta, perguntado como ela consegue, respondeu que não sabe, que só não gosta de ficar parada. Se um dia não tiver mesmo como trabalhar mais na roça, vai procurar fazer alguma hidroginástica ou alguma atividade física, mas ficar parada só dentro de casa, não é para ela.

Dona Teresa, assentamento Monte Alegre III: trajetória urbana e enraizamento por meio de atividades não-agrícolas

Fomos visitar uma mulher que trabalha na escola do assentamento e montou em seu lote um bazar de produtos de limpeza no qual também vende licores que ela faz. Tomamos conhecimento do caso dela na padaria do núcleo VI, por meio

de um cartaz de divulgação que ela colocou lá. Marcamos encontro na escola (depois do trabalho dela), assim fomos seguindo ela de carro até o lote.

Começamos a conversa nos situando da sua novíssima situação: ela acabou de sair do seu segundo casamento, em dezembro/2012. Agora está morando no lote da dona Cida, uma assentada que considerou ser sua madrinha. Ela nos contou um pouco de sua história de vida e logo vimos que se trata de uma história complexa. Segundo relatado por ela, "uma vida que passa por mudanças todo ano".

Sua relação com o assentamento é bem interessante, pois ela nunca morou em sítio. Nasceu em Araraquara e sempre morou na cidade, já trabalhou em várias indústrias, como a Cultrale e a Lupo. No entanto, sua família tinha uma casa com quintal amplo, com vários pés de fruta, inclusive sua mãe já fazia licor de jabuticaba e pães no forno à lenha para a família.

O primeiro marido foi o primeiro namorado, "o primeiro tudo", segundo ela, ele trabalhava em metalúrgica e após o casamento eles foram morar em Guarulhos. Ela contou que logo depois que eles se casaram, ele mudou completamente, passou a ser outro homem, autoritário, passou a ofendê-la com frequência, brigar sem motivos. "Eu tinha que ouvir coisas que não se fala nem na beira da estrada", disse ela. O primeiro filho (Helder) nasceu lá, num período da vida que alegou ter passado fome, ficava muito sozinha grávida e depois com o neném (não tinha familiares por lá). O marido passava o dia trabalhando e aos finais de semana reunia amigos para beber, depois brigava e fazia o inferno com a dona Teresa. Daí quando estava grávida do segundo filho (Daniel), sua mãe disse para ela vir embora.

Quando o segundo filho nasceu, na maternidade Gota de Leite em Araraquara, ela adoeceu e teve que ficar internada, seu pai levava o neném a cada três horas para mamar.

Contou que em Araraquara, o marido começou a ter um caso com outra mulher, e não fez muitos esforços para esconder esta relação. Chegou a sair de casa por duas vezes para morar com a outra mulher, mais dava uma semana e ele voltava, até que, na terceira vez, ela resolveu que se ele fosse, não voltaria mais. E ele acabou fazendo a mesma coisa: foi passar uns dias na outra mulher, mas quando retornou pra casa a Dona Teresa não deixou ele entrar mais. Fez ele ir embora por definitivo, foi quando começaram as discussões mais árduas. Neste período ela era faxineira diarista, fazia salgado, bolo, ovo da páscoa, pizza em casa e vendia para vizinhos para ganhar um dinheiro.

Após o término do primeiro casamento, ela precisava trabalhar em dois

empregos para manter a casa e os dois filhos pequenos. Começou a trabalhar em casa de família, das 8hs às 16hs, depois ia para sua casa, fazia comida e faxina, colocava os filhos para dormir às 20hs e saía às 21 horas para trabalhar na fábrica da Lupo, saía de lá direto para casa de família. Ou seja, ela tinha cinco horas para ficar com os filhos e cuidar da casa, o restante do tempo ela estava trabalhando para ganhar seus dois salários. Sua mãe faleceu neste período, então não tinha com quem deixar os filhos.

Depois que se separou do marido, este não ia mais ver os filhos. Ele trabalhava como motorista (Viação Paraty) e a pensão dos filhos era descontada do seu salário. Mas ela teve que ir um monte de vezes na empresa explicar e cobrar dele que havia se separado dela e não dos filhos. Por sua vez, ele vivia indo no portão da casa dela, gritava, xingava e ameaçava ela de abandonar os filhos.

A nova esposa do ex-marido trabalhava no fórum e reforçava a ameaça, isso só parou quando a dona Teresa ligou para ela e disse que era bom segurar o marido dentro de casa, pois ele vivia no portão de sua casa.

Relatou que ele fez um estrago na vida dela, deferindo palavrões sempre que a via, a humilhava na frente de todos, até que a gota d'água foi um dia que ela estava no terminal rodoviário esperando o ônibus com as colegas de trabalho para ir para fábrica da Lupo, quando ele parou o ônibus, abriu a porta e passou a xingá-la no meio do terminal. Ela disse que segurou firme e foi trabalhar. Neste dia, ele discutiu com ela porque havia combinado de buscar as crianças para levar para passear, porém, segundo a Dona Teresa, ele sempre prometia buscar os filhos e dificilmente aparecia. Este dia em específico, combinou de pegá-los no período da tarde, mas era noite e ele não havia aparecido, então ela pegou os dois filhos e foi com uma amiga e os filhos dela passear no clube Melusa e depois numa lanchonete. Quando ele a viu no terminal disse que ela estava levando os filhos dele pra noitada e ela ficou extremamente abalada, por ouvir aquilo na frente de suas colegas de trabalho. Disse que foi muita humilhação e ela estava apenas preocupada em sair para distrair os filhos e não ficarem pensando naquela coisa tipo, "o pai não veio buscar".

No dia seguinte tomou uma atitude drástica: colocou uma faca na cintura e foi na empresa (Paraty) esperar ele entrar no trabalho, achou que ele ia partir pra cima dela. Ficou com medo do que poderia acontecer, pois estava fora de si, não aguentava mais esta situação. Neste dia, ela disse que falou tudo que tinha pra falar, desabafou tudo que estava entalado. Depois ligou para a mulher dele e disse para ela cuidar de seu homem que ele estava atormentando a vida dela. Após isto ele se afastou da Dona Teresa, mas a relação continuou conturbada,

principalmente por conta dos dois filhos do casal. O filho mais velho tinha uma melhor relação com o pai, já o mais novo (Daniel) não gostava do pai, muito por conta de se sentir abandonado, de pequeno ele fugia de casa e ficava escondido jogando videogame.

A dona Teresa conta que não guarda mágoas e hoje em dia consegue até conversar com ele e com ela, mas na época passou muitas dificuldades. Tanto ele como a atual esposa eram casados quando começaram a ter um caso, então foi uma coisa errada desde o início. Ela acredita que isso tem relação com a condição da filha deles, hoje com 14 anos, disse que é uma jovem que tem ausência, tem esquecimentos e convulsões, se perde no meio da rua. Até hoje ele continua saindo da casa da mulher: nos contou que recentemente morou 4 meses na casa do filho mais velho (Helder, hoje casado e mora em Araraquara). Disse que é uma relação que nunca deu certo porque começou errado.

Com o passar do tempo e os filhos crescendo ela não aguentou trabalhar em dois lugares, o cansaço era grande, não tinha tempo para mais nada. Prestou concurso para trabalhar na prefeitura e conseguiu entrar (ela tem o ensino médio completo). Começou como berçarista e depois passou a ser agente educacional. O salário era menor, mas ela tinha mais estabilidade e tempo para ela, era mais perto de casa. Ela ficou doente, devido ao cansaço físico e mental, entrou em uma profunda depressão, pediu o afastamento da prefeitura e não queria mais sair de casa, Após reconhecer seu problema, foi procurar ajuda médica, passou por um médico psiquiatra e por psicólogos, para ajudar em sua recuperação. Foi quando começou acompanhar seu pai.

O pai de Dona Teresa foi casado com a mãe dela até os 78 anos, quando ficou viúvo e foi estudar Teologia. Virou padre e passou a visitar as igrejas da região realizando missas. No período Dona Teresa começou a acompanhar seu pai nas missas, foi quando teve seu primeiro contato com o assentamento, pois seu pai realizava missas no assentamento. Paralelo a isto, ela continuava a frequentar o terminal de ônibus, pois possuía amigas que havia feito em muitos anos esperando ônibus lá. Ela conheceu a futura cunhada nas feiras no terminal de integração. Contou que para ajudar a passar a depressão ela ia conversar com as assentadas que ficavam lá comercializando verduras: dona Nice, Madalena, Bárbara. Segundo ela, seu segundo casamento foi "arranjado" pelas amigas, com um assentado irmão de uma das mulheres que faziam feira no terminal (Bárbara).

Neste meio tempo, seu filho mais velho casou-se e foi morar com a mulher no

bairro Cecap II e tem uma filha¹⁴. Ele trabalha como gerente na drogaria São Paulo e a nora trabalha na Secretaria de Saúde de Araraquara. E a Dona Teresa, um pouco mais tranqüila, resolveu ir cuidar de sua vida: conheceu o irmão de sua amiga, foi morar com ele no lote, junto também com seu filho mais novo (Daniel, hoje com 26 anos). Alegou que com toda essa história, ela e os filhos criaram uma relação de muita amizade e cumplicidade, tem liberdade com os filhos.

O casamento com o assentado durou pouco. Um ano depois que ela foi morar no lote eles se casaram. Ficaram aproximadamente 3 anos casados mas acabaram de se separar. Ele entrou no assentamento bem em seu início, no núcleo IV. Quando Dona Teresa foi morar com ele, o assentado estava se recuperando de um câncer e por isto seu lote se encontrava praticamente parado, ou seja, sem nenhuma atividade produtiva. Ele trabalhava na usina e ficou doente, foi afastado e depois de um tempo cortaram seu benefício. Estava vivendo de doações do hospital de Ribeirão e recebia cesta básica da comunidade, "vinha pó de café de um, lata de óleo de outro", disse ela.

Ela reordenou a vida dele, começou a investir no lote, comprou algumas galinhas, porcos, investiu em uma horta, plantaram cana com a usina, milho, feijão, abóbora e frutas. fez reforma na casa com material de construção que ela trouxe de sua casa de Araraquara, ampliou dois cômodos da casa. Relatou inclusive que levou o marido para a praia pela primeira vez na vida, com 60 anos ele nunca havia visto o mar. Foram para Ubatuba passar alguns dias. Achou que tinha casado "até que a morte os separem", disse que casou achando que seria para sempre.

No período que viveu no lote com ele, dona Teresa e seu filho ajudavam no trabalho do lote, ela fazia feira aos domingos em Matão. Além disso, voltou para seu trabalho na escola do assentamento, então também vendia a produção para os funcionários da escola. Fato interessante é que a Dona Teresa leva todos os dias o resto de comida da merenda escolar para casa, e fornece como lavagem aos porcos. Segundo ela, com relação à produção de licor, sempre teve vontade de fazer como a mãe fazia. Viu uma reportagem na televisão e começou a procurar receitas na internet, daí teve a ideia de começar a fazer licor com frutas do lote.

¹⁴Ela disse que no dia anterior da nossa conversa tinha sido aniversário de 7 anos da neta e ela foi para a cidade na festinha. A neta gosta muito da avó e vive pedindo para ir morar com ela no sítio. Toma banho com a neta, tem liberdade também com a nora, segundo ela, fatores que traz felicidade para sua vida.

Comprou vidrinhos em São Paulo para envasar e comercializar os licores de jabuticaba, amarula, jenipapo, limão, coco, morango, hortelã com mel, dentre outros sabores.

O filho (Daniel) também gosta daqui e quer ficar. Veio para o assentamento com 21 anos, até então também nunca havia morado em sítio, apenas na cidade. Trouxe novas perspectivas de trabalho consigo, montou uma espécie de gráfica em sua casa, faz convites de casamento dos assentados, aniversários, festas em geral, etc. Ele fez cursos de Autocad e outros no colégio industrial. Porém, quando entrou no assentamento foi trabalhar na parte administrativa na cooperativa do núcleo IV, agora está trabalhando na Citrosuco, também na parte administrativa, pois sua impressora quebrou e ele está juntando dinheiro para consertá-la. Ele que faz os materiais de divulgação e rótulos dos produtos da mãe. Novas perspectivas de atividades não agrícolas que podem interferir na permanência dos jovens no assentamento.

Em dezembro de 2012, ela se separou novamente. De comum acordo ela saiu do lote e não reclamou nada das benfeitorias que fez no lote do ex-marido. Agora está morando numa casinha no lote de sua madrinha no núcleo III (embora denomine a dona Cida de madrinha, não confirmamos se elas têm parentesco de fato). Sua vinda pra cá foi uma opção dela, porque tem até casa em Araraquara, mas não quer voltar a morar na cidade de jeito nenhum. Segundo ela, "aqui é sossegado, tem um barulhinho bom de manhã, é uma benção, é um paraíso, não iria para a cidade nem pra morar numa mansão".

Sua madrinha possui uma capela no lote, onde são feitas missas semanais, ela relatou o grande número de pessoas que frequentam o lote, seja para conversar, seja para missa, para receberem benção, para almoçar. Sua madrinha participou em um momento da conversa¹⁵ e disse que no dia anterior tinha feito almoço duas vezes: fez uma vez e almoçou com visitas de Matão, depois chegaram mais alguns compadres e ela foi fazer mais arroz, feijão, mistura, etc. Não gosta de comida que fica requentando, tem que ser fresquinho e ela vai para a cozinha arrumar a refeição rapidinho.

Pedimos para ela descrever um pouco sua rotina no lote, disse que nos últimos tempos andava muito sozinha, o marido está doente e não está mais trabalhando

¹⁵Foi quando ela saiu da cozinha e foi até o fundo do lote colher uma pimenta para temperar a comida, que estava sendo preparada para o jantar. Estava fazendo arroz, toucinho, repolho (com a referida pimenta) e farofa.

pesado no lote. Disse que lembra dele roçando pra cima e pra baixo e que agora está quieto em casa, porque sofreu um derrame. Ela acorda cedo para tratar dos porcos, depois volta à casa para fazer o café, varre a casa, cuida da louça. Daí já começa a chegar gente por conta da igreja, depois faz almoço, depois chega mais gente. A dona Teresa lembrou que a madrinha poda árvore¹⁶, varre todo o lote (não só a casa), planta coisas, inclusive remédio (está querendo plantar a planta com a qual ela sabe fazer mercúrio, já está com as mudas). Ela plantou cana com a usina e depois parou, agora está investindo mais em abacaxi, milho e mandioca. Tem também horta com tudo um pouco. Costumava ir fazer feira em Matão e Araraquara, agora com o marido doente não está mais saindo tanto, está vendendo para a cooperativa do núcleo IV do Monte Alegre.

Está achando muito bom a dona Teresa estar aqui agora, elas se ajudam muito. E vimos que dona Cida arrumou uma casinha bem aconchegante. Antes estava passando dificuldades com o marido quando ele precisava de cuidados de madrugada, saía pela rua para pedir a alguém que tinha carro para ajudá-la. Agora com a Dona Teresa morando ao lado fica mais fácil, pois tanto ela como seu filho possuem carro, e caso aconteça algo com seu marido eles podem levá-lo até o hospital da cidade.

A perspectiva do trabalho fora dos assentamentos

Todos os dias, no assentamento Bela Vista saem em torno 30 mulheres que trabalham na cidade de Araraquara. Algumas já cumprem esta rotina há mais de 20 anos. Relatam que foi uma opção no intuito de ajudar na composição da renda da familiar.

Passados esses anos elas afirmam que ganharam autonomia de decisão no que tange aos recursos por elas recebidos. Embora continuem contribuindo no orçamento familiar, são elas que priorizam o que fazer com o dinheiro.

Afirma uma assentada que participa desta rotina desde o início, que chegou a sair da agrovila para morar no lote e viver somente da renda do mesmo. Todavia, mesmo aplicando sua força de trabalho no lote não foi possível conseguir uma renda satisfatória. Então ela decidiu trabalhar fora do assentamento. Disse ter enfrentado muito preconceito por ter tomado tal decisão, mas garante que foi essa renda extra que possibilitou a família viver em melhores condições.

¹⁶No momento da conversa, Dona Cida apontou para escada encostada em uma árvore próxima de sua casa, a qual ela usa para subir nas árvores e podá-las.

É preciso considerar que a saída das mulheres titulares de lote para trabalhar fora do lote ou do assentamento tem implicado problemas na questão da aposentadoria. Isto porque elas deixam a condição de segurado especial como é previsto para os beneficiários da Reforma Agrária. Outra questão, diz respeito aos parâmetros da Agricultura familiar que preconiza a direção da unidade produtiva (lote) deve ser exercida pela família e a produção realizada pelo grupo familiar. Desta forma quando as mulheres saem para exercer atividades fora do lote, ficam em desacordo com os parâmetros legais da Reforma Agrária.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, há casos de mulheres notificadas pelo órgão gestor do assentamento, o INCRA, por exercer atividades fora do lote. Todavia, elas assumem os riscos de suas decisões e, ano a ano, mais mulheres estão saindo dos seus lotes para exercer atividades que garantam mais renda e autonomia para elas.

Sair do trabalho do lote não significa sair do assentamento para trabalhar, isto porque na medida em que o assentamento foi se estruturando, postos de empregos foram sendo criados dentro da comunidade. No caso do assentamento Bela Vista do Chibarro a creche, a escola e o posto de saúde empregam 15 mulheres assentadas. Estes postos são preenchidos em sua maioria por titulares do lote, pois a escolha das candidatas parte sempre da idéia de que uma mulher com família constituída tem mais responsabilidades e compromissos do que uma jovem que, por exemplo, procura um primeiro emprego.

Por isso, não vemos jovens ocupar esses cargos no assentamento. As encontramos no ônibus indo trabalhar na cidade, ocupam cargos como vendedoras auxiliar de escritório, caixas etc. São raros os casos das que exercem a profissão de domésticas, mas sim na condição de diarista, uma ou duas vezes por semana.

Por outro lado vale a pena destacar que as mulheres do assentamento que dirigem seus lotes tem galgado destaque principalmente no campo da produção e da política do assentamento. Algumas mulheres têm assumido a direção dos lotes e tem influenciado nas direções das questões do assentamento o que tem interferido positivamente no território totalmente masculinizado como, por exemplo, o da produção. Em seus lotes podem ser observados maior diversificação de culturas, aspectos mais agroecológicos na produção. Essas mulheres dirigem o lote sempre com a ajuda dos filhos homens e estão dando oportunidade para outra categoria no assentamento, os jovens. Esta abertura tem alterado as relações de poder e incluído novos sujeitos.

No campo político atuam sempre em relação às demandas educacionais, de

saúde e infraestrutura. Nas reuniões em que são tratadas essas questões são as mulheres as que mais participam e atuam tanto na elaboração das propostas quanto na cobrança para execução das mesmas.

Grupo da padaria: a resistência que vem dando certo (assentamento Monte Alegre VI)

Trata-se do grupo de mulheres que já acompanhamos desde sua criação. Começaram a produzir pães na cozinha da escola do assentamento e no ano de 2008 conseguiram a construção e os equipamentos para abrir uma padaria com verba da prefeitura, conseguida por meio da participação no Orçamento Participativo. Constituíram uma associação (AMA – Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre).

A primeira coisa que elas nos apontaram sobre as mudanças no grupo refere-se ao novo rol de produtos. Elas estão testando usar mini-formas (de papel) para fazer um bolo de laranja tipo *cup cake*. A receita é a mesma do bolo de laranja normal, porém o formato é outro, o que muda muito a apresentação do produto. Talvez uma maneira de comercializar o bolo para consumo imediato, como se come um salgado na padaria. Havia apenas 10 produtos que eram feitos com mais regularidade. Agora, segundo ela, são aproximadamente 35.

Alguns desses produtos são: broinha de fubá, bolo de laranja, bolo de banana, bolo de milho verde, pão de queijo e os saquinhos de amendoim doce e salgado. Outros que estão sendo feitos com frequência são os mini-pães (de sabores variados como os de goiabada), comercializados em saquinhos. Outros produtos são feitos mais sob encomenda, mas também com alguma frequência: bolo de mandioca e bolo de fubá cremoso, pois são usados ingredientes que estragam mais rápido.

As linhas de comercialização estão aumentando, bem como as quantidades comercializadas na própria padaria e no terminal urbano de Araraquara. Em Bueno de Andrada (distrito de Araraquara), elas colocam barraquinha aos domingos e agora está para ser inaugurado um espaço permanente de comercialização, no interior da antiga estação de trem do distrito. Este espaço será conjunto para elas, as mulheres do doce (núcleo III), a família da cachaça e a outra da mulher que faz licor. Além do espaço novo, elas estão servindo *coffe-breaks* em diferentes espaços. Por exemplo: nos simpósios e projetos na UNIARA, na Câmara dos Vereadores e em um salão do exército, em Araraquara, no Gaia (Festival cultural promovido pela Unesp/Araraquara), Festival Contato (festival da Economia Solidária, em São Carlos), Feira de

orgânicos no parque da Água Branca (por meio da Fundação ITESP, em São Paulo).

Além desses aspectos de diversificação da linha de produtos e da comercialização, pudemos notar que outras questões também foram dinamizadas no último período, tanto interna quanto externamente à padaria. Primeiro, como é sabido, a associação conta com mais mulheres do que aquelas que trabalham na padaria. Atualmente são 10 associadas, mas recentemente este número estava em 15. Houve um caso em que a mulher foi embora do assentamento. Outra não pagava a mensalidade há mais de um ano. Houve as que não viam perspectivas em permanecer na associação ou achavam que não era para elas. Outras, ainda, estavam associadas para tentar algum outro projeto pela associação, mas acabaram mudando para a cooperativa no núcleo IV, para trabalhar com horta para o PAA (conforme ela mencionou, a cooperativa do Saraiva, que trabalha com horta convencional e hidropônica). Foi o caso da Tânia, cujo marido entrou para essa cooperativa. Cada uma das associadas contribui com uma mensalidade de R\$ 15,00. Apenas 4 mulheres trabalham efetivamente na padaria e há uma que trabalha diariamente com as vendas no terminal de Araraquara.

Por outro lado, foram três rápidas mudanças na composição da equipe que trabalha na padaria. A Zilda, uma das pioneiras, teve que sair por questões de saúde do seu marido (soubemos que ele bebe, dentre outros problemas de saúde). Em seu lugar entrou a Marlene, que logo saiu por que foi chamada para trabalhar na faxina da escola, através de contrato com a empresa terceirizada Gocil. Logo em seguida entrou a Maria, uma assentada que é sozinha com dois filhos. Ela estava desesperadamente à procura de trabalho, conhecia as mulheres da padaria e acabou sendo a escolhida para entrar no lugar da Marlene. Ela ficou pouco tempo, pois logo foi chamada pela Viação Paraty para o cargo de monitora do ônibus escolar do assentamento. Na entrevista com a dona Maria ela disse que adora trabalhar na padaria, mas que o trabalho na Paraty é melhor para ela pela jornada de trabalho (ela trabalha quando o ônibus vai levar e buscar as crianças dos lotes para a escola) e por ter folga nos finais de semana, assim pode cuidar dos filhos, da casa e do lote. Esta assentada relatou que quando trabalhava na padaria, a horta em seu lote ficou "abandonada", pois ela não tinha tempo para cuidar melhor das produções do lote. Agora, no novo emprego e com as folgas entre os turnos ela retomou a horta e está se dedicando mais ao lote, ao trabalho de dona de casa e, como visto acima, a um maior tempo despendido para cuidar dos dois filhos – este, um dos principais motivos segundo ela.

Com a saída de Maria, foi chamada a Sueli, uma mulher que cuida da mãe de

79 anos (segundo as assentadas, em ótimo estado de saúde, apesar das "escapadas de marcha" que vem dando, por exemplo, com os fogões à lenha e a gás). Ela estava fazendo faxina em Matão, portanto o trabalho na padaria foi muito bem vindo, assim não precisa deixar o assentamento por muito tempo. Antes de trabalhar fazendo faxina, ela disse que já trabalhou muito na roça e trabalhou em hospital. Perguntamos se ela tinha experiência com a fabricação de pães em casa, ela afirmou que é de origem italiana e alemã, portanto não tem jeito de não possuir essa experiência em casa. Inclusive, a receita do bolo de laranja acima mencionado foi trazida por esta assentada, o que de certa forma mostra as mudanças na produção advindas da dinâmica da associação e da inserção de novas integrantes.

A pergunta sobre a experiência anterior no fabrico de pães e bolos surgiu em um momento da conversa em que a Cássia falava que nesses episódios de troca de integrantes, houve uma divergência com outra integrante da padaria que, queria que suas filhas entrassem para trabalhar na padaria. Mas a Cássia falou que acha que as meninas não têm responsabilidade para trabalhar lá. Não é porque elas são mais novas (pois de fato não são tão novas assim), porém ela acredita que elas não gostam de acordar cedo e isso é fundamental para a Cássia, quando afirma que: "a rotina aqui é louca".

Vale destacar ainda dois aspectos importantes vistos como internos desta forma associativa. Uma, que a Alzira está de férias, ou seja, elas conseguem pagar o salário da Alzira mesmo em período de férias, sem trazer outra para seu lugar, de modo que as três que não estão de férias trabalham mais para cobrir a ausência de uma delas. A Alzira tem um filho que trabalha na Embraer que casou no último fim de semana, outro filho seu que mora em Curitiba veio ao casamento, então ela tirou férias para poder ajudar e curtir esse momento com a família.

Outra, que a Cássia está fazendo há quase um ano diversos cursos para se aprimorar na parte administrativa. É um curso em administração, computação e recursos humanos, pelo Sebrac, toda quarta-feira em Araraquara. A associação paga R\$ 90,00 por mês para ela fazer os cursos, trata-se de um dinheiro que seria pago para a parte de escritório da associação e que a Cássia acaba assumindo. Esta preocupação com a parte administrativa chama a atenção, pois é um dos principais gargalos das mulheres. No momento da visita foi possível observar tal dificuldade: a nova integrante da padaria, a Sueli, atendeu um cliente que pediu um guaraná que custava R\$3,50, o cliente deu uma nota de R\$5,00 para pagar o guaraná e foi nítida a dificuldade da Sueli em saber qual o valor do troco. Ela ficou por um tempo fazendo a conta na cabeça e depois confirmou

com a Cássia se o troco era de R\$1,50. Fora isso, como já havíamos notado em outras visitas, as demais também têm dificuldades para fazer os cálculos e o caderno em que elas anotam a movimentação das vendas no local é muito desorganizado. A própria Cássia nos disse que os cursos não estão ajudando tanto, primeiro porque é pouco tempo (apenas uma hora e uma vez por semana), mas porque ela também sente dificuldades nesta área.

Externamente à padaria também foi possível observar mudanças. Essas mulheres estão de fato em relação com vários outros agentes desde o início da luta com a prefeitura e outras instituições para consecução da padaria. Atualmente, observa-se uma atuação mais ativa da Fundação ITESP no sentido de levar a produção delas para a feira orgânica em São Paulo e na articulação do curso sobre Turismo Rural e com o Fundo Social do estado de São Paulo. No curso, trata-se do segundo módulo de um curso que agrega outros grupos do assentamento numa proposta de impulsionar o turismo rural. Além delas, o grupo de mulheres dos doces, da cachaça e licor e de um pesque-pague do assentamento. Em decorrência da participação neste curso está saindo um novo espaço de vendas na antiga estação de trem de Bueno de Andrada, como mencionado antes. Quando ocorrem os módulos, são três dias de curso e elas fornecem o lanche e a Alessandra (dos doces do núcleo III) fornece o jantar. A intenção é aproveitar o potencial turístico de Bueno de Andrada para promover o assentamento e seus produtos.

Já com o Fundo Social, houve uma articulação para elas fazerem um curso em São Paulo, sobre a produção de pães e bolos e elas receberam um livro de receitas¹⁷. Foram ao curso a Alzira e a Regina. No final, foi entregue numa solenidade para as participantes um "kit cozinha", que a Cássia foi receber da própria Lú Alckmin, composto por: um forno, um liquidificador, oito formas e duas placas (de propaganda). Nota-se que são placas enormes de propaganda que destacam a benfeitoria do Fundo Social e enfatizam a característica artesanal da padaria. Uma delas foi instalada ao lado da placa da prefeitura (governo Edinho), referente à criação da padaria, em 2008. Os demais equipamentos não

¹⁷Folheamos o livro de receitas e, para nossa surpresa, havia uma receita de pão de maça. Parece lógica a opção das mulheres em não fazer o pão de maça, uma vez que a maioria dos produtos é feita com matérias-primas que podem ser obtidas no próprio assentamento, de preferência nos próprios lotes das mulheres da associação – tal como mandioca, cenoura, banana, milho verde, ovos, leite, nata etc.

são relevantes, já que elas já tinham dois fornos e este ganho agora não está tendo muita serventia no dia a dia. O que elas queriam mesmo e sempre reivindicam não veio: uma masseira capaz de bater 25 Kg de massa, ao invés do atual que tem capacidade para 6 Kg apenas.

Vale mencionar que a Cássia entrega parte da produção do seu lote no PAA. Ela quis nos dizer de sua felicidade, pois acaba de sair sua DAP (antes, ela e o marido não tinham). Ela entregava pela DAP da Nice (pioneira na luta pela padaria, que hoje faz parte apenas da associação). Ela se referia à produção do lote dela, porque a produção da padaria não entra ainda no PAA. Segundo ela, isso se reflete na falta de vontade política do prefeito, para que a produção de pães e bolos entre pelo menos na merenda da escola do assentamento (vizinho da cerca da padaria). Mas, também, na falta de uma DAP jurídica para a associação, para que seja possível sua inserção em programas como o PAA.

O grupo da cozinha: uma experiência truncada no Monte Alegre III

Em nossas visitas foi nítido o desânimo com o grupo nos últimos tempos. A dona Alessandra disse que não tem mais o grupo de mulheres dos doces e que ela terá que colocar o grupo junto com o dos homens. Há uma associação recentemente criada e comandada por assentados do núcleo III, da qual o grupo de mulheres dos doces tende a participar.

Nos últimos tempos ela tem trabalhado sozinha e atendido apenas por encomenda (principalmente Araraquara). Os técnicos do Itesp têm dado uma força no sentido de levar produtos a feiras como Água Branca em São Paulo. Tem feito doces de leite cremoso e em pedaço, paçoca e pé de moleque, mamão, jaca, abóbora com coco, dentre outros. Reclamou que é muito trabalho, só o doce de leite são mais de quatro horas e meia mexendo o doce na panela, depois tem que tirar, é pesado e está quente, tem que processar a embalagem (por exemplo, o doce em pedaço, colocado antes em formas).

Atualmente, o grupo em si está em plena reconstrução. Da última vez que ela nos falou que havia um grupo, no qual estavam a dona Alessandra, a Carla e outra assentada. A Carla, jovem do assentamento, saiu do grupo para ter neném e a outra preferiu fazer os doces sozinha, em seu próprio lote. Então a dona Alessandra passou esse período sozinha e sem muitas perspectivas. Agora, além da volta de Carla, que já colocou seu filho na creche, outras duas estão se aproximando. A dona Alessandra tem uma irmã, dona Dita, que estava morando em Santo André/SP e acabou vindo morar com a irmã no assentamento. Ela era cuidadora de idosos lá e não aguentava mais morar na Grande São Paulo. Outra

possível integrante pode estar vindo morar no assentamento, a esposa do Sr. Zé – um dos assentados que comandam a associação – que atualmente mora com os pais em Taquaritinga para poder trabalhar em um restaurante na cidade.

Outra perspectiva que se abriu ao grupo foi a participação da dona Alessandra no curso do Fundo Social de Solidariedade, no qual recebeu o kit padaria (como o grupo da padaria, do núcleo VI). Então sua perspectiva é ampliar a produção não apenas para doces. Nesse curso, ela pediu para que o próximo seja um curso de confeitaria, além de continuar com a intenção de trabalhar com massas frescas (são demandas antigas dela).

Já no curso sobre Turismo Rural, também descrito no diário sobre a padaria, ela tem a perspectiva de um novo ponto de venda bastante relevante, na estação de trem de Bueno de Andrada. Durante o curso, dona Alessandra ficou responsável por preparar o jantar, o que lhe garantiu alguma renda no período. O curso focou também um lote que tem pesqueiro, possivelmente um local no qual sejam servidos lanches e refeições. Outro lugar possível de turismo no assentamento é o lote dos 3 Ramos, no núcleo III. Lá existe um rancho que a família aluga para festas, faz almoço caipira, contrata violeiros e até organiza visitas monitoradas a uma cachoeira do assentamento. Ela disse que nesses lugares vêm ocorrendo encontros de motociclistas e jipeiros, comitivas de cavalaria de Matão.

A tendência desse grupo se fortalecer a partir da atuação na associação é real, na medida em que as assentadas já participam da associação comercializando produtos de seus lotes como mandioca, abacate, limão etc., para o PAA. Pela associação, pode aumentar a demanda pelo ingresso de outros produtos na merenda escolar do município, como os doces. Isso foi debatido entre nós em um momento posterior da conversa, quando o Sr. Zé já participava e falava do objetivo da associação em atingir a cota de R\$ 3.500,00 por família no ano.

Conclusões

Passamos em revista experiências diferenciadas. As respostas do Estado, como vimos, têm oscilado em um terreno de omissões, irrealizações, sinais de alento. Mudanças recentes na política nacional de assentamentos rurais incorporarem, do ponto de vista legal, questões de gênero. Foram abertos novos horizontes, no campo da titulação, do crédito agrícola e da assistência técnica. Entretanto, a maior participação das mulheres nas decisões também deriva – mesmo que não exclusivamente – das formas de dominação discriminatória.

Publicizou-se uma pauta de políticas que poderia, em princípio, fortalecer a condição de agricultora das mulheres rurais. Questões como crédito, programas

de geração de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar, acesso à documentação básica, saem do campo das invisibilidades e se põem como reivindicações transformadas em direitos. A trama de tensões exigiu do Estado respostas a uma mudança efetiva de propostas de políticas públicas. Avançou-se nas conquistas obtidas com a constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural a partir de 1992. Há mudanças conseqüentes que a aposentadoria trouxe à vida das trabalhadoras rurais idosas, ainda que, inegavelmente, a legalidade não traga, por si só, mudanças efetivas nos papéis das mulheres trabalhadoras.

Constatou-se que, em muitos casos, aposentadoria é sinônimo de esquecimento, de agudização dos temores, o que aparece extravazado em muitos depoimentos "já não enxergo direito, tenho problemas nos braços e na coluna, não sou preguiçosa, mas minhas forças diminuíram e estão falando que o INCRA vai me tirar daqui". Depoimentos que colocam no centro dos problemas, o futuro dos assentamentos, a dificuldade de cumprir as metas de produtividade postas pelos órgãos gestores, a perda da autoestima dentre outros fatores que exigem uma análise continuada. Ainda mais, constatou-se dificuldades para as mulheres conquistarem a aposentadoria, em vista de não comprovação legal de seu trabalho.

No campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infra-estrutura, em reivindicações apresentadas às Prefeituras. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda. Por outra entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Nesses pontos de reflexão final, podemos afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão no interior dos assentamentos e fora deles.

Neste contexto, o fato do orçamento participativo ter se estendido à ampliada presença das mulheres representou um divisor de águas que não pode ser desconsiderado. Normalmente excluídas das decisões sobre comercialização/gestão produtiva, as mulheres assentadas acabaram tendo peso decisivo na

escolha das prioridades do Orçamento Participativo, responsáveis, em parte, pelo atual delineamento de novas estratégias produtivas/reprodutivas.

A abertura do poder público municipal não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva. Como afirmamos, a construção de uma nova identidade política mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Entretanto, pode-se afirmar que o papel da mulher nos dias atuais tem superado em parte aqueles que se consolidaram historicamente (qual seja, o de procriar e cuidar da família), acrescentando outros espaços que vêm conquistando, que não aqueles da esfera doméstica. Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas das decisões. As políticas públicas, por vezes, não focam o segmento feminino. Outras vezes, são limitadas as informações das assentadas sobre as possibilidades de utilização de crédito.

Discutimos, igualmente, diferentes expressões de protagonismo que foram ressaltadas no fato das mulheres assumirem o comando das atividades que geram diversificação. Neste sentido, têm, de certa forma, se contraposto aos modelos tracionais que insistem em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homem e mulher. Através dos depoimentos apresentados, desvendam-se estratégias diferenciadas de protagonismo, algumas mais destacadas no aspecto produtivo, outras na capacidade de comando, no assumir a voz política do grupo ou ainda no reconhecimento do que é importante para sua autoestima.

Expressões de protagonismo não podem ser analisadas, em si mesmas como demonstrações de mudanças nas formas de denominação nos papéis atribuídos às mulheres. Algumas mulheres quando tentam sair deste ciclo de invisibilidades, utilizam como estratégia de protagonismo (involuntária muitas vezes) a masculinização para serem aceitas na roda dos homens, expressa na forma de se vestir, na postura e na voz de comando. Mas o fato delas serem aceitas nos espaços de decisão ainda está mais relacionado ao estado civil (viúvas ou separadas) ou a uma liderança mais espontânea de algumas mulheres que estão desde a luta pela terra no comando de atividades produtivas.

No caso das mulheres sozinhas, constatou-se maior dificuldade na obtenção da DAPs, o que prejudica sua inserção no fluxo da produção/comercialização.

Nas situações em que as mulheres ficaram sozinhas após o falecimento dos pais, há outra ordem de problemas a considerar. Quando as mesmas trabalharam fora em atividades não agrícolas, mas diretamente relacionadas aos interesses dos assentados, ao voltarem para o lote por terem sido demitidas ou outras situações, não têm encontrado a tutela jurídica para que possam assumir, de fato, os lotes registrados em nome de seus falecidos pais. Um vai e vem de documentação solicitada junta-se a omissões por parte do órgão gestor, o que acaba por levar a mulher solteira sozinha a viver sob incertezas e ameaças.

Podemos, finalmente afirmar que as mulheres, cujo trabalho aparece, via de regra, envolto em preconceitos e discriminações, têm na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca do resgate de história/memória de suas lutas, mostrado que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente, o protagonismo das assentadas rurais.

Por outro lado os dados da pesquisa nos permitem contestar algumas afirmações sobre a situação e posição social das mulheres nos assentamentos estudados. Do trabalho produtivo realizado pelas mulheres, embora ainda se confunda muito com a produção para o autoconsumo, tem sido mais visível a atuação da mulher em distintas atividades, agrícolas. Nestes dados reconhecemos o quão importante é o trabalho das mulheres para assegurar o bem-estar da família, não apenas no provimento da alimentação, mas também na geração da renda.

Embora as relações patriarcais ainda sejam bastante fortes nos assentamentos, algumas perspectivas em relação à visibilidade das atividades femininas dentro do lote vêm se modificando. A presença do trabalho feminino em outras atividades que não diretamente relacionadas ao consumo familiar pode ser encarada como a maior participação do desenvolvimento do lote pelas mulheres, a partir do momento em que estas deixam de serem responsáveis apenas pela reprodução social da família e passam a influenciar na renda familiar.

Os programas que incentivam a produção, como o PAA, podem ser encarados como canais possíveis de garantir uma maior autonomia financeira e uma maior visibilidade para as mulheres nos lotes. Isto porque, com o PAA, o que era meramente subestimado como subsistência – como as hortas e pomares – passa a gerar renda e garantir o sustento da família. Constatou-se a tendência dos homens estarem ocupando os espaços produtivos antes atribuídos às mulheres, quando os mesmos passam a entrar numa cadeia de comercialização. Ou seja, quando a atividade gera renda, os homens se apropriam dela. A relação

entre as mulheres e o PAA exige reflexões sobre o viés masculino que ainda pode ser percebido nas políticas públicas com recorte de gênero.

A comparação destes dados reforça a importância das ações afirmativas e de órgãos mediadores na busca pelo "empoderamento" das mulheres, contribuindo para o aumento da autoestima e a diminuição das disparidades de direitos reservados a homens e mulheres nas relações do cotidiano.

A pesquisa tem demonstrado a construção de uma nova identidade política mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas, o que não implica necessariamente, como reiterado, em rompimento com expressões de patriarcalismo e da desigualdade de gênero vigentes no interior das famílias.

Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pelo autoconsumo, no cuidado com a casa e com a família – são desqualificadas pelo modelo de economia convencional. Entretanto, há que se considerar a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não somente pela lógica do mercado e da consecução de renda, mas jogar luz às questões essenciais como a economia feminina e a satisfação das necessidades humanas.

Referências

BARBERO, J.M. **Dos Meios às Mediações comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 4.^a ed., 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL, **Presidência da República**. Lei N.º 11.947, de 16 junho 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 17 de Fevereiro de 2013.

BRUMER, Anita. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

BUTTO, A., HORA, K. Ater para Mulheres – a experiência recente do

governo federal. **Cadernos Feministas de Economia & Política**. "Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica". Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n.4, 2008.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

FERRANTE, Vera Lúcia S.B.; DUVAL, Henrique Carmona. Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais. **Revista Perspectivas**. São Paulo, v. 40, p. 15-39, jul./dez. 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H. C. **Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: papéis em transformação**. Estudos Universitários (UFPE), 2012.

GOMES, T. P. de S. G. Araraquara: Assentamento Bela Vista de Araraquara, 2010. 1 gravador (54 min). Entrevista concedida à Pesquisa **De saberes não oficiais a lugares da patrimonialidade imaterial**: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural, da UNESP/SP, 2011.

MASCARO, Luciana Pelaes. Arquitetura e Modo de Vida no Assentamento Rural Bela Vista do Chibarro. Dissertação de Mestrado. EESC/USP, São Carlos, 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho**. Campinas/SP. Autores Associados, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

WOORTMANN, Ellen. Fuga a três vozes. **Anuário Antropológico**, Brasília/DF, v.91, Ed. UnB, 1993.

_____. Prática eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. In FERRANTE, Vera Lúcia S. B.. (Org.). **Retrato de Assentamentos**. Araraquara, n.14, vol. 2, 2011.

MULHERES ASSENTADAS DO PONTAL: PAPÉIS EM TRANSFORMAÇÃO NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Luís Antonio Barone¹

Anderson Antonio da Silva²

Laís Túbero Izidoro³

Ana Lúcia Teixeira⁴

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre o papel das mulheres assentadas nos projetos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema (oeste de São Paulo). Procura-se avaliar a participação delas no âmbito do trabalho e nos espaços de organização política e liderança, como indicadores de potencial transformação na relação de gênero, pois são espaços tradicionalmente masculinos. O trabalho é resultado das análises desenvolvidas há vários anos, a partir de diferentes investigações realizadas pela equipe do grupo Ruralidades, Habitat e Cidadania (FCT/Unesp) e do Nupedor (Uniara). Especificamente neste estudo, analisa-se dados coletados em 2009 em assentamento de Presidente Venceslau/SP (na mesma região) – focando as mulheres titulares dos lotes – e em 2011, na pesquisa Uniara-INCRA. Também faz-se uso de dados qualitativos, colhidos por meio de entrevistas, diagnósticos participativos, conversas informais e outras atividades de pesquisa realizadas pela equipe.

Palavras-chave: Reforma agrária; Gênero; Trabalho; Desenvolvimento rural.

¹Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT-UNESP-Presidente Prudente.

²Mestre em geografia, Professor Assistente II da Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Presidente Prudente.

³Graduanda em Geografia, FCT-UNESP – Presidente Prudente.

⁴Licenciada em Geografia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT-UNESP-Presidente Prudente.

Abstract: *This article presents a discussion on the role of women seated in land reform projects in the region of "Pontal do Paranapanema" (West of São Paulo State). Attempts to assess their participation in the productive work and in spaces of political organization and leadership, as indicators of potential transformation in gender relations because they are traditionally male spaces. The paper is the result of the analyzes conducted for several years, from different investigations by staff from the group "Ruralidades, Habitat e Cidadania" (FCT/Unesp) and Nupedor (Uniará). Specifically in this study, it analyzes data collected in 2009 in settlement of "Presidente Venceslau/SP" (in the same region) - focusing on women holders of lots - and in 2011, in research Uniará-INCRA. It also makes use of qualitative data collected through interviews, participatory diagnostics, informal talks and other research activities conducted by staff.*

Keywords: *Land reform; Gender; Work; Rural development.*

Introdução

Pesquisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque econômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos que além de moldar as vidas existentes no local também repercutem na esfera pública. Este trabalho é resultado das análises desenvolvidas há vários anos, a partir de diferentes investigações realizadas pela equipe do grupo Ruralidades, Habitat e Cidadania (FCT/Unesp) e do Nupedor (Uniará). Especificamente neste estudo, analisa-se dados coletados em 2009 em assentamento de Presidente Venceslau/SP (na mesma região) – focando as mulheres titulares dos lotes – e em 2011, na pesquisa Uniará-INCRA.

Ao se pesquisar sobre as relações de gênero nos assentamentos pretende-se elucidar o papel da mulher em outras esferas que não seja o espaço doméstico, aquele consagrado ao da mulher mãe e esposa. Assim, investigou-se a presença das mulheres nos espaços da produção e da sociabilidade política. Trazer à tona a opressão de alguns sujeitos ali inseridos, como as mulheres e os jovens, indica, aos agentes oficiais, a necessidade de criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos estes sujeitos. Da mesma forma, no caso de programas já existentes, aponta-se para a necessidade de melhores encaminhamentos e gestão. Embora ainda haja muitos avanços a serem conquistados, referentes a políticas públicas que garantam autonomia produtiva e social para as mulheres,

algumas políticas de incentivo à produção, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estão dando maior visibilidade aos espaços produtivos de responsabilidade feminina, como as hortas, na medida em que possibilitam a obtenção de renda a partir destes cultivos.

Produto de um conjunto de pesquisas, específicas sobre gênero nos assentamentos de reforma agrária ou mais genéricas, esta análise trata dos dados coletados em um levantamento realizado em 2011, numa amostra de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema⁵, como forma de compreender de que maneira a mulher tem se inserido nos espaços produtivos dos assentamentos.

Esta pesquisa, apoiada pelo INCRA teve como objetivo identificar a inserção dos assentados em arranjos produtivos e em políticas públicas locais/regionais, bem como avaliar a importância do autoconsumo alimentar, apontando principais entraves ao desenvolvimento dos assentamentos – sejam nas políticas públicas ou nos arranjos produtivos e contratos com agroindústrias. O trabalho, portanto se utiliza de números e dados estatísticos para explicar a realidade observada, sendo o levantamento amostral sua principal ferramenta de análise.

No entanto, para contextualizar melhor alguns aspectos da vida e da luta das mulheres do Pontal, também serão utilizados dados de uma pesquisa anterior (realizada em 2009), focando sobretudo as proporções de mulheres titulares de lotes nos P.A.s do Pontal. Também se lançará mão de dados qualitativos, através de "perfis" de mulheres assentadas que alçaram posições de liderança em grupos associativos locais, testemunho da ruptura que se encaminha nesses espaços sociais, laboratórios de transformação social (BRUMER, 2004). Os dados qualitativos vêm de entrevistas, diagnósticos participativos, conversas informais e atividades desenvolvidas na escola do assentamento aos domingos pelo projeto "Escola Viva"⁶. Também foram coletadas entrevistas durante e depois da realização do levantamento amostral apoiado pelo INCRA, bem como produzidos

⁵Os dados referem-se a uma pesquisa realizada pelo NUPEDOR, em parceria com a Superintendência Regional do INCRA do Estado de São Paulo (SR-8), abrangendo uma amostra estatisticamente válida para todo o Estado. Aqui trabalharemos apenas os números referentes à subamostra do Pontal do Paranapanema.

⁶O projeto Escola Viva, uma ação extensionista realizada pela FCT/Unesp no Assentamento Primavera (Presidente Venceslau/SP), possibilitou levantar o perfil e o histórico recente de um grupo de três mulheres que, vencendo as limitações impostas pelo preconceito, se tornaram lideranças.

diários de campo das inúmeras visitas aos assentamentos e das reuniões de discussão tematizando aspectos da vida dos assentados.

A realidade dos assentamentos do Pontal do Paranapanema: uma síntese

Todo o processo de ocupação irregular do Pontal do Paranapanema (LEITE, 1999) fez surgir focos de resistência por parte dos trabalhadores sem terras, que culminaram, na década de 1990, com um forte impulso reformista e a instalação de mais de 100 projetos de assentamentos, nas conhecidas terras devolutas, que foram ocupadas por fazendeiros. Este singular processo histórico determinou as políticas fundiárias que ocorreram na região (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Posteriormente ao processo de conquista da terra, quase sempre derivada da luta e iniciativa dos vários movimentos sociais atuantes no Pontal, surgem novos impasses que caracterizam a vida do trabalhador rural. Os assentamentos rurais se fazem palco de disputas sociais que se darão em diversos níveis: econômico, religioso, comunitário e político. Essa disputa colocará em questão o poder estabelecido. Com a condição de assentado, o trabalhador depara-se com problemas acerca da organização política e econômica, já que por muitas vezes esta realidade se lhe apresenta de forma inédita. Além disso, há a necessidade de desenvolvimento do vínculo social com a terra, outrora perdido com o êxodo rural, bastante pronunciado no Estado. A familiaridade com o campo é tão importante quanto, até mesmo, a conquista da terra, visto que, como assentado, o trabalhador encontra-se em uma nova perspectiva, devido a exigências de habilidades e qualificações derivadas do trabalho na terra, as quais nem sempre ele as detém por completo (FERRANTE e BARONE, 2007).

A peculiaridade dos assentamentos se faz notável quando observamos sua relação com o Estado. O Estado tem papel fundamental no que diz respeito ao progresso dos assentamentos, pois é do Estado a função de gerenciar estes espaços (LEITE et al., 2004).

Sendo assim, os assentados enfrentam obstáculos que nem sempre se mostram de forma nítida. Neste caso, além da luta realizada para a conquista da terra, os trabalhadores dependem de uma adequada gestão para que possam ter acesso às demandas oriundas da produção agropecuária, como acesso ao crédito e a máquinas.

O campo, sobretudo nesse quadrante do Estado, passa a ser um espaço de contradições específicas, já que em uma mesma região espaço nos deparamos com uma agropecuária altamente capitalista, ao lado dos assentamentos que

procuram desenvolver uma agricultura diversificada, tendo como consumidores o mercado interno, além de uma alternativa mesmo ao padrão de desenvolvimento do campo. Além disso, o assentamento rural, frente à sua heterogeneidade no que se refere às relações contidas, se apresenta como uma forma singular de dinâmica política, social e cultural, criando distintos atores políticos e processos organizacionais (FERRANTE, BARONE e BERGAMASCO, 2005).

Os assentamentos rurais modificam a economia e a sociedade dos municípios onde se instalam. Quando há implantação de assentamentos em determinado local, observa-se a intensificação da economia, já que os produtos cultivados pelos assentados são destinados basicamente ao abastecimento do mercado local, prática em algumas vezes incentivadas por programas do Estado. No âmbito social, devido à estrutura de lutas e reivindicações presentes no contexto das implantações dos assentamentos, em determinadas regiões ocorre dos assentados serem fortemente preconceituados.

A questão da titularidade do lote e a liderança feminina num assentamento do Pontal

Dentro desse universo de conquista da terra, as mulheres têm uma posição oscilante, ora publicizando sua presença, como nas marchas e ocupações, ora "desaparecendo" nos lotes já conquistados de assentamentos. Melo e Sabbato (2008), ao proporem analisar o processo da luta pela terra "sob o prisma de gênero", investigam a relação entre as mulheres rurais e o direito à propriedade. Segundo as autoras, a Constituição de 1988 prevê direitos iguais para homens e mulheres, com relação à titulação da terra a mulher passa a ter o direito à propriedade em seu nome independente do estado civil (p. 157). As famílias estão se transformando, as mulheres assumem a gerencia de suas famílias e passam a incorporar ao papel tradicional que desempenham outras atribuições, como o trabalho fora de casa.

Em pesquisa realizada em algumas regiões do país (MELO e SABBATO, 2008, p.160), diagnosticou-se uma masculinização do mundo rural provocada em parte pelo êxodo das mulheres jovens, no geral para os centros urbanos. O fato se deve pelos filhos do sexo masculino terem maior participação no campo e serem os mais indicados para a sucessão da terra. Na pesquisa por elas realizada, no tocante à titularidade da terra, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres, contra 85,9% que tinham homens como titulares.

A Portaria nº 981 de 2003 do Incra regulamentou a *titularidade conjunta e obrigatória* da terra (MELO e SABBATO, 2008, p.179) para as pessoas

casadas ou em união estável. Em caso de separação, a terra ficará para a mulher se ela mantiver a guarda dos filhos. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que vêm contribuir para uma mudança das relações entre os sexos. Apesar de uma conquista inquestionável, esse direito não cobre a complexidade das situações que envolvem a transferência da titularidade à mulher. No Pontal, a partir dos dados coletados nestes últimos anos, esse tipo de política afirmativa está em implantação. No entanto, registrou-se, nesses casos, um imenso prejuízo das mulheres que mantiveram a posse dos lotes após a separação. Isso porque, se elas ficam com o lote, "herdam", também, as dívidas contraídas pelos ex-maridos que saíram, pauperizando ainda mais a condição da mulher, mãe de família e responsável por um lote de produção.

Apesar disso, é importante pensarmos a transformação das relações de dominação presentes no cotidiano. É um trabalho lento e que necessita de mediações. E aqui as organizações são importantes nesta transição de apresentar para homens e mulheres novas formas de vivência que não estejam arraigadas na dominação do homem sobre sua família.

A participação da mulher nos momentos de mobilização, ainda que em estágio posterior ao acampamento possa retroceder, com ela voltando a viver no círculo fechado do lote, já lhe permite a percepção de um sujeito que têm direitos, transformando a postura destas mulheres na esfera pública e também no seu dia-a-dia.

O destaque da mulher no momento posterior ao acampamento, ou seja, a vida política que irá desempenhar já na condição de assentada, está ligada ao seu histórico. De maneira geral, o perfil das lideranças nos assentamentos é semelhante. São mulheres que desde jovens já participavam de algum grupo ou movimento social, com mais ou menos destaque, mas estavam ali, construindo cotidianamente o seu papel político.

As mulheres têm um agravante que em algum momento de suas vidas irá afastá-las da vida pública. Com a chegada dos filhos e durante o primeiro ano de vida das crianças, fica difícil para as mulheres participarem das reuniões de seus partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais. Não se trata necessariamente de classificar as crianças como um empecilho, mas da exigência que pesa exclusivamente sobre a mulher-mãe, que o tempo todo é cobrada a desempenhar o seu papel.

No entanto, o fato de ter participado do momento de uma ocupação, já possibilita a estas mulheres uma visão mais ampla da realidade. Elas se sentem como parte deste processo que assegurou a conquista do lote, a garantia da

estabilidade da família, e são conscientes de que para conseguir algo é preciso lutar. O sentido desta luta é o de manter a união entre todos os sujeitos.

No instante em que se consegue a terra e o lote vai para o nome do homem, tudo que há dentro dele passa a ser de propriedade do homem. Esta é a ocasião em que valores cristalizados historicamente voltam a reinar. As mulheres têm consciência dessa diferenciação entre o momento de assentado e de ocupado, reconhecem que no período pré-assentamento participam muito mais de reuniões e assembleias. Na vida de assentado, cada família precisa se preocupar com a produção do seu lote, cada família se fecha em sua propriedade e os espaços de convivência voltam a ser espaços sexuados: mulheres, homens e jovens têm seus espaços de convivência demarcados pelo sexo e pela idade.

O espaço dos homens é o da esfera pública, o bar, o futebol, reuniões de sindicatos e associações. A comercialização da produção do lote, geralmente, é também "incumbência" do ser masculino. O espaço das mulheres é o espaço do lote e o da esfera doméstica, qual seja, cuidado da casa, do terreiro e das crianças. O espaço de convivência entre os gêneros é o espaço produtivo, mas aqui a mulher tem um papel subalterno, porque é uma ajuda que está prestando ao marido, afinal suas obrigações estão dentro de casa.

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero que estão submetidas. Veem a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. E aquelas que participam mais da vida pública não compreendem o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esta atrelada a opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004).

O acompanhamento continuado de uma experiência de assentamento no município de Presidente Venceslau (SP), no entanto, mostra como a realidade pode ser alterada de maneira a que o patriarcalismo tradicional seja, ao menos em parte, superado. No assentamento Primavera, 125 famílias foram assentadas no final da década de 1990. Ao analisar a titulação das mulheres assentadas, bem como a trajetória de liderança de algumas delas, surge a possibilidade de avaliar o nível de emancipação destas mulheres e a participação delas no desenvolvimento dos lotes. O simples fato de a mulher ser a titular do lote não significa que as decisões são dela, ou discutidas no interior da família. Existem casos em que a idade do homem ou sua inadimplência impedem este seja o principal responsável pelo lote. Daí a mulher acaba respondendo burocraticamente por ele. Ainda que no cotidiano o homem tenha voz mais ativa nas tomadas de

decisões, já é possível notar o início da mudança, ao verificarmos as mulheres participando de reuniões, tomando contato com os financiamentos, construindo associações e falando pelo lote.

Há algum tempo, diante de uma entrevista, as mulheres se recolhiam e apontavam o marido, como se ele fosse o único com propriedade para falar de um assunto que envolvia toda a família. Mais recentemente, o que pode ser observado através desse projeto de pesquisa, as vozes femininas tornaram-se mais audíveis, conforme pode ser evidenciado no que segue. Em primeiro lugar, a tabela 1, abaixo, mostra os dados numéricos referentes aos questionários aplicados no assentamento Primavera:

Tabela 1 – Distribuição por Gênero de titulares de lote.

Mulheres titulares (sem cônjuge)	17%
Mulheres titulares (com cônjuge)	26%
Homens titulares	57%

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Comparando estes dados com os da pesquisa realizada por Melo e Sabatto (2008), tem-se que o percentual de mulheres titulares é muito maior no PA Primavera (Mello e Sabatto não diferenciam a relação com o cônjuge). Vários elementos podem indicar uma explicação para o fato de que, agregados, os números de titulação de mulheres alcancem 34% dos lotes.

A própria trajetória de luta dos sem-terra do Pontal, nacionalmente reconhecida, certamente influencia esse status. Embora ainda permaneçam muitos dos comportamentos oriundos do patriarcalismo historicamente cristalizado, a mulher vai rompendo o preconceito e se afirmando como sujeito autônomo. São muitas as cobranças, no entanto, com relação ao seu papel de mãe e esposa, dificultando sua participação.

Quando se estuda as mulheres que se destacam como lideranças, é necessário resgatar todo o processo de luta e persistência que envolveu o "empoderamento" político destas. No PA Primavera, assentamento há muito monitorado pela equipe de pesquisa, três mulheres se destacam por sua atuação na linha de frente de grupos associativos. Duas delas não têm cônjuge (inserindo-se no grupo de 17% de mulheres titulares sem companheiros), embora sejam mães; a terceira

adiciona, ao papel de mãe e líder, o de esposa. Neste trabalho, apresenta-se, de forma sucinta, o perfil dessas três mulheres, que conseguiram se destacar como lideranças dentro do assentamento.

Denise, mulher casada e com dois filhos (adolescentes na época da constituição do PA), participou do acampamento junto com sua família para conseguir o lote. Durante este processo, como ela mesma afirmou, assumiu algumas tarefas de coordenação, ocasião na qual precisava se deslocar até a cidade para resolver algum problema do acampamento. Posteriormente, assumiu o cargo de agente comunitária de saúde, geralmente oferecido a mulheres. Denise foge do modelo de jovem mulher que se destacou no período de luta pela terra; embora tenha assumido postos de liderança no acampamento, ela já era casada e mãe na época.

Isso ressalta uma parceria rara, mas positiva, no interior da família de Denise. A renda principal do marido de Denise não vem do assentamento: ele trabalha fora. Neste caso, num acordo entre o casal, Denise sempre se responsabilizou pela produção do lote, sendo a participação do homem, invertida, citada como tendo um caráter de ajuda. Denise reforça que o marido a acompanha à feira para venderem a produção da horta (aos finais de semana). Neste lote existem duas atividades produtivas: a horticultura e a leiteira. Denise é ela a principal responsável pelas duas atividades. Os filhos trabalharam ambos no lote, até que, concluído o ensino médio, também se empregaram fora (eles prestam uma ajuda nos finais de semana). Ao se referir ao trabalho assalariado do marido, Denise diz que é o trabalho dele que garante que a família não passe por privações.

Apesar de valorizar sempre o trabalho do esposo, Denise sabe que teve um papel fundamental, ao enfrentar a desconfiança que cerca as famílias nas quais o titular (no caso, seu marido) saem para trabalhar fora. Seu desempenho na lida, no entanto, a fez superar as críticas, sendo atualmente citada como dona de um lote bem estruturado no assentamento – inclusive pelos técnicos oficiais, responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas que regem a gestão do PA e o trabalho das famílias (como a proibição do titular do lote sair para trabalhar fora do assentamento).

Ao lado das atividades produtivas, Denise também sempre teve uma forte participação comunitária. Além dos anos em que foi agente de saúde, trabalhou na padaria comunitária do Primavera com Dora (outra liderança) e demais mulheres, até que a mesma deixasse de funcionar, cerca de 5 anos depois de inaugurada. Nesse meio tempo, Denise também participou do conselho escolar – papel que desempenhou até depois do filho mais novo sair da escola.

Sua mais destacada ação, como líder no Primavera, no entanto, foi encabeçar a formação de uma associação, criada em 2007, com vistas a produzir para o PAA. A Associação Renascer, da qual tornou-se uma espécie de presidente vitalícia, foi a primeira associação do PAA no município de Presidente Venceslau. Sua invejável capacidade de trabalho arrastou um pequeno grupo (16 associados em 2009) que passou a fornecer gêneros alimentícios aos programas sociais da cidade.

Apesar de sua participação destacada em ações coletivas, a postura de Denise recebe críticas de alguns assentados, devido ao seu comportamento, tido como individualista. Isso porque Denise (e o marido) tem um veículo, que é usado para transporte dos produtos da associação, inclusive para uma banca do produtor na feira livre da cidade. Após alguns anos, a assentada teria praticamente monopolizado a "feira do produtor" de P. Venceslau, fechando o espaço para outros assentados.

As demais lideranças investigadas não têm maridos como suporte dos lotes. A primeira delas, Dora, vive com os três filhos e o pai idoso em lote do qual ela é titular. Esta mulher tem uma trajetória um pouco diferente de Denise, mas seus caminhos acabam se cruzando em diversas situações no assentamento. Dora veio de outro Estado (Rondônia), onde se separou do marido, vindo para São Paulo com os dois filhos nos anos 1990. Ela participou ativamente do Movimento Sem Terra, realizando reuniões com trabalhadores em várias cidades da região. Ficou acampada em vários municípios do Pontal e participou de encontros de formação do movimento.

Dora avalia como satisfatória, na época da entrevista, a sua condição de vida no lote. Mesmo afirmando que se afastou do movimento após conseguir um lote, ela se reconhece como representante das mulheres do assentamento e, em certos momentos, chegou a ser a única liderança ligada ao MST, visto que outro representante do movimento (homem) sempre acompanha as ações de massa do MST e quase nunca nem está presente no PA. Como principal ação como "mulher assentada", Dora cita a criação de uma organização de mulheres assentadas (Organização de Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema – OMAPP), da qual foi líder em 2001, confrontando a iniciativa do governo estadual de fomentar uma grande organização, de âmbito estadual, abrangendo mulheres assentadas e quilombolas (a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo, incentivada pelo ITESP). Filiada ao PT de Presidente Venceslau, Dora alternou momentos de maior militância comunitária com épocas de total dedicação ao lote e à família (ela tem 3 filhos, sendo que a

mais nova, nasceu já no assentamento). Participando de duas entidades associativas, Dora também se dividiu durante algum tempo com os afazeres políticos-administrativos das organizações. No mesmo ano em que foi formada a Associação Renascer, cuja principal liderança é Denise, surge também a Associação Primavera (2007), liderada pelo militante do MST atuante no Assentamento. Dora integrou os dois grupos, sendo que no primeiro momento esteve mais ao lado de sua amiga Denise.

Alguns anos depois, devido à já citada ausência do colega militante, Dora assume a liderança da Associação Primavera, justamente durante o período em que esta recebeu um projeto de incremento da produção de mamona para fabricação de biodiesel. Dora plantou mamona em seu lote e ajudou outros assentados da associação, que chegou a reunir 39 pessoas, a fazer o mesmo. O projeto não prosperou, o que levou à paralisia da Associação. No entanto, Dora insiste que todo o projeto foi custeado "a fundo perdido", numa operação intermediada pelo MST, do forma que ninguém ficou no prejuízo.

Problemas domésticos, envolvendo sua família, a levaram a novamente desistir de uma militância mais evidente no assentamento. No entanto, Dora sempre fala com muito orgulho de sua luta e de suas realizações.

A maior associação do PA Primavera, chamada Associação Campos Verdes, tem atualmente uma presidente mulher. Salomé, a mais jovem das três lideranças aqui analisadas, foi acampada com sua família nos anos 1990. Ainda adolescente, engravidou de um militante do MST, do qual teve uma filha que vive com ela. Sozinha, anos mais tarde fez uma "ocupação individual", pressionando para ganhar um lote próximo à área comunitária do assentamento. Como contava com o apoio do militante pai de sua filha (ela não é casada) e de outras lideranças, Salomé foi assentada em 2005.

Ressalta-se que ela sempre contou com o apoio da família (mãe e irmãos, que vivem em outro lote do Primavera). Associada, num primeiro momento, à Renascer, como sua casa ficasse defronte ao tanque resfriador de leite da Associação Campos Verdes, Salomé foi convidada a trabalhar para a associação, recebendo o leite e limpando o equipamento.

Anos mais tarde, em 2011, Salomé torna-se presidente dessa Associação que conta com aproximadamente 40 sócios ativos (e mais de 100 arrolados na sua fundação, ainda nos anos 1990).

Numa das entrevistas colhidas, Salomé se orgulha de ter aberto a associação para cursos, como o de produção de doces (ela e outras mulheres da associação fornecem compotas e doce de leite à cidade), curso para fazer produtos derivados

do leite e, mais recentemente, formação para uma horta orgânica comunitária. Tais conquistas foram produto do diálogo entre associação, Prefeitura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sobre a produção leiteira e a articulação da associação com laticínios da região, a presidente da associação esclareceu:

Agora a gente tá conseguindo uma parceria com o laticínio Santa Clara. Ele tá pasteurizando o leite da gente. A gente tá fazendo uma parceria com ele, vai tá entregando o leite pra ele e vai tá recolhendo aqui. Vai pasteurizar o leite nosso e vai fazer todas as entrega nas escolas. Então ele tem 25 município que ele vai ajudar a gente a vender o leite também. Vai sair nas prefeitura junto com a gente pra vender e vai fazer as entrega com os caminhão deles. Então pra nós, nós vamo consegui um preço de leite que hoje a gente paga na banca R\$ 0,65 centavos e espero, que pelo que eu tô vendo, vai conseguir pagar mais ou menos R\$1,00 real. (SALOMÉ, Presidente da associação Campos Verdes em 2011).

Ainda segundo Salomé, a parceria entre a associação e o laticínio conta com mais de 200 produtores – a parceria não se limita aos associados da Campos Verdes – que produzem 15 mil litros de leite por dia, distribuídos entre 25 tanques resfriadores, sendo ela uma das articuladoras dessa grande parceria com o laticínio. Esse feito político é bastante reconhecido no assentamento – e muito reiterado por ela.

Salomé salienta a importância da associação e como suas conquistas atraem outros produtores:

E através dessas coisinhas que a gente tá conseguindo, a gente tá conseguindo reunir mais pessoas, porque eles tao vendo que tão ficando de fora e tão ficando pra trás (SALOMÉ, Presidente da Associação Campos Verdes em 2011).

A participação da mulher assentada na produção econômica: muito além do autoconsumo

As diferentes perspectivas de pesquisas sobre gênero no meio rural podem revelar os avanços socioeconômicos, sendo as formas de organização dos assentamentos e os acordos estabelecidos no interior dos lotes, talvez, os de maior impacto na alteração das posições de gênero tradicionalmente cristalizadas.

É Medeiros (2008), quem diz que

[...] algumas luzes sobre as relações de gênero nos assentamentos [...] permitem uma consistente problematização sobre a invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em áreas em que a luta tornou possível o acesso à terra (p. 09).

A invisibilidade do trabalho feminino está sendo confrontada com novas posturas assumidas pelas mulheres no interior do lote, tanto na esfera do domicílio – o cuidado da casa, dos filhos, da horta – quanto da "ajuda" prestada ao marido agricultor. O desprestígio do trabalho feminino, interpretado por alguns como sendo um trabalho reprodutivo, necessita ser revisto.

A difícil avaliação da chamada produção para o autoconsumo pode ser definida como a parte da produção destinada ao consumo da família agricultora e que não fará parte das relações comerciais. Em algumas obras o autoconsumo aparece como o que é "pro gasto", justamente porque será a parte da produção que servirá de alimento para a família (GRISA, 2007). Segundo essa perspectiva, o autoconsumo abrangerá três grandes elementos na sobrevivência do produtor rural: a alimentação, a autonomia produtiva e a reprodução social.

Um dos principais benefícios do autoconsumo na perspectiva da alimentação será a respeito da segurança alimentar, que garantirá a qualidade e o acesso de alimentos pela família, tornando-a isenta dos insumos nocivos presentes na agricultura mercantil. Será garantido desta forma o atendimento às necessidades alimentares da família e a alimentação não ficará dependente da sazonalidade e o perecimento dos alimentos oferecidos no mercado.

A diversificação produtiva será a característica mais benéfica da produção para o autoconsumo. Fica sob critério do produtor quais alimentos serão cultivados, não ficando exposto ao risco da perda de grande produção pelas intempéries. Além disso, há possibilidade de diversificar também a renda, sendo possível adquiri-la dos mais diversos produtos agrícolas e não agrícolas, além dos manufaturados. Sobre o autoconsumo na produção da agricultura familiar, Gazolla e Schneider afirmam que:

"... a dimensão do autoconsumo alimentar nas formas familiares de produção e trabalho é uma esfera fundamental que orienta e afeta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu

consumo"(Gazolla e Schneider, 2007, pag.93).

O excedente de produção também será um dos elementos do autoconsumo que proporcionará maior sociabilidade por parte dos agricultores, incentivando a coletividade no meio rural. Como sociabilidade, pode-se entender o processo de relacionamento livre, tanto na esfera material, como na venda e troca de produtos (hortaliças e aves), quanto na dimensão simbólica, nas trocas viciniais que praticam os grupos sociais e as famílias do meio rural, garantindo seu caráter de sociabilidade (GRISA, 2007). Será também, conforme essa perspectiva, a partir do autoconsumo que o agricultor terá sua identidade camponesa ressaltada, haja vista que as técnicas empregadas na produção derivam do "saber-fazer", de conhecimentos tradicionais que são repassados através das gerações e nucleiam a identidade dessa forma social.

A investigação da participação das mulheres assentadas na esfera produtiva, no entanto, revela que sua inserção como agente direto da produção vai além do autoconsumo. Colabora para essa mudança a revalorização da horticultura, pouco significativa no contexto dos assentamentos do Pontal durante bom tempo – visto como tarefa feminina e exclusivamente para autoconsumo, por sua dificuldade de canais de comercialização – mas que mudou seu status depois da implantação de projetos de produção orientados para os mercados institucionais (principalmente o PAA). Agora gerador de renda segura, os homens passam a se dedicar mais à horticultura, mesmo que as mulheres não a tenham abandonado.

Os dados a seguir demonstram essa realidade, lançando luz sobre as questões da produção agropecuária comercial e de autoconsumo e a participação de ambos os sexos nessas atividades. Na tabela 2, abaixo, é exposta a distribuição das entrevistas da pesquisa Uniara-Incra por assentamentos do Pontal. Sempre que possível/cabível, a análise dos dados do levantamento amostral (gráficos) será complementada com informações mais qualitativas colhidas nesses PAs.

Tabela 2 – Representatividade dos assentamentos que participaram da pesquisa na Região do Pontal do Paranapanema.

Município	Assentamentos	Número total de lotes	Plano Amostral (entrevistas)
Teodoro Sampaio	Água Sumida	121	6
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	19	3
Iepê	Bom Jesus	50	2
Rosana	Gleba XV Novembro	572	26
Mirante do Paranapanema	Margarida Alves	90	4
Rancharia	Nova Conquista	104	5
Mirante do Paranapanema	Roseli Nunes	55	3
Mirante do Paranapanema	São Bento	182	9
Presidente Venceslau	Tupaciretã	78	4

Fonte: INCRA/UNIARA 2011.

Em relação às atividades de produção agrícola/vegetal, a tabela 3, que apresenta como é distribuído o trabalho dos integrantes da família nestes cultivos dentro dos lotes, mostra aqueles cultivos mais ou menos femininos. Os trabalhos no cultivo dentro dos lotes estão essencialmente distribuídos entre o homem, a mulher e os filhos, sendo que pouco se utiliza de outros familiares ou agregados. Destaca-se, como principal agente na agricultura, o trabalho do homem – presente como ator produtivo majoritário em quase todas as culturas. Esse protagonismo é superado apenas na horticultura, onde o trabalho é feito, em 48%, pelas mulheres, contra 42% do trabalho dos homens e 10% dos filhos.

Tabela 3 – Quem cuida da cultura (membros da família).

CULTURAS	HOMEM %	MULHER%	FILHO%	OUTRO%
CEREAIS	44	42	14	0
CANA	64	9	27	0
EUCALIPTO	70	20	10	0
HORTA	42	48	10	0
FLORES	50	50	0	0
FRUTAS	52	43	5	0
CAFÉ	57	29	14	0
MANDIOCA	46	38	14	2
PASTAGEM	50	33	17	0

Fonte: INCRA/UNIARA 2011.

Podemos analisar algumas mudanças específicas em relação à horticultura. Houve um aumento do trabalho masculino nas hortas, devido ao fato de que essa cultura é, desde alguns anos, o carro-chefe das entregas ao PAA, garantindo renda monetária regular durante o ano para a família. No entanto, mesmo com essa revalorização, as hortas, agora rentáveis, que estavam antes mais diretamente ligadas ao autoconsumo, ao ambiente doméstico em que tradicionalmente as mulheres exercem papel reprodutivo, ainda continuam majoritariamente sob cuidados das mulheres.

Tabela 4 – Venda da produção – Horticultura.

	%
Autoconsumo	77
Merenda	4
PAA	14
Venda direta	5

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Analisando a tabela 4, acima, verifica-se que a horticultura ainda é majoritariamente destinada ao autoconsumo (em 52% dos casos, a produção é

exclusivamente para autoconsumo). No entanto, em 25% dos casos, o autoconsumo é combinado com diferentes modalidades de venda (mercados institucionais e locais); apenas 23% da produção hortícola é exclusiva para a comercialização.

A pesquisa Uniara-Incra não investigou as declarações de aptidão (as conhecidas DAPs), que indicam quem é o responsável por esses cultivos junto ao PAA. Geralmente tiradas no nome do titular do lote, essas declarações evidenciam um aspecto da invisibilidade do trabalho feminino que o levantamento realizado em 2011 desmistifica: se o homem vai receber pelos produtos da horta entregues via PAA, é a mulher quem, com seu trabalho, produz essa cesta de verduras e legumes.

Se o homem, percentualmente, lidera os demais cultivares, em muitos deles a mulher está claramente ao seu lado. Os casos onde o trabalho está dividido de maneira mais equilibrada entre homens e mulheres são nos cultivos de flores (50% para ambos os sexos), no cultivo de cereais (44% homens x 42% mulheres) e frutas (52% contra 43%).

As atividades com maior desigualdade na distribuição dos trabalhos foram o cultivo do eucalipto (70% cuidado por homens), cultivo da cana-de-açúcar (em 64% atividade masculina) e cultivo do café, sendo cuidado por homens em 57% dos casos (em todos esses casos, a participação feminina não chega a 30% dos casos). O trabalho dos filhos tem maior ocorrência nas atividades de cultivo da cana-de-açúcar e pastagens, correspondendo a 27% e 17%, respectivamente.

No caso da produção animal, temos uma distribuição da mão-de-obra empregada também com especificidades, como mostra a tabela 6. As criações são, de maneira geral, cuidadas por todos os membros da família, salvo a criação de abelhas, onde o trabalho é integralmente desenvolvido pelo homem (registra-se que essa atividade não é amplamente disseminada nos assentamentos, como as demais). As mulheres possuem forte presença no trabalho de criação de aves, onde sua ação é predominante, com 46%, contra 37% de homens.

Assim como no caso da horticultura, podemos associar a predominância do trabalho feminino na criação de aves por ser esta atividade quase que exclusivamente destinada ao autoconsumo familiar. Deste modo, mais uma vez, a predominância na criação está relacionada ao fato dessa modalidade estar presente nas atividades domésticas que a mulher realiza dentro do lote, cuidando da riqueza nutricional das refeições – cujo preparo também cabe a ela.

Tabela 6 – Quem cuida – criações.

	Homem (%)	Mulher (%)	Filhos (%)	Outros (%)
Bovino de Corte	28	29	43	0
Bovino Leiteiro	53	27	19	1
Aves	37	46	16	1
Suínos	40	40	17	3
Caprinos e Ovinos	40	40	20	0
Abelhas	100	0	0	0
Piscicultura	50	50	0	0
Equinos	59	25	8	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As criações de caprinos e ovinos, suínos e piscicultura, o homem e a mulher trabalham na mesma proporção, sendo respectivamente, 40% (caprinos/ovinos), 40% (suínos) e 50% (peixes). Na bovinocultura leiteira e na criação de equinos, o trabalho é predominantemente dos homens, com 52% e 59% respectivamente. Os filhos colaboram nas diversas atividades, embora apareçam predominantemente apenas nos cuidados com o bovino de corte, com 43% – maior opção entre os membros da família. Neste caso, há uma correspondência com os dados do trabalho dos filhos na agricultura. Estes, no caso da produção animal, são os maiores responsáveis pela bovinocultura de corte (garrotes que são vendidos), o que rebate nas atividades agrícolas voltadas para o consumo dos animais (reforma de pasto e cana para forragem).

Em relação aos produtos processados, verificou-se como esta se distribui (majoritariamente derivados de leite).

Tabela 7 – Renda mensal Agroindústria.

	(%)
Até um salário mínimo	80
Mais que dez salários	20

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

No que concerne ao trabalho na agroindústria temos que este é predominantemente feminino, com 89% dos casos tendo apenas o trabalho da mulher; no restante dos casos, 11%, o trabalho é conjunto, entre homem, mulher e filhos. Mais uma vez, se pode supor a vinculação do espaço doméstico à predominância da mulher. Como o processamento se dá nas residências em 100% dos casos, pode-se relacionar que o seu protagonismo nesta produção seja associado a sua responsabilidade de cuidar da casa e alimentar a família no lote. No entanto, a agroindustrialização doméstica gera renda (geralmente baixa). Em uma única situação, calculada em 11% no interior dos casos em que há agroindustrialização, a renda é superior a 10 salários mínimos. Neste caso, homem, mulher e filhos dividem as tarefas de um laticínio artesanal em sua casa.

As mulheres rompem a invisibilidade de uma forma sutil, pouco reconhecida. No caso de políticas públicas específicas, nas quais o protagonismo feminino é pressuposto, a incidência é baixíssima, além de ser geradora de conflitos. A Tabela 8 apresenta o percentual de mulheres do Pontal que acessaram o fomento especial para mulheres (crédito instalação – apoio mulher). Apenas 2% da amostra registrou esse recebimento, indicativo que a política pública específica em questão não teve impacto significativo na mudança do status feminino nos assentamentos do Pontal.

Tabela 8 – Acesso a crédito instalação – Apoio Mulher.

	%
Acessou	2
Não acessou	98

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Indagadas sobre a implementação desse crédito e suas dificuldades, as mulheres assentadas entrevistadas reclamaram muito do descaso com o qual foi tratado essa oportunidade. Foi comum a indicação de desprezo dos maridos e técnicos na referência a essa linha de fomento, evidenciando que, apesar de algumas políticas públicas tentarem promover o protagonismo das mulheres, uma cultura machista é ainda influente no insucesso dessas ações. Não é à toa que, num debate sobre assistência técnica, ocorrido no início de 2013 no Pontal, o um dos momentos mais críticos foi a denúncia por parte das mulheres de que os técnicos precisam se conscientizar e receber orientações para reconhecer os

direitos das mulheres e valorizar as políticas públicas de incentivo à produção dirigidas a elas.

Conclusão

Os dados da pesquisa permitem construir algumas afirmações sobre a situação e posição social das mulheres nos assentamentos estudados. Do trabalho produtivo realizado pelas mulheres, embora ainda se confunda muito com a produção para o auto-consumo, tem sido mais visível a atuação da mulher em distintas atividades, como a produção agrícola. Nestes dados reconhecemos o quão importante é o trabalho das mulheres para assegurar o bem-estar da família, não apenas no provimento da alimentação, mas também na geração de renda.

Embora as relações patriarcais ainda são bastante fortes nos assentamentos, algumas perspectivas em relação a visibilidade das atividades femininas dentro do lote vem se modificando. A presença do trabalho feminino em outras atividades que não diretamente relacionadas ao consumo familiar pode ser encarada como a maior participação do desenvolvimento do lote pelas mulheres, a parir do momento em que estas deixam de serem responsáveis apenas pela reprodução social da família e passam a influenciar na renda familiar.

Os programas que incentivam a produção, como o PAA, podem ser usados de maneira a garantir uma maior autonomia financeira e uma maior visibilidade para as mulheres nos lotes. Isto porque, com o PAA, o que era meramente subestimado como subsistência – como as hortas e pomares – passa a gerar renda e garantir o sustento da família.

Com relação à titularidade dos lotes, o percentual de mulheres titulares no universo pesquisado é tímido comparando-se ao referente à titulação dos homens. No entanto, quando comparamos os dados da pesquisa realizada nos Assentamentos Primavera com os dados da pesquisa realizada por MELO e SABATTO (2008), temos que a titulação de mulheres na região é mais significativo.

A comparação destes dados reforça a importância das ações afirmativas e de órgãos mediadores na busca pelo "empoderamento" das mulheres, contribuindo para o aumento da autoestima e a diminuição das disparidades de direitos reservados a homens e mulheres nas relações do cotidiano. No entanto – e o mesmo vale para o crédito instalação "apoio mulher" – a pesquisa indica que é preciso aprimorar essas políticas públicas. Por um lado, o machismo está presente até mesmo nos agentes de assistência técnica, que desvalorizam os projetos das mulheres, por outro lado, a garantia legal da permanência da mulher separada no lote fica ameaçada pela recorrente conjuntura de inadimplência da

qual ela, muitas vezes, sequer tinha informação.

A discussão das trajetórias das mulheres líderes matiza também a hipótese de que as vivências destas mulheres nas etapas que antecedem a conquista da terra irão fortalecer a participação ou não das mulheres nas etapas posteriores ao assentamento. Nos casos de Dora e Salomé, pode ser assim. Mas Denise já era casada quando se tornou referência no acampamento. Principalmente a história de Dora, se repete na vida de muitas mulheres assentadas que se veem sem os companheiros e precisam tocar o lote somente com a ajuda dos filhos quase sempre pequenos.

Referências

BARONE, Luís A. e FERRANTE, Vera L. S. B., *"Resistências e Acomodações: As Tensões Sociais Presentes na Constituição dos Assentamentos Rurais da Região de Araraquara/SP"*. **Anais do XLV Congresso da SOBER** (GT: Reforma Agrária e outras políticas de redução da pobreza). Londrina, PR, 2007.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. **Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo. Terceira Margem, 2003.

BRUMER, ANITA. "Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul." **Estudos feministas**, no. 12, Vol.1, 2004.

FERRANTE, V.L.B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. "A maioria dos Assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro." In: Ferrante, V.L.S.B.; Whitaker, D. C. A. (orgs) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara/São Paulo, UNIARA/INCRA/ABRA, 2005.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema** (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. "A produção da autonomia: os papéis do

autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares." **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. N.º 15, 2007.

GRISA, CATIA. **A produção" pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul** (Dissertação de Mestrado). P. Alegre, UFRGS, 2007.

LEITE, Jose Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO R. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, Nead Debate; 14/MDA, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, Nead Debate; 14/MDA, 2008.

ENTRE FLORES E ESPINHOS: A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE EM DUAS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Silvani Silva¹

Ana Flávia Flores²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo: Este artigo busca colaborar na discussão sobre a juventude rural e os desafios que enfrenta no campo, mostrando alguns dados coletados da pesquisa feita através do contrato INCRA/UNIARA com o título "Diagnóstico regional com o objetivo de identificar as vocações e potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e comunidades quilombolas estão inseridos", que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo⁴. A pesquisa demonstrou que um dos entraves de desenvolvimento está relacionado à juventude assentada que enfrenta, de forma acentuada, a ausência de políticas

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara/UNIARA. Bolsista CAPES. Graduada em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) UNIARA. Email: silvani.j@bol.com.br

²Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. Bolsista CNPq. Graduada em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). UNIARA (Centro Universitário de Araraquara). Email: anaflaviaflores@hotmail.com

³Socióloga, Pesquisadora 1-A do CNPQ, Coordenadora do Mestrado em desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do NUPEDOR. Email: vbotta@techs.com.br

⁴Pesquisa que foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA). Equipe multidisciplinar, formada por um grupo composto por docentes da UNIARA, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos, o que permitiu identificar obstáculos e dificuldades das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

públicas a ela dirigidas. O artigo tenta analisar a juventude assentada e como esta tem um papel fundamental no futuro dos assentamentos. As mudanças enfrentadas pelos jovens se refletem nos modos de vida da juventude rural, que vem sendo considerada como uma categoria heterogênea, com múltiplas vontades e que pensa o campo não mais no modelo tradicional, no qual a forma de trabalho agrícola era predominante, esperando contar com várias possibilidades e dimensões para se desenvolver. Foram igualmente identificados alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente, a pesquisa apontou que o futuro dos assentamentos, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Juventude assentada; Futuro dos assentamentos.

***Abstract:** This article seeks to contribute to a discussion on rural youth, the challenges they face in rural areas, showing some data collected from a research conducted under a cooperative agreement between INCRA and UNIARA entitled "Regional diagnosis to identify vocations and potentials of the regions including the productive systems in which the projects of settlements and quilombolas communities are inserted", which evaluated the public policy and the perspective of local and regional development of settlements in the State of São Paulo. The research results demonstrated that one of the barriers that significantly hampered the development is related to the settled youth as they face big challenges due to lack of public policies to address this issue. The article attempts to analyze settled youth and the extent to which youth can contribute and play a key role for the future of the settlements. Changing patterns reflect the evolving lifestyle of rural youth that have been identified as a heterogeneous category with multiple ambitions, who evaluates the landscape not only for its traditional model, predominantly characterized by agricultural activities, but with huge possibilities for development. Some possible barriers were also identified in relation to rural youth, and especially the research pointed out that the future of the settlements, according to most of the responses, depends on arrangements for improving public policies, strategic plans and organization of the actors involved in this process.*

Keywords: *Public policies; Settled youth; The future of settlements.*

Introdução

Este artigo tenta analisar a juventude assentada e apontar seu papel fundamental no futuro dos assentamentos. Mais ainda do que as mulheres, a categoria dos jovens é quase invisível. Mais eles é que garantirão a continuidade ou não da agricultura familiar. Inicialmente é preciso perguntar: quem são esses jovens que vivem no meio rural?

A realização da pesquisa para avaliar as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo, permitiu-nos identificar alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente apontar que o futuro dos assentamentos, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Uma das problemáticas que a juventude rural enfrenta está relacionada à educação. Outro fator a ser analisado é a falta de investimento na educação para as pessoas que vivem no campo. Muitos assentamentos não têm escolas, devido à proximidade dos mesmos com os municípios, deixando os serviços públicos anestesiados e amortecidos pelos atendimentos urbanos. Outro desafio colocado para as escolas do campo, ou escolas que atendam crianças do campo, está relacionado à falta de um projeto político pedagógico que contemple essas crianças⁵. Todos esses fatores demonstram que é preciso repensar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo.

O futuro da juventude assentada não se pauta somente pela educação. São outros os fatores que acabam por ocasionar a saída da juventude do meio rural. Para o futuro dos assentamentos é preciso melhorias na infraestrutura, maior investimento na educação/escola, na produção, na organização dos próprios assentados e assistência técnica. Para os entrevistados o futuro dos assentamentos depende primeiramente da solução destes problemas.

⁵Em alguns assentamentos há experiências bem sucedidas de projeto político pedagógico. Por exemplo, o Assentamento Bela Vista do Chibarro de Araraquara que recebeu pelos projetos implantados pela "EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto", prêmios de dimensão nacional. A substituição a partir de 2012, da experiência Escola do Campo pelo método Sesi de Ensino tem suscitado controvérsias e avaliações críticas.

Juventude assentada: categoria heterogênea e os desafios enfrentados

Anoção de juventude remete à transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital, por isso, vários países e instituições de pesquisa determinam juventude a partir de uma abordagem cronológica de idade. O Brasil "segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos" (TROIAN *et. al.*, 2009 p.04).

A juventude é considerada um período de auto-identificação, bem como de desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Segundo TROIAN (2009):

O termo juventude remete a uma série de conceitos, aos quais muitos especialistas definem de maneiras divergentes. Culturalmente determinada, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (TROIAN, 2009, p.03).

Esta é uma fase de transição, por si polêmica, já que nela, os indivíduos estão deixando a infância, que é a primeira fase do desenvolvimento corporal e da primeira socialização, para a fase da idade adulta. Analisando a noção desta condição, Abramo (2005) coloca em tese que esta transição é o ápice do desenvolvimento e da plena cidadania, que diz respeito, principalmente: a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (trabalhar para se sustentar a si próprio e a outros); reprodução (gerar e cuidar dos filhos); e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade).

Naturalmente, assim acontece no meio rural, é nesta fase que surgem os questionamentos quanto à permanência na propriedade dos pais e, conseqüentemente, continuidade dos afazeres da família ao distanciamento da propriedade rural familiar com interesse no modo de vida nas cidades.

É preciso compreender a juventude rural como uma categoria socialmente construída, atingida pelas mudanças e crises recentes do mundo rural, as quais têm transformado o campo em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola (CARNEIRO, 1998).

Para Fernandes (2008), o campo atualmente produz dois territórios: o campo do camponês e o campo do agronegócio⁶. O campo do agronegócio constitui

⁶De acordo com Fernandes (2008), agronegócio compreende um complexo sistema de ►►

seu território para a produção de mercadorias, é uma paisagem homogênea, através da composição uniforme da monocultura e se caracteriza pela pouca presença de pessoas e pela devastação ambiental.

O campo camponês constitui território para a existência, desenvolvendo todas as dimensões da vida: produção, moradia, cultura, infraestrutura social sendo caracterizado pela presença de pessoas que vivem e moram. É nesse campo heterogêneo que a juventude assentada está inserida, como uma das categorias sociais, afetada pela falta de perspectivas e pelos conflitos de permanência na agricultura familiar.

Os jovens vivem conflitos que se expressam entre a ausência de perspectiva de permanência no campo e, por outro, o sonho, ou ilusão de uma vida na cidade e de um trabalho assalariado, para o qual não há preparo e qualificação. Diante dessa situação, Whitaker (2006) aponta que:

Um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados, está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma "força jovem" interior a comanda-los mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêm a continuidade das gerações (WHITAKER, 2006, p.115).

Admitindo, desde a ótica do trabalho que juventude rural vive na invisibilidade da esfera social, CARNEIRO, (2005) aponta que as condições materiais interferem na saída dos jovens do meio rural. E o contato mais freqüente com os valores da sociedade urbano-industrial, que faz com que os jovens formulem projetos individuais, com objetivo de "melhorar de vida", associado ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior.

►► agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho. Faz parte do complexo a produção de tecnologias para atender o desenvolvimento desse sistema, bem como, a mecanização do corte da cana "o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e com diversos setores da economia. Essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. Agronegócio é, portanto, o novo do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém, inclusive, a agropecuária capitalista (FERNANDES, 2008, p.47). Contudo, esta afirmação não se isenta de críticas e controvérsias.

Dentro dessa ambiguidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto imagem refletidas no espelho da cultura "urbana", "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem (CARNEIRO, 1998, p.3).

Essas mudanças enfrentadas pelos jovens se refletem nos modos de vida da juventude rural que vem sendo considerada como uma categoria heterogênea com múltiplas vontades, que pensam o campo não mais no modelo tradicional, no qual a forma de trabalho agrícola era predominante. Os jovens vêem o campo com várias possibilidades e dimensões para se desenvolver.

Em seus estudos sobre a juventude rural, Carneiro, (2005) observou que as razões afetivas de cunho familiar e a comunidade de origem são justificativas que revelam o desejo permanecer no campo, enquanto a "falta de recursos" (educação e comércio), o lazer e as opções de trabalho qualificados são apontados como carência que mobilizam a ida para a cidade.

Nessa relação com os dois mundos, o rural e o urbano resultariam na combinação das diferenças através das quais os jovens não mais cogitam a possibilidade de rompimento completo com o universo cultural de origem, mas a realização de um projeto próprio com segurança oferecida pelos laços familiares. "Resultado de uma elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais" (CARNEIRO, 1998, p.14).

Nesse processo de intensificação da comunicação entre universos culturais distintos, as fronteiras entre o "rural" e o "urbano" tornam-se cada vez mais imprecisas no que concerne às diferentes idealizações e projetos dos jovens. Contudo é certo que o resultado não aponta para a conformação de um todo homogêneo [...] Disso resulta a afirmação da sociedade local a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maioria específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identificamos como rurbanização (CARNEIRO, 1998, p.20).

A valorização da agricultura familiar deve ser um elemento estratégico para reorientação das políticas que visam o desenvolvimento rural em todas as suas dimensões, sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais.

Segundo Silva e Batista (2011), o cenário rural tem se tornado um ambiente desafiador, apresentando tendências na revalorização e ressignificação da agricultura familiar como categoria importante para o desenvolvimento rural que deve contar com a participação dos jovens,

[...] seja como agricultores ou como profissionais que promovam no campo uma atuação empreendedora, no sentido de potencializar os desafios surgidos pelas novas dinâmicas do cenário rural como as novas ruralidades, a sustentabilidade e as políticas públicas de crédito, beneficiamento e comercialização garantindo, dessa forma, melhoria nas condições de vida das populações rurais (SILVA, BATISTA, 2011, p.79).

Para tanto, o futuro da juventude assentada nos assentamentos depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

O reconhecimento da importância da agricultura de base familiar, por parte dos órgãos públicos e privados, como estratégica para geração de emprego e renda no campo, assim como para a produção de alimentos seguros, é o primeiro passo para a criação e execução de políticas públicas que proporcionem aos jovens a oportunidade de visualizar a agricultura como uma das várias possibilidades profissionais para busca de um futuro com dignidade e qualidade de vida (SILVA, BATISTA, 2011, p.88).

Diante disso, este artigo, busca colaborar na discussão sobre a juventude rural, os desafios que a mesma enfrenta no campo, mostrando alguns dados coletados da pesquisa feita através do convênio INCRA/UNIARA, com o título **Diagnóstico Regional** com o objetivo de identificar as vocações e potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e comunidades quilombolas estão inseridos, que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo⁷. Foi demonstrado que um dos entraves de

⁷Pesquisa que foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural ►►

desenvolvimento está relacionado à juventude assentada que enfrenta de forma acentuada, a ausência de políticas públicas a ela dirigidas.

Educação e Juventude

Foram identificados alguns possíveis entraves em relação à juventude rural e, principalmente, foi apontado que o futuro dos assentamentos no Estado de São Paulo depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Uma das problemáticas que a juventude rural enfrenta está relacionada, como já reiterado, à educação escolar. A pesquisa revelou que nos Assentamentos visitados no Estado de São Paulo o nível de escolaridade das famílias é o ensino fundamental incompleto.

Tabela 1 – Nível Médio de Escolaridade.

Escolaridade	%
Analfabeto	7
Fundamental Incompleto	49
Fundamental Completo	10
Ensino Médio Incompleto	8
Ensino Médio Completo	18
Superior Incompleto	5
Superior completo	2

Fonte: Pesquisa Campo, 2011.

Nas regiões Central/Araraquara e Leste/Grande São Paulo⁸, que são os focos deste artigo, esses dados se confirmaram. Considerando o histórico da Educação rural no Brasil, bem como as políticas destinadas a esta população, o simples fato de se colocar em pauta a necessidade de uma "Educação do Campo" indica

►► (NUPEDOR/UNIARA). Equipe multidisciplinar, formada por um grupo composto por docentes da UNIARA, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos, o que permitiu identificar obstáculos e dificuldades das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

⁸A pesquisa denomina de Região Central os Assentamentos das cidades de Araraquara, Ribeirão Preto, São Carlos, Iaras, Colômbia, Piratininga e Descalvado. E Região Leste os assentamentos localizados nas cidades de Americana, Apiaí, Biritiba Mirim, Cajamar, Itapetininga, São José dos Campos e Tremembé.

que a educação rural está longe de ser adequada para o contexto no qual se insere. Isto porque o rural e sua população ainda continuam sendo vistos "como um mundo à parte, fora do comum, ou seja, fora dos parâmetros definidos pela representação urbana, esta sim, a moderna" (OLIVEIRA, BASTOS, Apud SILVA, 2004, p.149).

Na jornada que já ultrapassa 16 anos, os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram e desencadearam um processo nacional no qual se luta pela garantia dos direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação. A educação defendida pelos movimentos sociais preconiza que a Educação seja no e do campo. "No: o povo tem que ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais". (CALDART, 2002 p.18). Para os Movimentos Sociais, pensar a Educação do Campo pressupõe que ela atenda aos reais anseios dos camponeses, participantes ativos do processo de construção de uma escola de qualidade no local onde moram.

A luta por uma educação do Campo já galgou no que diz respeito à legislação um conjunto importante de instrumentos legais que reconhecem e legitimam as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação se exerça, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo (MOLINA, 2011).

Podendo destacar algumas leis: a primeira é a Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu diretrizes para a educação nacional, que declara:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996, p.8).

A segunda lei para embasar o projeto das escolas do campo foi a Lei Federal 10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê um tratamento diferenciado para as escolas rurais:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (PNE, 2000, p.23).

E a terceira está vinculada à proposta de Plano Nacional de Educação elaborado pela Sociedade Civil, que fez a seguinte referência no II Congresso Nacional de Educação (CONED):

Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio. Idêntica preocupação deve orientar a educação de grupos étnicos, como os negros e os indígenas, que precisam ter garantia de preservação da identidade e da cultura. Nesse sentido, as experiências pedagógicas acumuladas pelos respectivos movimentos sociais organizados (Movimento Negro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho das Nações Indígenas) devem ser contempladas como referências fundamentadoras de propostas pedagógicas específicas (PNE, 1997, p. 57).

Nessa trajetória de luta é notório que a educação do campo se espalha. No entanto, a pesquisa que estamos analisando mostrou que ainda há inexistência e ou precariedade do acesso à educação escolar no campo. Na pesquisa realizada, 95% da região Leste, não têm escolas. A proximidade dos assentamentos com o meio urbano é justificativa para priorizar serviços públicos de transportes escolares para as crianças desta região.

Um fator importante para se observar é que quando não há escolas nas regiões, o transporte escolar aparece como o principal elemento de acesso, isso porque o transporte escolar está garantido pela Resolução CNE/CEB Nº02, 2008, Art. 8 "O transporte escolar, quando necessário é indispensável, deverá ser cumprido de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito quando aos veículos utilizados" (seção 1, p.81).

Tabela 2 – Transporte Escolar/Dado Estadual.

Transporte	%
Sim	97
Não	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Um fator de destaque para esta região Leste, está no Assentamento Milton Santos em Americana⁹. Neste assentamento, encontramos um número significativo de pessoas frequentando vários cursos superiores ligados ao PRONERA¹⁰, o que comprova os resultados da luta por uma educação que contempla as pessoas que vivem no campo, seja por uma Educação do Campo, seja na promoção de cursos superiores em articulação com universidades públicas e poder público, tentando corresponder às necessidades daqueles que estão no campo¹¹.

Na região Central/Araraquara constatou-se a ausência das escolas em 61% dos casos. Entretanto, merecem destaque especial duas escolas desta região. A primeira situa-se na cidade de Araraquara, precisamente no Assentamento Bela Vista do Chibarro onde estão localizadas as unidades "C.E.R Waldir Alceu Trigo e a E.M.E.F do Campo Professor Hermínio Pagôtto" que são referência em atendimento às crianças do campo. Com uma infra-estrutura privilegiada, a escola atende desde a Educação Infantil na unidade Waldir Alceu Trigo até ao Ensino Fundamental completo na unidade Professor Hermínio Pagôtto.

A escola proclama em seu projeto político pedagógico uma educação voltada para o homem do campo, específica para ele e para a realidade e dificuldade que enfrentam. Todavia, o material didático é composto pelo apostilado Sesi de Ensino, que traz um conteúdo voltado para o público urbano. Isso tem causado controvérsias e contrapontos em relação ao projeto da Escola.

A segunda escola está no município de Iaras no Assentamento Zumbi dos Palmares. Trata-se ainda de uma construção que vai atender desde a Educação

⁹Este assentamento é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹⁰Cursos superiores ou não, promovido através de convênio entre universidades públicas, movimentos sociais do campo e poder público.

¹¹A maioria dos assentamentos da Região da Grande São Paulo, é vinculada ao MST, apesar de haverem outros movimentos o que em certas circunstâncias gera conflitos de idéias. Na maioria dos assentamentos ligados ao MST existem pessoas que estão fazendo algum tipo de curso superior ou técnico do PRONERA.

Infantil ao Ensino Fundamental. No entanto, segundo os assentados, a escola não é suficiente para garantir escolaridade a todas as crianças e jovens que vivem no assentamento, uma vez que neste local vivem mais de 400 famílias.



Figura 1 – "EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagôtto" e "C.E.R Waldir Alceu Trigo" no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Figura 2 – Construção da escola no Assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Quando são superadas as condições materiais, como a construção dos prédios, bibliotecas, e recursos humanos, outro desafio é colocado pela ausência do Projeto Político Pedagógico (PPP) planejado para as especificidades do campo.

Tabela 3 – Existência de projeto pedagógico nas escolas/Dado Estadual.

Projeto Pedagógico	%
Sim	30
Não	70

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Apesar da garantia para a construção de um Projeto Político Pedagógico-PPP que contemple as Escolas do Campo, ou as crianças do campo que estudam em escolas urbanas, isso na prática nem sempre acontece, como demonstra a Tabela 2, na qual, 70% das escolas dos Assentamentos que participaram da pesquisa não têm um PPP que consiga atender as especificidades das crianças que vivem no campo.

Tabela 4 – Existência de projeto pedagógico nas escolas/Região Central.

Projeto Pedagógico	Representatividade (%)
Sim	41
Não	52
Não sabe	7

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Analisando as regiões leste e central, percebe-se que na região leste, 100% das escolas não têm projeto, isto porque nesta região como já foi mencionada, a maioria das crianças assentadas é direcionada para as escolas urbanas, fato que não isenta as mesmas de terem um projeto político pedagógico voltado para especificidades do campo como rege a Lei Federal 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu diretrizes para a educação nacional, que declara:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996, p.8).

Na região central, notamos que este problema está melhor resolvido, pois a região apresenta que 42% das escolas possuem projetos políticos pedagógicos, porém, isto não significa porém que estes projetos contemplem as especificidades da realidade vivida pela população que vive e trabalha no campo. Infelizmente, a pesquisa não teve tempo para aprofundar esta questão.

Para a concretude da Educação do Campo nos assentamentos, o trabalho realizado pela escola e na sala de aula deve ser coerente com o projeto de educação e o projeto histórico que se quer construir comprometido com desenvolvimento do campo e da nação. Isto quer dizer que é preciso selecionar e trabalhar conteúdos que estejam em sintonia com a concepção de ser humano que se quer formar.

Nossa compreensão é a de que a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a cultura, a política, e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação (I CONFERÊNCIA NACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO- TEXTO BASE, 1998, p.36).

Deste modo, esses dados permitem inferir que as políticas públicas direcionadas a fomentar a Educação do Campo ainda são insuficientes. As perguntas que emergem destes dados são relativas ao fato de não haver um investimento direcionado à formação específica da juventude assentada. Por que as políticas públicas oscilam entre equívocos e descontinuidades? A educação é uma das estratégias de permanência da juventude no meio rural? "Ou deve prepará-la, democraticamente para uma escolha livre entre partir e ficar" dentro de circunstâncias favoráveis?

O fato é que se precisa repensar, efetivamente, a política pública, voltada

para a Educação no Campo, cuja avaliação não pode se pautar por uma eficiência descolada da realidade multidimensional dos assentamentos, mas exige, de fato, ter como prioridade, a satisfação das suas necessidades, a (re) educação, o investimento em uma capacitação adequada, a orientação para práticas agrícolas não convencionais que possam apontar para outras perspectivas de desenvolvimento rural.

Entraves ou falta de políticas públicas? Os desafios para o futuro dos assentamentos

Ao relacionar a juventude e o futuro, procuramos nos contrapor, com dados equivocados diagnósticos de que o desenvolvimento dos assentamentos não prospera em virtude da evasão dos jovens. Os dados da pesquisa demonstraram que são vários os fatores que influenciam a saída da juventude do meio rural. Como também, mostrou que 67% dos pais desejam que seus filhos permaneçam no assentamento.

Tabela 5 – Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/
Dado Estadual.

Permanência	%
Ficassem	67
Saíssem	33

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Através da interpretação dos dados qualitativos referentes ao futuro e permanência dos filhos nos assentamentos foi possível constatar que em quase metade das famílias pesquisadas, os filhos estão morando e trabalhando fora e não pretendem voltar. As respostas mais comuns foram que os filhos estão casados e trabalhando principalmente no setor industrial das cidades. Entre os que permanecem no assentamento, a grande maioria espera continuar vivendo e trabalhando no lote.

Para que seus filhos permaneçam nos lotes, quase todos assentados citam alguma atividade e/ou melhoria necessária para o assentamento. Muitos já projetam o sítio pensando na possível permanência de seus filhos, como a instalação de sistema de irrigação, comprar mais gado e deixar para os netos, plantar café. Outra informação que merece destaque é com relação à formação dos filhos, muitos esperam que eles vão estudar fora, cursar uma faculdade,

colégio técnico nas áreas ligadas às ciências agrárias e voltem com a teoria relacionada à prática para morar e trabalhar no lote. Como exemplo, podemos citar a visão de um dos assentados: "é preciso dar formação necessária para que eles possam escolher entre ficar ou sair do assentamento, sabendo das dificuldades da vida lá fora e perceber que o assentamento é seu porto seguro" (Pesquisa de Campo, 2011).

Também foram observados relatos com a intenção de dividir o lote entre os filhos, construir suas casas e propiciar condições produtivas para que eles se fixem no assentamento. Podemos comprovar através da fala de um dos assentados: "tenho seis (6) filhos e gostaria que cada um ficasse com 1 alqueire¹². Outra fala relevante foi de um senhor que disse: "porque na terra ninguém passa fome e tem maior qualidade de vida" (Pesquisa de Campo, 2011).

Uma parte significativa dos assentados apontou como deficiente, a renda para fixar os jovens no assentamento, se procura empregos nos centros urbanos, é há maior perspectiva. Logo a sugestão com maior incidência relaciona-se à demanda por incentivos e apoios para desenvolverem projetos que lhes garantam renda própria. Um comentário que reproduz esse entrave foi dito por uma senhora: "é necessário criar formas de renda que possibilitem perspectivas de futuro mais atrativas do que as ofertadas nas cidades" (Pesquisa de Campo, 2011).

Para tanto, o futuro do assentamento segundo a maioria das respostas depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Dentre os comentários que merecem destaque estão:

✓ A política deveria voltar como era antes, ter barricada para impedir pessoas estranhas, pois quem coordenava eram os assentados, não tinham INCRA. Com o objetivo de ter menos divisão, ter mais reunião, e voltar a ter representantes. De acordo com os assentados, a preferência deve ser a minimização da dependência ao INCRA;

✓ O futuro do assentamento depende de planejamento do presente. Saber para onde o assentamento vai caminhar depende do povo, do INCRA em desenvolver mais as coisas;

¹²Nestes casos, os assentamentos não são PDS, nos quais, os tamanhos dos lotes são pequenos para dividir com todos os filhos. Outro fator, para ser estudado dentro das políticas públicas, como fica a divisão da terra entre os filhos quando o lote é em tamanho inferior e que não daria para se dividir com todos os filhos?

✓ Uma política mais direcionada que atenda aos pequenos agricultores e assentados; selecionar melhor os assentados com aptidão com o trabalho rural (Pesquisa de Campo, 2011).

Outros assentados acreditam que o assentamento, para se desenvolver, depende da produção. A grande maioria demandou serviços de infraestrutura básica para produção, como a água que é um fator preocupante em muitos assentamentos. Assentar as famílias requer um cuidado por parte dos órgãos responsáveis, uma vez instalado um assentamento em uma área que apresenta falta de água para a produção, vai proporcionar futuramente um entrave para o desenvolvimento econômico e social das famílias e do próprio assentamento.



Figura 3 – A imagem da foto ilustra uma das possibilidades de desenvolvimento. Geração de renda e transmissão do conhecimento agrícola, valorização do homem do campo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Um importante fator apontado com frequência foi o crédito, e outros incentivos financeiros. Uma reivindicação se dá pela existência da Declaração de Aptidão

ao PRONAF-DAP¹³ (específica¹⁴ para as mulheres e outra para os jovens, como forma de reconhecimento do trabalho no lote. Apesar de existir o Pronaf Jovem¹⁵ o acesso por parte dos jovens demonstrou poucas experiências que deram certo, sendo que as seguintes demandas são "o crédito não sai no momento certo, há muito atraso; fomentos a rendas não agrícolas houve destaque para o financiamento para artesanato" (Pesquisa de Campo, 2011, NUPEDOR).

Outro enfoque referido foi à necessidade de infraestrutura e serviços públicos de qualidade, como as apontadas a seguir: melhores condições de estradas; acesso à energia voltada ao rural, uma política que como a Tarifa Reduzida ou Tarifa Verde que beneficia a população rural, em especial os produtores rurais; serviços públicos no geral, destacando-se saúde, transporte coletivo, e educação (Pesquisa de Campo, 2011).

Analisando a questão da infraestrutura, Carneiro, (2011) observou que em áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura (qualidade de estradas e dos meios de transporte que facilitem a comunicação com a cidade, saneamento básico, telefonia etc.) indícios de mudança nos valores dos jovens no que refere à relação campo-cidade.

Influenciados pela própria valorização urbana do campo como lugar saudável, tranquilo, sem violência, os jovens começam a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não agrícolas. Contribuem para esta decisão o aumento da violência nas cidades e a ampliação do mercado de trabalho não agrícola no campo (CARNEIRO, 2011, p.253).

¹³Os assentados comentaram que para garantir a renda de produção, seria necessário que existisse uma DAP, tanto para a mulher quanto para a juventude desvinculada da DAP do marido, pai como forma de reconhecimento da mão-de-obra na produção do lote.

¹⁴Este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

¹⁵Este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Diante dos dados obtidos nessa pesquisa, podemos fazer uma pequena síntese das possíveis causas das saídas dos jovens: falta de renda própria; poucas alternativas profissionais; inadequadas políticas públicas dirigidas aos jovens; infraestrutura; meios para constituir uma família em um novo lote; cultura e lazer.

Contudo, há controvérsias na posição dos pais em relação à permanência dos filhos nos assentamentos. Os mesmos vivem uma situação que os colocam em dúvida em relação à permanência de seus filhos nos assentamentos. Pois, alguns entrevistados declaram preferir que os filhos ficassem no assentamento e o motivo maior é para ficar junto da família. Na região Central como pode ser observado na tabela 72% dos assentados deseja a permanência dos filhos nos assentamentos.

Tabela 6 – Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/
Região Central.

	Representatividade (%)
Saíssem	28
Ficassem	72

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

O desejo das famílias que moram na região leste é contrário ao da região central e como mostra a tabela sendo que 79% dos assentados desejam a saída dos filhos.

Tabela 7 – Desejo em relação à permanência dos filhos no assentamento/
Região Leste.

	Representatividade (%)
Ficassem	21
Saíssem	79

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Apesar das controversas entre as regiões as falas de assentados (dados qualitativos) relatam a vontade e desejo de permanência de seus filhos. A maioria diz que o assentamento precisa de infraestrutura para que eles fiquem e dêem continuidade ao trabalho e sobrevivência na terra. A questão da educação, do esporte e lazer estão entre as maiores reivindicações dos pais.

Tabela 8 – Sugestão para que os filhos não saiam do assentamento/Dado Estadual.

Sugestão	%
Turismo	4
Agroindústria	5
Renda não agrícola	8
Lazer e Cultura	18
Infraestrutura	14
Educação/Escola	21
Outros	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A falta de infraestrutura, educação/escola e lazer/cultura, além da falta de renda são fatores que acabam por expulsar os jovens dos assentamentos, o que vem prejudicando o futuro do local. Outros fatores, foram arrolados como fatores de garantia do futuro dos assentamentos.

Tabela 9 – Do que depende o futuro dos assentamentos/Dado Estadual.

Futuro	%
Agroindústria	4
Renda não agrícola	2
Lazer/cultura	4
Infraestrutura	16
Educação/escola	10
Outros	25
Titulação da terra	1
Melhor organização dos assentados	13
Mais créditos	8
Assistência técnica	17

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A própria população pesquisada identifica que para melhorar o assentamento é necessário: infraestrutura, educação/escola, melhor organização dos assentados, melhor assistência técnica, itens dos quais depende o futuro dos assentamentos. A discussão de ações para o desenvolvimento dos assentamentos pode (e deve), antes de qualquer outro dado, partir dessa preciosa e realista auto-avaliação.

Considerações Finais

A juventude nos assentamentos encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, e ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Com a falta de recursos os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura.

Diagnósticos apressados sobre a evasão da juventude ou a falta de perspectiva para os assentamentos em vista do envelhecimento devem ser evitados. Evidentemente, a situação e perspectiva da juventude, paralelamente aos dilemas do grupo etário mais avançado são extremamente problemáticas. A política pública deve avançar por caminhos não trilhados para contemplar o desafio geracional na área rural e nos assentamentos rurais.

Entre o ficar ou sair do assentamento há mediações que necessariamente devem ser resgatadas. Especialmente, porque os assentamentos têm dado mostra de que estão cada vez mais dentre as possibilidades do processo de redemocratização da sociedade brasileira. E a juventude assentada cumpre um papel fundamental para o futuro dos assentamentos.

Referências

ABRAMO, H.W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; VENTURI, G.; BRANCO, P.M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. Ed. Perseu Abramo, São Paulo 1ªed., 2005.

BRASIL. Lei Federal 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Plano, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira**. II Congresso Nacional da Educação (CONED). Belo Horizonte/MG, 1997. Disponível em: <<http://www.fedensp.org.br/documentos/PNE%20%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>> Acesso: 6/10/2011.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB N° 02/2008**. Estabelece diretrizes

complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

CARNEIRO, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P.M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. Ed. Perseu Abramo, São Paulo 1ªed., 2005.

_____ O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA, F.C.S.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.

CALDART, R.S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", nº04, 2002, p.25-36.

FERNANDES, B.M. Educação do Campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C.A. dos. (Org.) **Por uma Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008, p.39-66.

I Conferência Nacional: **Por Uma Educação Básica do campo**. Texto Base. Luziânia/GO, 27 a 31 de Julho de 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/42E8154B-81FA-40F3-83B6-325D338D5B81/FinalDownload/DownloadId-72F6B4980F860B87B78233FB6910B90D/42E8154B-81FA-40F3-83B6-325D338D5B81/images/0014/001497/149798porb.pdf>> Acesso em 03/05/2013.

MOLINA, M.C.; FREITAS, H.C.A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em aberto**, Brasília, v.24, n.85, p.17-31, Abril, 2011.

SILVA, S. **Avaliação do Rendimento Escolar a partir do Projeto Educação do Campo no Assentamento Bela Vista do Chibarro – Araraquara/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia da Terra). Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, 2011.

SILVA, J.R.; BATISTA, C.W.S. Juventude rural e agricultura familiar: os

determinantes da escola profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião – AL. **Revista Científica do IFAL**, n. 2, v.1 - jan./jul. 2011.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S.V. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2009, Porto Alegre/RS. In: **Anais...**, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>> Acesso em: 16/02/2011.

WHITAKER, D.C.A.; SOUZA, M.F. de. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.10, Uniara/Nupedor, p.113-125, 2006.

LA EMERGENCIA DEL TERRITORIO CAMPESINO EN ANDRADINA

Claudia Pilar Lizárraga Aranibar¹

Carlos Alfredo Vacafleres Rivero²

Oswaldo Aly Junior³

Elienai Gonçalves⁴

Resumo: El presente texto retrata las luchas, la conquista de la tierra y la conformación de un territorio campesino en la región de Andradina, Sao Paulo. Este territorio presenta sus contradicciones en la disputa territorial con el agronegocio, principalmente cañero, que se ha expandido y continúa ampliando la producción en esa región. Se evalúan las políticas públicas y su carácter marcadamente productivista que influyen en la actuación de la asistencia técnica que, en este contexto, reproduce el modelo productivista y orientado al mercado, que es inadecuado al modo de organizar la producción en los lotes de los asentados, que sobrepasa lo meramente mercantil. Se discuten las contradicciones del fortalecimiento organizativo y la consolidación de las organizaciones de carácter comunitario en el cotidiano de los asentamientos. Se analizan las debilidades de este proceso organizativo ante la posibilidad de construir una agenda unificada de reivindicaciones y de movilizaciones para la conquista de una vida digna. Esta forma de actuar de la política pública acaba teniendo más fuerza para organizar la vida en los asentamientos, frente a la debilidad de las organizaciones sociales para construir esa agenda común y para fortalecer los lazos comunitarios.

Palabras clave: Territorios reformados; Andradina-SP; Ciudadanía; Vida comunitaria; Asentamientos.

¹Economista, Mestre em Geografia, UNESP/Presidente Prudente.

²Engenheiro Agrônomo, Mestre em Geografia, UNESP/Presidente Prudente.

³Engenheiro Agrônomo, mestre em Ciências Ambientais, USP/Procam.

⁴Geógrafo, Mestre em Geografia, UNESP/Presidente Prudente.

Abstract: *This text portrays the struggles, the conquest of land and the creation of a peasant territory Andradina region, São Paulo. This territory are contradictions in the territorial dispute with agribusiness, especially sugarcane, which has expanded and continues to expand production in that region. Public policies are evaluated and productivist markedly influencing the performance of the technical assistance, plays the productivist model and market-oriented, it is inappropriate to organize production mode on lots of the settlers, that goes beyond commercial thing. We discuss the contradictions of organizational strengthening and consolidation of community organizations in the everyday character of settlements. We analyze the weaknesses of this organizational process to the possibility of constructing a unified agenda of demands and protests for the conquest of a decent life. This approach to public policy ends up having more strength to organize life in the settlements, off the weakness of social organizations to build that common agenda and to strengthen community ties.*

Keywords: *Territories renovated; Andradina/SP; Citizenship; Community life settlements.*

Presentación

Este trabajo hace una retrospectiva de la constitución del territorio campesino en la región de Andradina, en el Estado de São Paulo, y su avance en la última década en el gobierno Lula. Lo contradictorio es que el avance de los asentamientos de reforma agraria coincide con el avance de la siembra de caña para la producción de alcohol y azúcar para el mercado internacional y para consumo interno en el país. Más aún, se destaca el desbalance entre las políticas para la reforma agraria y las políticas direccionadas para la producción de *commodities*.

Presenta las dificultades y los retos para el fortalecimiento organizativo y la constitución de lo comunitario en los asentamientos. Retrata como en su cotidiano los asentados hacen un esfuerzo para mantener la unidad que existió en el periodo de la lucha en el campamento, pero que disminuye después de la constitución del asentamiento. Se discute también sobre las dificultades de las organizaciones sociales, ante la disputa que muchas veces ocurre en los momentos iniciales de la vida de los asentamientos, terminan por debilitar la vida comunitaria y su capacidad de construir una agenda unitaria ante el poder público federal, departamental y local.

Por último se hace una evaluación de las políticas públicas y su incidencia sobre la reproducción de un modelo productivista, cuya implementación no lleva en cuenta la necesidad del fortalecimiento comunitario y organizativo, lo que finalmente termina contribuyendo en incrementar estas debilidades.

Andradina, una región

Para el INCRA, la región de Andradina engloba a los municipios de la microrregión geográfica de Andradina y los municipios de Araçatuba (Araçatuba), Birigui e Brejo Alegre (Birigui), Paulicéia (Dracena) e Turmalina (Fernandópolis), donde también existen asentamientos.

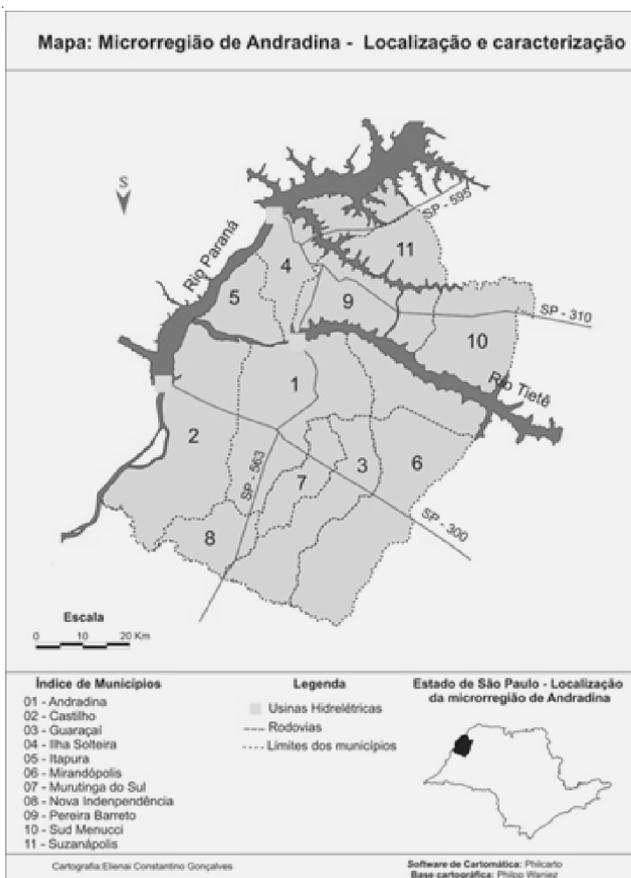


Figura 1 – Mapa da microrregião de Andradina – Localização e caracterização.

Fonte: Incra, 2010.

La microrregión de Andradina está conformada por 11 municipios⁵ en los cuales se tiene 34 de los 42 asentamientos de la regional. Los 34 asentamientos cuentan con una población de 3.171 familias, alrededor de 12,5 mil personas, que ocupan un área de 58.272,24 hectáreas. De la misma forma que el Pontal do Paranapanema, Andradina es la región que más concentra asentamientos en el Estado de Sao Paulo, con la diferencia que en el Pontal son asentamientos en tierras públicas estaduais⁶, mientras que en Andradina son asentamientos en tierras desapropiadas a privados.

El municipio de Andradina es conocido como la "terra do rei do gado", en alusión a un antiguo terrateniente productor y comerciante exitoso de ganado de la región. En la última década, las áreas de pastoreo que venían siendo caracterizadas como tierras improductivas y definidas como áreas pasibles para reforma agraria, son substituidas rápidamente por la caña de azúcar alterando el paisaje y la dinámica regional. Según los datos del Instituto de Economía Agrícola (IEA) el área de pastoreo cultivada en el año 2010 fue de 310.230 Has., 30% menor que el año 2000, en que se cultivo 446.100 Has. Estos datos contrastan con las cifras de la superficie de caña de azúcar, que en el año 2000 fue de 23.222 Has., y en el 2010 de 161.202 Has., dándose un incremento de 600% (ver gráfico de variación de todo el período).

⁵Andradina, Castilho, Guaraçaf, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis

⁶En el contexto brasileiro, cuyo territorio nacional se organiza en Estados, la condición estadual se refiere a esa escala subnacional, en relación a su articulación estatal nacional.

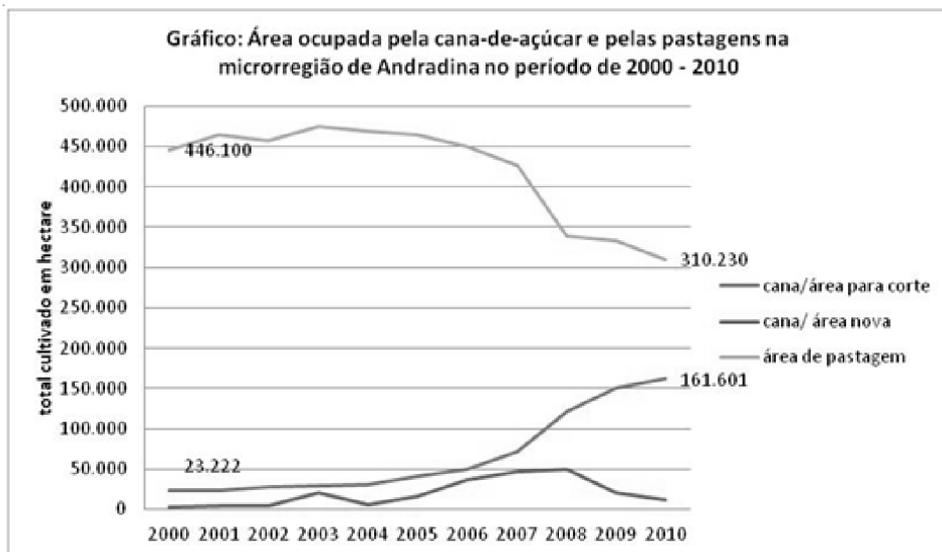


Gráfico 1 – Área de ocupación de caña y campos de pastoreo en la microrregión de Andradina.

Fuente: Instituto de Economía Agrícola (IEA), org. Gonçalves, E.C.

El avance de la caña de azúcar en el oeste del Estado de Sao Paulo está destinado a atender la demanda del mercado de agrocombustibles y de azúcar para el mercado interno y de exportación incentivado por el gobierno brasileiro. Eso resultó en la expansión de varias empresas en las regiones de Ribeirão Preto e Jaboticabal que abren nuevas unidades industriales en todo el oeste paulista.

Este proceso de expansión de las usinas, contrasta con la dinámica que tienen los movimientos campesinos y por la concentración de los asentamientos rurales en el municipio. El 2003, cuando se inicia la expansión de la caña de azúcar en la microrregión de Andradina, se tenía 9 asentamientos con una población de 933 familias y un área de 23.404 hectáreas. Entre el período 2003-2010 se crearon 29 asentamientos, con una población de 2.699 familias y una superficie de 41.474 hectáreas, con un crecimiento de 43% del área de los asentamientos.

A pesar de que el área de asentamientos se incrementa de forma significativa, más que otras regiones del Estado, la dinámica de expansión del agro negocio cañero se desarrollada en las áreas que venían siendo caracterizadas como improductivas y que venían siendo desapropiadas para fines de reforma agraria y que ahora son incorporadas al sistema productivo del agro negocio cañero.

Esto agrava la concentración de la tierra y la disputa territorial entre los campesinos y el agro negocio para la utilización de esas tierras y de recursos como el agua sea para la producción de alimentos o para la producción de *commodities*.

La presencia de las familias de los asentamientos dinamiza la economía de los municipios y confiere a la región una identidad productiva que se proyecta a partir de la producción de ganado de corte y de leche y de la producción de una diversidad de productos agrícolas.

La consolidación de los asentamientos en la región lleva la concepción de la política de los asentamientos a otro nivel, en el cual no solo es importante la consolidación de la propiedad de la tierra, sino la canalización de los recursos públicos como un derecho ciudadano de los asentados y el acceso a los recursos como el agua para viabilizar la producción. Este proceso cuestiona las estructuras jurídicas institucionales que bloquean las reivindicaciones de los asentamientos, privilegiando al agronegocio con una inversión que construye el territorio a partir de las necesidades que tienen estos sistemas productivos.

Lucha por la tierra y la constitución del territorio campesino

La región de Andradina es una región simbólica en la lucha por la tierra en el Estado de Sao Paulo y en el Brasil, debido no solo a que en esta región está el asentamiento Primavera, el más antiguo del Estado de Sao Paulo, sino que, según Ailton Sadao Moriyama (2011), coordinador regional del INCRA a la fecha, la región tiene características peculiares en relación a otras regiones del Estado, como:

1. La alta concentración de asentamientos, solo comparable con la región del Pontal do Paranapanema. En la región de Andradina hay 42 asentamientos, entre antiguos y nuevos, lo que incide positivamente en la visibilización económica y política de los sin tierra y de la producción campesina en el imaginario de la sociedad regional, y definitivamente tiene incidencia en la conformación de la política pública, que se ve obligada a considerar la inclusión de este sector socioeconómico.

2. La proximidad geográfica de los asentamientos, que es marcadamente sintomático en esta región, pues se presentan situaciones de existencia de varios asentamientos dentro de un solo municipio, como es el caso del municipio de Castilho; o situaciones donde se tiene varios asentamientos que quedan unos al lado de otros, constituyendo un espacio geográfico más amplio de continuidad del paisaje de los asentamientos, con las implicaciones sociales, económicas y políticas que eso puede acarrear.

3. La región de Andradina es un área de desapropiación, a diferencia del Pontal de Parapanema que son tierras devolutas⁷, eso quiere decir que son propiedad del Estado y que no se paga por ella en la desapropiación, solo las mejorías, al contrario de la desapropiación de la propiedad privada que son calificadas como improductivas. "La lucha es más emblemática en la desapropiación", comenta Sadão Moriyama (2011) haciendo referencia al impacto que tiene en la subjetividad de los sujetos cuando la lucha es por la desapropiación de una propiedad privada que es evaluada como improductiva, y no como propiedad irregular o "sin propietario conocido".

4. Andradina se constituye en una región de expansión del agronegocio a partir de la producción de caña, lo que coloca otra condición a la lucha por la tierra ya que este cultivo es de alta rentabilidad y contribuye de manera directa al desarrollo del Brasil, destruyendo el argumento de improductividad de los latifundios para avanzar en la desapropiación. Este factor plantea además otra dimensión y complejidad a la lucha por la tierra en el marco de tierra para producción de vida y alimentos, y tierra para producción de mercancías.

De ahí que la región de Andradina se constituye así en un área importante para reflexionar sobre la problemática de la Reforma Agraria en el Estado de São Paulo, desde que efectivamente se constituye en una región diferenciada a partir de las consideraciones planteadas en líneas anteriores, por las estrategias institucionales adoptadas por el órgano público en la región y por la propia evolución de la lucha, que confiere a esta una condición formativa singular, que tiene dinámicas diversas de articulación socio-espacial y societal a partir de la implantación de los asentamientos, que se proyectan como una entidad regional en construcción.

La región de Andradina, a partir de 1980, se convierte en un escenario de la lucha por la tierra con la conquista de uno de los primeros asentamientos en la región, el asentamiento Primavera. Esta acción inicia un proceso de dislocamiento de la estructura política y productiva regional asentada sobre los latifundios improductivos que en otro momento caracterizaba la estructura de la región.

⁷Tierras fiscales apropiadas ilegalmente en el pasado, que son recuperadas por el Estado.

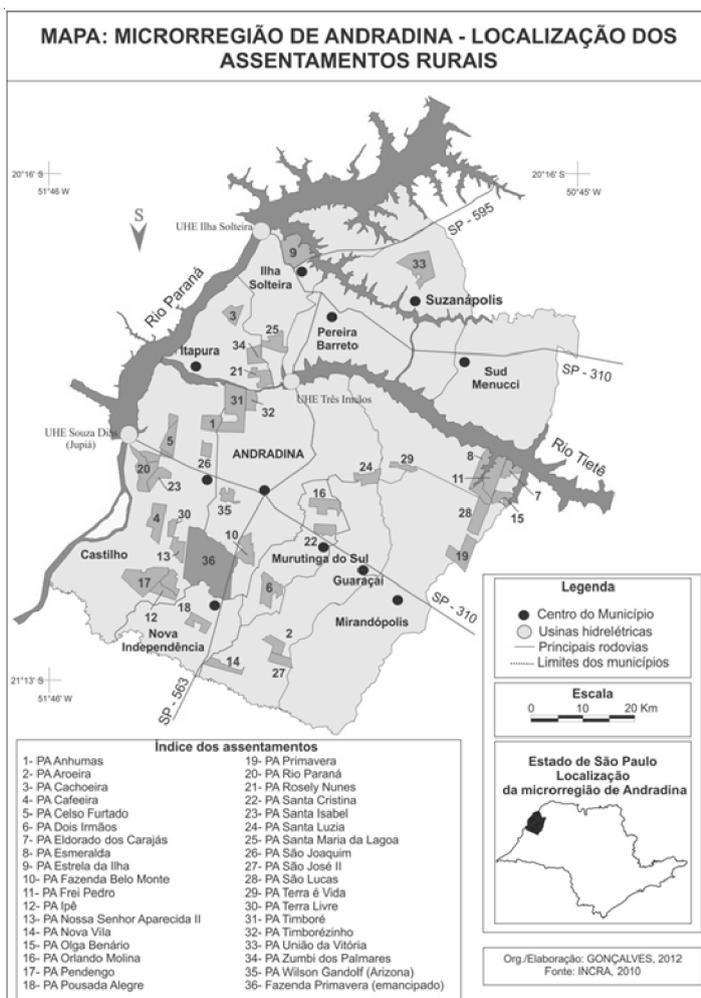


Figura 1 – Mapa da microrregião de Andradina – Localização dos assentamentos rurais.

Fonte: Inkra, 2010.

La historia contemporánea de la lucha por la tierra en esta región está referida a la lucha de los *poseiros*⁸ de la hacienda Primavera, marcando un hito histórico

⁸El campesino ocupante de la tierra en la *fazenda* Primavera, que no contaba con título de propiedad.

no solo para la región sino para todo el Estado de São Paulo y Brasil. Es en este proceso que se va constituyendo un sujeto que comparte una historia de marginación y subalternidad y se constituye como una resultante histórica de la lucha por la tierra. Se caracteriza por ser un sujeto heterogéneo que trae al asentamiento sus esperanzas, experiencias, historias y memorias de vida. Tiene un mito de origen en la lucha por la tierra que se construye desde esa condición de marginación y explotación, que es una condición de pre-existencia referida a una diversidad de orígenes y situaciones donde la característica común es su condición de subalternidad. Hombres y mujeres que no tienen tierra donde producir, viven en condiciones precarias, provienen en su mayoría de zonas periurbana y forman parte de una historia donde el sistema mantenía condiciones equivalentes a la esclavitud moderna. En palabras de ellos trabajaban para ver a otros mejorar.

La lucha por la tierra trae al debate los derechos colectivos y los derechos individuales, y el rol de la política de Reforma Agraria que ancla bajo la noción de ciudadano la posibilidad de constituir un entramado colectivo que se funda en la experiencia de la lucha por la tierra. Por otro lado, pone en debate la concepción de la tierra como bien social y como fuente de vida. En el proceso de lucha la experiencia comunitaria de este sujeto se constituye y reconstituye en el tiempo de vida en el *barraco*⁹, donde la gente tiene un sueño común: "tierra para una vida diferente".

Política de reforma agraria y construcción del territorio campesino

El concepto de territorio campesino es un eje relevante de análisis en la evaluación de la política pública de asentamientos en la región de Andradina, pues se constata que la creación de asentamientos tiene un efecto importante en la reconfiguración del territorio y la configuración política y económica de los municipios de la región.

La noción de territorio campesino se refiere a la posibilidad de expresión en el espacio geográfico de la realidad campesina, tanto en términos institucionales, económicos, culturales y políticos. En la lucha por la tierra es importante captar la dimensión política de lucha por el territorio, sin la cual no es posible entender la lucha por un pedazo de tierra, cuyo acceso no tiene sentido en un contexto

⁹Carpa de plástico improvisada y precaria que utiliza el sin tierra para acampar en la lucha por la tierra.

político-institucional que no garantice su acceso en el largo plazo, es decir, el derecho del campesino y/o agricultor familiar para ejercer su actividad económica de igual manera que un empresario del agronegocio, sin necesidad de transformar su lógica económica y organizativa para conservar su derecho sobre la tierra donde vive y trabaja.

El territorio campesino se fundamenta en la cualidad espacial de las relaciones de los productores campesinos, expresada en la espacialidad del sujeto, que implica que la producción de la realidad es hecha por la interacción de los sujetos sobre un espacio, en una disputa constante por el acceso al control de los recursos que componen el espacio geográfico, por lo que se entiende al territorio como la porción del espacio que es controlada por una forma de relación social que impone su proyecto societal merced al poder que tiene.

La idea de territorio campesino puede ser construida a partir de la noción de un paisaje campesino que surge con los asentamientos de la reforma agraria, que contrasta con el paisaje producido por las haciendas de ganado y por las plantaciones de caña. Pero para producir y mantener este paisaje campesino, es preciso poder controlar el espacio geográfico donde esto acontece, que es el fundamento mismo de la idea del territorio campesino.

La expropiación de los campesinos por el agronegocio en la historia reciente, muestra la relevancia de la dimensión política del concepto de territorio, ya que es la lucha organizada la que tiene la fuerza para exigir al Estado la restitución del derecho ciudadano a la tierra, construyendo en este proceso la noción de justicia histórica. Queda claro que estos "ciudadanos" por si solos no podrán acceder a su pedazo de tierra, aunque este sea el sueño de toda su vida.

Para algunos de los entrevistados, el acceso a la tierra es una opción de vida deseada desde siempre, no necesariamente porque no tuvieran la posibilidad de acceder a una vida digna en la ciudad, sino porque es la vida en el *sitio*¹⁰ lo que ellos prefieren, como dice un entrevistado: "é a vida que sempre pedi a Deus...", y es la lucha por la tierra la opción disponible para que puedan acceder a un lote de tierra donde establecer su vida.

Para otro de los entrevistados la lucha por la tierra es una opción de vida digna, no es una opción de preferencias, sino casi como la única salida posible de una vida sumamente precaria en las ciudades.

En cualquier caso, la tierra es un bien que debe ser trabajada personalmente,

¹⁰El *sitio* es un localismo usado para designar la parcela familiar campesina.

tiene que cumplir una función económica y social, tiene que producir por la mano del propio asentado, siendo esta una dimensión primaria de la noción del territorio campesino. No es un lugar de retiro, o de contemplación de la naturaleza, sino que el asentado debe defender su lote conquistado en la lucha trabajando y viviendo en este.

El proceso de *moralización* realizado en la regional de Andradina a inicios del 2011, en el que el INCRA hizo una fiscalización y reversión de lotes que no estuvieran siguiendo las reglas de reforma agraria, mostró como el asentamiento es un territorio campesino.

En otro nivel de análisis, es posible ver la constitución del territorio campesino como una dimensión importante de la construcción de Estado, constituyéndose en un actor importante de la dinámica del municipio. En la región se tiene varios asentamientos dentro de un mismo municipio, como es el caso del municipio de Castilho, que presenta 14 asentamientos dentro de su territorio, cuyo peso demográfico y económico es estratégico y decisivo dentro del municipio.

En otro caso se tiene un conjunto de asentamientos localizados de forma contigua uno al lado del otro, no necesariamente dentro del mismo municipio, pero formando un territorio campesino extenso. Este es el caso de los asentamientos ubicados en la región circundante al asentamiento Esmeralda, entre los municipios de Mirandópolis y Pereira Barreto (Sao Lucas, Primavera II, Olga Benario, El Dorado dos Carajas y Esmeralda); o también el caso de los asentamientos Timbore, Timborezinho y Roseli Nunes.

En El asentamiento Primavera II entrevistamos a una familia que tenía un vecino de visita, y al anochecer, mientras el dueño de casa recogía semilla de maíz criollo de la huerta, el vecino nos mostraba a lo lejos las luces de las casas de un asentamiento vecino, no para mostrar la eficiencia de la compañía eléctrica, sino para demostrar su satisfacción de tener vecinos campesinos a la vuelta.

En Esmeralda, la señora Marta cree que la creación de nuevos asentamientos en los alrededores es una cosa buena, aunque éstos estén concentrando la asistencia técnica a Esmeralda con poca asistencia técnica, pero en compensación tienen más vecinos, se mueve más la economía, hay más gente, más movimiento, más capacidad política para exigir a la alcaldía, ya que "eles precisam de nossa ajuda nas eleições...". Y es que ella conoce las limitaciones del asentamiento aislado, puesto que Esmeralda estuvo mucho tiempo solo donde hay ahora varios asentamientos juntos.

En otro nivel de análisis del territorio campesino, se puede rescatar la disputa conceptual entre *área reformada* y *territorio de ciudadanía*, que son dos

nociones de operacionalización de la política pública a partir de la presencia de asentamientos de reforma agraria en el espacio local. En ambos casos el eje de análisis son los asentamientos en su relación con el territorio total. El *área reformada* es una noción que expresa la transformación de la estructura agraria de un área determinada, que viabiliza la democratización de la propiedad agraria condicionada por el cumplimiento de la función económica y social de la tierra, siendo una condición del Estado donde el territorio campesino alcanza un nivel aceptable de expresión legítima en la estructura del territorio total, en coexistencia equitativa con otras formas territoriales que también disputan el control de la tierra, como es el caso del agronegocio, logrando consolidar el derecho a recibir el apoyo de la política pública en la misma forma que el territorio capitalista. Esta noción cuestiona la concentración de la tierra y reivindica la redistribución de la misma, y demanda la expresión legítima de un territorio campesino que es ocultado por una forma territorial dominante.

En el *territorio de la ciudadanía*, el eje de análisis es la posibilidad de representación del asentamiento en el marco del reconocimiento de todos los actores colectivos del territorio total, cuyo proceso formativo no es relevante a la hora de legitimar la condición de la representación, simplemente se considera el dato de su actual presencia en el territorio, asumiendo una supuesta naturalidad en la estructura agraria existente, sin cuestionar la concentración de la tierra, cuya sola coexistencia sería condición suficiente para estructurar un sistema colaborativo de decisiones para potenciar el desarrollo del territorio.

La construcción de la comunidad en los asentamientos

El asentamiento es la entidad socio-espacial, para recuperar el concepto del geógrafo M. Santos (1996), privilegiada que encamina la política pública de reforma agraria en la región de Andradina. Aunque está compuesto por un conjunto de unidades productivas familiares, la articulación colectiva de estas unidades en el nivel de asentamiento es lo que le da sentido, al final, a la aplicación de la política pública.

Tanto para los asentados, para los movimientos sociales, para los órganos gubernamentales y para los mediadores, como Marlusse Castro Maciel (2009, p.226) propone clasificar a los actores involucrados en esta cuestión, el asentamiento es la entidad de referencia central en la aplicación de la política pública, y por tanto, una entidad con vocación natural a constituirse en una entidad funcional de operacionalización de la acción estatal, y así de generación de la acción política de parte de la sociedad para interactuar con la política pública.

Sin embargo, en el trabajo de campo, percibimos una tensión en la constitución del asentamiento como entidad unificada.

En la cotidianidad de la interacción entre los asentados y el órgano público, en general, no parece haber mayor disputa en la conceptualización del asentamiento, que es tomado como el espacio natural de aplicación de la política pública, en el que a veces no parece relevante precisar su especificidad y diferenciación con los otros espacios de producción agropecuaria circundante: las plantaciones de caña de las *usinas*, las *fazendas*, los *sitios* y las *chácaras*. A diferencia de éstas, el asentamiento es una entidad colectiva, aunque compuesta por unidades productivas individuales, pero agregadas en una estructura geográfica, económica y cultural, que genera de hecho un espacio diferenciado para la aplicación de la política pública.

El accionar de la política pública, por un lado relega a un segundo plano el reconocimiento del asentado como una entidad unificada de interlocución, y por otro, tiende a enfocarse en la dimensión económico-productiva del asentamiento, desatendiendo su multidimensionalidad inherente de complejidad social, lo cual tiene implicancias en la aplicación de la política pública.

Esto trae la cuestión de la concepción del asentamiento, que, en el fondo, es un reflejo de la concepción hegemónica de sociedad y de Estado en la modernidad, que no cuestiona la forma en que se la construye, y simplemente se asumen los principios liberales ya impuestos en la consolidación histórica del Estado-nación moderno, que privilegia la dimensión económica, la ciudadanía individual, la representación política vía partido político y, así, la concepción del campo como espacio de producción agropecuaria.

La interlocución con las organizaciones es así subalternizada a la visión dominante, que termina imponiendo esta forma naturalizada de entender la sociedad solo como una agregación de individuos.

Frente a esta concepción hegemónica de sociedad y Estado, es preciso visualizar una perspectiva alternativa de construcción de sociedad que muestra la lucha por la tierra de los trabajadores brasileiros que se encuentran marginalizados de la producción, de la economía y de la política.

En esta perspectiva, Raimundo Pires Silva (2011b) concibe al asentamiento como una comunidad en construcción, un proceso de ocupación, en el campo, del espacio vacío, sin vida social, que a partir de la lucha social y la conquista de la tierra, pasa a ser espacio lleno y tener vida, es decir, un nuevo tejido social y productivo de familias. Siguiendo el pensamiento de Silva, podemos inferir que la lucha de los trabajadores propone una concepción de sociedad a partir de

estructuras comunitarias, y una concepción de Estado a partir de la acción política que emerge de estas comunidades, siendo los asentamientos las entidades relevantes que contienen las estructuras comunitarias para interactuar con el Estado.

Esta perspectiva se introduce en la discusión de lo individual y lo colectivo en los asentamientos, que es colocada en la literatura sobre asentamientos con el objeto de evaluar la capacidad organizativa de los asentados, y enfocada generalmente desde la constitución de estructuras colectivas frente al individualismo para viabilizar la producción de las familias (MACIEL, 2009; RAMOS, 2009; GOMES, FERRANTE, WHITAKER, 2011; NEVES, 2008). Al analizar la organización de la producción en los asentamientos, Maciel resalta la tensión entre lo individual y lo colectivo, y observa el riesgo, al hacer el abordaje desde la producción, de dejar de lado organizaciones colectivas cuyos objetivos son diferentes a los de la producción.

O fato de a discussão a respeito do individual e do coletivo estar pautada na questão econômica, faz sentido se considerarmos que os projetos de assentamento têm por objetivo a geração de renda por meio da viabilidade da produção. No entanto, movimentos sociais, assessores pesquisadores, órgãos estatais, focam sua atuação na viabilidade dos projetos coletivos como forma de garantir sucesso na produção e comercialização. Há, neste sentido, o estabelecimento de um conflito entre os que chamamos de mediadores e os assentados, que por terem vivenciado experiências de trabalhos coletivos fracassados resistem às propostas externas (MACIEL, 2011, p.226).

Maciel (2009, p.223) apunta que los asentados, a partir de su herencia rural, buscan construir una identidad colectiva, una re-espacialización de las relaciones de parentesco (MARTINS, MENASCHE, 2011, p.74), aunque la compleja realidad de los asentamientos les obliga a encontrar soluciones individuales para mantenerse en la tierra y, según Poker (MACIEL, 2009, p.224), el hecho de producir individualmente no los vuelve individualistas, aunque en la realidad de los asentamientos se encuentre una baja adhesión a los proyectos colectivos, lo cual se explica no solo por su fracaso, sino por los innumerables problemas reales vividos por los asentados.

Por eso Marluse Castro Maciel apunta a entenderlo como un "sujeito social histórico dotado de acumulação de lutas passadas que devem ser levadas em

consideração" (MACIEL, 2009, p.220).

En una visita a los asentamientos del municipio de Mirandópolis, al inicio de la investigación de campo, el técnico responsable del acompañamiento comentaba sobre el origen de los asentamientos a partir de las *fazendas* expropiadas a favor del Estado, en las que se constituye el asentamiento, confiriéndole una singularidad a su trabajo ya que las actitudes de los asentados y de las instituciones son diferentes en lo que respecta a las acciones a realizar en ese territorio.

Revisando las historias de los asentamientos visitados en la región, lo primero que se percibe es la correspondencia entre el área de la propiedad de la *fazenda* con el área del asentamiento, donde la *fazenda* se transforma en un asentamiento, es decir, la gran propiedad individual se subdivide en muchos lotes entregados a muchas familias, que en conjunto conforman el asentamiento, aunque la propiedad total quede mientras tanto a favor del Estado. En la región se tiene el ejemplo del asentamiento Primavera, el único que ya fue emancipado, es decir, las familias acceden a la propiedad individual de los lotes, pero el resto de los asentamientos de la región son entidades colectivas.

Cada *fazenda* desapropiada se transforma en un asentamiento. A veces, la propiedad de la *fazenda* transformada en asentamiento, queda compartida territorialmente con dos o tres municipios, pero eso no influye en la consolidación de un asentamiento, que mantiene su unidad de propiedad y de organización, aunque compartan los servicios municipales.

También acontece que algunos asentamientos son conformados por más de una organización, frecuentemente el MST y un sindicato, pero eso tampoco influye en la conformación de un asentamiento unificado por la propiedad original de la *fazenda*.

Es la propiedad de la *fazenda* la que va a determinar la extensión del asentamiento, y no otra situación, lo que obliga a los asentados a acomodarse a las condiciones de la propiedad de la *fazenda*. Por otro lado, el conjunto de los asentados se constituye en las circunstancias de la lucha por la tierra, a veces juntando amigos, vecinos o parientes; a veces juntando desconocidos que la dinámica de la lucha los colocó en el mismo lugar. Llegan de muchos lugares de la región, del Estado y del país, muchas veces expulsados de su comunidad de origen, obligados a buscar mejores oportunidades de vida, y es claro que en esta situación ellos tienen la voluntad y el objetivo de conformar una comunidad nueva, contrastando esto con visiones que consideran que el principal objetivo de un programa de asentamientos de trabajadores rurales es la elevación del nivel de vida de los que se vuelven asentados, y eso implica la elevación del nivel

de renta de las familias beneficiadas (RAMOS, 2009, p.71).

De esta manera se tiene la constitución de una entidad colectiva definida por la extensión previa de la propiedad de la *fazenda*, y por los objetivos de elevación del nivel de renta de los asentados, en la cual se ubica un conjunto de familias cuya experiencia previa de actuación colectiva se reduce a los meses o años previos en el periodo del campamento, establecido desde la motivación común de luchar por la tierra, hecho que se constituye en el "mito de origen" del asentamiento. No sorprende entonces la percepción generalizada entre los entrevistados sobre la diferencia en cualidad de la acción colectiva del conjunto de familias entre los periodos del asentamiento y del campamento.

Un asunto recurrente en las conversaciones con los asentados es el problema de falta de unión entre ellos, aunque esta es una condición contrastante entre el asentamiento y el campamento. Todas las entrevistas coinciden en identificar la falta de unión como una limitante principal que se debe resolver para avanzar en el desarrollo del asentamiento, lo que merece un esfuerzo de la política pública, ya que se lo percibe como un factor imprescindible para el éxito del proyecto de asentamiento.

El posicionamiento oficial del órgano público reconoce esta condición, y aplica en consecuencia su accionar para favorecer la acción colectiva en el asentamiento, estableciéndose un debate sobre la naturaleza y cobertura de la acción colectiva en los asentamientos. La práctica institucional de aplicación de la política pública tiende a propiciar la acción colectiva en la perspectiva del *asociativismo* de los productores, que no implica la acción colectiva del asentamiento como una entidad unificada, tal como piensan los asentados que debería ocurrir, sino que se promueve la conformación de entidades colectivas diversas que aglutinan a los asentados en torno a necesidades de articulación al mercado, en el intento de alcanzar el objetivo de generación de renta de la familia asentada.

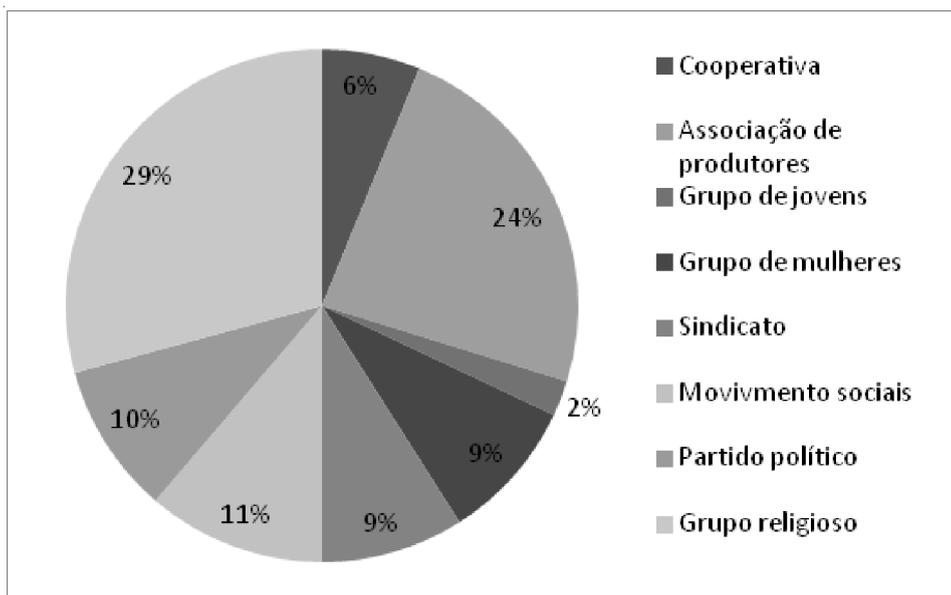


Gráfico 2 – Participação em organizações.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Es así que la organización del asentamiento sigue el modelo de la asociación de productores, que por lo general implica la presencia de diferentes asociaciones al interior de un mismo asentamiento, y frecuentemente significa también la presencia de asentados que no se articulan a estas asociaciones, lo cual es un síntoma revelador de la problemática del asentamiento en cuanto modelo colectivo y/o comunitario de producción y de estructuración de la sociedad campesina. Las causas parecen pasar por diferentes motivaciones. Una entrevistada habla, por ejemplo, sobre el problema de las personas que no permanecen en el campamento, pero pagan a alguien para que firme el cuaderno de control, y en el momento de posesión de los lotes aparecen, generalmente con suficiente poder como para desplazar a las personas que lucharon por la tierra en la carretera, y eso, al final, afecta la unión de los vecinos en la futura organización.

Se percibe un discurso que afirma que lo colectivo solo acontece cuando se está en el campamento, y solo se es acampado porque se es pobre, entonces, la cultura del colectivo sería una cultura de la pobreza. Por el contrario, también hay un discurso que plantea que una vez que se consolida el asentamiento, cuando todo el mundo accede a su lote, los asentados se vuelven individualistas, pero

productivos, de donde se asocia el individualismo con una cultura del exitoso. Pero al mirar la dinámica del asentamiento, es posible encontrar muchos ejemplos de situaciones colectivistas, que posibilitan y hacen posible que la producción sea posible en el asentamiento, como son los intercambios de servicios entre asentados, los trabajos colectivos para construir una casa, pozos de agua, el uso colectivo de espacios privados para criar gallinas, la coordinación entre dirigentes de los asentamientos para presionar a las instituciones públicas y arrancarles política pública favorable a los asentamientos; o el prestamos de toros y caballos entre vecinos, la asistencia técnica de productor a productor en un sistema espontáneo de intercambio interno de conocimientos, el respaldo colectivo para acceder a cursos de formación técnica que de otra manera no sería posible hacerlo, y así otro tipo de situaciones.

En su artículo del 2009, Sant'ana y Tarsitano recuerdan la cuestión sobre la calidad y los impactos de la política brasilera de asentamientos, a partir de trabajos de investigación que muestran algunos aspectos comunes:

(...) na grande maioria dos casos, a criação dos assentamentos significou uma melhoria das condições de vida das famílias (alimentação, moradia, auto-estima) e foi importante para os municípios onde estes se instalaram, mas há sérios problemas em termos de ação operacional do governo, em relação à instalação de infra-estrutura básica, à liberação de crédito, à assistência técnica, à falta de implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), entre outros. Além disso, os assentados apresentam problemas de organização para produzir e comercializar a produção (SANT'ANA, TARSITANO,2009).

En este sentido, los autores argumentan que el análisis de las familias asentadas, en términos de calidad e impacto de las políticas de asentamientos, "não pode fundar-se numa análise que se limita aos aspetos técnicos e monetários" como algunas investigaciones prefieren orientar el análisis, construyendo un productor ideal con un alto grado de articulación al mercado, competitivo, con producción intensificada, y que utiliza técnicas productivas modernas; sino que es preciso ampliar el análisis a otros factores que mostrarían los impactos de la política de asentamientos, partiendo de una necesidad de comprender los objetivos de creación de un asentamiento que, siguiendo el artículo, "não é a criação de uma comunidade de iguais, pois o conflito é parte constitutiva das relações sociais" (MEDEIROS, ESTERCI, apud SANT'ANA, TARSITANO, 2009).

La cuestión de la comunidad, desde la práctica de la política pública, es colocada como una cuestión de "organización para producir y comercializar la producción", lo que revela una concepción de asentado reducido a su dimensión económica, y no en su multidimensionalidad, lo que implica ser parte de las estructuras sociales que tienen articulación y estructura interna, con coherencia e identidad colectiva, y a consecuencia de este enfoque del pensamiento dominante en la aplicación de la política pública de asentamientos, y que transforma al asentado solo en un actor económico, que es parte de un sistema productivo que es reflejado en las estadísticas económicas del Estado y del municipio, y así su articulación colectiva tiene sentido solo para perfeccionar la producción y la comercialización, y no para establecer un espacio de vida comunitaria donde las familias asentadas puedan desarrollar sus sueños de vida y su articulación ciudadana al Estado.

Para los asentados es importante su organización para producir y para comercializar, aunque estos objetivos no sean suficientes como modelo organizativo del asentamiento, pues el objetivo de la creación del asentamiento no es constituir una empresa económicamente competitiva, sino restituir un derecho de las familias asentadas en relación a su condición de ciudadanía restringida, en la que un aspecto central es la aceptación social del sujeto, y en consecuencia la constitución de una comunidad que reconozca al individuo como parte de ella, que reclame sus obligaciones para con ella, y defienda sus derechos como parte de ella.

En las entrevistas realizadas a las familias de la región de Andradina, en los meses de marzo a Julio del 2011, es recurrente la afirmación de que en los asentamientos *lo que falta es la unión entre los asentados*, ya que esta es una condición para que el asentamiento pueda actuar como una entidad con mayor capacidad de influir en la política pública y direccionar el presupuesto público e influir en el accionar del municipio para conseguir apoyo para mejorar las condiciones en general del asentamiento, principalmente en términos de servicios, lo cual incide en la capacidad de las familias para articular su producción y su economía al mercado regional.

Don Renato, del asentamiento Esmeralda, dice: "O outro problema é a falta de união dos assentados para poder fazer força. Não adianta ter o técnico, a estrada, se a gente não se unir. Nos aqui não temos organização. A maior dificuldade é a falta de união mesmo, e eu acredito que isso ocorre na maior parte dos assentamentos...".

Este es un objetivo claramente planteado por los asentados, aunque no pareciera un objetivo central de la política pública de asentamientos, que más

bien parece apuntar a articular a los productores en una organización económica especializada, como son las asociaciones de productores, cuyo objetivo es usualmente la comercialización eficiente de los productos del lote.

En las entrevistas es posible percibir cierta tensión en la concepción de la organización con fines económicos, y la aspiración de los asentados para utilizar la organización con fines de desarrollo del asentamiento, en la perspectiva de consolidar una comunidad donde encontrar la posibilidad de una vida digna, donde el concepto de "vida digna" es el eje de evaluación del éxito o fracaso del proyecto de asentamiento.

Los entrevistados hablan de que lo ideal sería que la asociación podría incluir a todas las familias del asentamiento, solo que eso no ocurre por diferentes razones, descritas generalmente como la *falta de unión* del asentamiento.

El asentado Carlos, de Olga Benario, considera que en los asentamientos donde se tiene más de una organización social, el asentamiento va a querer flaquear, ya que las organizaciones están preocupadas por pelear entre ellas, a pesar que tendrían que trabajar colaborativamente. Esta sería la razón principal para que en su asentamiento no se acepte otra organización diferente del MST, lo cual al final ayudó a establecer una organización interna con capacidad de conducción del trabajo para estructurar el asentamiento.

Muchos asentamientos tienen dos "banderas" en su conformación, no siempre ocurre que un asentamiento tiene solo una bandera, y eso es fuente de estructuración interna diferenciada. Las "banderas" son las del MST y del Sindicato, que tienen visiones propias y diferenciadas de la estrategia y fines de la lucha por la tierra.

Esta es una cuestión complicada, ya que las organizaciones son también espacios de articulación y canalización de intereses y visiones contradictorias en relación a las políticas de creación e implementación de asentamientos, y que trabajan activamente para imponer su propia visión. Carlos considera también que en los asentamientos más viejos este problema tiende a ser superado, y que el hecho de que existan dos organizaciones sociales ya no es tanto problema, lo cual podría ser considerado como un logro de la formación de comunidad, en la cual los vecinos han construido relaciones de reciprocidad y de identidad comunitaria.

Para muchos la asociación persigue fines no solo económicos o técnicos, sino además el desarrollo del asentamiento en sus distintos aspectos. Marta, del asentamiento Esmeralda, informa que la asociación a la que ella pertenece, busca el desarrollo del asentamiento, el mejorar la venta de los productos, mejorar el

camino, mejorar el servicio de salud en el asentamiento, que no es fácil de conseguir a causa de la *falta de unión* entre los asentados.

Está claro en las entrevistas que para acceder a los beneficios de los servicios públicos es preciso formar parte de una estructura social con capacidad de presionar al Estado, y obligarle a asignar fondos públicos para la provisión y mantenimiento de los servicios, de donde se ve que la "unión" es un valor apreciado explícitamente por los entrevistados.

Por otro lado, es común oír hablar a los asentados que la vida a la vera del camino es más linda a causa de que todos son muy unidos, y que cuando se pasa al asentamiento y los antiguos sin tierra se transforman en asentados, esta unión casi desaparece.

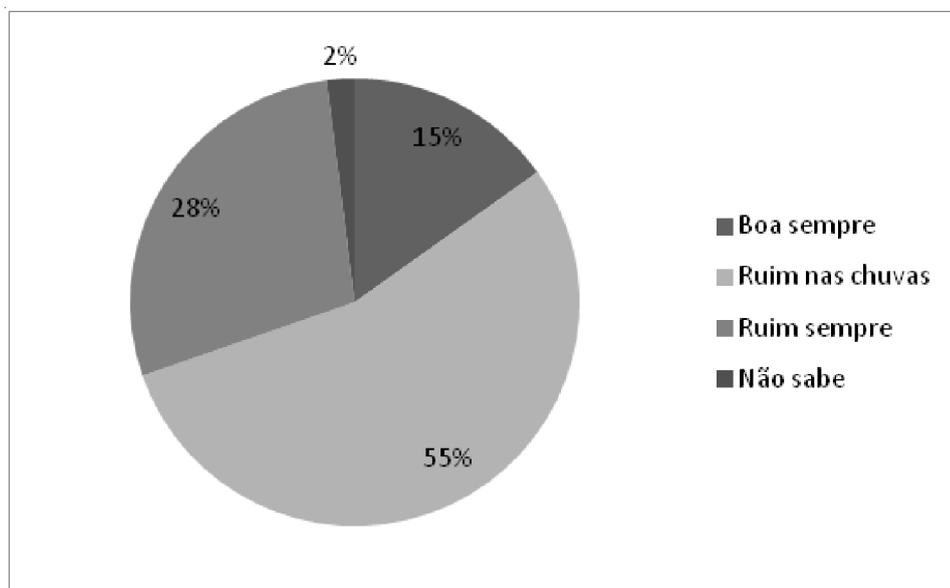


Gráfico 3 – Morador do assentamento com cargo político.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Doña Wilma, del asentamiento Olga Benario, comenta así al respecto de la unión y la organización en el asentamiento y en el campamento: "... Vim para acampar porque é um sonho da gente ter um pedacinho de terra, mais, depois de passar a experiência do assentamento, não vinha mais, porque lá no barraco baixo a lona, tudo e trabalho coletivo, e aqui é diferente, mais quando cheguei aqui dentro não é como o que pensávamos... Aqui no assentamento é o corre-

corre, tem muitas coisas para fazer no lote, as vacas para cuidar, etc., mais no acampamento não tem nada para fazer, e é possível fazer as cosas junto...". Está claro que para doña Wilma un objetivo de la lucha por la tierra es el acceso a una calidad de vida definida por la articulación a la comunidad, aunque el discurso politizado sea el de poder acceder a *um pedacinho de terra*.

También es usual describir al asentamiento como *una* comunidad, pero en muchos casos un asentamiento tiene más de una comunidad en su interior, expresadas en las redes de articulación social que los asentados constituyen en la cotidianidad, y el potencial de desarrollo de esta dinámica podría producir los espacios comunitarios de unión entre familias. Este es un hecho interesante para evaluar, ya que los asentamientos son espacios donde las familias de asentados encuentran la oportunidad de acceder a una ciudadanía de mejor calidad, en la que es relevante la inclusión social, y eso solo acontece a causa de la existencia de la comunidad.

Aquí vale la pena comentar que esta es una forma de imaginar la naturaleza de la ciudadanía en el Estado-nación, donde es posible dotar al individuo de una articulación jurídica al conjunto de la sociedad por la igualdad que proveen las leyes, y en base a esa igualdad podría conformar colectivos perfectamente capaces de funcionar como una entidad social y económica, olvidando que los individuos tienen otros principios de articulación social que continúan operando a pesar de la actuación del Estado, y que son los principios articuladores de la comunidad.

Desde la perspectiva de los asentados, el asentamiento es la subdivisión del latifundio para beneficiar a los sin tierra, pero de ninguna manera es solo eso, pues acceder a la tierra es acceder a la sociedad que los excluye, que les niega la posibilidad de formar parte de una comunidad. Entonces, la evaluación de la política de asentamientos podría visualizar la dimensión de la construcción de la comunidad como un indicador de su efectividad.

No es que la dimensión técnica y económica no sea importante, y su efectividad no es una resultante aislada de las capacidades técnicas y empresariales del productor, sino que su efectividad económica depende de su capacidad de influencia política en las estructuras de poder locales, regionales, o estatales; y eso implica la capacidad de articular una fuerza social colectiva con suficiente poder como para influir en el municipio. Quedarse sin camino en buenas condiciones para transportar los productos en la época que se necesita es sin duda una limitante de la efectividad del productor, aunque este domine la tecnología productiva más avanzada en su lote. Su articulación al mercado depende de las condiciones de estructuración del territorio para esos fines, y no solo una

estructuración de modo general, que podría ser adecuada para la producción capitalista, sino una estructuración del territorio adecuada a la realidad del productor campesino, del productor familiar, que vive y funciona en un asentamiento de propiedades pequeñas y contiguas, que dependen en gran medida de las dinámicas comunitarias del asentamiento para su efectividad productiva y económica.

El acceso a la tierra, al financiamiento para vivienda, a la asistencia técnica y financiamiento para la producción, son elementos importantes para el éxito de la política de asentamientos, pero incompletos si no tienen la dimensión del territorio campesino como un espacio de vida y no solo de producción de mercaderías.

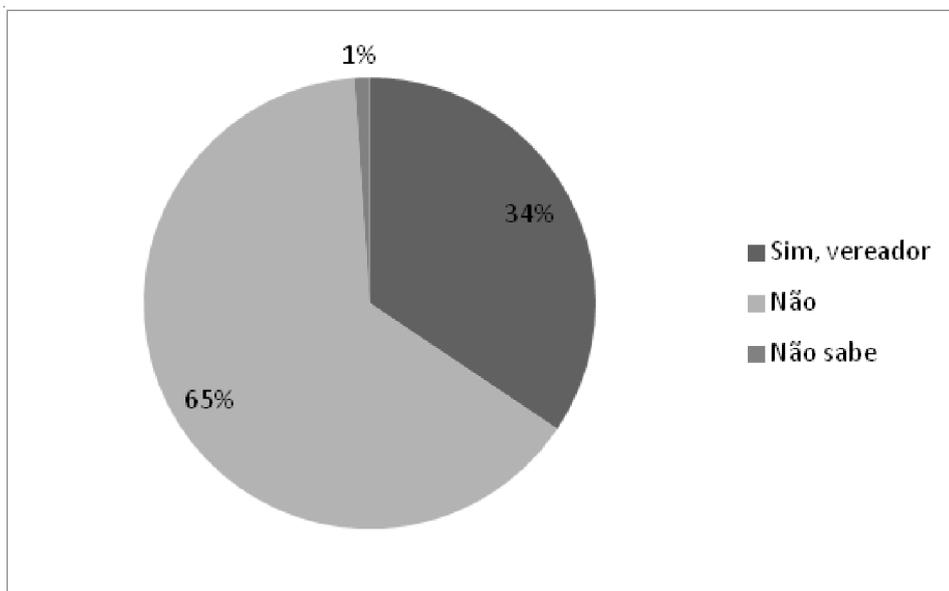


Gráfico 4 – Condição das estradas de acesso aos assentamentos.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Toniño, considerado por outros entrevistados como o melhor produtor do assentamento Esmeralda por sua iniciativa para buscar cursos de capacitação em técnicas modernas de produção, e sua aplicação em seu lote, acredita que todo o esforço para produzir não tem sentido se não tiver a possibilidade de compartilhar sua alegria e amizade com os vizinhos.

Al visitar seu lote nos mostra, com muito orgulho, seu manejo técnico da produção, e com igual ou maior orgulho nos mostra álbuns de fotos de suas

fiestas comunales que él y su esposa organizaron los últimos años. Su idea es que esas fiestas, más allá de convocar a los vecinos a celebrar su amistad, debe ser hecha cada año en la misma fecha, como un espacio de reproducción de su propia comunidad.

Toniño cree que si no tuviera la oportunidad de hacer la fiesta cada año, como espacio comunal donde todas las familias son parte de una celebración que tiene sentido como vecinos productores que son parte de una comunidad, él podría estar en la ciudad trabajando en cualquier cosa para sobrevivir y no percibir la diferencia. Pero hay una diferencia, y ésta es la condición de la comunidad entre las familias asentadas.



Foto 1 – O lote do Toninho na Esmeralda.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

¿Qué busca el *sin tierra* cuando se involucra en la lucha por la tierra?, ¿sólo tierra?, ¿es la tierra el fin último, o es un medio para acceder a una condición de vida digna? La dignidad viene del reconocimiento de los otros, que es una persona, un productor, que es un brasilero, que es parte de esa tierra y de esa comunidad, lo que hace que los "otros" son, fundamentalmente, los vecinos del asentamiento.

¿Y el objetivo de crear un asentamiento? ¿Es solo redistribuir la tierra a los futuros productores tecnificados? El enfoque de la asistencia técnica y de la asistencia

financiera parecen mostrar una concepción en esa dirección, de la misma forma en que se habla en el artículo de Sant`ana y Tarsitano (2009), siendo una preocupación mayor de los técnicos la transferencia de tecnología "moderna", y el llenado correcto de los formularios de apoyo financiero. No es usual encontrar una preocupación por la consolidación de la comunidad, no desde la actuación institucional del órgano público encargado del apoyo al asentamiento, más bien parecería que la responsabilidad pública es la consolidación de las capacidades técnicas de los asentados, que incluye el conocimiento productivo y las estructuras asociativas para la comercialización de los productos, y el acceso al financiamiento. La construcción de la comunidad, en el mejor de los casos, es una responsabilidad de las iglesias. La concepción del Estado como el espacio de la conducción de la economía, y de una economía entendida solo de la forma capitalista, pareciera ser un justificativo para aceptar sin cuestionamientos su actuación en el ámbito de la organización económica de los asentamientos.

Desde esta perspectiva, es difícil imaginar el rol de la política pública como una acción del Estado para desarrollar los asentamientos por la vía de la constitución de comunidades con capacidad de acción política para poder presionar al propio Estado y arrancar los derechos que son controlados por las élites políticas tradicionales. Como hace notar Silvani, del asentamiento Primavera II, la cuestión del éxito en la creación de asentamientos parecería verse en el contraste entre la dependencia con los políticos que no quieren a los asentados, frente a la consolidación de la unión entre la gente, fortalecimiento de la comunidad para constituir sociedad en el espacio local, con capacidad de acción política para hacer valer sus derechos que de otra manera los políticos que no quieren a los asentados no los harán respetar.

Para estos políticos, que no se identifican con las aspiraciones de la gente que lucha por la tierra, seguramente los objetivos de crear los asentamientos están definidos por la necesidad de mantener a los asentados fragmentados, sin capacidad de articulación política que podría amenazar sus privilegios de poder; pero para las personas que siempre enfrentaron la dura realidad de ser excluidos, un valor irrenunciable de la lucha por la tierra es la posibilidad de constituir una comunidad, su comunidad.

Referências

GOMES, T.P.S.; FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. De associações às redes de sociabilidade: análise de resultados de pesquisa em

assentamentos de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, Uniara/CNPq, p.175-196, 2011.

LIZARRAGA, P. **Lucha por la tierra y el territorio**: tensiones en la configuración del Estado plurinacional comunitario. La Paz, Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2010.

MACIEL, M.C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.12, Uniara/CNPq, p.217-242, 2009.

NEVES, D.P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo:Uniara (co-editor), 2008. p.172-219.

RAMOS, P. Políticas públicas e perspectivas de viabilização dos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.12, Uniara/CNPq, p.69-86, 2009.

SANT´ANA, A.L. Estratégias dos agricultores familiares: entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, Uniara/CNPq, p.283-304, 2011.

SANT´ANA, A.L.; TARSITANO, M.A.A.; DA SILVA, F.C.; MODENESE, V.da S. O significado da terra: o caso dos assentados da região de Andradina-SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.12, Uniara/INCRA/CNPq, p.275-290, 2009.

SANT'ANA, A.L.; TARSITANO, M.A.A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.47, n.3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000300004&lang=PT>

SILVA, R.P. A gestão do INCRA e a questão agrária em São Paulo: período 2003-2010. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, Uniara/CNPq, p.323-333, 2011.

SILVA, R.P. **Os assentamentos** – comunidades em construção. Reforma agrária em debate. 2011b. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com/2011/01/os-assentamentos-comunidade-em.html>>. Acesso em: 23/04/2012.

VACAFLORES, C. La lucha por la tierra es la lucha por el territorio: una perspectiva decolonial de la lucha campesina, indígena y originaria en América Latina. 2009. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/4artigodomes_2009>. Acesso em 01/02/2013.

SÍNTESE DAS REGIÕES: RETOMANDO QUESTÕES DO PRESENTE/FUTURO DOS ASSENTAMENTOS

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Luís Antonio Barone²

Henrique Carmona Duval³

Thauana Paiva de Souza Gomes⁴

Daniel Tadeu do Amaral⁵

César Giordano Gêmero⁶

Ana Flávia Flores⁷

Silvani Silva⁸

Oswaldo Aly Junior⁹

Resumo: O artigo tem o caráter de sistematização dos principais bloqueios e perspectivas detectados nas regiões investigadas. Prioriza, nas suas considerações, referencia aos gargalos das políticas públicas e da infraestrutura nos assentamentos. Por outro lado, evidencia os efeitos dinamizadores constatados pelos programas recentes, além de ressaltar os papéis em transformação das mulheres assentadas e os dilemas vivenciados pela juventude assentada.

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

²Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

³Sociólogo, doutorando em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. Pesquisador do Nupedor.

⁴Pedagoga, mestre em Educação Escolar, Unesp-Araraquara, Pesquisadora do Nupedor.

⁵Economista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁶Zootecnista, mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, pesquisador do Nupedor.

⁷Pedagoga, mestranda em Educação, UFSCar, pesquisadora do Nupedor.

⁸Pedagoga, mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Uniara, pesquisadora do Nupedor.

⁹Engenheiro Agrônomo, mestre em Ciências Ambientais, USP/Procam.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Desenvolvimento regional; Políticas públicas.

***Abstract:** This article describes a systematization of the main barriers that were identified across the investigated regions and highlights strategies to overcome these barriers. Particular emphasis is placed on the analysis of barriers and bottlenecks that hamper growth and development and consequently the effectiveness of government programs aimed at improving settlements. On the other hand, this study proves the dynamic effects identified in recent programs, as well as emphasizes the changing roles of settled women and the dilemmas settled young people face.*

***Keywords:** Rural settlements; Regional development; Public policy.*

REGIÃO CENTRAL: assentamentos no território do agronegócio Entraves e potencialidades no desenvolvimento dos assentamentos da região de Araraquara

Em síntese, podemos perceber no que tange aos Programas Federais de comercialização destinados aos pequenos produtores ou aos assentados, que o PAA e a venda para Merenda escolar tornaram-se canais dos mais seguros para garantir o escoamento dos produtos agrícolas destas áreas rurais. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos. Podemos dizer ainda que estão sendo o coração da diversificação produtiva nos assentamentos, justamente, por conta da segurança que os assentados sentem neles. São contrapontos importantíssimos ao forte bloqueio do sistema de controles e poderes, reproduzido pela parceria dos assentados com as usinas de cana-de-açúcar, problema que marca todos os assentamentos desta região, seja pelas relações assimétricas das parcerias ou pela simples convivência em um entorno dominado pelo cultivo de cana.

No entanto, um entrave que pode romper esta confiabilidade e provocar uma ruptura no processo de diversificação nos assentamentos são as questões relativas à irregularidade das associações repassarem o dinheiro para os assentados. Em inúmeros depoimentos, a pesquisa INCRA/UNIARA 2011 demonstrou que as associações locais desviavam o dinheiro vindo do pagamento do PAA ou da Merenda e os assentados chegaram até a ficar 14 meses sem receber. Um dos depoimentos registrados com um diretor de associação do assentamento informou que o repasse da verba se dava em 15 dias. Após a

entrega, a associação deveria repassar o dinheiro para os assentados, neste caso, ele mesmo depositava na conta dos produtores.

É importante que em outros casos os assentados não coneguem entregar para o PAA porque sua cota já foi encerrada ou porque a prefeitura local tem uma oferta muito grande, isto é comum em cidades pequenas que possuem um grande número de pequenos produtores ou assentados. Em outros casos ainda, a boa vontade local, para compra, especialmente para merenda, pode integrar fortemente os assentamentos ou isolá-los cada vez mais. Neste caso, algumas prefeituras fazem exigências absurdas sobre o produto dos assentados como padronização do peso, do tamanho ou até a certificação de orgânico dos produtos. Exigências que acabam por camuflar a não vontade política das Prefeituras que preferem, via de regra, continuar com a controversa prática da terceirização na compra da merenda.

A gestão política local face aos entraves dos assentamentos

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças no período 2001/2008. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos – exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro – e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (FERRANTE; BARONE, 1997/98) – o poder público municipal de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas.

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (NEVES, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal?

Da parte da população assentada, a recorrência de práticas clientelistas ainda é marcante na cultura política. A isso, no entanto, soma-se um boom participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município de Araraquara, pelos mecanismos do orçamento participativo, principalmente. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

O caso dos programas municipais de segurança alimentar de Araraquara se mostra particularmente interessante, porque apresenta um conjunto de iniciativas

que, ao mesmo tempo em que estão sendo defendidas nacionalmente como alternativas para o avanço da segurança alimentar, ainda podem significar o embrião de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos para além das parcerias. Nesse município, como uma forma de contemplar a produção dos assentados na agenda de governo local, foram desenvolvidas parcerias institucionais com o Governo Federal, nas quais o PAA (iniciativa proposta pelo governo federal) surge atrelado a outros programas, que são de iniciativa do governo local. Como exemplo desse ajuste, observamos que o convênio do PAA tem seu primeiro repasse de verbas apenas em 2004. Anteriormente a esta data, no entanto, já existiam, em Araraquara, iniciativas de escoamento dos produtos de agricultores familiares e assentados, como a feira no espaço da Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara.

A articulação do PAA com a merenda escolar, especialmente para a exigência de 30% da merenda serem oriundos da produção familiar regional – ainda não se viabilizou em Araraquara, embora apresente significativos avanços em São Carlos. Em Araraquara, a atual gestão municipal iniciada em 2009 vem tendo posições que podem ameaçar a continuidade dos avanços contidos nos programas acima elencados. Constata-se um certo distanciamento das agendas municipais dos problemas e perspectivas dos assentamentos quando muda a orientação político/partidária dos governos (isso aconteceu em Araraquara, mas podemos dizer que São Carlos avançou. Em Araraquara retrocessos no caso da merenda – que vem sendo fornecida enlatada nos próprios assentamentos – mesclam-se a uma abrupta substituição do projeto político pedagógico das escolas afinadas à Educação do Campo a um programa SESI, cujo eixo exclusivamente urbanocêntrico tem mostrado bloqueios, expressos principalmente na desqualificação e descaracterização da realidade dos assentamentos rurais.

Entraves estes superados com a boa vontade e união de algumas prefeituras e INCRA. Como exemplo, citamos o assentamento de Itapetininga, no qual a prefeitura atua fortemente, oferecendo cursos de capacitação para os assentados e instalando um refrador para a produção de queijos. A família que cuida do mesmo entregava até dois meses atrás queijos para os Programas citados, algo incomum que é digno de ser valorizado. Como a prefeitura sabe, a procedência do queijo e a qualidade não exigiu dos produtores a certificação.

Neste sentido é possível perceber que nos assentamentos em que o tempo de execução das políticas públicas foi realizado de forma mais ágil, o desenvolvimento social e produtivo vem acontecendo mais rapidamente e a integração com as cidades é mais intensa. Este fato se dá porque os assentados

deixam de ser vistos como "sem terra" e passam a ser reconhecidos como consumidores e produtores rurais.

Na maioria dos assentamentos que não receberam os créditos básicos como os fomentos, habitação, PRONAF ou sequer possuem infraestrutura básica, como água e luz, o processo de desenvolvimento social e produtivo fica truncado.

Aplicação da Política Pública: Tempos Diferentes

De forma genérica, podemos dizer que a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas à infraestrutura principalmente em assentamentos novos tem sido muito mais rápida como é o caso do crédito habitação e primeiros fomentos. Neste caso específico é necessário salientar que o assentamento Nova São Carlos ainda não recebeu nenhum tipo de crédito e fomento. Já em termos de infraestrutura básica como água, posto de saúde e escola, o processo é muito lento ou não tem acontecido. O acesso a condições básicas não existe em 4 das 6 microrregiões visitadas. Falta acesso à água, em alguns, a luz (especificamente em São Carlos e em Iaras nos núcleos mais novos). Neste caso, como podemos falar em desenvolver os assentamentos produtivamente, sem dar as condições básicas de vida para os assentados? Situação a exigir reconcentrações da política da Reforma Agrária e do significado concreto observado nos assentamentos.

Quando falamos de escola e posto de saúde, a ocorrência dos mesmos se faz apenas nos assentamentos antigos que no caso são apenas dois (das cidades de Araraquara e Iaras). O que temos percebido é que houve um avanço nas políticas públicas voltadas para assentados como o PAA a Merenda Escolar, assim como constatou-se o aumento do número de assentamentos no estado de São Paulo. Em relação à infraestrutura, especialmente, as questões de educação e saúde, no caso específico da região central, ficaram em segundo plano.

É importante salientar que o crédito moradia chegou a quase todos os assentamentos desta área, mas muitos receberam apenas a primeira parcela e não conseguiram terminar as casas.

Em todos os assentamentos visitados, a questão da assistência técnica foi apontada como uma atividade apenas burocrática, no sentido do papel do técnico de campo deixar de ser presente nos lotes. Há uma forte demanda pela assistência no lote, mas as visitas e os acompanhamentos acabam se restringindo apenas às papeladas e assinaturas para projetos de financiamentos. Talvez a maior crítica em relação à assistência técnica esteja no fato do distanciamento dos funcionários do campo. A última gestão priorizou mais a execução das atividades que exigiam mais trâmites de escritório, deixando de lado a atividade direta no lote. Há também

que ser levado em conta que a relação técnicas/número de assentamentos/assentados está muito aquém do necessário, o que cria, efetivamente, entraves. Pelo fato de não acompanharem de perto o trabalho deste funcionário, os assentados acabam entendendo que não há, ou existe pouca assistência técnica pela invisibilidade imediata das ações destes técnicos.

Políticas Públicas	Assentamentos Velhos	Assentamentos Novos	
Infraestrutura Secundária- escolas e postos de Saúde	Possuem ou estão em fase de acabamento	Não foi verificado avanço nestas estruturas	
Políticas de comercialização	PAA/ Merenda Muito significativo	PAA/ Merenda Muito significativo	
Entrave grave	Problemas com associações e repasse de verba	Problemas com associações e repasse de verba	
Fomentos iniciais	Acesso não rápido	Acesso muito rápido, em alguns casos, os assentados ainda não estavam no lote e receberam o primeiro fomento.	
Fomento Mulher	Acesso não significativo	Acesso significativo	
Crédito habitação	Acessaram mais tarde	Acesso muito rápido – da primeira parcela	Exceção PA Nova São Carlos
Entrave		A maioria dos assentados não terminou a casa porque não recebeu a segunda parcela. A compra do material de construção mostrou problemas e irregularidades.	
Créditos produtivo/ aplicação lote, outros	Acessaram mais tarde	Não acessaram	
Entrave		Burocracia para o acesso aos PRONAFs	

Quadro 1 – Políticas Públicas: em tempos diferentes de constituição dos assentamentos.

Fonte: Elaboração do autores.

Perspectivas de Futuro: um Itinerário de Questões

Os assentamentos têm se desenvolvido a reboque das políticas públicas que muitas vezes dão poucas alternativas e flexibilidades de escolha. Basta verificar os projetos aprovados de financiamentos para produção dirigidos a mulheres, jovens. Há uma padronização e não uma especialização regional que respeite as singularidades dos lotes, a política pública é sempre trabalhada a partir da generalização e não das especificidades locais. A assistência técnica muitas vezes é criticada porque está colada a políticas públicas de desenvolvimento que não dão conta da diversidade. Seria necessário investir em caminhos possíveis para se pensar o desenvolvimento a partir de uma reformulação da assistência técnica, o que exigiria, como primeiro passo, maiores recursos, de acompanhamento mais sério das associações dos assentamentos para não ter problemas de desvio de verbas do PAA, Merenda ou da Madeira, fomentar o desenvolvimento a partir das associações e infraestrutura local como padarias, laticínios, tanques de leite e capacitação. Justamente, para que os assentados se tornem menos vulneráveis às instituições públicas que, de um lado, pensam a Reforma Agrária não a partir do olhar do assentado, mas com o olhar de um gestor e, de outro, as empresas privadas, que pelo vazio de atuação do Estado nos assentamentos, sentem-se livres para atuar como extensão da terra de suas áreas, como no caso do agronegócio.

A horticultura é o cultivo mais forte nos assentamentos da região. O PAA é o que dá mais garantia de renda. A produção animal também aparece com grande destaque na região Araraquara, principalmente pequenos animais (aves e suínos) e a produção de leite. Como exemplo, podemos citar os assentados que afirmam que: "o leite e os derivados são ótimas fontes de renda". Geralmente, as mulheres fazem queijo e entregam para a merenda. Por outro lado, "a esposa gosta de criar porcos e garante uma boa renda deste tipo de criação". Apareceu ainda o relato de experiências de criação de peixes, no assentamento Zumbi dos Palmares em Iaras, aonde um dos entrevistados cavou dois tanques e cria tilápia, tendo uma renda extra com a venda dos peixes para um pesque-pague da região e a perspectiva de comercializar a produção com valor agregado.

De maneira geral, os assentados beneficiam os produtos artesanalmente e em casa, do gênero alimentício, destaca-se a produção de derivados do leite, como doces e queijos, na maioria das vezes comercializada através de venda direta aos próprios assentados, mas também houve relato de entrega de doces de leite para creches da cidade. Outros produtos observados foram: polvilho de mandioca, beneficiamento da cana-de-açúcar em melaço, rapadura e caldo de

cana, e beneficiamento de arroz. Com relação às atividades não agrícolas merecem destaque alguns lotes que possuem bar e mercearia, mulheres que produzem artesanato, pintura em panos de prato e também a venda de outros produtos como os da Avon e Natura.

Tendo em vista o sistema produtivo, a maioria dos entrevistados disse que a alimentação melhorou porque produzem muita coisa e, no assentamento, têm fartura e diversificação. Houve um assentado que declarou que não passa mais fome. Outros afirmam que agora sabem o que estão comendo, há acesso a produtos frescos e, por isso, de maior qualidade, como verduras, legumes e leite.

Alguns assentados que disseram que não melhorou pela entrada recente no lote, ainda moram no barraco de lona e não tiveram acesso aos créditos para iniciar as produções e melhorar a condição de vida. Outros relataram que mesmo no acampamento já criavam galinhas, possuíam horta e gado de leite, por isso a alimentação sempre foi boa desde que chegaram. Em um caso específico, na fazenda da Barra, o assentado disse que o tamanho do lote é muito pequeno e por isso não tem condições de plantar uma grande quantidade de culturas e não é possível diversificar a produção e conseqüentemente sua alimentação.

Com relação aos programas PAA e PNAE, são considerados muito significativos, mas os pagamentos atrasam demais. Para alguns, a CONAB está atrasando o pagamento e tal atraso é devido às mudanças no governo Dilma. Também há os que recebem mensalmente da associação e outros ficam até 8 meses sem receber da associação. Dos que mencionaram que o atraso se deu em função das próprias associações ou cooperativas, alguns acham que os dirigentes podem usar o dinheiro em benefício próprio ou do movimento social. Mas, acham também que através da associação é a melhor forma das prefeituras comprarem dos assentados.

Já com relação às prefeituras, a prefeitura de São Carlos é uma das mais elogiadas, atrasou somente uma vez o pagamento. Os assentados acham que as prefeituras, em geral, estão aumentando o número de pessoas que participam dos programas. Em suma, o programa tem continuidade porém está demorando muito para pagar. O ideal é que o pagamento seja feito com regularidade.

Com relação à participação dos assentados em cooperativas e associações, a grande maioria disse participar para organizar a comercialização. Através das cooperativas e associações, o escoamento da produção é facilitado, principalmente para inserção dos produtores nos programas de aquisição de alimentos (PAA) e Merenda Escolar. Outra resposta que apareceu com maior frequência foi para ajudar no desenvolvimento dos assentamentos, com isso,

podemos notar a grande importância do trabalho em grupo e organização das famílias para desenvolver todo processo produtivo e administrativo da comunidade.

Através da interpretação dos dados qualitativos referentes ao futuro e permanência dos filhos nos assentamentos é possível constatar que em quase metade das famílias pesquisadas, os filhos estão morando e trabalhando fora e não pretendem voltar. As respostas mais comuns foram que os filhos estão casados e trabalhando principalmente no setor industrial das cidades. Entre os que moram junto, a grande maioria espera para o futuro deles que continuem vivendo e trabalhando no lote. Outro dado que chama atenção é que todos os entrevistados que moram com os filhos gostariam que eles ficassem no assentamento e o motivo maior é para ficar junto da família. Diversas falas de assentados relatam a vontade e desejo dos pais sobre a permanência de seus filhos. A maioria diz que o assentamento precisa de infraestrutura para que eles fiquem e deem continuidade ao trabalho e sobrevivência na terra. Questões referentes à educação, ao esporte e lazer estão entre as maiores reivindicações dos pais.

Para que seus filhos permaneçam nos lotes, quase todos assentados citam alguma atividade e/ou melhoria necessária para o assentamento. Muitos já projetam o sítio pensando na possível permanência de seus filhos, como a instalação de sistema de irrigação, comprar mais gado e deixar para os netos, plantar café, dentre outras alternativas. Outra informação que merece destaque é com relação à formação dos filhos. Muitos esperam que eles saiam para estudar fora, cursar uma faculdade, colégio técnico nas áreas ligadas às ciências agrárias e voltem com a teoria para morar e trabalhar no lote. Como exemplo podemos citar a visão de um dos assentados: "é preciso dar formação necessária para que eles possam escolher entre ficar ou sair do assentamento, sabendo das dificuldades da vida lá fora e perceber que o assentamento é seu porto seguro".

Também foram observados relatos com a intenção de dividir o lote entre os filhos, construir suas casas e propiciar condições produtivas para que eles se fixem no assentamento. Podemos comprovar através da fala de um dos assentados: "tenho seis (6) filhos e gostaria que cada um ficasse com um alqueire. Outra fala relevante foi de um senhor que disse: "porque na terra ninguém passa fome e tem maior qualidade de vida";

Uma parte significativa dos assentados apontou como deficiência a renda para fixar os jovens no assentamento e não procurarem empregos nos centros urbanos, onde há maior perspectiva. Logo a sugestão com maior incidência atribui-se à demanda por incentivos e apoios para desenvolverem projetos que

lhes garantam renda própria. Um comentário que reproduz esse entrave foi dito por uma assentada: é necessário criar formas de renda que possibilitem perspectivas de futuro mais atrativas do que as ofertadas nas cidades.

O futuro do assentamento, segundo a maioria das respostas, depende de arranjos e melhorias de políticas públicas planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo. Dentre os comentários que merecem destaque estão:

- ✓ A política deveria voltar como era antes, ter barricada para impedir pessoas estranhas, pois quem coordenava eram os assentados, não tinham INCRA. Com o objetivo de ter menos divisão, ter mais reunião, e voltar a ter representantes. De acordo com os assentados, a preferência deve ser minimizada a dependência do INCRA.

- ✓ O futuro do assentamento depende de planejamento do presente. Saber para onde o assentamento vai caminhar depende do povo, do INCRA em desenvolver mais as coisas;

- ✓ Uma política mais direcionada que atenda os pequenos agricultores e assentados;

- ✓ Selecionar melhor os assentados com aptidão para o trabalho rural.

Outros assentados acreditam que o assentamento depende para se desenvolver, de produção. Inclusive há um relato de um assentado (Adilson) do PDS Sepé Tiaraju (Serrana e Serra Azul) que após serem assentados não há demanda de mais nada para o assentamento que não tenha a ver com a produção direta ou indiretamente. Os outros serviços são secundários, pois "produzindo você aprende muito mais do que em cursos, e tendo cabeça, transforma em incentivos próprios". Outras conclusões relevantes:

- ✓ A grande maioria demandou serviços de infraestrutura básica para produção;

- ✓ No assentamento Nova São Carlos, a demanda direciona-se ao desenvolvimento da produção através da retirada dos tocos, onde os cultivos são esparsos e escassos devido aos tocos de *pinus* embargados que dificultam qualquer outro cultivo vegetal. E, também, reivindica-se o incentivo para a pecuária leiteira.

Outro importante fator apontado com frequência foi o crédito, e outros incentivos financeiros, constatando-se as seguintes demandas:

- ✓ O crédito não sai no momento, há muito atraso;

- ✓ Fomentos a rendas não agrícolas houve destaque para o financiamento para artesanato.

Outro enfoque agrupado foi a necessidade de infraestrutura e serviços públicos

de qualidade, como as apontadas a seguir:

- ✓ Melhores condições de estradas;
- ✓ Acesso à energia voltada ao rural, uma política que como a Tarifa Reduzida ou Tarifa Verde que pudesse beneficiar a população rural, em especial os produtores rurais.
- ✓ Serviços públicos no geral, destacando-se, saúde, transporte coletivo, e educação.

Por fim, há assentados que opinaram que o futuro do assentamento depende dos jovens darem continuidade à reforma agrária e à vivência no assentamento. Alguns comentários nesse sentido estão relacionados aos incentivos para os mesmos permanecerem no assentamento, mais a maioria dos argumentos são atribuídos à infraestrutura básica para educação já citada em declarações acima, sem menção específica aos jovens. Impasses econômicos e políticos além de outros – como ambientais – estão longe de deixar o cenário dos assentamentos. Contrapontos entre tentativas de integração e alternativas de diversificação agrícolas, mal incorporadas pelos órgãos gestores e de forma equívoca tratada pela assistência técnica continuam a se fazer bem presentes na agenda de desafios e perspectivas dos assentamentos.

Da mesma forma, impasses políticos internos, expressão da descontinuidade das organizações/associações dos assentados imbricam-se a descompassos das políticas públicas. Neste último aspecto, o tempo de execução das políticas, a falta de foco, a inadequação no caso das mulheres assentadas – expressas, por exemplo, no insignificante acesso ao PRONAF mulher são fatores relevantes. Há necessidade premente das políticas públicas se abrirem efetivamente a modelos alternativos de desenvolvimento rural, prioridade para se falar em perspectivas face aos impasses econômicos, políticos e ambientais.

O PAA tem contribuído para a agricultura familiar sem dúvidas, afetando os preços dos produtos agro alimentares, a renda dos agricultores, favorecendo a emergência de novos mercados, fatores significativos que merecem ser ressaltados. Por outro lado, enfrenta limitações e dificuldades, pela pequena divulgação, pelo desconhecimento dos objetivos e da institucionalidade do programa pelos beneficiários, pelos problemas de chegar às famílias em maior vulnerabilidade social, por problemas operacionais e logísticos (atrasos na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos, falta de assistência técnica, dentre outros). Como resultado, é importante ressaltar que o PAA tem atingido um número significativo de pessoas em insegurança alimentar nos municípios.

Por outro lado, dilemas se agravam no exame de qual assistência técnica se faz necessária e quais são, efetivamente, os novos rumos da Pnater, extensão rural recentemente proposta. Há, de fato, investimento na educação dos jovens, no entendimento da capacitação como passagem para profissionalização? Por que a capacitação oscila entre equívocos e descontinuidades? Como repensar, efetivamente, os eixos da política pública, cuja avaliação não pode se pautar por uma eficiência descolada da realidade multidimensional dos assentamentos, mas exige, de fato, ter como prioridade, a satisfação das suas necessidades, a (re) educação, o investimento em uma capacitação adequada e contínua.

No caso das mulheres assentadas, há que se inverter um certo viés ainda presente, decorrente da masculinização do mundo rural, igualmente expresso na assistência técnica.

A juventude nos assentamentos encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, à ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Os pretextos que levam ao deslocamento dos jovens para a cidade são dificuldades da vida no meio rural, como a falta de autonomia, financiamentos, assistência técnica para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta. Com a falta de recursos, os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura. Esta situação não pode gerar generalizações equivocadas, como as afirmativas de que, para os jovens, o ciclo dos assentamentos estaria encerrado. Há significativas experiências de resistência da juventude que merecem ser valorizadas pela assistência técnica.

Suas ações são marcadas pela participação coletiva que contribuem para a retomada e valorização dos espaços de sociabilidade para jovens, mulheres e demais moradores dos assentamentos.

Avanços, recuos, bloqueios, perspectivas têm que ser avaliados na discussão dos rumos dos assentamentos rurais. Sem diagnósticos fatalistas, o que parece certo, no entanto, é que essa população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-políticas, mesmo num estado tão rico como São Paulo. Seu papel nos destinos do desenvolvimento rural é interpretado de forma controversa, sendo, muitas vezes diminuída a importância dos assentamentos para o desenvolvimento regional. Por outro lado, não se pode subestimar suas potencialidades na construção de uma agenda de segurança alimentar nos municípios onde estão inseridos, interferindo, dessa forma, no desenvolvimento local e regional. Ainda mais, arriscamos apostar na hipótese

de que as perspectivas dos assentamentos rurais são fundamentais para se definir os rumos da democratização social e política em nosso país.

REGIÃO LESTE: assentamentos no raio dos centros urbanos

O fato do MST ter grande influência nas lutas pela terra e na constituição dos assentamentos nessa região explica o peso significativo dos cursos de formação política ou de orientação agroecológica, os quais, por sua vez, vão ter influência na formação de associações de produção e comercialização e do projeto de uma cooperativa regional. Por outro lado, a origem urbana de parte significativa dos assentados colide com teses equivocadas, em nossa avaliação, sobre a vocação agrícola associada unicamente aos que só tiveram relação direta com a terra.

A vocação agrícola é um dos temas a ser trabalhados com maior cuidado, para que não se crie armadilhas estereotipadas sobre o público ideal da Reforma Agrária, marginalizando um contingente dos demandantes de terra.

A proximidade dos assentamentos aos grandes centros urbanos faz com que a especulação imobiliária ocupe um lugar central na análise de seu desenvolvimento. Destaca-se igualmente a grande quantidade de eucaliptos e os problemas deficitários de sua fiscalização. A situação de Cajamar é bem ilustrativa desse impasse, pois o assentamento não pode ser ampliado em função de uma reserva ambiental que na verdade é ocupada por eucaliptos de propriedade de grandes empresas.

Em termos de diagnóstico, pesa fortemente no desenvolvimento desses assentamentos, a infraestrutura deficitária, especialmente no tocante à água, à falta de escolas e postos de saúde, coleta de lixo e transporte público. Com relação às estradas, de forma geral, o INCRA fez projetos com a Codasp, por meio do qual foram abertos os acessos. Porém, faltaram medidas que facilitassem a manutenção e mantivessem a qualidade, por exemplo, jogar cascalho. Em função disso e do excesso de chuvas, a qualidade das estradas é considerada ruim em todos eles.

A luz ainda não chegou ao assentamento de Apiaí. A dificuldade estaria no processo lento e burocrático de outorga¹⁰ para então entrar o programa Luz para Todos. Por enquanto, a maioria dos assentados tem geradores feitos a partir de motor de motocicletas. Nos demais assentamentos visitados na região

¹⁰Como esse assentamento tem muita água, a outorga está demorando, porque deve ser feita uma para cada pequeno curso.

da Grande São Paulo existe energia elétrica, principalmente através do Programa Luz Para Todos, geralmente após um período inicial de inexistência de energia. Em Itapetininga, por exemplo, há energia elétrica desde 2010 (o assentamento é de 2008, portanto ficou 2 anos sem).

Por outro lado, Apiaí é o único assentamento que tem água suficiente para produção. O acesso é por meio das minas d'água existentes em abundância e, além disso, não há muita necessidade de irrigação porque é uma região chuvosa. Nos demais, a realidade é inversa: o acesso à água é difícil e insuficiente para a produção. Reclama-se muito dos poços artesianos abertos pelo INCRA, que estão lá mas não funcionam (geralmente falta bombeamento e rede de distribuição, no caso de Cajamar, por exemplo). São José enfrenta a pior situação em relação ao acesso à água. Em Itapetininga, as famílias têm água para uso doméstico que vem de mina por roda d'água, mas nos lotes em que a água não chega, os assentados vão buscar diariamente na mina, alguns a pé. Em geral, as famílias têm caixas d'água abastecidas pela chuva para a produção.

Pode-se dizer que essa situação varia muito, mesmo no interior de um mesmo assentamento, pois nas famílias que possuem lotes próximos a cursos d'água, a situação muda bastante daquelas mais distantes. Assim, num mesmo assentamento, nota-se a diferença da produção daqueles que estão próximos de rios ou açudes (e que puxam água para seus lotes através de bombas), cuja produção é abundante e diversificada. Outra fonte essencial tanto para abastecimento doméstico como para produção se dá por meio dos poços cacimba, embora nesse caso não haja água suficiente para a produção durante o ano todo.

Em suma, há uma diversificação alta sobre a fonte e o uso das águas, que podem vir de córregos, nascentes e poços, e possibilitam servir para irrigar lavoura, consumo animal e uso doméstico. Cada assentado obtém uma maneira de melhor utilizar o recurso, conforme a disponibilidade de água em seu assentamento; apoios, e contribuições de órgãos públicos e organizações não governamentais; e a união presente entre as famílias assentadas.

Com relação à coleta de lixo, no caso desta região houve casos onde o caminhão passa apenas na entrada do assentamento três vezes por semana para fazer a coleta, em outros casos há caçambas em pontos estratégicos para coleta, ou, no melhor dos casos, transita pelas ruas principais.

Dessa maneira é compreensível que a grande maioria (63%) junta e vende alguns itens de maior valor, leva em pontos de coletas no assentamento ou fora destes. A queimada é ainda muito praticada no meio rural e, por vezes, tem consequências graves para áreas imperativas ao desenvolvimento de assentamento

como matas nativas e cultivos agrícolas circunvizinhos dos lotes que se utilizam desta prática. O processo de enterrar é muito comum e surge do conceito de retirar as fontes de miasmas (locais onde, por forma espontânea ou não, matérias se tornam fontes de criação de doenças) da vista e do acesso de vetores de doenças.

Dos assentamentos pesquisados, nenhum tem escola ou posto de saúde. O atendimento se dá nos municípios. São poucos assentamentos atendidos por transporte coletivo e, quando há, não atendem à totalidade do assentamento e há muitas limitações de horário. Outra opção é utilizar o transporte escolar (geralmente o transporte é gratuito apenas para os alunos, outros passageiros pagam a passagem como se fosse o serviço de uma empresa). O transporte escolar é considerado bom pela maioria, no entanto há relatos de crianças que caminham três quilômetros por dia para chegar até as vias principais do assentamento, onde o ônibus passa. Já o serviço de ambulância é considerado ineficiente, pois os assentados relatam depender da solidariedade de quem tem automóvel para as emergências.

Com relação à moradia, a maioria das famílias acessou crédito, o que ajudou na aquisição coletiva de material. O crédito deu pra fazer o básico da casa e depois eles puderam acessar um complemento ou investir com recurso próprio (este mais comum, com um valor superior ao do crédito). Em média, os créditos acessados através do INCRA tiveram um valor de R\$ 7 mil e agora passou a ser de R\$ 15 mil, ou seja, as famílias que receberam R\$ 7 mil agora têm a perspectiva de acessar mais R\$ 8 mil. Reclamam de que este dinheiro está parado no INCRA. Foi comum encontrar práticas como o mutirão para a construção das casas, mas também o uso da mão de obra familiar associada à contratação de pedreiros do próprio assentamento.

Entrave para o desenvolvimento é o tamanho da área. As 32 famílias de Cajamar estão em lotes de 5000m², ou seja, 0,5 ha, sendo que a área dos lotes deveria ser de aproximadamente 7 ha para produção e construção das casas. Isso acontece devido a uma ação civil pública do Ministério Público que fala para os assentados recuar 20 alqueires que seriam de uma área tombada. O caso está em processo jurídico para fazer a licença ambiental do local.

A área tombada tem uma parte de pasto e outra de eucalipto, o que não poderia ser considerada área tombada. Outro fator é que no plano diretor da cidade de Cajamar, consta que esta área é zona de interesse ambiental e no plano gestor da cidade o assentamento é reconhecido como área urbana. Cajamar faz parte de uma área ambiental que é a Serra do Japi, este processo ocorre desde 2006.

Um dos principais fatores que dificultam a produção no assentamento é a falta de água. Dependendo da localização dos lotes, alguns têm acesso à água e outros não. Nos que têm acesso, os quintais são bem diversificados, além da criação de pequenos animais, destaca-se o plantio de hortas, árvores frutíferas e mandioca. Houve um projeto de construção da casa de farinha e de capacitação para o beneficiamento da mandioca foi financiado pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP). Porém o triturador foi comprado errado, o que dificultou o término do projeto para colocá-lo em funcionamento.

Outro projeto que este assentamento teve foi o desenvolvimento coletivo de uma horta mandala. Através de financiamento da CARE do Brasil foi feita a implantação de uma horta em formato circular, com um tanque central de armazenamento de água, para irrigação e criação de pequenos animais. Inicialmente, 17 das 32 famílias participaram do projeto, que só iniciou a produção de hortaliças quando foi inserido no programa de doação simultânea da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Porém, hoje a horta se encontra parada, praticamente abandonada, principalmente porque a bomba da caixa d'água está quebrada, sendo assim eles não têm água para irrigar e tocar a horta.

Em Apiaí, entre 5 e 6 famílias participaram do projeto Frango Feliz, da Esalq/USP, para produção de frango. Embora o projeto não tenha tido continuidade, essas famílias receberam matrizes que vêm sendo cruzadas com outras espécies mais caipiras.

Notou-se em todos os assentamentos a importância da combinação de várias fontes de renda para composição do orçamento familiar, cujas principais são: atividades agrícolas e não agrícolas no interior dos lotes e dos assentamentos, assalariamento externo, aposentadorias e outros benefícios sociais (como o Bolsa Família). Uma estimativa de renda dependerá das possíveis combinações, além de que devem ser observadas as dinâmicas familiares e a não linearidade, por exemplo: filhos que ficam ou saem do lote dos pais, que estão ora assalariados ora não, assalariamento temporário e ocasional, interrupção de benefícios, abertura e fechamento de canais de comercialização, ciclos agrícolas (condições climáticas, boas e más safras, valor da produção no mercado), dentre outros vários fatores.

Igualmente importantes, no quesito renda, são as produções destinadas ao autoconsumo direto e ao autoconsumo intermediário¹¹, os arranjos entre as famílias

¹¹Exemplos do autoconsumo intermediário são plantações de capins para alimentação do gado, cujo leite é consumido pela família; uso de recursos do próprio lote que diminuem os custos produtivos, como o aproveitamento do esterco na adubação do roçado.

(trocas de alimentos e de serviços, mutirões, venda em consignação etc.) e as relações de solidariedade (doações de alimentos, sementes e mudas etc.), pois são aspectos que ajudam para que se crie uma identidade camponesa nos assentamentos, para que se tenha melhor qualidade de vida (segurança alimentar, por exemplo) e para que se evitem gastos monetários. As produções de autoconsumo diminuem o valor que seria gasto nos supermercados. A maioria dos assentados aponta para um custo mensal em supermercados de até um salário mínimo para uma família de quatro pessoas (86% dos casos), em itens como limpeza, higiene pessoal e alimentação.

Em todos os assentamentos da região, pudemos verificar um rol diversificado de opções destinadas ao autoconsumo: horticultura, abóbora, mandioca e outras tuberosas, milho, feijão, gado leiteiro, pequenas criações (suínos e galinha caipira), fruticultura (citrus, banana, goiaba etc). Feijão e milho com alta variedade genética.

Vários assentados relatam que a horticultura é o forte da região e deve ser priorizada nos assentamentos. De todos assentados entrevistados, apenas um respondeu que seriam horticultura e pecuária juntas, outros três assentados acham que a horticultura junto com a fruticultura seria o ideal. Apenas três apostaram na fruticultura, sem considerar a horticultura como prioridade. Outra resposta frequente se refere a existir mais agroindústrias (farinheira, laticínio, padaria, cachaçaria) e o turismo rural.

Os que trabalham com horticultura disseram que é bom quando vem um caminhão, da prefeitura ou, no pior dos casos, de algum atravessador, buscar. Outra resposta foi que a atividade garante uma renda sazonal. A fruticultura também é valorizada pelos assentados desta região. Foram citados, inclusive, casos em que os assentados gostariam de apostar em frutas com maior valor de mercado, como o maracujá, a lichia e a poncã. Os assentados de Apiaí citaram que comercialmente é interessante naquela região o plantio de frutas com alto valor de mercado como caqui, figo e pêsego. Eles reivindicam que isso seja incentivado com projetos técnicos para acessar o PRONAF, o que ainda não acontece.

Nos assentamentos cujos lotes são menores (Cajamar e Americana), aos poucos, são implantadas criações de galinhas, coelhos, peru e pato, que passam a representar grande relevância nas estratégias das famílias.

Em Apiaí existe uma beneficiadora de grãos e um entreposto municipal de mel, cujos assentados levam sua produção ou isso é feito por um atravessador. Há vários atravessadores que vão ao assentamento e levam as produções. Outra

forma de levar os produtos aos mercados locais é com o próprio caminhão da associação de moradores (chama-se Ecovale, voltada à comercialização da produção dos assentados para o PAA, Conab, feiras, mercados de bairro, para gerenciamento do uso do trator e do caminhão, dentre outras atividades). Outra forma importante de comercialização é a venda direta, ou seja, Cajamar fica próximo a grandes condomínios e, obrigatoriamente, as pessoas precisam passar pela estrada que corta o assentamento, daí a estratégia de colocar diversas placas de anúncio de venda de galinha caipira, porco caipira, hortaliças etc., na entrada dos lotes, ficando visível para quem passa.

No entanto, o PAA é a forma de comercialização que dá mais garantia de renda. Além de ser mais lucrativo, tem retorno mais rápido e seguro do que outras formas, intermediadas pelo atravessador (conhecido por dar calotes nos produtores). Embora existam casos em que o PAA tem valor menor do que outras formas de comercialização, como a venda direta em feiras e entregas no comércio de varejo, acaba compensando porque a prefeitura vem buscar e não há gastos com transporte. Outro atrativo do PAA é que em muitas prefeituras se paga melhor por produtos orgânicos, como vimos acontecer em Apiaí. Então, neste caso, é melhor do que vender em feiras ou comércio varejista. No entanto, o programa também sofreu algumas descontinuidades nesse município, quando houve mudança da gestão da associação dos assentados. Atualmente, a situação voltou ao normal.

A percepção dos assentados em relação ao PAA é que alavancou a agricultura familiar em geral. Com relação à merenda escolar, há perspectivas de inserção, mas ainda não acontece. Existe pressão do movimento para a prefeitura comprar, pois ainda não há uma vontade política explícita, com exceção da prefeitura de Biritiba-Mirim.

A venda para o PAA por meio de cooperativa ou a associação facilita para que o agricultor não precise sair do lote para fazer a comercialização. A maioria acha que para o PAA o ideal é entregar junto com a associação/cooperativa. A existência de cooperativas, no entanto, não é unanimidade, pois alguns assentados dizem que preferem qualquer alternativa produtiva que não necessite ser via cooperativa. Existem experiências bem sucedidas a partir da sociedade entre 3 pessoas ou de pequenos grupos informais, por exemplo, para trabalhar com abelhas, com a própria horticultura, com gado leiteiro e derivados etc.

A grande maioria dos assentados disse que participa de associação ou cooperativa para organização da comercialização, principalmente para se inserir no mercado institucional. Mas, também, há casos em que a associação ou a

cooperativa atuam na organização da produção propriamente.

Sobre as agroindústrias, é bem significativo quando o assentamento possui uma farinheira industrial, pois cria a expectativa de melhorar o trabalho para destinar a produção no interior do assentamento. No entanto, há casos de farinheiras que estão paradas porque existem pendências burocráticas ou técnicas a serem resolvidas, como em Cajamar. Por outro lado, na perspectiva da agro industrialização, destaca-se bastante o trabalho das mulheres que fazem pão, que conseguem atingir uma renda média de R\$700,00. Por meio de convênio com a FEPAF, na época do trabalho de campo estava em fase final a construção de uma cozinha comunitária para pão, doce, salgados em Apiaí. Destacam-se também outras iniciativas de grupos de mulheres que produzem queijos e derivados e artesanatos. As agroindústrias seriam importantes mesmo sem selos ou associações, por se tratar de atividade que se realiza facilmente em grupo, agrega valor à produção agropecuária e disponibiliza um produto diferenciado para o mercado interno do assentamento.

No assentamento de Apiaí, existem pequenos grupos que trabalham na transformação de leite em queijo, manteiga, doce, doce de abóbora. Os grupos são informais e geralmente as mulheres beneficiam o que os homens produzem na roça. Tem um grupo de 35 mulheres que está acessando o Apoio Mulher, sendo que 31 delas quer adquirir gado leiteiro, 2 querem para atividades de artesanato e 2 querem para fruticultura. Esta é a forma de bem aproveitar o recurso, criticado pelo baixo valor e parcelamento (R\$ 800,00 por ano em três parcelas).

Em uma das ilhas¹² (que possui 8 famílias) do assentamento de Apiaí estão construindo uma cozinha industrial e outra cozinha está sendo feita em parceria com a Fepaf, mas esta para o assentamento todo. Neste assentamento existe ainda a intenção de explorar o turismo rural, aproveitando seu potencial ecológico. A ideia envolveria as coisas da comunidade, por exemplo, o artesanato: existem poucos, mas bons artesões que fazem móveis de bambu, que são comercializados na beira da estrada e também são comercializados para pousadas da região que fazem a compra no local.

Em Itapetininga ocorre algo semelhante em torno do Apoio Mulher: há grupos de mulheres que já estão trabalhando com fruticultura diversificada e gado leiteiro.

¹²Neste PDS, o termo ilhas equivale ao que é mais comumente chamado núcleo ou setor do assentamento.

O projeto do leite está sendo feito em conjunto com a prefeitura e o programa Luz para Todos, em torno de 6 famílias participam e comercializam o queijo fresco e mussarela no PAA. O grupo não é constituído enquanto associação.

Uma reivindicação desses grupos de mulheres se dá pela existência de DAP específica para as mulheres e outra para os jovens, como forma de reconhecimento do trabalho no lote, a comprovação para aposentadoria e aumento do volume de comercialização via PAA. A grande maioria dos entrevistados não tem conhecimento de nenhuma política para mulher. Dos que conhecem, citaram apenas créditos voltados para mulheres: Apoio Mulher, criticado por ser valor baixo e parcelado; e PRONAF Mulher, que pouquíssimas vezes é acessado. O quadro se repete com relação a políticas direcionadas aos idosos ou jovens: a maioria declarou não haver políticas voltadas para idosos ou jovens. Dos que citaram alguma, foram: atividades esportivas (futebol, hidroginástica, etc.) e o PRONAF Jovem, igualmente pouco acessado.

Neste sentido, a principal sugestão é para que haja incentivo para os filhos dos assentados investirem em projetos que lhes garantam renda própria. Alternativas como trabalhar no próprio lote da família, mas com alguma autonomia. Ou trabalhar em cooperativas e associações no assentamento, tanto na parte de produção, agro industrialização, gestão das organizações etc. Outras sugestões se voltam mais à educação, à cultura e ao lazer, visando tornar o assentamento mais atrativo para os jovens: cursos de formação (escolas e investimento em educação), telecentro (e um professor para ensinar), palestras de conscientização sobre drogas e educação sexual (prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis).

Outra opção é estudar fora, ir para cursos do movimento, que os filhos consigam estudar na faculdade e que continuem ou voltem para trabalhar e viver no assentamento. De forma geral, os assentados querem que seus filhos fiquem por perto, se possível no lote deles, mas se os filhos querem ir para a cidade para estudar ou trabalhar, eles os respeitam. Poucos disseram que acham melhor o filho ter uma profissão fora do assentamento.

Por outro lado, os entrevistados demandam maior acesso à água, infraestrutura, créditos, parcerias com outras instituições para execução de projetos em prol da geração de renda e trabalho, capacitação em práticas conservacionistas, processo de produção em agroindústrias, melhor assistência técnica, maior fiscalização porque muita gente não tem perfil de agricultor, maior vontade política das prefeituras.

Para os técnicos do INCRA existe dificuldade para que os assentados acatem

orientações e mudanças no jeito de trabalhar, o que causa um certo choque entre o querer das famílias e os projetos técnicos para o assentamento. Existe igualmente uma divergência entre o que o banco financia com o que o assentado quer. Para os assentados, falta assistência de campo para os problemas que a lavoura apresenta, principalmente porque nos PDS's não se pode usar insumos químicos e faltam orientações para uso de outros insumos alternativos. Os técnicos são muito presos à burocracia (diga-se, a burocracia para liberação de créditos e outros serviços públicos, que exigem preparação de papelada e relatórios que tiram os técnicos de campo). Então os assentados gostariam que houvesse técnicos especializados em liberação de créditos e outros para acompanhamento técnico e que conhecessem melhor a aptidão agrícola da região, as possibilidades de mercado e o querer das famílias assentadas.

Existem várias iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica nos assentamentos. No assentamento Ipanema existe, inclusive, um grupo de processo de certificação da produção agroecológica. O coordenador explicitou dificuldades limitantes relativas ao recurso das famílias e também a pouca oportunidade de escoamento da produção ecológica. A alternativa, ou experimentação da produção sem uso de agroquímicos verifica-se nas hortas.

O universo amostral de 21 entrevistados se deparou com uma maioria que não aplica agrotóxicos, cerca de 52% dos assentados nunca aplicam agrotóxicos. Dentre os que utilizam esse insumo há dois tipos de aplicadores que só utilizam uma categoria de agrotóxico, cada um com 10% da representação, herbicida aplicado no mato e inseticida contra pragas. Há um assentado que aplica as duas formulações contra os alvos, desses, 5% usam inseticida e herbicida, e a maior parte trata-se daqueles assentados em assentamentos tipo PDS (Americana, Cajamar e Apiaí) que conforme o supracitado não aplicam agrotóxicos. Apenas três assentados disseram que aplicam repetidamente herbicida e inseticida. Os demais aplicam ocasionalmente um ou outro agrotóxico, quando há necessidade.

Os principais problemas enfrentados são os que dizem respeito à recuperação das áreas que, antes da entrada das famílias eram muito degradadas e, também, a relação com os órgãos responsáveis pelas questões ambientais. Enfim, a oscilação no enfrentamento dos problemas ambientais pode ser avaliada através da quantidade de licenciamento ambiental emitido aos assentamentos pelo órgão competente.

A dificuldade enfrentada em regularizar os assentamentos, licenciamento ambiental, outorgas, averbamentos de RL, APP se apresenta pela morosidade

burocrática ou então, pelo preconceito social (travestido em burocracia) dos órgãos responsáveis pelos assentamentos de reforma agrária, como foi relatado em diversas entrevistas por atores de cada assentamento.

Em suma, existem diversos problemas ambientais, muitos dos quais por falta de orientação atualizada aos assentados, e outros tantos pela dificuldade ocasionada pelos próprios órgãos ambientais responsáveis por acordar e estabelecer regras para conduzir os recursos naturais e bem aproveitá-las como está previsto nas legislações competentes. Tais considerações nos levam a afirmar a prioridade de inserção da questão ambiental na agenda das políticas públicas.

PONTAL DO PARANAPANEMA: a região de maior densidade de assentamentos

Aspectos das condições de infraestrutura social

Com uma média de 4,7 pessoas por lote, os assentamentos do Pontal sofrem com a ausência de crianças (57% das famílias não as têm) e de jovens (apurouse 68% de famílias sem adolescentes em casa) – problema que tende a ser agravado a médio prazo (daqui a 15 anos): como serão os PAs na próxima geração? Outra informação demográfica preocupante é a que aponta para o fato dos adultos mais diretamente responsáveis pelo lote terem, na maioria absoluta dos casos, apenas o Ensino Fundamental incompleto – isto pode prejudicar sobremaneira a penetração de programas de formação técnica com maior sofisticação e exigência intelectual/escolar.

Praticamente todos vivem em casas de alvenaria, mesmo que inacabadas (o que aponta para a insuficiência do apoio para edificação de moradias). Embora as casas contem sempre com banheiros internos, a questão do tipo de saneamento (com predomínio de fossas ambientalmente inadequadas) é um problema recorrente: 79% dos respondentes utilizam fossas simples ou negras, contra apenas 16% que têm fossas sépticas. Embora aproximadamente metade das moradias tenha acesso à água de poço artesiano, quase um quarto ainda usa poços cacimbas para atender às suas necessidades básicas (consumo humano). Outro quarto dos entrevistados usa diferentes fontes de água (todas oferecendo riscos à saúde). Quando avaliado o fornecimento de água para a produção, os números são muito próximos (com cobertura menor, por exemplo, de poços artesianos), corroborando o fato de que ainda é preciso completar-se o investimento no fornecimento de água aos assentados.

Todos os assentamentos do Pontal são servidos por energia elétrica, mas apenas para uso residencial. As redes elétricas foram providas durante todos os

períodos de governo, de maneira que se pode inferir que, no Pontal, os sucessivos programas públicos de eletrificação residencial foram efetivos, desde os anos 1980. Porém, o uso de energia elétrica para mover equipamentos de produção agropecuária sempre depende exclusivamente do investimento dos assentados (se existe a rede, fica a cargo dos assentados estendê-la até às instalações produtivas e prover transformador próprio). Esse dado mostra que, ao contrário da eletrificação para uso doméstico, a eletrificação de maior potência, para uso produtivo, não constou de nenhum programa oficial desde os anos 1980.

O atendimento escolar é abrangente, embora quase sempre dependente de transporte para estabelecimentos na zona urbana – sobretudo a partir dos anos finais do Ensino Fundamental. Essa necessária viagem cotidiana à cidade (ou distritos urbanizados) esbarra nas más condições das estradas, dentro e fora dos PAs, tornando a escolarização um empreendimento que toma praticamente o dia todo dos estudantes. Depois de um momento inicial de certo apoio às escolas rurais (nos assentamentos), muitas Prefeituras acabaram fechando esses estabelecimentos, às vezes alegando falta de alunos (de fato, uma redução de população em idade escolar é verificada nesses PAs).

Com relação ao atendimento de saúde, embora pouco mais de 60% dos entrevistados tenham apontado a existência de postos de saúde nos seus assentamentos, a concorrência do Programa de Saúde da Família (PSF) eleva o percentual de atendimento básico a 80% da população assentada. Apesar disso, calcular que cerca de 20% dos moradores dos assentamentos no Pontal não têm acesso aos programas de saúde básica é revelar uma falha grave nas políticas de seguridade social. O fato de que esses serviços sejam quase que totalmente de responsabilidade das Prefeituras ajuda a entender esse déficit. Muitas Prefeituras da região não têm recursos suficientes para manter uma unidade nos relativamente distantes assentamentos. Além do mais, os indicadores de infraestrutura de saúde nas próprias sedes municipais são ruins, sendo recorrente a prática do que se chama popularmente de "ambulancioterapia" – que nada mais é do que o simples traslado dos doentes para Presidente Prudente, capital regional e cidade mais provida de equipamentos de saúde pública.

Há pouquíssimos pontos públicos de acesso à internet, alguns inclusive não concluídos (como no caso registrado do PA Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema). No tocante à cobertura de telefonia móvel, 81% dos entrevistados dizem que o celular "pega" no seu assentamento.

As condições básicas para a qualidade de vida nos assentamentos não são abrangentes nos assentamentos. Embora algumas situações mais drásticas estejam

relacionadas com o tempo de instalação das famílias (cita-se o PDS Bom Jesus, em Iepê, o mais novo dos assentamentos investigados, cuja oferta de serviços básicos é a mais deficitária), aspectos como saneamento básico, abastecimento de água, estrutura viária e serviços de saúde demandam ainda muita atenção (e investimento) das agências responsáveis pela implantação/gestão dos PAs.

Trabalho, renda e produção nos assentamentos

Metade das famílias assentadas conta com pessoas trabalhando fora do lote, embora em 93% dos casos entrevistados há pelo menos uma pessoa trabalhando no lote (em 42% dos casos, são duas pessoas trabalhando no lote familiar). A remuneração "de fora do lote" é, em média, maior do que aquela auferida na lida do assentamento (em 84% dos casos, a renda obtida no lote chega, no máximo, a dois Salários Mínimos/Mês). Mais de 80% das famílias recebem algum tipo de benefício social, com destaque para as aposentadorias.

Os principais bens de consumo duráveis nos assentamentos são os básicos (fogões e geladeiras, mais a TV – todos na casa dos 90%), sendo notável, também, a presença de automóveis (66% de ocorrências). Apenas 19% têm computadores, embora o acesso a internet seja muito raro.

A pesquisa revelou que os cultivos agrícolas vegetais predominantes nas áreas dos assentamentos são os da mandioca, hortaliças, e frutas. Do ponto de vista animal, a maior fração do lote é predominantemente ocupada com área de pastagem destinada à prática da bovinocultura de leite, seguidas por participações pontuais de aves, suínos, ovinos, abelha e piscicultura. O gado leiteiro é a principal atividade produtiva nos assentamentos (81% dos entrevistados dedicam-se a este tipo de pecuária), seguido, em termos de participação de assentados na produção, pelos cultivos de mandioca e hortaliças.

Quanto ao eucalipto, o seu plantio está associado ao conforto térmico do rebanho bovino, para sombreamento, sendo sua madeira aproveitada para cercas e demais instalações rústicas (autoconsumo), mas também para comercialização, mesmo que em pequenas quantidades. Não foi registrada produção madeireira com vistas eminentemente comercial nos assentamentos do Pontal, até mesmo pela quantidade plantada em cada lote. A diversificação existe, porém, excetuando aquela incentivada por programas de compras institucionais (como o PAA), ela é de pequena monta nos lotes.

A produção nos assentamentos está superando o binômio leite-mandioca, detectado em pesquisas anteriores (SILVA, FERNANDES e VALENCIANO, 2006), graças à concorrência das produções (sobretudo de hortifrut) incrementadas

pelos programas de comercialização (primeiro o PAA, depois o PNAE). Embora esses programas ainda não tenham uma abrangência satisfatória (menos de 20% dos assentados participam dessas políticas públicas), demonstram uma extraordinária capacidade estruturante, aumentando e diversificando a produção e a renda, além de inequívocos ganhos em termos de autoconsumo.

O homem chefe da família é o principal agente de produção agrícola no lote, excetuando-se no caso da horticultura, na qual a mulher chefe de família tem mais presença do que seu cônjuge, embora eles dividam muito esta lida, assim como os cultivos de frutas e cereais (milho, arroz e feijão essencialmente). Na distribuição das tarefas na produção animal, as mulheres estão mais presentes que os homens na avicultura (essencialmente de terreiro), enquanto que, curiosamente, os filhos são apontados como os principais responsáveis pelo gado de corte no conjunto dos assentamentos do Pontal. Quando foram levantadas as atividades de processamento de alimentos, estas se mostraram presentes em 16% da amostra, sendo os laticínios artesanais/domésticos o tipo que mais aparece. Esse processamento é uma atividade quase que exclusivamente feminina, sendo registrado um único caso (11% na amostra) em que toda a família trabalha no processamento do leite (trata-se de um laticínio doméstico bastante rentável).

A abrangência e a eficácia de programas oficiais de crédito, assistência técnica e comercialização da produção. Nesse sentido, o PRONAF - principal política creditícia em vigor para os assentamentos – acaba por ser pouco acessado e, quando o é, oferece muitos riscos de inadimplência. Pode-se supor, então, que sua efetividade e sua eficácia são baixas – o que abre espaço para uma reflexão acerca da correção desta política pública no contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária.

A ATER, talvez a mais estruturante de todas as políticas públicas estudadas, é a que se apresenta como de mais dificuldade de avaliação, na medida em que os números mostram-se divergentes, além do fato – considerado fundamental – de que a complexidade que envolve sua aplicação e sua gestão são patentes. Nesse sentido, vale reiterar as avaliações inconclusivas sobre a ATER feitas pelos respondentes. Quando chamados a atribuir conceitos – que variam de bom a péssimo – à assistência técnica, 51% dos respondentes a julgaram boa ou regular, contra 47% que a avaliam como ruim ou péssima. Essa ambiguidade possibilita várias frentes de análise, desde a irregular assistência prestada nos projetos de financiamento (com bastante presença da ATER na montagem do projeto para o banco e bastante ausência no

acompanhamento da execução), até o acompanhamento da ATER nos programas de comercialização, de presença mais efetiva, mas mesmo assim criticada.

Programas específicos, como o Apoio Mulher, crédito produtivo inicial voltado para as mulheres assentadas, apresentam-se muito problemáticos. Além da pouca abrangência, a pesquisa qualitativa revelou inadequação de seus projetos e até mesmo descaso das lideranças e técnicos com relação à importância e valorização desse recurso. Ainda há muito o que caminhar para que esse tipo de política pública provoque mudanças visíveis nos assentamentos do Pontal.

Há problemas ambientais em todos os PAs, como a destinação inadequada dos resíduos sólidos (destaque para as embalagens de agrotóxicos, no geral queimadas e/ou enterradas). Além disso, 16% dos entrevistados apontaram uso irregular da Reserva Florestal Legal – com cultivos e deposição de lixo – e 18% deles utilizam as APPs, principalmente como aguada para o gado. As curvas de nível, ao lado da adubação verde, são as práticas conservacionistas mais observadas. Praticamente 60% dos assentados fazem um manejo tradicional puro ou mesclado com insumos agroquímicos. As práticas agroecológicas ainda são estatisticamente pouco relevantes. No total, 32% dos assentados já receberam alguma notificação ambiental.

Apesar de apenas 16% participarem de associações de produtores (contra 30% que participam de grupos religiosos), registrou-se que há muitos casos de assentados com cargo político (em mais da metade dos assentamentos da amostra) – o que demonstra as contradições para a participação civil dessa população. Voltando-se a refletir sobre a participação feminina, no espaço da política sua atuação continua subordinada ao homem, não apenas em termos quantitativos, como também pelo recrudescimento de uma postura patriarcal nos assentamentos.

O citado exemplo do descaso partilhado por técnicos e liderança pelo crédito "Apoio Mulher" é revelador da recorrência dessa postura patriarcal, mas, contraditoriamente, provoca discussão nos fóruns promovidos pelas agências de mediação, sendo esse talvez – o de provocar um debate – o principal saldo dessa iniciativa pública de caráter de gênero nos PAs do Pontal. No entanto, a realidade social dos assentamentos, se reproduz muito do patriarcalismo tradicional, também apresenta contraexemplos de mulheres que tomam as rédeas da produção no lote e, também, ganham destaque no espaço da representação política. Como em toda a sociedade brasileira deste início de Século, a questão de gênero mobiliza e enriquece essas áreas reformadas.

O que pensar desses dados?

Essa síntese não esgota o potencial de interpretação dos dados levantados pela pesquisa Uniara-INCRA. No entanto, a reiteração de algumas realidades, bem como indícios de mudanças, apontam para bloqueios e perspectivas mais ou menos claros. No tocante à infraestrutura, recoloca-se a questão da participação (ou cogestão) dos entes municipais nas políticas públicas de atendimento à população. No caso do Pontal, as Prefeituras, no geral, têm poucos recursos, o que rebate de forma severa nos PAs. A questão da saúde é particularmente reveladora desse dilema, assim como a situação das estradas. Mas, exatamente nessas áreas, o contexto deve ser explicitado: se esses serviços públicos são ruins nos PAs, o são também em outras regiões dos municípios, apontando para gargalos maiores em termos de desenvolvimento regional.

Avaliando-se políticas mais específicas, é plausível aventar que a ação governamental ainda trabalha com limites muito claros no que tange ao apoio aos assentamentos. Isso pode ser depreendido da ausência de programas de eletrificação com objetivo de incremento à produção, assim como das dificuldades de efetividade da assistência técnica (mais presente apenas quando junto aos programas de comercialização) e crédito produtivo, que demonstram inequívocas limitações e inadequações.

Embora constando de todos os documentos oficiais (sejam eles da esfera federal ou estadual) a questão ambiental também é pouco contemplada. Baixíssima oferta de apoio para programas nessa área, além de situações críticas na condição dos assentados com relação a acesso a água, saneamento básico e deposição de dejetos. A participação em ações de produção mais ambientalmente adequada também é baixa, no mais das vezes, projetos-piloto de caráter experimental promovidos por ONGs e agências de pesquisa.

No entanto, mesmo com evidentes limites de abrangência, os assentados (e outros mediadores ligados à realidade dos assentamentos) souberam aproveitar o potencial de uma política pública visivelmente mais adequada às condições socioeconômicas desses produtores, como o PAA. Claro que críticas possam ser feitas, com relação ao teto de fornecimento, aos desvios e negociações de DAPs, ao desinteresse das Prefeituras. Mas, apesar disso, os efeitos dessa política pública repercutem em diferentes esferas: incremento da renda e da produção, estímulo à organização dos produtores, maior intercâmbio e reconhecimento por parte dos moradores das cidades, que passam a considerar positivamente o trabalho e a produção dos assentados. O caráter estruturante do PAA, bem como suas demais virtudes nesse contexto de uma agropecuária de baixo insumo

de capital e desvalorizada socialmente, devem ser melhor estudados para que sejam replicados em outros programas oficiais de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos.

REGIÃO DE ANDRADINA: gargalos das políticas públicas

A cotidianidade da política pública nos assentamentos

A questão da assistência técnica no assentamento é a primeira coisa que se destaca nas entrevistas, sendo esta o principal elemento que constrói o sentido do relacionamento entre o assentado e o órgão público, que parece ser concebida como uma questão absolutamente necessária para os assentados, sem a qual não pareceria que o assentamento poderia se desenvolver, e que não está ocorrendo na frequência que os assentados gostariam e, por outro lado, que parece estar enfocada somente ao mercado capitalista.

A política pública que fomenta a produção para o desenvolvimento dos assentamentos não leva em consideração a heterogeneidade de expectativas e experiências que se tem no assentamento. Por exemplo, os créditos de fomento para produção são aplicados quase que somente para a produção de gado leiteiro, pois o discurso oficial dominante desde as instituições de desenvolvimento tipificam a região como uma bacia leiteira, bloqueando a diversidade natural da produção camponesa nos assentamentos e inserindo o assentado de forma subalterna para fornecer matéria prima aos grandes laticínios.

A priorização para o investimento dos recursos do PRONAF fortaleceu a cadeia leiteira como um eixo para investir na produção, desconsiderando os projetos alternativos que os assentados têm como plano de sua vida.

Em paralelo, a própria natureza do sujeito assentado o leva a desenvolver uma estratégia para diversificar o risco da produção baseada na monocultura. Isso convive com a dualidade e tensão inerente à política de reforma agrária, que tenta fortalecer as estruturas produtivas para melhorar a condição das famílias para conseguir uma maior renda, terminando de potencializar essa virtude de diversificação natural dos assentados e de suas unidades produtivas.

As estratégias produtivas dos assentados estão conformadas por múltiplas atividades produtivas, nas quais se encontram a agricultura, pecuária, agroindústria familiar, e outras. No caso da agricultura, existe uma diversidade muito grande que envolve pelo menos o trabalho de mais de 15 culturas diferentes que são potencializadas a partir de políticas como o PNAE que incentiva os assentados a desenvolverem uma produção diversificada, qualificando sua alimentação e incrementando a renda.

Neste campo, os desafios que se colocam para a política produtiva são trabalhar a diversidade e potencializar os planos que se tem nos assentamentos para alcançar uma vida digna.

A assistência técnica parece estar estruturada fortemente em torno do conhecimento técnico inspirado na revolução verde, ou pouco adequado aos marcos de uma proposta agroecológica. O produtor paradigmático neste imaginário construído na luta pela terra está referenciado como produtor inserido na economia de alta produtividade que utiliza as tecnologias da revolução verde. Na percepção de muitos entrevistados, a grande maioria valoriza a importância de conseguir um nível alto de renda no lote, o qual é considerado como expressão do seu êxito na consolidação do seu lote e de sua condição de produtor. Às vezes este imaginário parece uma consequência lógica da luta pela terra na região, desde que a justificativa para a expropriação do latifúndio não é só a concentração da terra, mais a improdutividade do latifúndio, porém o assentado tem que demonstrar que ele quer a terra não só para trocar de identidade de sem terra para assentado, mas para fazer a terra produzir. Pressões se impõem, criando a necessidade (a partir de parâmetros que não são escolhidos diretamente por eles) de estabelecer uma dinâmica de alta produção o antes possível.

Às vezes esta concepção produtivista atua num contra-sentido com os objetivos da luta pela terra sob o marco de outra concepção do mundo, marcada fortemente pela ideologia do movimento dos sem terra. Os argumentos da tomada da terra têm uma conotação de luta por outro modelo produtivo, referenciado na proposta da agroecologia, ainda que fortemente pressionado pelo imaginário dominante da sociedade regional que valoriza a alta produtividade do agronegócio como sinônimo de construção de uma economia forte e competitiva no projeto nacional do Brasil para se inserir na economia global.

Constata-se o uso do conhecimento técnico agroecológico como uma estratégia de massificação da tecnologia da revolução verde para o produtor do produtor familiar, no qual é descartado o conhecimento tradicional do produtor. Parece estar implantada uma concepção de que a produção é uma estratégia mercantil por excelência, assim como sua articulação com o mercado capitalista. Esta concepção tem uma influência determinante no enfoque da assistência técnica aos assentamentos, que privilegia uma lógica de transferência de tecnologia gerada nas universidades e nos centros de pesquisa, a qual tem o inconveniente de tornar o pequeno produtor dependente destes atores externos. Numa eventualidade de que a assistência técnica enquanto política pública não consiga acontecer nos assentamentos, isso implica que o produtor fica vulnerável na sua

capacidade autônoma de inovação técnica.

O debate é muito fraco neste sentido, não que as lideranças não tenham uma proposta estruturada, mas a prática do assentado comum mostra uma clara tendência voltada à utilização da tecnologia e às práticas produtivas que geram uma alta renda. É possível observar uma tendência a conceber a produção no lote como uma produção alta, não só uma produção. Para além de produzir, têm que demonstrar uma alta produtividade justificada em termos econômicos e estatísticos frente ao adversário, com o qual disputa a terra: o agronegócio.

Também se fala que a assistência técnica do INCRA está mais voltada para os trâmites burocráticos e não para a produção. É muito recorrente a percepção de que a capacitação técnica na realidade é feita pelo SENAI, e muito pouco pelo INCRA. Não é uma crítica às capacidades dos técnicos dos assentamentos, mas à estruturação do serviço técnico do INCRA, desde que cada técnico tem muito volume de trabalho para resolver em muito pouco tempo, e o resultado prático desta estratégia é um técnico sobrecarregado com muito trabalho que anda no corre-corre para garantir ao menos que seus assentados não percam o acesso aos financiamentos. No final, a assistência técnica termina sendo uma assistência limitada aos trâmites de acesso aos créditos.

No que respeita à responsabilidade institucional do INCRA para ajudar o assentamento a estruturar-se é outro fator recorrente a merecer uma análise. O problema dos apoios do INCRA na construção de infraestrutura no assentamento (caixas de água, cercas das APPs, etc.) prometidos ou iniciados, mais que em muitas ocasiões, não terminam. O resultado disso é a falta de credibilidade dos assentados sobre a capacidade e o compromisso institucional.

Vinculado a isso, surge a consideração da natureza do INCRA como órgão político, cuja efetividade para avançar num certo sentido da política depende por completo da equipe e da visão política da direção institucional. Em todo caso, a capacidade dos assentamentos de influenciar na condução institucional parece estar restringida aos mecanismos de pressão, os quais têm efeitos que devem ser avaliados em relação a outros possíveis mecanismos institucionalizados, que não foram identificados por enquanto.

A disputa pela responsabilidade das prefeituras e do INCRA dentro do assentamento pela construção do equipamento, manutenção das estradas, prestação de diversos serviços, numa briga por delegar as responsabilidades para a outra instituição, faz com que os assentamentos não possam ser integrados na dinâmica do desenvolvimento regional como atores reconhecidos pelo seu aporte na economia, papel que é mais de que evidente, ainda que não seja

reconhecido, na sua verdadeira dimensão, na maioria dos casos, pelas prefeituras. É frequente ouvir os prefeitos se referirem aos assentamentos como problemas e não como potencialidades para o desenvolvimento do território municipal.

Neste sentido, a questão da inclusão e a incorporação dos assentamentos na política local dos municípios é uma questão muito importante que tem que ser encarada pela política pública para avançar na consolidação da reforma agrária. Seu papel na economia é reconhecido informalmente, ainda que essa situação não seja traduzida nas ações da política pública para sua legitimação.

A iniciativa de fazer nomear a região de Andradina como um "território da cidadania" e seu possível impacto na visualização política dos assentados e assentamentos, desde que os assentamentos tivessem a chance de se representar por si mesmos na futura estrutura de gestão desse território, ainda que para isso precisassem enfrentar os atores mais poderosos que, com todo o poder que têm, controlam esse espaço de participação. O perigo é a falsa sensação de ter parte nas decisões do território, já que a representação dos assentados é mínima e fragmentada.

Do mesmo jeito, esta estratégia parece ser uma possibilidade de visualização dos assentamentos, desde que a criação do território da cidadania nesta região estaria justificada pela ampla presença dos assentamentos, é também outro espaço de disputa pelo controle destes recursos públicos pelos outros atores poderosos, que sem dúvidas usaram o seu poder para construir uma estrutura de decisão favorável a seus interesses.

A questão da autonomia do assentamento em relação ao movimento ou ao sindicato é uma questão muitas vezes colocada nas entrevistas. O território da cidadania tem uma motivação para os assentados, entre outras, de ser uma estratégia para sair do controle da elite do movimento ou do sindicato. Num outro caso, a constituição de uma central de associações do município de Castilho parece ser uma estratégia de sair da influência do movimento e do INCRA que trabalha apoiando o movimento.

Este parece um paradoxo, mas tem que ser analisado, desde que a luta pela terra exige articulação e organização, e tanto o movimento como os sindicatos têm o potencial para a articulação regional, estadual ou nacional da luta. Muitos entrevistados manifestaram sua reticência para manter sua vinculação com a organização matriz, a partir de diferentes motivações que parecem indicar uma inadequação do movimento para continuar com a luta pela terra, uma vez conseguido o assentamento.

O conflito das políticas voltadas para a cidade nas prefeituras é uma questão

também identificada como importante na realidade dos assentamentos, que precisa ser incorporada na definição das políticas da prefeitura.

A história de vida dos assentados permite observar uma diversidade de origens e experiências de trabalho das pessoas, ainda que seja possível diferenciar entre os que têm uma experiência prévia, ou, não na produção agrícola. Mas, uma experiência prévia não é garantia para que o assentado seja, de início, um produtor eficiente e/ou exitoso; junto a essa experiência deve acompanhar uma habilidade para organizar a unidade produtiva, a qual é identificada como um campo importante para encarar a política da reforma agrária. "É o problema do boia-fria que trabalha muito forte para outros, mas quando cai na terra ele, fica perdido", comenta um assentado. Questão controversa já que em outras regiões, assentados ex-boias-frias têm construído estratégias significativas para permanecer na terra.

Numa comparação das entrevistas entre assentamentos, é interessante apontar que os assentados têm uma opinião muito clara sobre os efeitos da velocidade de aplicação das políticas de financiamento nos assentamentos, e as causas destas diferenças. Os assentados têm informação para comparar entre assentamentos próximos na região, o que é um dado interessante, desde que isso se constitui, de fato, numa avaliação da efetividade da política de financiamento por parte dos beneficiários. O problema fica na ausência de uma estrutura de governo do âmbito dos assentamentos, através da qual os assentados pudessem expressar sua experiência em decisões sobre a política.

Outro aspecto relevante das análises nas entrevistas é a perspectiva dos jovens para ficar nos assentamentos. Uma entrevista foi feita com dois jovens irmãos que são beneficiários de um lote num assentamento, filhos de assentados num outro assentamento vizinho, mostrando um contraste com outros assentamentos que revelam, ao contrário, uma problemática complicada com respeito aos filhos que não parecem encontrar perspectivas para ficar nos lotes dos pais. Mais ainda, quando os pais não desejam que os filhos fiquem no lote.

Com certeza este é um aspecto central de avaliar na aplicação da política pública da reforma agrária, desde que isso obriga a debater sobre a sustentabilidade e a possibilidade de continuação desta política e desta estratégia de luta social no Brasil.

Os jovens parecem confiantes na perspectiva de acessar as políticas de apoio financeiro para consolidar seu lote, desvendando uma questão que atravessa a problemática dos assentados, que implica na concepção de que o futuro dos assentamentos depende dos recursos públicos, de alocar mais recursos por parte do INCRA, o que equivale a dizer que a luta pela terra só tem sentido com a

capacidade de estabelecer uma parceria com uma fração do governo que garantisse recursos econômicos para serem aplicados no desenvolvimento dos assentamentos.

Ligada a esta situação dos jovens nos assentamentos mais recentes, tem-se o contraste do assentamento Primavera, o mais antigo da região, onde se tem exemplos de venda da terra, aluguel da terra como estratégias – na contramão dos princípios da Reforma Agrária – de resolução da continuidade dos jovens na terra.

Este último caso deve ser aprofundado, desde que o assentamento Primavera é uma situação atípica diferente dos outros assentamentos, ainda que referido à mesma problemática da luta pela terra.

A velocidade da Política Pública para assentamentos

A velocidade de execução das políticas é outro tema que diferencia os resultados que se tem alcançado nos assentamentos. Isto pode ser exemplificado nos assentamentos como Olga Benário, considerado um assentamento novo, onde teve uma aplicação planejada de todos os créditos em nove meses. Este fato faz com que Olga Benario tenha em andamento uma estrutura produtiva mais consolidada do que outros assentamentos também novos como é o assentamento Rio Paraná, e o assentamento Timborezinho que foi criado há dois anos e que enfrenta vários problemas no processo de implementação produtiva.

Junto à velocidade tem-se o conceito de *oportunidade* da aplicação da política pública, como aconteceu no Olga Benário, em que o crédito de moradia saiu rápido, ainda que numa época do ano em que as chuvas não deixaram utilizar os recursos.

Integralidade da política pública

A aplicação da política pública não leva em conta necessidades singulares dos diferentes sujeitos que se tem no assentamento, por exemplo, idosos e jovens. Isto é uma carência muito grande que pode levar os jovens a saírem do assentamento. A supressão dessa carência garantiria que menos jovens deixassem os assentamentos e se assegurasse o prosseguimento da reforma agrária, e, sem dúvidas, legitimaria a política pública de assentamentos aos olhos dos assentados, que percebem a saída dos jovens como um dos principais problemas dos assentamentos.

A falta de água nos assentamentos é um limitante da produção e diversificação da produção nos lotes. As políticas públicas não atendem suficientemente essa

necessidade, a partir do momento em que esse bloqueio for resolvido espera-se uma diversificação e uma maior produtividade nos assentamentos.

Política pública e a diversidade: Rotas de Colisão

A política pública que fomenta a produção para o desenvolvimento dos assentamentos não leva em consideração a heterogeneidade de expectativas e experiências que se tem no assentamento. Os créditos de fomento para produção são aplicados somente para a produção de gado leiteiro, pois o discurso oficial dominante nas instituições de desenvolvimento tipifica a região como uma bacia leiteira, bloqueando a diversidade natural da produção camponesa nos assentamentos e inserindo o assentado, de forma subalterna, como fornecedor de matéria prima aos grandes laticínios.

Sem dúvidas uma oportunidade é a liberalização do PRONAF mas não precisamente responde ao projeto que o agricultor/ assentado queria. Por exemplo, um assentado do assentamento Primavera II que tem 16 anos de experiência com a produção de goiaba, apresentou seu projeto para cultivar goiaba, mas não foi aprovado, nem sequer foi submetido à avaliação pelo INCRA.

Como resultado, tem-se que a priorização para o investimento dos recursos do PRONAF fortaleceu a cadeia leiteira como um eixo para investir na produção, desconsiderando os projetos alternativos que os assentados têm como plano de suas vidas.

Em paralelo, a própria natureza do sujeito assentado tem desenvolvido uma estratégia para diversificar o risco da produção baseada na monocultura. Isso convive com a dualidade e tensão inerente à política de reforma agrária, que tenta fortalecer as estruturas produtivas para melhorar a condição das famílias através de conseguir uma renda maior, potencializando essa virtude de diversificação natural dos camponeses e de suas unidades produtivas. As estratégias produtivas dos assentados estão conformadas por múltiplas atividades produtivas, nas quais se encontram a agricultura, pecuária, agroindústria familiar, e outras. Estas atividades são campos onde se desenvolve uma grande diversidade produtiva. No caso da agricultura tem-se uma diversidade muito grande que envolve, pelo menos, o trabalho de mais de 15 culturas diferentes que são potencializadas a partir de políticas como a merenda (PNAE) que incentiva os assentados a desenvolverem uma produção diversificada, qualificando sua alimentação e incrementado a renda.

Neste campo, os desafios que se colocam para a política produtiva é trabalhar a diversidade e potencializar os planos que se tem nos assentamentos para alcançar uma vida digna.

Assistência técnica e capacitação

A política pública de assistência oferecida para os assentados é fortemente orientada pelo paradigma produtivista, no qual se tenta inserir os assentados buscando aumentar a renda a partir do incremento da produtividade e de garantir os circuitos da comercialização para os produtos.

Percebemos que a região sofre com a falta de técnicos no quadro do INCRA, são poucos técnicos para muitas famílias, o qual afeta a possibilidade da assistência técnica na área produtiva, limitando seu trabalho ao trâmite necessário para que as famílias acessem aos créditos de fomento e apoio produtivo.

Os técnicos e o INCRA utilizam um projeto padrão para todos os assentados que querem acessar o PRONAF, que é direcionado somente para o gado leiteiro. Isso acarreta a homogeneização da produção. Favorece as indústrias beneficiadoras do leite e também os distribuidores locais de gado que ganham muito com a venda de gado para os assentados que são pagos pelo banco a elevados custos. Os bancos também ganham, pois com a produção de gado, a garantia é maior para que os assentados paguem os empréstimos, pois somente com a venda dos garrotes e novilhas, os assentados garantem o pagamento dos empréstimos, o que não é garantido quando os assentados partem para produzir gêneros agrícolas.

A aplicação das políticas públicas: diferentes tempos, diferentes ritmos

Nos assentamentos da região se tem processos de desenvolvimento com um avanço diferente. Isto acontece, porque a aplicação da política pública da reforma agrária vem acontecendo de maneira muito diferenciada nos assentamentos da região.

Uma das questões é porque os assentamentos antigos não acessaram a mesma quantidade de recursos que acessaram os assentamentos novos, gerando assentamentos com processos de desenvolvimento heterogêneos na região.

No desenvolvimento da pesquisa se pôde constatar que isto acontece por uma diversidade de elementos que condicionam a aplicação da política. Um dos elementos é a própria institucionalidade do Estado que mostra uma mudança qualitativa e quantitativa na aplicação da política e a transformação que pode gerar na própria institucionalidade do Estado a partir da redefinição do conceito da política e do papel que estes recursos têm nos processos de luta e permanência na terra.

É interessante olhar que a partir de 2003, esta institucionalidade do Estado começa a gerar uma mudança qualitativa e quantitativa na aplicação da política,

tendo como resultados um processo de consolidação dos assentamentos novos na região.

Na pesquisa outro tema que foi relevado e que tem ser avaliado é o impacto que tem o Apoio Mulher, um investimento importante, mas defasado do tempo produtivo. Além disso, os recursos do Apoio Mulher não são suficientes e os recursos pagos de forma parcelada não permitem adiantar uma base produtiva.

No processo da aplicação da política não só é importante, senão determinante, a capacidade que tem o movimento e a forma de organização para poder gestionar os créditos. Mas também é importante o papel da assistência técnica que se dá ao assentado, muito aquém das suas reais necessidades.

Este é outro tema que tem tido grande visibilidade na pesquisa, o papel da assistência técnica no processo da aplicação da política pública. No caso do Olga Benario se tem, por exemplo, um processo de trabalho conjunto com os movimentos sociais que têm viabilizado o andamento de um projeto que é construído pelas famílias do assentamento e viabilizado pelos técnicos. Situação de exceção, já que a assistência técnica acaba se convertendo em um instrumento dos serviços públicos, intermediando trâmites entre os assentados e os programas de fomento.

Referências

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C. **RIST – Relatório de Impactos Sócioterritórios**. Presidente Prudente, NERA/INCRA, 2006.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque**: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@uniara.com.br. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor